UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

*Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na
capitania/província de São Paulo (1765-1822)*

Ana Paula Medicci

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira

São Paulo
2010

Agradecimentos

Certamente, não conseguirei nomear todos aqueles que durante estes quatro anos e meio de pesquisa me ajudaram a elaborar a tese de doutorado. Foram velhos e novos amigos, familiares, professores, colegas, funcionários de arquivos e bibliotecas que, de uma maneira ou outra, me auxiliaram ao longo do caminho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) agradeço pela bolsa de doutorado e pelo financiamento das pesquisas de campo na cidade do Rio de Janeiro e em Portugal, que me permitiram executar o projeto de pesquisa proposto.

Sou especialmente grata à minha orientadora, professora Cecilia Helena de Salles Oliveira, não só pelas discussões e leituras sempre precisas e críticas que fez durante minha formação como historiadora, mas principalmente pela generosidade com que me acompanhou ao longo dos últimos 12 anos, ao que agradeço carinhosamente.

Agradeço também à professora Laura de Melo e Souza pelas questões levantadas durante as aulas da pós-graduação, que tanto auxiliaram no desenvolvimento das hipóteses iniciais de trabalho, e ainda às professoras Mônica Dantas e Wilma Peres Costa pelas valiosas críticas e indicações do exame de qualificação.

Aos companheiros de ofício: Carla Monteiro, Carlos Eduardo de Oliveira, Erik Hörner, Eide Abreu, Guilherme de Paula Santos, Maria Aparecida Borrego, Renato de Mattos, Rodrigo Silva e Vera Lúcia Nagib Bittencourt agradeço tanto pelas discussões historiográficas e indicações levantadas durante as reuniões do grupo de pesquisa quanto pelos indispensáveis momentos de “conversa jogada fora” nas manhãs do Museu Paulista.

Impossível esquecer os amigos queridos: Alexandre Ricardi, Ana Karícia Dourado, Elisângela Amann, Fraia Stachovisk, Lia Cazumi Emi, Priscila Corrêa, Rosângela Leite, Sílvia Gomes e Kelly Mendes. Cada um deles entrou em minha vida num momento diferente, alguns deles não chegaram a participar diretamente das agruras da confecção da tese, mas sempre estiveram lá, dispostos a me ouvir e incentivar todas as vezes que precisei.

Agradeço imenso à minha família lisboeta, especialmente à dona Maria e ao Vítor Martins, pela acolhida e companhia durante a viagem de pesquisa a Portugal.

Por fim, nada do que eu diga será suficiente para agradecer à minha mãe, Quitéria, e às minhas irmãs e sobrinhos pelo amor e apoio incondicional com que me sustentam, desde sempre.

Sumário

Agradecimentos.....	p.1
Resumo.....	p.4
Abstract.....	p.5
Introdução.....	p.7
 Capítulo I – Conflitos fazendários e interesses particulares na restauração da autonomia administrativa paulista (1765-1775).....	p.15
a) O século XVIII paulista e a administração em São Paulo colonial.....	p.16
b) A administração fazendária paulista no século XVIII e a instituição da Junta da Fazenda.....	p.29
c) A arrecadação das rendas reais e atuação do Morgado de Mateus nos primeiros anos da restauração (1765-1775).....	p.45
 Capítulo II – Negócios e administração: o sistema de arrematações das Rendas Reais (1775-1790).....	p.64
a) A política metropolitana relativa à Fazenda Real a partir de 1775 e o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha.....	p.65
b) O fortalecimento dos arrematantes com negócios enraizados na capitania de São Paulo entre 1775 e 1790.....	p.75
c) Arrematação dos contratos de menor valor: as passagens dos rios, o Cubatão de Santos, os Novos Impostos e o Subsídio Literário.....	p.91
d) Os contratadores e o comando das tropas de segunda linha.....	p.97
 Capítulo III – A ampliação dos interesses de negociantes lisboetas no comércio e nas arrematações paulistas (1790-1808).....	p.110
a) O governo de Bernardo José de Lorena: grandes obras e redirecionamento do comércio.....	p.111
b) Os interesses lisboetas na capitania de São Paulo: arrematação das rendas reais e novas redes comerciais.....	p.120

c) O governo de Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça e seu envolvimento em redes de negócios locais.....	p.134
d) Antigas medidas adaptadas aos novos tempos: o governo de Antônio José da Franca e Horta (1802-1811).....	p.149
e) A atuação dos negociantes radicados na capitania de São Paulo entre 1786 e 1807.....	p.157
Capítulo IV – A Corte Portuguesa na América e o re-ordenamento das esferas administrativas e do sistema de arrematação em São Paulo (1808-1822).....	p.176
a) 1808 e a reconfiguração administrativa dos Domínios Portugueses na América.....	p.177
b) O estabelecimento da arrematação em ramos e a re-ordenação dos grupos de poder locais na capitania/província de São Paulo: 1808-1821.....	p.185
c) A instalação do Estado Português na América e a criação de novas fontes de arrecadação.....	p.199
d) Debates entre novas e velhas formas de arrecadação: a abolição do sistema de arrematação dos Dízimos Reais em 1821.....	p.209
e) A década de 1820 e a instituição de novas práticas administrativas.....	p.214
Considerações finais.....	p.231
Fontes.....	p.236
Bibliografia.....	p.274

Resumo

A tese analisa os conflitos inerentes ao exercício do poder na capitania/província de São Paulo partindo do estudo de sua estrutura político-administrativa e relacionando-a às transformações sócio-econômicas e à forma como membros de grupos de poder locais buscaram influenciar a governança entre 1765, quando da reorganização da capitania como unidade administrativa autônoma, e 1822, depois da instituição do Governo Provisório reconhecido pelas Cortes Constitucionais da Nação Portuguesa e pelo então príncipe regente D. Pedro. A análise do movimento de injunção entre interesses públicos e privados na São Paulo do período baseia-se em fontes relativas ao sistema de arrematações das rendas reais e de sua relação com a concessão de altas patentes militares, demonstrando a impossibilidade de separar as relações político-administrativas estabelecidas entre os governantes nomeados para São Paulo e os interesses de grupos ligados à produção e ao comércio local. Por outro lado, ressalta-se a plena integração desta capitania às políticas de desenvolvimento do Império português implantadas pela Coroa, o que permite melhor compreender o espaço político e o poder econômico alcançado pelos paulistas durante as primeiras décadas do século XIX, quando da instalação do Império brasileiro.

Palavras-chave: Império, São Paulo, governadores, negociantes, arrematação dos contratos reais

Abstract

The thesis analyses the conflicts inherent to the exercise of political power in the captaincy/province of São Paulo considering the study of its politic-administrative structure and relating it to the socio-economic transformations and to the way that the members of local power groups tried to influence the governance between 1765, when the captaincy was reorganized as an autonomic administrative unit, and 1822, after the Provisory Government was instituted and recognized by the Constitutional Courts of the Portuguese Nation and by the regent prince D. Pedro. The analysis of the conjoining movement between public and private interests in São Paulo at that period is based on sources related to the system in which they bid for royal income, receiving the right to collect the taxes, and its relation to the high-ranking military positions concessions, demonstrating the impossibility to separate the political-administrative relations established between the appointed governors of São Paulo and the interests of the groups related to the local production and commerce. On the other hand, the full integration of this captaincy to the developmental politics of the Portuguese Empire implanted by the Crown is pointed out, what allows a better comprehension of the public space and the economic power reached by the *paulistas* during the first decades of the 19th century, when the installation of the Brazilian Empire occurred.

Key-words: Empire, São Paulo, governors, traders, farming of the royal contracts

Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)

*“Porque a história trata de seres capazes, por natureza,
de fins conscientemente procurados.”*

(Marc Bloch, *Introdução à História*, p.124)

Introdução

É comum que estudos que pretendam analisar a estrutura administrativa instalada por agentes da Coroa portuguesa em seus domínios americanos contraponham duas imagens clássicas sobre o tema, construídas respectivamente por Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo*, e por Raimundo Faoro, em *Os donos do Poder*. Na primeira, a estrutura administrativa lusa orientar-se-ia por uma série de determinações “particulares e casuísticas” que se sobrepunham umas sobre as outras sem obedecer a nenhum plano de conjunto ou a normas gerais estabelecidas, daí a distância encontrada entre o que era determinado nas leis e a prática aplicada; a administração no Brasil colonial apresenta-se assim, “caótica por natureza”, máquina burocrática “monstruosa, emperrada e ineficiente”.¹ Já na obra de Faoro, a estrutura administrativa portuguesa, que a seu ver fora herdada pela colônia, aparece extremamente centralizada através de um Estado forte que se impunha formando uma cadeia a se estender dos “pés do rei” aos domínios por meio dos agentes administrativos - vice-rei, governadores, câmaras, juízes, provedores e militares-, penetrando em todas as atividades e plenamente integrada à ordem metropolitana.²

A despeito da importância da obra desses dois autores na bibliografia que se debruçou sobre o processo de colonização da imensa área colonial que viria a formar o Brasil, penso que a discussão a respeito das características centralizadoras ou desordenadas da colonização portuguesa na América pode passar para outro patamar, no qual seja possível voltar o olhar para os conflitos e tensões que permearam este movimento, recuperando trajetórias de personagens envolvidos na governança local fossem eles agentes governativos nomeados pela Coroa, negociantes, oficiais das câmaras ou coronéis de milícias e capitães-mores.

Seguindo esta premissa, a proposta inicial deste trabalho foi delinear os conflitos inerentes ao exercício do poder na capitania/província de São Paulo, entre 1765 e 1822, partindo da hipótese corroborada pelas questões levantadas durante pesquisa de mestrado

¹ Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, “Administração”, pp.307-351.

² Raimundo Faoro, *Os donos do poder*, v. I, capítulo VI “Traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da colônia”.

anterior³ de que não havia consenso entre os grupos de poder local envolvidos na administração e interessados na ampliação da produção mercantil paulista com relação aos passos que o governo metropolitano devia seguir para desenvolver esta importante região do Império Luso.

Dessa forma, foi proposto o estudo da estrutura político-administrativa de São Paulo tendo em vista as transformações sócio-econômicas e a forma como membros de grupos de poder locais buscaram influenciar a governança local, desde a reorganização da capitania como unidade administrativa autônoma em 1765, passando pelas transformações advindas da transferência da Corte em 1808, até a reorganização ocorrida durante a década de 20 do oitocentos na forma da instituição do Governo Provisório reconhecido pelas Cortes Constitucionais da Nação Portuguesa e pelo príncipe regente, depois imperador, D. Pedro.

Desde logo, notou-se a impossibilidade de separar as relações político-administrativas estabelecidas entre os governantes nomeados para São Paulo e os interesses de grupos ligados à produção e ao comércio da capitania/província. Para analisar este movimento, conjuntos documentais pouco citados em estudos sobre São Paulo colonial foram levantados no Arquivo do Estado de São Paulo, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro; além de documentação localizada nos arquivos portugueses do Tribunal de Contas, da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional de Portugal.

Acompanhando as alterações administrativas, analisadas a partir das ordens e correspondência recebidas e produzidas pelo Conselho Ultramarino, por governadores, pela Junta da Fazenda, por ouvidores, bispos, juízes da alfândega, câmaras e demais autoridades instituídas, notou-se a presença constante de negociantes e produtores enraizados em São Paulo e junto a esses homens, influenciando suas decisões e solicitando a aplicação de medidas que favorecessem interesses próprios e de grupo.

Tendo em vista este eixo interpretativo, optou-se por analisar o movimento de injeção entre interesses públicos e privados na São Paulo, no período, principalmente a partir de fontes relativas ao sistema de arrematações das rendas reais e de sua relação com a

³ Ana Paula Medicci, *Entre a “decadência” e o “florescimento”: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)*. Dissertação de mestrado defendida em 2005 na qual se analisou uma série de relatos contemporâneos acerca do desenvolvimento paulista. O trabalho questionou a imagem de “decadência” apresentada por memorialistas e agentes administrativos, entendendo-a como um argumento usado por diferentes protagonistas em meio às disputas políticas e econômicas engendradas pela expansão da lavoura comercial paulista com vistas a defender interesses de grupos de poder locais.

concessão de patentes militares para as tropas de segunda linha, que abarcavam praticamente toda a população masculina adulta local. Este campo de análise mostrou-se bastante rico, pois permitiu localizar as estratégias de enriquecimento empreendidas por grupos de negociantes locais, a interferência dos governadores nesse processo e os interesses que ligavam negociantes, criadores e produtores paulistas a redes mercantis que chegavam a diversas partes da América Portuguesa (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso e Cuiabá), ao Reino de Portugal e, ao menos desde a década de 1790, a portos africanos.

Isso não quer dizer que grupos de negociantes e produtores paulistas dispusessem de fortunas comparáveis às de seus pares lisboetas ou fluminenses desde meados do setecentos. Por outro lado, estes homens também sofreram com a concorrência de negociantes radicados em outras regiões do Império português e, várias vezes, perderam espaço político e econômico para eles. Entretanto, o que chamou a atenção foi que, independente dos montantes de seus cabedais, os homens com interesses enraizados na capitania de São Paulo souberam se aproveitar das mesmas oportunidades oferecidas a seus pares de outras regiões do Império, associando-se ao governo e financiando o Estado através da arrematação de rendas públicas, de doações destinadas a atender às urgências enfrentadas pela Coroa e pelo governo local e, posteriormente, comprando ações da Fábrica de Ferro de Sorocaba ou do Banco do Brasil.

Tal como ocorria em outras partes do Império português, esta prática permitiu à gente radicada em São Paulo recorrer aos governadores e à Coroa solicitando altas patentes, privilégios e mercês a que julgavam merecedores devido aos serviços prestados na qualidade de “fiéis vassalos”. Na maior parte das vezes, membros dos grupos de poder local foram nomeados para os postos capitão-mor de ordenanças e de coronel de auxiliares; nesta posição voltavam a participar da governança da capitania na medida em que armavam e fardavam as tropas sob seu comando, além de empregá-las nas diligências ordenadas pelos capitães gerais, inclusive a arrecadação de tributos arrematados.

Estes homens, aqui chamados de “paulistas” por terem escolhido esta capitania para se enraizar com negócios e família, independentemente de seu local de nascimento, geralmente iniciavam sua trajetória com o ingresso nas redes mercantis locais através de conhecidos ou familiares seus já radicados em São Paulo. Em seguida, se envolviam na

arrematação de contratos das rendas reais, se ligavam a famílias de negociantes ou produtores da região através de casamentos, participavam de instituições garantidoras de *status* e influência, tais como as câmaras e irmandades religiosas, eram nomeados para as mais altas patentes militares das tropas auxiliares e de ordenanças e só então solicitavam hábitos das ordens militares, substituídos pelas comendas durante o período joanino. Na medida em que avançavam nesta trajetória, acumulavam fortunas, ascendiam socialmente e alcançavam maior espaço político no governo local.

Sendo assim, a análise ora empreendida se insere num grupo de pesquisas cujos referenciais são os conceitos de Império Português e de redes mercantis e de poder; considerando dessa forma o íntimo relacionamento entre práticas administrativas, política e negócios. Premissas estas que vêm sendo aplicadas no estudo de várias outras capitanias/províncias luso-americanas há cerca de duas décadas.⁴

A introdução do conceito de “império” na bibliografia recente ampliou a compreensão das circunstâncias que permearam o processo de colonização luso-americana de uma maneira que a análise da relação dicotômica colônia-metrópole, calcada em estudos sobre o Brasil colônia desenvolvidos entre as décadas de 1940 e 1970, limitara anteriormente. No mesmo sentido, o uso da noção de “rede” tem permitido aos historiadores analisar dinâmicas econômicas, políticas e sociais que permeavam o Império Ultramarino português, favorecendo a coesão e a manutenção de laços entre as diversas partes que o compunham. Ao se utilizar desses conceitos, não se pretende negar a existência de um centro representado pela monarquia estabelecida no Reino de Portugal até 1808, entretanto, sua adoção permite vislumbrar as dinâmicas envolvidas no relacionamento entre grupos de poder atuantes nas diversas partes do Império ao longo do tempo. Nada indica que estas relações estivessem isentas de tensão e de estratégias de

⁴ Embora partindo de pressupostos teórico-metodológicos diversos, vários grupos de pesquisadores têm se reportado ao estudo das características do Império ultramarino português. Consultar a este respeito as coletâneas organizadas por István Jancsó: *Brasil: Formação do Estado e da Nação* (2003) e *Independência: história e historiografia* (2005). Artigos que se utilizam dos conceitos de “império” e de “redes” podem ser consultados nas coletâneas *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, organizada por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (2001) e *Nas rotas do Império*, organizada por João Fragoso, Manolo Florentino, Antonio Carlos Juca e Adriana Campos (2006). Conferir também as coletâneas *Modos de governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, organizada por Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (2005), e *O governo dos povos*, organizada por Laura de Mello e Souza, Junia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho (2009).

dominação, todavia, busca-se recuperar a dimensão de negociação e a interlocução estabelecida entre “centros” e “periferias”, poderes locais e centrais.⁵

Por outro lado, a superação da noção de que a “colônia brasileira” constituía um todo homogêneo temporal e geograficamente, deu nova dimensão aos estudos sobre administração colonial e trouxe à cena agentes históricos até então negligenciados, tais como administradores coloniais dos mais diversos níveis, comerciantes, pequenos e médios produtores voltados ao mercado interno e demais camadas livres da população. Dessa forma, torna-se possível considerar as relações específicas estabelecidas entre economia, política e sociedade em determinada área e período.⁶

Estudos recentes têm atentado para essas características específicas da administração nos domínios ultramarinos portugueses e para a impossibilidade de caracterizar o exercício do mando nessas regiões como algo imposto única e exclusivamente de cima, sem interferência dos interesses locais envolvidos.⁷ Além disso, questões como a da impossibilidade de separar as dimensões da política e da economia nas sociedades do período também vêm sendo trabalhadas pela bibliografia voltada do final do período colonial da história do Brasil.⁸

No caso específico de São Paulo, entretanto, poucos trabalhos têm se debruçado sobre o tema, especialmente no que diz respeito aos interesses envolvidos no sistema de arrematação das rendas reais. Além de uns poucos artigos publicados recentemente⁹, produzidos no âmbito da história econômica, o único trabalho de maior fôlego que teve por

⁵ Sobre o desenvolvimento dos conceitos de “império” e de “redes” nos estudos sobre a América portuguesa, consultar os artigos de Maria Fernanda Bicalho: “Da colônia ao império, um percurso historiográfico”, publicado na coletânea *O governo dos povos*, e “Dos ‘Estados Nacionais’ ao ‘sentido da colonização: história moderna e historiografia do Brasil colonial, publicado in *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Consultar também o artigo de Iara Lis Schiavinatto, “Entre trajetórias e impérios: apontamentos de cultura política e historiografia”, publicado na revista *Tempo*, n. 27.

⁶ Ver a nota anterior e o artigo de Silvia Hunold Lara “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”, publicado na coletânea *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*.

⁷ Laura de Melo e Sousa, *O sol e a sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, especialmente a Parte I – “Enquadramentos”.

⁸ Conferir a obra de Cecília Helena de Salles Oliveira, *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Ver também a introdução da obra de Maria Sílvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*.

⁹ Refiro-me aos artigos publicados por Maria Lucília Viveiros de Araújo: “José Vaz de Carvalho, contratador da Capitania de São Paulo” e “Contratos régios e contratadores da capitania de São Paulo, 1765-1808”. Há que se considerar que esta autora se preocupou com as trajetórias individuais de alguns contratadores radicados em São Paulo, embora não trate especificamente da relação entre interesses públicos e privados ligados ao sistema de arrematações.

objeto os contratos das rendas reais em São Paulo colonial foi a dissertação de mestrado de Maria de Lourdes Viana Lyra, defendida em 1970¹⁰. Porém, essa obra ressaltou mais o cálculo dos valores pagos pelo contrato dos dízimos que o relacionamento existente entre o sistema de arrematação e as estruturas administrativas locais ou entre interesses públicos e privados então estabelecidos.

Dessa forma, a presente tese visa a contribuir para a bibliografia sobre São Paulo entre o meados do século XVIII e início do XIX na medida em que analisa circunstâncias que pautaram as experiências de produtores e negociantes que se envolveram na governança local e no financiamento do Estado português arrematando contratos e comandando os regimentos locais. Atuando desta maneira, esses “paulistas” participaram conscientemente das políticas imperiais que os conectavam às instâncias administrativas superiores, até mesmo ao soberano, através da concessão de privilégios e mercês traduzidos sob a forma de patentes e hábitos das ordens militares. Ademais, produtores e negociantes radicados em São Paulo puderam atuar dessa forma porque a própria capitania/província estava integrada ao movimento de expansão econômica e de integração das diversas partes do Império português. Durante o setecentos, os índices demográficos, de produção e de exportação dos gêneros paulistas cresceram enormemente e militares-fidalgos de destaque foram enviados para governar a capitania. Nas décadas finais do século XVIII, São Paulo não poderia mais ser considerada simples região de fronteira ou “caso especial”, “pobre” e “decadente”, tal como foi tratada pela historiografia sobre o Brasil colonial por anos a fio¹¹; os dados levantados contradizem essas imagens. Indo mais além, há que se considerar que as circunstâncias que pautaram as experiências de segmentos proprietários/negociantes e de agentes da Coroa enviados a São Paulo favoreceram a formação de poderosos grupos político-econômicos, cuja atuação junto ao governo central seria mais flagrante a partir da década de 1820 e da formação de um Império brasileiro.

¹⁰ Maria de Lourdes Viana Lyra, *Dízimos Reais na Capitania de São Paulo. Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750)*.

¹¹ A expressão “caso especial” foi utilizada por Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo* para caracterizar a capitania de São Paulo durante o período colonial. O retrato da São Paulo “pobre” e “decadente”, pintado a partir de uma série de relatos contemporâneos tomados como dado, foi reproduzido por autores como Maria de Lourdes Viana Lyra, Maria Thereza Petrone e Alice Canabrava, conforme indicações do capítulo I.

A fim de seguir este movimento, optou-se por um encadeamento cronológico dividindo-se a tese em quatro capítulos, embora a relação entre administração, política e negócios seja o eixo que perpassa todos eles.

O primeiro capítulo trata da restauração da capitania de São Paulo enquanto unidade administrativa autônoma depois de dezessete anos na qualidade de comarca subordinada ao Rio de Janeiro (1748-1765), abarcando os dez anos de governo de Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775). Por se tratar de capítulo inicial, apresentaram-se as características da estrutura administrativa colonial e da capitania de São Paulo durante o século XVIII. Analisa-se também a administração fazendária paulista e a instituição da primeira Junta da Fazenda nesta capitania, órgão que passou a controlar a arrecadação das rendas reais. Logo de início, foi possível demonstrar a existência de conflitos envolvendo o governador e demais autoridades locais interessados em controlar o sistema de arrematação dos dízimos.

O segundo capítulo abarca o período que se estende de 1775 até cerca de 1790, correspondente aos governos dos generais Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), Francisco da Cunha Meneses (1782-1786), do governador interino marechal José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (1786-1788) e o início do governo de Bernardo José de Lorena. Neste período, foi possível identificar o fortalecimento de grupos de negociantes/produtores locais concorrentes, alguns radicados na capitania desde antes da restauração, no sistema de arrematação das rendas reais e na Junta da Fazenda; inclusive em contratos menores que os do dízimo, entre eles os direitos que recaíam sobre o gado e as taxas cobradas nas passagens e entradas da capitania. Também a questão do recurso à obtenção das mais altas patentes nas tropas de ordenanças e auxiliares como forma de aproximação com as instâncias administrativas e de controle da população local foi aprofundada nesse capítulo.

Em seguida, o capítulo terceiro analisa as ações administrativas empreendidas pelo governador Bernardo José de Lorena que redundaram no redirecionamento do comércio de gêneros de exportação produzidos em São Paulo e na ampliação dos interesses de grupos radicados em Lisboa nos negócios que envolviam a capitania. O capítulo abarca o período que se estende de 1790 a 1807, passando pelos governos dos generais Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, que se envolveu diretamente nas vias de comércio interno que

cortavam São Paulo, e Antônio José da Franca e Horta, que também buscou reorganizar as vias de exportação dos gêneros paulistas.

No quarto capítulo se analisa as transformações político-administrativas e econômicas decorrentes da transferência da Corte portuguesa para a América. Neste período, decorrido entre 1808 e 1821, assistiu-se ao fim das arrematações dos “Dízimos Reais” da capitania de São Paulo feitas em “massa” e sua divisão em “ramos” menores, passíveis de serem arrematados por produtores/negociantes de menor envergadura. Este período também marca a criação de novas fontes de arrecadação e a consolidação das fortunas paulistas ligadas politicamente à instalação de um novo Império, agora brasileiro, em terras americanas.

Capítulo I – Conflitos fazendários e interesses particulares na restauração da autonomia administrativa paulista (1765-1775)

“Estou muito bem certo que nunca perdi de vista a reta atenção em que devia obrar. [...] Deixei tudo por V. Maj.^{de}: os filhos pequenos, a Mulher, a Casa, a Pátria, as riquezas e as comodidades [...]. Sempre dei provas da minha lealdade, [...] recorro que me mande examinar como lhe parecer, que espero em Deus [...] que há de ajudar-me a justificar a verdade e a tirar a limpo a minha inocência.”

(Auto de justificação do Morgado de Mateus, em 7 de setembro de 1777)

Capítulo I – **Conflitos fazendários e interesses particulares na restauração da autonomia administrativa paulista (1765-1775)**

a) O século XVIII paulista e a administração em São Paulo colonial

Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador de São Paulo, declarou em representação à Coroa datada de cerca de 1782 a honra e o privilégio que lhe trazia o exercício da autoridade régia no governo dos povos, queixava-se, entretanto, do “peso nos ombros” que tal honra trazia consigo; pois segundo ele:

“... o governador de qualquer das capitanias do Brasil não é, nem pode ser um simples Governador das Armas, é também Inspetor de todo o Estado Civil, Político e Econômico para providenciar aquelas matérias que necessitam de um remédio pronto, ao menos ate que V. Maj.^{de} dê novas providências: pois que aquelas distâncias desta Corte muitas vezes não dão lugar a esperar-se pelas Régias resoluções sem um gravíssimo incômodo, e prejuízo do Estado.”¹²

Em obra recente, Laura de Mello e Souza lembrou a dificuldade que os governadores enfrentavam ao administrarem regiões tão distantes do centro de poder, pois “... se em princípio as diretrizes metropolitanas deviam ser seguidas, a distância distendia-lhes as malhas, as situações específicas coloriam-nas com tons locais. Nessas zonas de sombra, por outro lado, os interesses metropolitanos se combinavam com os regionais e acabavam produzindo alternativas peculiares, já que [...] os mares se encrespavam e passavam-se meses entre a ordem e a execução.”¹³

Posição em parte semelhante foi adotada por Russell-Wood, para quem uma aparente estrutura centralizada e dependente de Lisboa escondia uma extraordinária descentralização da autoridade, em parte atribuída à distância entre os domínios e o centro de poder, o que obrigava os administradores locais a tomarem decisões sempre que havia ameaça de guerra, de conflitos ou de perda de rendimentos fazendários.¹⁴ Caio Boschi

¹² Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, cota II-35,24,37: Representação de Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador e Capitão-general da Província de São Paulo à Rainha D. Maria I, refutando diversas acusações que lhe foram feitas e ao seu governo. S/l. c.1782. fl.1v.

¹³ Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra*, pp.11-12.

¹⁴ A. J. R. Russell-Wood, “Governantes e agentes”. In: Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. III: O Brasil na balança do Império (1697-1808), pp.170-171.

também afirmou que, ao menos durante a administração pombalina, interessava amoldar as diretrizes metropolitanas à realidade local, integrando os interesses do Estado aos dos grupos de poder regionais.¹⁵

Na qualidade de representante do rei em seus domínios mais distantes, cabia aos governadores dos domínios ultramarinos a supervisão geral dos negócios metropolitanos e a defesa da região que administravam; atuavam, portanto, nos três campos principais da atividade político-administrativa do Antigo Regime: o da justiça, o da fazenda e o militar.

O provedor, correspondente local do provedor-mor, responsável pela Fazenda, atuava junto ao governador e era responsável por cuidar dos interesses dos titulares que não estivessem em condições de administrar seus bens (por isso tomavam contas aos juízes de órfãos e ausentes); cuidar dos livros de receita e despesa das comarcas; promover os arrendamentos de rendas reais e prover pagamentos e gastos com obras¹⁶. Já o ouvidor era o principal agente responsável pela aplicação da justiça e das leis portuguesas, pelo que também deveria agir em conjunto com os generais. O ouvidor era nomeado para uma comarca específica, que na capitania paulista, no período de sua restauração (1765), eram duas: São Paulo e Paranaguá, depois chamada de comarca de Curitiba. Geralmente, o provedor era nomeado para cuidar dos negócios da Fazenda de toda a capitania.

Conforme lembraram Nuno Monteiro e Mafalda Cunha, uma das características fundamentais da administração portuguesa em seus domínios era a divisão setorial e espacial, essas diversas instâncias administrativas mantinham canais de comunicação direta com Lisboa e, muitas vezes, colidiam entre si.¹⁷ Dessa forma, se era obrigação dos governadores prestar contas sobre os estados político, militar e financeiro das capitanias que administravam¹⁸, também provedores e ouvidores podiam e deviam fazê-lo, além de

¹⁵ Caio Boschi. “Administração e administradores no Brasil Pombalino: os governadores da Capitania de Minas Gerais”, pp.81-82.

¹⁶ Ver a este respeito António Manuel Hespanha, *História de Portugal Moderno político e institucional* e a obra de Graça Salgado, *Fiscais e meirinhos. Administração no Brasil colonial*, especialmente pp. 66-69.

¹⁷ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalves Monteiro, “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”, in *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*, organizado pelos mesmos autores e por Pedro Cardim, p.193 e p.242: “Era, finalmente, no equilíbrio de poderes entre as diversas instâncias que se estabelecia em cada território, possível pela comunicação universal de todas com o centro político da monarquia, que se efetivava a integração nesta desses espaços remotos e distribuídos pelas mais distintas paragens.”

¹⁸ Heloísa Liberalli Bellotto, “O Estado Português no Brasil: sistema administrativo e fiscal.” In: *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*, v.8, p.279.

enviar solicitações e queixas independentemente do conhecimento ou anuência dos governadores.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, à medida que a Coroa portuguesa foi incorporando as antigas capitanias hereditárias e passou a nomear seus administradores, parte das atribuições de provedores, ouvidores e demais magistrados passou para a esfera do governador e capitão-general, causando sérios problemas de jurisdição e de intromissão em esferas de atuação que se sobrepunham. Por outro lado, segundo estudiosos do período, este mesmo mecanismo teria sido necessário para que a Coroa garantisse algum controle sobre regiões tão distantes do centro de político imperial ao favorecer sua integração através da mútua tutela entre agentes imperiais e grupos de poder locais que podiam, todos eles, comunicar-se independentemente com os tribunais metropolitanos.¹⁹

De qualquer forma, segundo Caio Prado Jr., os capitães gerais exerciam o único cargo de cunho próprio e característico estabelecido na América Portuguesa, todos os outros teriam sido herdados da administração metropolitana; para ele “... o ‘governador’ é uma figura híbrida, em que se reuniram as funções do ‘governador das armas’ das províncias metropolitanas, um pouco das de outros órgãos, como do ‘governador da justiça’, do próprio rei.”²⁰ Contudo, esse cargo nunca teria se caracterizado nitidamente e suas competências e jurisdições variaram de acordo com a época, a capitania e o governador nomeado.

Cada capitania formava a maior unidade administrativa colonial. Seu governador era o chefe da administração local e supremo comandante militar, com alçada sobre todas as forças armadas e autoridade sobre todos os comandantes da região. Por outro lado, seria impossível separar as atribuições administrativas, de justiça e militares que o cargo de capitão-general abrangia. Eles eram responsáveis, entre outras coisas, por diversos assuntos de fazenda, tais como a correta arrecadação das rendas reais, por políticas assistenciais, pelo aprovisionamento regional e comercialização do excedente de produção, pela confecção de obras, pelo desenvolvimento da agricultura e ainda por questões que influenciavam a vida religiosa, relacionadas à manutenção de igrejas e do clero. Em São Paulo, o cuidado com as populações indígenas aldeadas se somava às atribuições citadas.

¹⁹ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalves Monteiro, *op. cit.*, p.194.

²⁰ Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, pp. 310-311.

Embora dispondo de amplos poderes, o governador precisava agir em conformidade com uma série de outros órgãos, tais como as Juntas Gerais²¹, as Juntas de Justiça e as Juntas de Fazenda, presididas, porém não subordinadas a ele. Da mesma forma, ouvidores, juízes de fora, câmaras e o foro eclesiástico dispunham de jurisdições próprias e independentes que, em tese, não poderiam ser invadidas, limite poucas vezes respeitado pelos governadores.

Entre fins do século XVII e durante o XVIII, quando os governadores das capitanias antes escolhidos por donatários ou por seus representantes locais passaram a ser nomeados diretamente pela metrópole, a autoridade dos antigos governadores-gerais, depois chamados de vice-reis, diminuiu. Os capitães gerais recebiam instruções próprias ao serem nomeados para administrar determinada região e, assim, o raio de ação dos vice-reis durante o século XVIII acabou limitado à capitania sede do governo português na América ou àqueles assuntos que implicassem na supervisão sobre questões fiscais, de desenvolvimento econômico e na defesa do território colonial, demandando a ação conjunta dos diversos governadores.²²

No início do século XVIII, a capitania de São Paulo abrangia o território, correspondente *grosso modo* aos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A partir da década de 1720, a capitania sofreria sucessivos desmembramentos, começando pela criação da capitania de Minas Gerais, seguida da transferência da administração das terras da região de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro ao Rio de Janeiro em 1738 e da criação das capitanias de Goiás e do Mato Grosso dez anos depois. Nesse mesmo ano de 1748, São Paulo perderia sua autonomia administrativa, passando a comarca subordinada ao Rio de Janeiro, embora a expressão “Capitania de São Paulo” continuasse a ser empregada,

²¹ A partir da segunda metade do século XVII foi estabelecida, para o governo-geral, a prática da convocação de uma Junta Geral para a tomada de decisões de âmbito local. Este tipo de junta, formada pelo governador, o bispo, o provedor-mor e o ouvidor-mor parece ter sido adotada também nos governos das capitanias, quando as circunstâncias assim o pedissem. Entretanto, não foram localizados documentos relativos a esta prática em São Paulo. Ver a este respeito a obra citada de Graça Salgado, p.60-61.

²² Conferir Russell-Wood, “Governantes e agentes”, p.177 e Hélio Alcântara Avellar, *História administrativa do Brasil. Administração pombalina*, capítulo II.

segundo Miriam Ellys, “pela força do hábito e como simples referência geográfica, deixando de significar uma realidade política e administrativa.”²³

Foram os governadores das capitanias que dominaram as frentes administrativa e política das diversas regiões da América portuguesa durante o século XVIII,²⁴ as diretrizes metropolitanas a eles enviadas ressaltavam a obrigação de desenvolverem políticas de defesa e de definição de fronteiras, de povoamento, de ocupação territorial, de melhor exploração dos recursos naturais e de correta arrecadação e cobrança de tributos.²⁵

Quando da reestruturação da capitania de São Paulo enquanto unidade administrativa autônoma em 1765, o governador e capitão-general então nomeado foi Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, conhecido pela bibliografia por seu título nobiliárquico, Morgado de Mateus. Considerado um típico representante da linhagem de governadores oitocentistas enviados à América Portuguesa²⁶, era membro de uma casa que remontava ao século XIII e descendente de oficiais de vulto do exército português, ele mesmo se destacou no serviço militar durante a Guerra Peninsular de 1762-1763. Conjugava, assim, duas das principais características necessárias para um governador dos domínios ultramarinos do período: fidalguia e capacidade militar reconhecida.

Desde a década de 1730 os governadores enviados a São Paulo eram nomeados diretamente pela Coroa, sem consulta ao Conselho Ultramarino, indicando que já neste período a importância desta capitania vinha crescendo aos olhos metropolitanos. Daí a qualidade de nascimento dos nomeados para os postos de governador, prática que visava colocar a administração das capitanias nas mãos de homens aparentemente imunes aos interesses de grupos de poder locais;²⁷ o que, todavia, não significa que os mesmos tenham se comportado com isenção e lisura na maior parte das vezes em que governaram as paragens americanas.

²³ “São Paulo, de Capitania a Província. Pontos de partida para uma História político-administrativa da Capitania de São Paulo.” In: *Revista de História*, vol. LII, tomo I, p.163. Sobre o período em que a capitania de São Paulo esteve subordinada ao governo do Rio de Janeiro, ver a primeira parte da obra de Maria Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*.

²⁴ Conferir Russell-Wood, “Governantes e agentes”, p.178.

²⁵ Caio Boschi, *op.cit.*, p.79.

²⁶ Sobre as qualidades exigidas dos governadores dos domínios ultramarinos portugueses ver o artigo citado de Mafalda Cunha e Nuno Monteiro. Segundo os autores, esta seletividade social dos governadores estava relacionada à importância que a América Portuguesa tinha para a Coroa, cf. p.223.

²⁷ Cf. o artigo citado de Mafalda Cunha e Nuno Monteiro, especialmente pp.212 e 240-241.

Ao ser nomeado, o Morgado de Mateus recebeu instruções diretas do Ministro do Reino, o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, datadas de 26 de janeiro de 1765. Segundo estas instruções, era preciso “consolidar o Domínio das Capitanias do Brasil (...) não só em quanto ao estabelecimento da economia interior do mesmo Estado; mas ainda em quanto à conservação e defesa dele contra os seus confinantes e orgulhosos inimigos.”²⁸

Segundo Heloísa Bellotto, o Morgado procurou cumprir fielmente as instruções dadas por Oeiras, nas quais, além da constante preocupação com a manutenção da fronteira sul, se ressaltava a necessidade de reorganizar as tropas paulistas, atentar contra as influências jesuíticas ainda existentes e ampliar a povoação dos sertões recorrendo ao contingente indígena então disponível. A idéia era que a própria população americana atuasse na defesa, manutenção e melhoria econômica do território, para isso, além da incorporação de indígenas se fazia necessário agraciar os oficiais e “aventureiros” paulistas com títulos, honrarias e “promessas de conveniências”, visto que a Provedoria de São Paulo não poderia arcar com soldos e demais gastos de expedições defensivas ou de povoamento.²⁹

Ainda em Lisboa, D. Luís Antônio encaminhou ao Conde de Oeiras um questionário composto de 25 perguntas relativas ao “Estado” e 5 “pelo que toca ao pessoal do Gov. de S. Paulo”³⁰, cujo objeto principal era esclarecer os limites de sua atuação na capitania, bem como suas obrigações para com o vice-rei. Segundo o ministro de D. José, o Morgado deveria “obrar de comum acordo”, “amigável e francamente” com o vice-rei D. Luís da Cunha, mas sua jurisdição de governador era independente. Seguem várias perguntas relativas à organização militar e à manutenção das tropas da capitania, a maioria das quais, segundo Oeiras, deveriam esperar por ordens específicas enviadas posteriormente. Na 11ª questão, o Morgado demonstrou preocupação com a situação administrativa paulista, pois pediu cópias de todos os papéis e resoluções reais expedidos para o governo de São Paulo até aquele momento. Quanto à jurisdição civil competente ao novo capitão-general, Oeiras esclareceu que o mesmo “pelo Regimento é General, e

²⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, Tempo Colonial, Avisos e Cartas Régias, Lata 62, nº 420, Livro 169 [antiga localização], *apud*, Heloísa Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, pp.69-70.

²⁹ *idem*.

³⁰ “Cópia das perguntas que fes o Governador e Capitão-general de São Paulo Dom Luiz Antonio de Sousa ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde de Oeiras, e das Respostas que a ellas deo o mesmo Snr. (...)”. In: Projeto Resgate, Arquivo Histórico Ultramarino. Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo, catálogo I, documento 378.

Regedor das jurisdições”. Portanto, caberiam ao governador amplos poderes, embora, pelo documento, ele fosse instado a não se intrometer nos negócios eclesiásticos e se proibisse o bispo de fazê-lo naquilo que fosse relativo ao governo secular; prática esta que nenhuma das duas autoridades esteve disposta a cumprir, pois assim que chegou a São Paulo o bispo Frei Manoel da Ressurreição passou a queixar-se por não poder nomear vigários para as aldeias dos índios e devido a irregularidades no clero.³¹

Em resposta ao item 18 do questionário, o governador não só foi terminantemente proibido de promover o descobrimento de novas minas de ouro quanto instruído a impedi-lo. Por outro lado, questões como as do tratamento dispensado à população indígena, a administração ou criação de contratos e de outras rendas reais ou a administração dos bens dos extintos jesuítas, também levantadas por D. Luís Antônio, não foram respondidas por Oeiras e deveriam aguardar por instruções próprias que seguiriam em ordens específicas. Pelas respostas às últimas cinco questões, relativas ao “pessoal”, se percebe a importância dada às diversas autoridades locais, pois o governador é aconselhado a dar particular atenção e deferência ao bispo, aos “ministros” (juízes letrados, ouvidores, juízes de fora e da Alfândega), aos mestres-de-campo das milícias e aos capitães-mores de ordenanças.

Este questionário, bem como as instruções enviadas ao Morgado de Mateus e seus primeiros atos normativos em solo americano, fornece importantes instrumentos para a análise do tipo de administração que se queria restabelecer em São Paulo colonial: centralizada na figura do capitão-general, agente imperial e principal representante do Rei em terras americanas, mas ao mesmo tempo integrada às demais autoridades locais; atenta à defesa do território colonial e ao povoamento que se fazia necessário, mas utilizando-se sobretudo de recursos e gente paulista. Percebe-se ainda, a preocupação do novo governador com as questões mais críticas da administração colonial do período: o povoamento e o aumento produtivo, a manutenção e defesa do território, além da ampliação e da correta arrecadação das rendas reais.

³¹ Sobre os problemas enfrentados entre o Morgado de Mateus e D. Manuel da Ressurreição, ver a obra de Heloísa Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*, pp.278-280. D. Manuel foi nomeado bispo em 1771, desde 1772 correspondia-se com o Morgado, entretanto só assumiu o bispado em 1774. Logo depois da saída do Morgado do governo da capitania, acusou-o de agir em interesse próprio na arrematação de contratos, de invadir a esfera de atuação das justiças e de outras “desonestidades”, trataremos dessas acusações com mais vagar adiante.

Recebendo instruções de caráter essencialmente militar, as primeiras cartas do Morgado de Mateus escritas a Oeiras gravitam em torno de questões como a falta de munições, a defesa do território e a necessidade do envio de engenheiros para a instalação de fortes e a confecção de caminhos. Por outro lado, também se atenta para questões como a da civilização dos índios, ligada à necessidade de povoação e defesa, e para a necessidade de desenvolver a produção paulista.³²

No seu discurso de posse, pronunciado em 6 de abril de 1766 perante a Câmara e os “homens bons” de São Paulo, o Morgado atentou para questões que envolviam a política de fomento e de maior controle dos domínios ultramarinos encetada por Oeiras de forma bem mais direta que no questionário citado acima. Nesse discurso, o governador ressaltou a necessidade de fazer a capitania recuperar seu “antigo esplendor” através do aumento do número de povoações, da fertilização dos campos com a agricultura, do estabelecimento de diferentes fábricas e de novos caminhos, da penetração dos sertões, da fortificação das praças militares, da observância das leis e justiças instituídas e, contrariamente às ordens recebidas anteriormente, da descoberta de novas minas de ouro.³³

Em artigos publicados nos últimos anos, António Manuel Hespanha indicou que até pelo menos meados do século XVIII, com reflexos ainda nas décadas de 1760 e 1770, a monarquia portuguesa caracterizava-se pela divisão do espaço político entre o rei e demais autoridades de maior ou menor hierarquia atuantes em suas localidades, daí a impropriedade de se usar a imagem da centralização para caracterizar o Império ultramarino luso e o alto grau de autonomia concedida aos administradores locais, principalmente aos governadores enviados aos domínios.³⁴

Analisando a mesma questão sob outro ângulo, Nuno Monteiro apontou que, durante o século XVIII, os governadores dos domínios ultramarinos portugueses atuavam a partir de uma perspectiva imperial, enquanto representantes diretos da monarquia, porém nunca como instrumentos lineares de centralização, visto que várias vezes foram

³² *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v.72, pp.8-14; v. 23, pp. 1-10, 35-39, 382-387.

³³ “Oração que repetio na Casa da Camara (...) o Ex.mo Sr. General no dia de sua posse”. Diário de Governo, BNRJ. Apud Heloísa Bellotto, op. cit., p.99. Sobre a política de fomento metropolitana e as consequências sobre a estrutura produtiva na América Portuguesa, ver José Jobson Arruda, *O Brasil no comércio colonial*, e Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial*.

³⁴ Conferir os artigos de Hespanha “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviezamentos correntes”, publicado na coletânea *O Antigo Regime nos trópicos* e “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos”, na coletânea “O governo dos povos”.

desautorizados pela Coroa em virtude de representações de instituições locais.³⁵ Tal como indicado acima, Russell-Wood também atentou para a necessidade de revisar a noção de “governo centralizado” para a administração colonial portuguesa, dada a convergência de jurisdições e de funções que recaiam sobre um único indivíduo e, por outro lado, a sobreposição de vários agentes sobre uma única função de governo; levando vice-reis, governadores, ouvidores e juízes de fora a constantes tensões quando do exercício de suas funções judiciais e administrativas.³⁶ Este autor lembrou ainda, que muitas vezes governadores e vice-reis se viam obrigados a mediar a implementação de ordens reais e os interesses de grupos locais, muitos destes ligados a magistrados e juízes através de casamentos que, fatalmente, atuavam sobre sua capacidade de decisão.³⁷

Pode-se assim considerar que o discurso de posse do Morgado de Mateus, ao privilegiar aspectos administrativos ligados ao desenvolvimento produtivo da capitania, inclusive no que diz respeito à descoberta de novas minas de ouro, estaria relacionado ao seu envolvimento com forças já estabelecidas em São Paulo, apontando para questões que preocupavam os grupos de poder paulistas, com as quais o Morgado precisava estabelecer acordos para poder governar. Por outro lado, a qualidade deste governador, fidalgo e militar de destaque nas campanhas militares empreendidas no Reino, enviado justamente para “restabelecer” uma capitania estrategicamente localizada ao Sul da América Portuguesa³⁸, indica a importância de São Paulo para a política imperial do período, fosse ela relativa à manutenção da fronteira sul, fosse relacionada à maior integração econômica desta região ao comércio atlântico.

A bibliografia sobre a América Portuguesa em fins do período colonial publicada, principalmente, desde a década de 1990, apontou a expressividade econômica e a importância política de produtores do centro-sul engajados tanto na produção de gêneros de subsistência voltados ao mercado colonial, quanto na produção de gêneros voltados ao comércio atlântico, tais como couros, arroz e, principalmente, açúcar. Estes produtores, que

³⁵ Nuno Gonçalo Monteiro, “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico Português no século XVIII”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*, pp.93-115.

³⁶ A. J. R. Russell-Wood, “Centros e periferias no mundo Luso-brasileiro, 1500-1808”.

³⁷ Russell-Wood, “Governantes e agentes”, pp.187-189.

³⁸ Ver a este respeito o primeiro capítulo da obra de Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial*.

em São Paulo eram pequenos e médios em sua maioria³⁹, teriam atuado num circuito de acumulação de capitais fortalecido principalmente a partir de 1750, como um dos resultados da política de modernização, fomento e integração das diversas partes do Império Luso.⁴⁰

Ao mesmo tempo, as teses do predomínio da grande propriedade monocultora escravista e da preponderância inquestionável de uma aristocracia agrária dominante sobre todos os setores da sociedade colonial foram questionadas. Além disso, vários estudos realçaram o importante papel exercido pelos negociantes das principais praças comerciais da América Portuguesa, bem como a complexidade das relações estabelecidas entre os grupos de poder locais entre meados do setecentos e início do oitocentos.⁴¹

Estudando o caso específico de São Paulo, Ilana Blaj localizou um processo de crescente mercantilização que remonta ao século XVII se estende até o XIX na capitania como um todo. Durante o período estudado pela autora (1680-1721), os dados demonstram que a produção paulista ultrapassava “o mero nível do auto-consumo” e que os negociantes e os chamados “homens bons” sediados nas vilas do planalto mantinham comércio com Santos e com a praça do Rio de Janeiro; com o advento das minas, as redes comerciais se estenderiam tanto às Gerais quanto à Cuiabá, levando ainda à ampliação do comércio de gado no sul.⁴² Sendo assim, “a produção local de farinhas, milho, feijão, aguardentes e outros gêneros; a criação de gado; a existência de um comércio articulado com a região santista, que envolvia desde artigos básicos de primeira necessidade, como o sal, até tecidos, fitas, ferro e outras mercadorias; as tensões sociais daí resultantes, como, por exemplo, os motins sobre a moeda e os reclamos contra a carestia, fizeram com que São Paulo, a partir de meados do século XVII, já pudesse ser vista como cada vez mais

³⁹ Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*.

⁴⁰ Ver as obras de Cecilia Helena de Salles Oliveira, *A astúcia liberal* e Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Açúcar e colonização*. Partindo de perspectiva teórica metodológica diversa das autoras citadas, mas indicando a importância de pequenos e médios produtores, bem como o incremento das vias de comércio interno à América Portuguesa, pode ser citada a obra de João Fragoso, *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*.

⁴¹ Conferir a nota anterior e as obras de Riva Gorenstein e Lenira Menezes, *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*, Alcir Lenharo, *As tropas da moderação*; Maria Thereza Petrone, *O Barão de Iguape*; bem como as coletâneas organizadas por István Jancsó, *Brasil: Formação do Estado e da Nação e Independência: História e Historiografia*.

⁴² Ilana Blaj, *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*, p.89 e seguintes.

integrada a uma economia de mercado, e não como uma área voltada apenas ao consumo local...”⁴³ Dessa forma, a vila depois cidade de São Paulo, funcionava como centro de trocas e a falta e carestia de gêneros atestadas pelo estudo das *Atas da Câmara da Vila de São Paulo* no período estudado por Blaj seriam decorrentes da crescente mercantilização da produção da vila e de seu termo e não devido à pobreza paulista. Além disso, a autora também apontou a importância de não se confundir a existência de parcelas da população paulista tidas como “pobres” com a inexistência de atividades economicamente lucrativas na capitania de São Paulo.⁴⁴

Estudando a atuação dos agentes mercantis na cidade de São Paulo em período imediatamente posterior ao analisado por Blaj, Maria Aparecida Borrego defendeu que, na primeira metade do século XVIII, São Paulo continuava economicamente atrativa para negociantes reinóis que acabaram por se estabelecer na cidade, acumulando fortunas e participando de órgãos e instituições que lhes conferiam poder e distinções sociais, tais como a câmara, as irmandades e a Santa Casa de Misericórdia. Estes homens atuavam em diversos tipos de negócio e em diferentes localidades, confirmando a existência de circuitos econômicos que, passando por São Paulo, alcançavam as regiões das Minas Gerais, de Goiás, do Rio de Janeiro, do Rio Grande de São Pedro e ainda o Reino de Portugal.⁴⁵

Dessa forma, é possível refutar as afirmações de que São Paulo fora transformada em simples comarca por ter perdido espaço econômico na primeira década do século XVIII, pois conforme afirmou a última autora citada, “se, ao chegar à colônia, muitos agentes mercantis permaneciam no Rio de Janeiro e percorriam os caminhos e vilas de Minas Gerais, Cuiabá, Goiás, Bahia, Pernambuco, Curitiba e Rio Grande (...), uma vez estabelecidos na capital [paulista] com suas lojas de fazenda seca, os sujeitos iam se sedentarizando, realizando viagens de negócios curtas de ‘ida e vinda’, mas constantes, preferencialmente, para a cidade fluminense e para as minas de Goiás. Para aqueles com maiores cabedais, eram seus caixeiros, correspondentes ou pequenos comerciantes, acompanhados por escravos, os encarregados do abastecimento e comercialização em

⁴³ Idem, pp.115-116.

⁴⁴ Idem, pp.134-135.

⁴⁵ Maria Aparecida Borrego, *A teia mercantil, negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, especialmente o capítulo 2: “A circulação de homens e mercadorias”.

outras paragens. O que salta aos olhos, a todo o momento, é o movimento e não a solidão, a integração da cidade de São Paulo com outras áreas coloniais e não o seu isolamento.”⁴⁶

Dessa perspectiva, a capitania de São Paulo passa a ser vista como região economicamente integrada às redes de negócios que articulavam todo o Império Português, deixando de aparecer como região decadente porque desvinculada do comércio atlântico de maior envergadura. Por outro lado, a percepção da posição econômica da capitania no conjunto do Império, por parte da Coroa, poderia justificar tanto o envio do Morgado de Mateus para restabelecer sua autonomia administrativa quanto a fundação da Junta da Fazenda paulista, em 1765.

Além disso, é importante ressaltar que Maria Luísa Marcílio apontou o imenso crescimento populacional da capitania de São Paulo entre os anos de 1690 e 1765, da ordem de 425%, passando de 15000 para 78855 habitantes⁴⁷. Este crescimento se deu, portanto, antes da ampliação da lavoura canavieira, tradicionalmente considerada o ponto de partida para o desenvolvimento paulista de fins do século XVIII. Marcílio demonstrou também o incremento da agricultura paulista durante o século XVIII e início do XIX devido ao incentivo dado pelo aumento populacional, impulsionado pela exploração aurífera e depois pela transferência da capital da América Portuguesa para o Rio de Janeiro.⁴⁸

Em pesquisa recente sobre a economia exportadora na capitania de São Paulo entre 1765 e 1802, Pablo Oller Mont Serrath relativizou o discurso da suposta “pobreza” dessa região, ao mesmo tempo em que defendeu que a economia paulista desse período deixou de ser de subsistência, ou seja, voltada à produção de gêneros consumidos na própria colônia, para dirigir-se ao mercado externo, integrando-se assim, definitivamente, ao chamado “sistema colonial”.⁴⁹ Entretanto, Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, estudando a economia escravista em São Paulo entre 1750 e 1850, já haviam apontado para a inserção da capitania paulista em redes comerciais que a integravam às demais capitanias da América Portuguesa e, portanto, pode-se dizer, às estruturas econômicas engendradas durante o processo de colonização.

⁴⁶ Idem, p.102.

⁴⁷ Maria Luísa Marcílio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*, pp.72-3.

⁴⁸ Idem, p.175 e seguintes.

⁴⁹ Pablo Oller Mont Serrath, *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada. Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*, p.93.

Sendo assim, incluída no movimento de expansão econômica do Império Português, ampliado entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX,⁵⁰ a capitania de São Paulo viu crescer extraordinariamente a produção e exportação açucareira, mas também a produção de gêneros destinados ao mercado interno, tais como gado, arroz, feijão, milho, trigo, algodão e mandioca, nem sempre mencionados nos mapas de exportação do porto de Santos. A maioria dos autores que estudaram a economia paulista nesse período considera o açúcar o motor do desenvolvimento observado na capitania de São Paulo entre fins do XVIII e início do XIX. Dessa perspectiva, o êxito da lavoura açucareira seria resultado da política de fomento a esta cultura implantada pelo Morgado de Mateus e seguida por seus sucessores.⁵¹ Todavia, é importante ressaltar a importância econômica da produção de víveres que acompanhou a ampliação das lavouras de açúcar, além da importância numérica de pequenos e médios produtores, donos ou não de escravos.⁵² Além disso, a expressão econômica do comércio que circulava a partir da capital paulista já era expressiva desde antes o governo do Morgado de Mateus.

Segundo Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, embora a lavoura açucareira tenha dinamizado as relações comerciais paulistas e feito ampliar o uso de escravos africanos no vale do Paraíba e no Oeste, era comum nas fazendas canavieiras e em engenhos a produção de milho, arroz, feijão e porcos em níveis maiores que o necessário para consumo. Também a lavoura cafeeira de inícios do século XIX cresceu em unidades produtivas tradicionalmente voltadas à produção de gêneros de subsistência, especialmente o milho, alimento dos mais importantes em São Paulo, consumido por homens e animais criados e comercializados por paulistas durante todo o século XVIII. Sendo assim, a produção de víveres teria permanecido como parte fundamental da economia paulista entre os anos de 1750 e 1850, formando o alicerce sobre o qual as novas culturas de exportação para o mercado atlântico puderam se desenvolver.⁵³

⁵⁰ Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, especialmente o capítulo IV; José Jobson Arruda, *O Brasil no comércio colonial*, capítulos III e V e, do mesmo autor, o artigo “Expansão colonial e capital mercantil”, in: Tamás Szmrecsányi (org), *História econômica do Período Colonial*.

⁵¹ Ver a este respeito as obras de Maria Thereza Petrone, *A lavoura canavieira*, e de Alice Canabrava, “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo”.

⁵² Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*.

⁵³ Idem, especialmente o capítulo 4: “Subsistência e economia local”.

Foi imenso o crescimento econômico paulista durante o período aqui estudado. Impulsionado pelo extraordinário aumento demográfico da capitania durante todo o século XVIII e pela necessidade de abastecer as minas das Gerais, de Goiás e do Cuiabá, descobertas entre o final do século XVII e o início do XVIII, além da sede do vice-reinado posteriormente estabelecida no Rio de Janeiro (1763), este crescimento econômico fez ampliar as rendas arrecadadas pelo Estado português na região, gerando novas demandas ligadas ao controle da arrecadação fiscal.

As autoridades portuguesas atentaram para esta importante questão administrativa na medida em que exigiram de governadores e magistrados locais lisura nos processos de arrematação e administração dos impostos devidos. A organização da Junta da Fazenda em substituição à antiga Provedoria, em 1765, também fez parte deste movimento, que atingiu diretamente interesses de grupos de produtores e negociantes estabelecidos na São Paulo colonial.

b) A administração fazendária paulista no século XVIII e a instituição da Junta da Fazenda

“O Ex.^{mo} General desta Capitania me consulta a respeito da mudança do cofre para a Cidade de São Paulo, a qual fica distante desta Praça [de Santos] dous dias de viagem, o mais breve, passando duas léguas de mar, e depois uma serra escabrozíssima, chamada do Cubatão, o meu parecer foi que o cofre se devia conservar nesta Praça, onde sempre teve o seu estabelecimento [...]; não podia o cofre estar tão distante do Provedor, nem este desamparar a Alfândega, de que é juiz [...] e pelo que respeita à Vedoria, ser esta Praça a principal aonde está incorporado o militar e as Fortalezas mais perto, e S. Paulo ser quase sertão, onde só preziste uma Companhia destacada, e ainda para as fianças de todos os contratos são melhores desta Praça, que daquela Cidade, que só consiste os bens em escravos, que as terras, e casas pouco valor tem [...].”⁵⁴

⁵⁴ *Documentos interessantes...*, v.23, p.271, Representação do Provedor da Fazenda de São Paulo, José Honório de Valadares Alboim, 04/12/1765.

O trecho acima foi retirado do parecer do provedor da Fazenda da capitania de São Paulo, José Honório de Valadares e Alboim, quando consultado acerca da transferência do cofre da capitania, antes estabelecido em Santos, para a cidade de São Paulo; mudança necessária para a organização da Junta da Fazenda mandada estabelecer em 1765 pelo novo governador, o Morgado de Mateus.

Entre 1748 e 1765, São Paulo não constituía uma circunscrição administrativa autônoma e definida, mas a supressão do predicado de “capitania” não parece ter causado grande impacto econômico, produtivo ou populacional, conforme visto acima. É certo que deixou de ingressar na Provedoria rendas oriundas das capitanias que antes lhe eram subalternas, situação em curso desde o desmembramento das capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Esta imagem de “quase sertão” atribuída à cabeça de comarca da região⁵⁵ remete a outras imagens presentes nos discursos contemporâneos e recorrentes na bibliografia mais tradicional sobre São Paulo setecentista, que caracterizavam não só a cidade como toda a capitania como região pobre e decadente, pouco integrada às políticas mercantis e de produção metropolitanas. Tais imagens também foram apropriadas para justificar a supressão da autonomia administrativa paulista em 1748, embora os motivos oficiais alegados na documentação de época fossem essencialmente militares, ligados à necessidade de manter as tropas do sul da América Portuguesa sob um único comando, então representado pelo vice-rei Conde de Bobadela, a fim de fazer frente à presença de espanhóis na fronteira do Rio Grande de São Pedro.

O período de dezessete anos em que a capitania de São Paulo perdeu sua autonomia administrativa é considerado por memorialistas contemporâneos como Marcelino Pereira Cleto e José Arouche de Toledo Rendon, e também por historiadores como Caio Prado Jr., Maria Thereza Petrone, Maria de Lourdes Viana Lyra e Alice Canabrava, embora sob perspectivas diferentes, ora como causa para o estado de “decadência” a que São Paulo fora relegada, ora como efeito da “pobreza” resultante da descoberta de ouro nas minas das Gerais e de Goiás (causada pelo abandono da agricultura e pelo esvaziamento demográfico).

⁵⁵ São Paulo foi elevada de vila à cidade em 1711, era a única municipalidade com esta distinção em toda a capitania.

Partindo dessas premissas, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr. descreveu o planalto paulista como “caso particular e especial”, “nó de comunicações” e “zona de passagem”, precocemente ocupada, mas economicamente estagnada e decadente durante quase todo o século XVIII. Para este autor, só no final desse período São Paulo começaria a “recuperar as forças exauridas em dois séculos de aventuras” e inauguraria, “na base mais estável da agricultura”, leia-se agricultura voltada à exportação com o Reino, um período de expansão e prosperidade que duraria até o século XX.⁵⁶ Caio Prado considerou a existência de lavouras especializadas na produção de gêneros de subsistência, variando desde a grande propriedade até as pequenas roças, entretanto, como não era este o tipo de atividade que dava “sentido” à economia colonial não teria a mesma importância da grande lavoura monocultora e escravista, representada primeiro pelo açúcar e depois pelo café, para a formação da sociedade.

De acordo com estudos clássicos sobre a história do Brasil colonial, tais como o de Caio Prado Jr. acima citado, John Monteiro limitou a expansão econômica paulista ao término do movimento bandeirante de apresamento indígena, mão-de-obra fundamental das lavouras de cereais paulistas dos séculos XVI e XVII. A partir da decadência da exploração da terra por braços de nativos e do advento das minas, iniciar-se-ia um período de pobreza e de decadência que marcaria a primeira metade do século XVIII paulista⁵⁷.

Outros autores também descreveram a São Paulo setecentista como região economicamente acanhada, se comparada ao restante da América Portuguesa. Assim, tanto Maria de Lourdes Viana Lyra, que levantou o montante arrecadado pela Real Fazenda nas arrematações dos dízimos em São Paulo até a década de 1780, quanto Maria Thereza Petrone, que analisou o desenvolvimento da produção canavieira na capitania, ressaltaram a limitação econômica da região paulista até pelo menos 1765, quando da sua restauração política e início do processo que levaria à expansão da produção de relevância comercial representada pelo açúcar.⁵⁸

⁵⁶ Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, p.58-60.

⁵⁷ John Manuel Monteiro, *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*.

⁵⁸ Ver Maria de Lourdes Viana Lyra, *Os Dízimos reais na Capitania de São Paulo* e Maria Thereza Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo*.

Em artigo considerado clássico para o estudo da economia paulista do século XVIII, Alice Canabrava⁵⁹ fundamentou o conceito de riqueza para a capitania de São Paulo na propriedade de objetos, móveis, utensílios, mas principalmente escravos, mercadorias de alto valor de troca. Chega à conclusão, corroborada pelos relatos setecentistas, de que a grande maioria da população paulista vivia miseravelmente, dispersa pelos matos, empregada na lavoura de auto-abastecimento familiar típica do período, dada a inexistência de correntes de exportação que valorizassem a produção da capitania.⁶⁰ Mesmo Maria Thereza Petrone parece ter comungado desta opinião, pois situa a “transformação” econômica de São Paulo baseada na comercialização de um gênero rentável a partir do momento da introdução da cultura da cana.

Tanto Petrone quanto Canabrava consideraram a existência de produção e de vias de comércio interno ligadas a São Paulo já no período anterior ao governo do Morgado de Mateus. Alice Canabrava frisou a “importância da atividade comercial na capitania decadente”⁶¹, principalmente aquela relacionada às rotas de abastecimento e de pouso que ligavam as capitanias do sul às Gerais e o litoral ao Mato Grosso e a Goiás, estimulando o comércio de gado e a produção de gêneros agrícolas e artesanais em São Paulo⁶². Esse tipo de atividade comercial teria engendrado um processo de acumulação de riqueza na capitania paulista anterior ao advento da *plantation* de exportação, e teria sido um dos fatores do êxito desta.⁶³ Também Maria Thereza Petrone levantou a hipótese de que uma pequena parte dos capitais oriundos do comércio, especialmente aqueles gerados pela compra e venda de gado, foram aplicados na produção açucareira da segunda metade do século XVIII. Para esta autora, desde a década de 1740 o gado desempenhava papel de destaque na vida econômica de São Paulo, onde as bestas e reses criadas no Rio Grande de São Pedro e nos Campos Gerais eram redistribuídas aos centros consumidores do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da própria capitania paulista, ligados, principalmente, à produção agrícola.⁶⁴

⁵⁹ Alice Canabrava, *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/1767*.

⁶⁰ Idem, p.104.

⁶¹ Idem, p. 116.

⁶² Idem, pp.116-118.

⁶³ Idem, p.123.

⁶⁴ Ver a este respeito as obras de Maria Thereza Petrone, *A lavoura canavieira*, p.59 e *O Barão de Iguape*, especialmente a introdução e os capítulos I e IX.

Todavia, embora estas duas autoras considerem o comércio a atividade paulista mais lucrativa durante o século XVIII, tendem a ver nas ordens produzidas pelo Morgado de Mateus no intuito de fomentar a lavoura paulista o início de um processo que gradativamente integraria a capitania ao mercado de gêneros exportáveis e, portanto, a uma economia realmente de mercado, visto que lucrativa. A partir de então, São Paulo cumpriria sua verdadeira função de colônia, qual seja, a de gerar rendas para a metrópole.

Boa parte das análises sobre São Paulo neste período baseiam-se nos escritos deixados por governadores e demais autoridades ilustradas que atuaram na administração paulista, tal como o Morgado de Mateus que, logo depois de chegar a São Paulo, escreveu ao então Conde de Oeiras, dando conta do estado em que encontrou a capitania. Para ele, a principal causa do abandono paulista era o “mau método da lavoura” que se praticava, fundamentado no uso de mata virgem; pois a maioria dos lavradores viveria dispersa pelo mato, “metidos pelas roças”, vivendo em “suma preguiça” e negligência.⁶⁵

Alguns anos depois, Marcelino Pereira Cleto criticaria asperamente a atuação do Morgado de Mateus em terras paulistas, mas em sua *Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e o modo de restabelecê-la*, de 1782, escrita quando ocupava o cargo de Juiz da Alfândega e de Fora de Santos⁶⁶, também apontou o abandono da agricultura paulista e a necessidade de integrá-la ao comércio de gêneros de exportação localizando as causas da decadência da região na descoberta do ouro e na má administração.⁶⁷

Seis anos depois, José Arouche de Toledo Rendon apontou causas diversas para explicar a “decadência” de São Paulo. Bacharel formado em Coimbra, membro de uma família bastante tradicional sediada na cidade de São Paulo e na vila de Santana do Parnaíba desde o século XVII, com ramificações no Rio de Janeiro, atuou como produtor e negociante e ocupou cargos importantíssimos na capitania. As suas *Reflexões Sobre o Estado em que se acha a Agricultura na Capitania de São Paulo*, de 1788, convergem em

⁶⁵ *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, carta ao Conde de Oeiras, datada de 23 de dezembro de 1766, v.23, p.1 a p.10.

⁶⁶ Segundo indicações do Secretário de Governo de São Paulo, Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro, em sua *Memória em que se mostra o estado econômico, militar e político da Capitania Geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Illm. E Exm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma...*, o cargo de Juiz da Alfândega de Santos esteve anexo ao de Juiz de Fora da mesma vila até 1802.

⁶⁷ Marcelino Pereira Cleto, *Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e o modo de restabelecê-la*, p. 27.

alguns pontos com a *Dissertação...* de Pereira Cleto; principalmente no que diz respeito à necessidade de fazer o litoral e o sertão produzirem mais a partir da reorganização da mão-de-obra local e de medidas governamentais que racionalizassem a estrutura tributária paulista. Todavia, Rendon relaciona a “decadência” paulista diretamente à legislação pombalina que decretara a “liberdade” dos indígenas, promulgada entre os anos 1755 e 1758. Desde então, este segmento populacional, tido pelo autor como “o mais vadio de todos”, teria passado a plantar apenas para o próprio sustento, tornando-se inútil ao Estado.⁶⁸ Para Rendon, São Paulo sairia da “decadência” em que jazia a partir do momento em que as autoridades locais fizessem com que tanto indígenas quanto “livres não aldeados” cultivassem a terra; para ele, as causas da “decadência” paulista não estavam na perda de população e comércio causada pelo advento e exploração das minas, como preconizara Pereira Cleto, mas relacionavam-se às conseqüências do restabelecimento da autonomia administrativa paulista sobre as estratégias de controle da mão-de-obra livre disponível.

Os exemplos de relatos sobre a “decadência” e “pobreza” da capitania de São Paulo, escritos entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, bem como as variáveis que teriam causado a estagnação econômica da região, poderiam se multiplicar.⁶⁹ Todavia, o que se pretende ressaltar aqui é que estes relatos, antes de representar realidades sócio-econômicas sobre São Paulo no período, indicam que funcionários e burocratas contemporâneos formularam registros acerca da capitania em meio a conflitos de interesses que permeavam as disputas políticas nas quais estavam envolvidos, mas que foram tomados como dados fundamentando a criação de saberes sobre a história paulista que só recentemente passaram a ser questionados pela historiografia sobre o tema.

Conforme já indicamos acima, durante o século XVIII a produção da capitania de São Paulo não estava totalmente voltada para o comércio externo via Reino, o que favoreceu a construção da imagem de uma região diferenciada, ligada à produção e ao comércio de abastecimento de gêneros de subsistência, mas não voltada ao mercado

⁶⁸ José Arouche de Toledo Rendon, *Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo*, pp.2-18.

⁶⁹ Ver a este respeito minha dissertação de mestrado, *Entre a decadência e o florescimento. São Paulo na versão de memorialistas e autoridades públicas. 1782-1822*.

propriamente dito.⁷⁰ Daí o discurso da “decadência” ou do baixo desenvolvimento da agricultura, reiterado por parte dos autores anteriormente citados.⁷¹

Os estudos sobre demografia e economia paulistas que abordam o período colonial também costumam diferenciar as regiões produtoras paulistas dividindo a capitania em cinco porções principais: a primeira seria a capital e seu entorno, núcleo de expansão para o interior; a segunda o vale do Rio Paraíba, caminho para as regiões consumidoras de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (subdividido entre o sul, mais ligado à cidade de São Paulo, e o norte, ligado à capitania fluminense através dos portos de São Sebastião e Ubatuba); o Oeste Paulista constituía a terceira região, ligando São Paulo aos centros mineradores interiores e local onde se desenvolveu com maior intensidade a lavoura de cana de açúcar; tido como a quarta região, o litoral se apresenta dividido entre o sul (de Santos até Itanhaém, considerado área “relativamente pobre”) e o norte (de Santos até a fronteira com o Rio de Janeiro, exportador de açúcar, aguardente e gêneros de subsistência a partir dos portos de Ubatuba e São Sebastião); a última região era a do Caminho do Sul, que ligava a cidade de São Paulo e a vila de Sorocaba (local onde se realizava a mais importante feira de gado da capitania) aos campos de Curitiba e do Rio Grande de São Pedro (centros criadores que abasteciam as minas e o Rio de Janeiro).⁷²

Maria Luíza Marcílio, anos antes, partiu de divisão bastante semelhante para caracterizar a capitania de São Paulo e analisar a distribuição populacional e o crescimento demográfico paulistas, estreitamente ligados à ampliação da lavoura de gêneros de subsistência e de açúcar entre 1700 e 1836. A autora definiu as mesmas cinco regiões citadas por Luna e Klein: Vale do Paraíba, arredores da capital São Paulo, litoral, caminho do sul e oeste paulista, mas ressaltou que esta divisão de caráter administrativo e econômico se sobrepunha às divisões eclesiásticas, definidas pelo bispado e suas

⁷⁰ A economia de subsistência consiste na produção agrícola de bens de consumo imediato e para o mercado local, possui, portanto, algum caráter mercantil, diferindo assim da economia de auto-subsistência ou natural, mas não é caracterizada como “economia de mercado” por não estar voltada unicamente a esta função. No período em questão, a capitania/província de São Paulo produzia gêneros de subsistência que eram exportados também para as praças do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o que, a nosso ver, amplia a noção de “mercado local”, pois leva a crer que se tratava de uma produção de gêneros que visava lucro.

⁷¹ Referimo-nos às obras já citadas de Alice Canabrava, Caio Prado Jr., Maria de Lourdes Viana Lyra, e Maria Thereza Petrone.

⁷² Tal divisão é apresentada por Francisco Vidal Luna e Herbert Klein em *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*, cf. Capítulo 1: São Paulo até 1800.

freguesias, e militar, geralmente organizada pelas vilas e seus termos cuja população masculina compunha as companhias de ordenanças.⁷³

De qualquer forma, entre os cronistas e administradores do período posterior à restauração da autonomia de governo paulista, a principal divisão que se fazia da capitania era entre as terras do litoral e as de “serra acima”, dada a impressão marcante que a Serra do Mar imprimia à geografia paulista, dificultando a comunicação entre o planalto e os portos marítimos.

Em 1748, quando deixou de ser nomeado governador para São Paulo, os principais órgãos administrativos da capitania passaram da capital para a vila de Santos, importante porto e praça comercial paulista. Era nesta praça e na cidade de São Paulo que se concentravam os principais negociantes e as maiores fortunas paulistas levantados pelos censos do século XVIII. Em termos propriamente administrativos, a subordinação ao Rio de Janeiro representou um rearranjo de forças, pois entre 1748 e 1765 a Provedoria da Fazenda, a Casa de Fundição, a Ouvidoria e o Regimento Militar ficaram estabelecidos na vila santista. Cabia ao governador de armas dessa praça o governo militar da capitania, além de uma série de outros encargos administrativos que antes cabiam ao capitão-general.⁷⁴ O governador da Praça de Santos ficou responsável, ainda, pela cobrança dos direitos reais, pelo cumprimento de leis emanadas da metrópole e pela confecção de obras públicas. Também o ouvidor residente nessa vila passaria a receber ordens diretas da metrópole, ao mesmo tempo em que as câmaras ampliavam seu campo de ação e entravam em conflito tanto com o ouvidor quanto com outras autoridades.⁷⁵

Na Carta Régia de 9 de maio de 1748 na qual o rei comunicou a Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro, sua resolução de extinguir a capitania de São Paulo, subordinando as comarcas de São Paulo e Paranaguá ao governo fluminense, foi determinado que o governador da Praça de Santos administrasse “todo o militar” das duas comarcas, ficando subalterno ao general do Rio de Janeiro. Entretanto,

⁷³ Maria Luíza Marcílio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*, pp.131-141.

⁷⁴ Vide a este respeito a descrição de Marcelino Pereira Cleto acerca dos encargos do governador de armas de Santos durante o período em que São Paulo esteve sujeita ao Rio de Janeiro, constante de sua *Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la* (1782), pp.24-33.

⁷⁵ Sobre o governo de São Paulo entre 1748 e 1765, ver o primeiro capítulo da obra de Heloísa Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*.

não foram definidos os limites das outras jurisdições sob responsabilidade do governador de armas de Santos, ou do provedor e ouvidor residentes nessa vila.⁷⁶

Esta indefinição acabou por causar atritos entre as autoridades santistas e o governador sediado no Rio de Janeiro. Dessa forma, em 13 de julho de 1750, Gomes Freire escrevia ao juiz de fora de Santos, João Vieira de Andrade, repreendendo-o por não reconhecer a autoridade do general num caso de deserção de dois soldados da guarnição paulista, os quais o dito juiz sentenciou, ordenando que fossem enviados para a Relação do Estado. O general acabou concluindo em termos bastante ásperos: “... espero que V. M. fazendo a devida reflexão considere bem esta sua determinação se me não quer dar mais provas de que no seu conceito é essa guarnição e V. M. independente da minha Pessoa.”⁷⁷ No dia seguinte, foi a vez do general escrever para o governador de armas de Santos, Luiz Antonio de Sá Queiroga, sobre o mesmo assunto, lembrando-lhe “confesso a V. S. me persuadia eu não serem necessárias mais ordens de S. Maj.^{de} para em essas Comarcas se saber que o mesmo Sñr, lhe tirou o prediado de Capitão-general e as uniu a esta do Rio de Janeiro, como parte dela; não sinto que o Juiz de Fora me quisesse disputar o referido, sim estranho (não sendo os delitos dos excetuados) como V. S. teve a bondade de consentir em a remessa sem ser para virem os Réus a ser de mim julgados, como Capitão-general destas e dessas Comarcas [...], não deve V. S. concorrer para semelhante tentado.”⁷⁸ Aparentemente, tratava-se de um assunto de ordem militar que poderia, então, ser encaminhado pelo governador de armas de Santos, entretanto, Gomes Freire não pensava assim e requeria sua jurisdição no julgamento e condenação de soldados e oficiais das tropas e guarnições sob seu comando geral.

Anos depois, em 1762, os oficiais da Câmara de São Paulo enviaram uma representação ao rei D. José I pedindo a nomeação de um novo governador a São Paulo. Consideravam que tal medida se fazia necessária para que houvesse uma autoridade capaz de se opor aos ouvidores, que estariam cometendo várias irregularidades desde o ano de 1748. Declaravam também que o então governador de armas de Santos, Alexandre Luís de

⁷⁶ Carta régia de 09 de maio de 1748, para Gomes Freire de Andrada, sobre a extinção da Capitania de São Paulo. *Apud* Myriam Ellis, *op. cit.*, pp.213-214.

⁷⁷ Carta de Gomes Freire de Andrada ao Juiz-de-Fora de Santos sobre a subordinação deste governo ao Rio de Janeiro, de 13 de julho de 1750. *Apud* Myriam Ellis, *op. cit.*, pp.209-210.

⁷⁸ Carta de Gomes Freire de Andrada ao Governador de Santos sobre a subordinação desta praça e de suas autoridades ao governo do Rio de Janeiro, 14 de julho de 1750. *Apud* Myriam Ellis, *op. cit.*, p.210.

Sousa Meneses, estava apto a ocupar o posto de capitão-general, desde que o fizesse a partir da cidade de São Paulo.⁷⁹

Choques entre autoridades santistas e demais administradores paulistas continuariam a ocorrer, principalmente durante o período de reorganização da autonomia administrativa da capitania. Assim que aportou em Santos, em 22 de julho de 1765, o Morgado de Mateus conquistou seus primeiros adversários políticos, pois ao ocupar o mais alto posto administrativo da capitania acabou por restringir o campo de ação do ouvidor, do provedor da fazenda e do governador de armas sediados na praça santista; ao mesmo tempo em que desprestigiou a vila ao transferir para o planalto os principais órgãos administrativos paulistas.

Sendo assim, em 1768, a câmara de Santos recorria ao governo metropolitano solicitando que o governador e o provedor da Fazenda voltassem a residir nessa vila. O mesmo pedido havia sido feito ao Morgado de Mateus pouco antes, porém sem lograr o efeito esperado pelos santistas. Estes alegavam que o porto de Santos era a “chave” da capitania e que a ida do general e de parte dos soldados que aí assistiam para São Paulo expunha a vila ao ataque de inimigos. Além disso, o provedor da fazenda também exercia os postos de juiz da Alfândega e de juiz conservador de vários contratos das rendas reais e sua ausência prejudicaria tanto contratadores quanto navegantes que precisassem de seus serviços. A fim de remediar tamanho mal, pediam que ao menos lhes fosse devolvido um governador de armas que zelasse pelas fortalezas locais, no que acabaram sendo atendidos anos depois.⁸⁰

Importante ressaltar que a concentração do conflito administrativo entre Santos e a cidade de São Paulo não significa que os grupos mais duramente atingidos pelas medidas do Morgado aí se estabelecessem com lavoura e comércio. Porém, a qualidade de sede administrativa da comarca subordinada e de principal porto de escoamento da produção que circulava legalmente por via atlântica (sede da única Alfândega de mar da capitania) dá voz aos juízes e demais administradores e militares estabelecidos na vila santista, muito

⁷⁹ Representação dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo..., de 30 de setembro de 1762. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo. Catálogo II (1618-1823)* - Mendes Gouveia, documento 2180.

⁸⁰ Representação dos oficiais da Câmara de Santos a D. José..., de 6 de agosto de 1768. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo. Catálogo II (1618-1823)* - Mendes Gouveia, documento 2445.

provavelmente envolvidos através de alianças ou desavenças, com produtores e negociantes sediados em Serra Acima e nos demais portos paulistas, especialmente aqueles ligados ao comércio com o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, todos ciosos das liberdades e dos lucros adquiridos num período em que qualquer fonte de poder que representasse diretamente a monarquia parecia distante.

Já no ano de 1761, portanto durante o período de subordinação de São Paulo ao governo do Rio de Janeiro quando a Provedoria da fazenda ainda era a única responsável pela arrecadação e aplicação das rendas reais na capitania de São Paulo, um decreto ordenara que o governador da Praça de Santos, Alexandre Luís de Sousa, estabelecesse em sua residência um cofre de três chaves e as distribuisse entre o provedor da Fazenda, o almoxarife e o escrivão da Provedoria. O documento ordenava a estes três homens que recolhessem os rendimentos e fizessem os pagamentos da provedoria sempre em conjunto, a fim de acudir às desordens na arrecadação das rendas reais,⁸¹ indicando a existência de possíveis desvios de rendas ou de pagamentos ilícitos feitos por parte do provedor e do almoxarife da Provedoria, até então responsáveis pelo cofre.

Anos depois, o então provedor José de Godói Moreira compôs a “Relação de como principiou a Provedoria da Capitania de São Paulo, e do Estado dela”⁸², uma espécie de histórico da provedoria paulista, acompanhado de listas contendo as rendas reais anuais. Este documento não é datado, mas parece ser da década de 1760 e, provavelmente, foi solicitado quando da decisão de restaurar a capitania de São Paulo. Ao relato da instituição da Provedoria paulista segue uma espécie de defesa de seu autor, na qual o provedor alega as perdas sofridas e os sacrifícios empenhados na administração dos poucos recursos de uma capitania pobre e alijada de suas principais fontes de renda.

Segundo o documento achava-se arrematado o “Subsídio dos molhados”, tributo criado em 1700 para pagamento do ouvidor e que recaía sobre as bebidas vendidas nas vilas paulistas; o rendimento dos Dízimos; o Contrato da Pesca das Baleias; o rendimento dos Cruzados do Sal e o Contrato das Entradas das Minas, todos perfazendo um total de

⁸¹ Arquivo Nacional – RJ, Provedoria da Fazenda Real da Praça de Santos, Códice 456, 1761-1774, fl.2.

⁸² Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, livro 4064 “Livro da Provedoria da Capitania de São Paulo-1779-1789”, fls.1 a 6. Documento transcrito em meio a pareceres da Contadoria Geral da Relação do Rio de Janeiro, África Ocidental e Ásia Portuguesa, datados de 1779, elaborados com vistas a equilibrar as contas da Junta da Fazenda de São Paulo, onerada com o sustento das tropas levantadas em 1775 para atender os conflitos no Rio Grande de São Pedro.

14:150\$000 réis⁸³. Além desses rendimentos, a Provedoria paulista teria o direito de receber, anualmente, a metade dos rendimentos dos animais que passavam pelo Registro de Curitiba, direitos de passagem, quatro cruzados devidos pela Provedoria do Rio de Janeiro, os direitos de entrada recolhidos em Vila Rica e duas arrobas de ouro vindas da capitania de Goiás por ordem estabelecida em 1746 que, entretanto, nunca fora cumprida. Segundo o provedor, outras rendas teriam sido dolosamente retiradas da provedoria, tais como os contratos da capitania de Minas Gerais que passaram para a provedoria do Rio de Janeiro em 1709, o ouro das minas de Goiás e Cuiabá retirados da provedoria paulista em 1737 e os Meios Direitos do Registro de Curitiba entregues a Casa de Tomé Joaquim da Costa Corte Real em mercê de juro e herdade.⁸⁴

O provedor julgava que se todas estas rendas voltassem a ser arrecadadas a Provedoria poderia recolher os 38 contos de réis necessários para a manutenção das contas de São Paulo naquele período. José de Godói Moreira, que a esta altura estava sendo acusado de malversação das rendas reais, passa então a defender sua atuação à frente da Provedoria alegando que:

“Sendo proposto as causas do estado desta pobre provedoria, que depois de ver-se na posse daquilo que as outras hoje se utilizam, se vê nos termos de pedir esmolas, e o Provedor dela, cujo zelo não é oculto ao conhecimento dos bons, estimado talvez por pirata, sem jamais pensar cair nessa falta, no conceito dos que só lhe importa que o dinheiro lhe esteja prontificado, saia este de donde sair, ainda que o mesmo Provedor roube para isso, porque em lhe satisfazendo logo há de ser outro que não é, nem poderá ser enquanto Sua maj.^{de} não der suficiente cabedal a esta provedoria, e não ordenar o mesmo Senhor ao Provedor que não duvide do que se quiser executar, e despender da Real Fazenda, para que assim possa ter ocasiões o mesmo provedor de ser menos mau, porque se persuadem os mandadores, que o duvidar-se alguns dos seus mandos, vale o mesmo que desobedecê-los, e fazendo disso duelo entram no rompimento de acumular erros e faltas de g.^{me}[?] de quem com todo o zelo, e desvelo cuida em saber servir a S. Maj.^{de} como seu Rei e Senhor com o

⁸³ Catorze contos, cento e cinquenta mil réis.

⁸⁴ Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, livro 4064 “Livro da Provedoria da Capitania de São Paulo-1779-1789”, fls.1 a 6.

mais íntimo afeto e fidelidade, além de toda a pessoal diligência, ainda com o seu pequeno patrimônio tem suprido as várias despesas da Provedoria[...]"⁸⁵

José de Godói Moreira viria a falecer em 1765, antes de conhecer o novo capitão-general, Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, que tratou diretamente com seu sucessor, José Onório de Valadares e Alboim. O novo capitão-general permaneceu por nove meses na vila de Santos, descontentando os camaristas da cidade de São Paulo que só conseguiram lhe dar posse em abril de 1766. Durante sua estada naquela vila, o Morgado não só se inteirou do estado militar e econômico de São Paulo, mas ordenou a execução de um amplo recenseamento e mandou estabelecer a Junta da Fazenda em substituição à antiga Provedoria que, aliás, encontrava-se completamente desfalcada pelo provedor recém falecido, que permanecera no cargo por vinte e oito anos consecutivos. Já em 1767 todos os bens móveis, dinheiro, ouro e prata pertencentes a Godói Moreira haviam sido recolhidos no cofre da Provedoria para que se liquidasse as contas do tempo em que serviu como provedor, o seqüestro de seus bens subia a 15:514\$050 réis dos quais 8:715\$111 réis comprovadamente pertenciam à Real Fazenda⁸⁶. Entretanto, a pendenga entre a Real Fazenda e os herdeiros de Moreira se arrastou até 1774, quando ainda corriam acusações relativas à falta de recolhimento do imposto do sal e à omissão quanto à má conduta do então almoxarife, Bento de Castro Gomes.⁸⁷

Por aí se vê o quanto foi possível às autoridades paulistas burlar o controle metropolitano durante o período de subordinação ao Rio de Janeiro e o quanto se fazia necessário organizar a nova Junta da Fazenda segundo os moldes estabelecidos pelo Erário Régio. Seguindo as instruções metropolitanas, a nova Junta da Fazenda foi composta pelo capitão-general, o ouvidor e o novo provedor, autor da citação que abriu este texto. Como pudemos ver, Alboim recusou transferir-se com o cofre para o planalto alegando os inconvenientes de manter o cofre tão distante da principal praça comercial da capitania, ou seja, Santos, e a impossibilidade de abandonar seu posto de Juiz da Alfândega e a

⁸⁵ Idem, fls.3 e 4.

⁸⁶ Arquivo Nacional – RJ, Provedoria da Fazenda Real da Praça de Santos, códice 456, 1761-1774, fl.5.

⁸⁷ Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro de Registo das representações feitas aos Inspector Geral do Erário Régio, fls.30-32, 11/07/1774.

administração de contratos reais a ele sujeitos.⁸⁸ Por outro lado, o ouvidor e corregedor da comarca de São Paulo, terceiro membro da Junta, era favorável à transferência do cofre para a capital, pois a seu ver isso impediria os empregados da provedoria de “negociarem, e distraírem os dinheiros de S. Majestade, aplicando-os com dolo, e em grande prejuízo das partes para que eram destinados: já me consta não querem ser Almoxarifes depois que V. Ex^a fez recolher o cofre á junta...”⁸⁹, indicando que a permanência do cofre em Santos propiciaria a continuação de desvios de rendas públicas, anteriormente praticados. Além disso, em documento de 1767, o próprio governador alegava que a única consequência da transferência do cofre para o planalto fora que passou a circular mais dinheiro na cidade de São Paulo que na Vila de Santos.⁹⁰

Era deste cofre que saíam todos os pagamentos de cômputos, das tropas e dos magistrados e para onde iam os depósitos referentes aos tributos arrematados a terceiros ou administrados por funcionários. Sendo assim, os atos do provedor podem ser melhor compreendidos se considerarmos que, com a transferência do cofre para o planalto, o dinheiro da Real Fazenda passou a andar por outros caminhos e, provavelmente, em outras mãos, saindo do controle do provedor que além de ser o principal responsável pela distribuição e arrecadação das rendas reais antes da criação da Junta da Fazenda, acumulava ainda os cargos de juiz de fora de Santos, e portanto era o presidente da câmara dessa vila, e de juiz da Alfândega, tribunal responsável pela cobrança dos direitos de entrada e de saída de todos os gêneros que circulavam pelos portos paulistas. Ao ocupar estes cargos, tanto Godói Moreira quanto Alboim certamente se viram envolvidos por grupos de negociantes e de potentados locais que poderiam considerar a proximidade do novo governador prejudicial ou limitadora de seus interesses mais imediatos, ligados ao comércio com o Reino ou com outras regiões da América portuguesa e espanhola.

Junto com suas instruções de governo, o Morgado recebeu uma Carta Régia cujo objetivo era garantir à Coroa a correta arrecadação das rendas reais. Nela, Sua Majestade determinava que se abrisse um livro na Junta da Fazenda a ser estabelecida no qual se registraria toda a receita e despesa da Real Fazenda, nomes dos pagadores e recebedores e

⁸⁸ “Termo da Junta da Fazenda”, datado de Santos em 28 de janeiro de 1766. In: *Documentos interessantes...*, v.15, p.40-51

⁸⁹ Idem, p.54.

⁹⁰ *Documentos interessantes...*, v.23, p.271, Representação do Provedor de 04/12/1765, e p.270, Resposta do Capitão-general requerida por Sua Majestade através do Conselho Ultramarino, respectivamente.

dias de vencimento dos pagamentos; quanto às despesas, deveria constar se pertenciam à folha eclesiástica, civil ou militar e a data do pagamento. Também as remessas enviadas à Corte deveriam ser listadas com exatidão e remetidas ao então Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, na qualidade de inspetor do Real Erário.⁹¹

Anos depois, ainda durante o governo do Morgado de Mateus, exigia-se do provedor que provasse as ordens nas quais se fundava para proceder a pagamentos e demais retiradas do cofre.⁹² Ao que tudo indica, José Honório de Valadares e Alboim não foi feliz em sua defesa, pois pelo menos desde 1772 havia sido afastado do exercício do cargo de provedor, sendo acusado pela Junta da Fazenda, então composta pelo governador, pelo ouvidor (Salvador Pereira da Silva), pelo procurador da Coroa e Fazenda (José de Sampaio Peixoto) e pelo provedor interino (José Gomes Pinto de Moraes), de prejudicar a Real Fazenda ao favorecer os herdeiros do provedor anterior no processo de seqüestro dos seus bens para o resguardo das rendas reais devidas.⁹³

As ordens que alteraram a forma de arrecadação da rendas reais em São Paulo, culminando na estruturação da Junta da Fazenda, estavam diretamente relacionadas à fundação do Erário Régio em 1761. Este tribunal foi criado em substituição à antiga Casa dos Contos do Reino, o objetivo dessa medida foi reorganizar e centralizar o controle das receitas e despesas públicas no Reino e nos Domínios Ultramarinos portugueses⁹⁴ através da correta arrecadação das rendas reais e do combate às apropriações indevidas por parte dos funcionários da Fazenda, cujas responsabilidades sobre a coleta e pagamentos de dinheiros públicos favorecia desfalques.⁹⁵

Todavia, embora as ordens para a correta escrituração da receita e despesa da Provedoria e, depois, da Junta da Fazenda de São Paulo, fossem constantes, demoraria até que novo sistema funcionasse nas paragens paulistas, se é que algum dia ele foi realmente

⁹¹ Arquivo Nacional, Provedoria da Fazenda Real de Santos, código 445, v.20, Carta Régia a Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, Governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo e Santos, 07/03/1765, fl.[15]

⁹² Arquivo Nacional – RJ, Provedoria da Fazenda Real de Santos, código 445, v.20, Provisão de 19/03/1769, [fl.38v-39]

⁹³ Carta da Junta da Fazenda Real da capitania de São Paulo para D. José I..., de 4 de dezembro de 1772. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo. Catálogo II (1618-1823)* - Mendes Gouveia, documento 2616.

⁹⁴ Sobre a organização da Casa dos Contos e do Erário Régio conferir, *Origem e evolução do Tribunal de Contas de Portugal*, especialmente capítulos 1 e 2 da parte I.

⁹⁵ Sobre as possibilidades de desfalques cometidos por funcionários da Fazenda dos domínios ultramarinos, ver o artigo citado de Russell-Wood, “Governantes e agentes”, especialmente pp.182-183.

eficaz. A fim de acudir a estes problemas, ainda em 1774 uma provisão régia comunicava o envio de Sebastião Francisco Bettâmio para ocupar o cargo de escrivão e deputado da Junta da Fazenda de São Paulo com ordens para estabelecer uma contadoria e um melhor método para a sua organização, acudindo à “falta de ordem” da junta paulista.⁹⁶ Bettâmio saíra de Portugal em 1767, na qualidade de auditor, a fim de implantar o sistema de contabilidade de partida dobrada em várias capitanias americanas, tendo prestado serviços especializados na área fiscal na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande de São Pedro.⁹⁷

Seguindo o movimento de reorganização das finanças dos Domínios Ultramarinos, pouco depois, em 1775, o posto de provedor da Fazenda de São Paulo foi abolido e novos oficiais passaram a compor a Junta da Fazenda, entre eles os dois contadores trazidos pelo governador então nomeado, Martim Lopes Lobo de Saldanha, e um escrivão.⁹⁸ Ademais, os pedidos para o periódico e correto envio das relações de receita e despesa da Junta da Fazenda da capitania de São Paulo foram recorrentes até pelo menos a década de 1790, quando este tipo de provisão diminui dentre as demais ordens emitidas pelo Erário à Junta paulista.

Eram atribuições das Juntas da Fazenda arrecadar as rendas reais produzidas na capitania em questão e, com elas, fazer os pagamentos das folhas civil (professores, ouvidores, provedores, oficiais de justiça e fazenda, juízes), militar (governador, engenheiros, oficiais e soldados, munições, construção e manutenção de fortalezas, alimentos dos militares e milicianos em campanha) e eclesiástica (côngruas dos párocos, cônegos e bispo, manutenção das igrejas). Além disso, deviam financiar obras públicas, enviar as quantias devidas à Coroa, coletar contribuições e donativos voluntários, arrematar ofícios e contratos e administrar a coleta de rendas não arrematadas em praça.

Conforme o exposto acima, durante o período colonial, a administração do Reino e dos Domínios portugueses emanava do Rei, que a executava por meio de tribunais e de lugares-tenentes estabelecidos na metrópole e nas colônias, principalmente os provedores,

⁹⁶ Arquivo Nacional – RJ, Fundo Junta da Fazenda de São Paulo, Cartas e Provisões Régias dirigidas à Junta da Fazenda de São Paulo, 1774-1791, códice 447, v.2, Provisão de 04/07/1774, [fls4-5].

⁹⁷ Este funcionário português é citado por Russell-Wood no artigo “Governantes e Agentes”, p.182, em 1784 passaria do Brasil para Angola para ocupar o cargo de auditor em Luanda.

⁹⁸ Arquivo Nacional – RJ, Códice 447, v.2, 1774-1791. Cartas e Provisões Régias dirigidas à Junta da Fazenda de São Paulo, Provisão de 1774.

os ouvidores e os governadores.⁹⁹ Depois da criação do Erário Régio em 1761, os governadores e capitães-generais passaram a presidir as Juntas da Fazenda e, muitas vezes, acabaram impondo suas determinações sobre os demais componentes delas. Ao que parece, as Juntas não tinham a mesma composição em todas as capitanias. Segundo Russell-Wood, cada uma delas deveria ser composta pelo provedor da Fazenda, o procurador da Fazenda, um tesoureiro-geral e o contador, além do funcionário da Coroa de posição mais elevada na capitania,¹⁰⁰ o autor cita como exemplo o chanceler da Relação (em Salvador e no Rio de Janeiro) ou o ouvidor nas demais capitanias. Como foi dito anteriormente, o ouvidor da comarca de São Paulo, magistrado superior da capitania, ocupava seu posto na Junta da Fazenda, entretanto, Russell-Wood não se refere ao governador e capitão-general, autoridade que presidiu a Junta da Fazenda de São Paulo durante todo o período de sua existência, à exceção dos períodos de governos interinos. Era sobre este agente do poder político metropolitano que recaíam as principais ordens e cobranças relativas às rendas reais, também foi sobre ele que recaíram as principais acusações de malversação na arrecadação dos dinheiros da Real Fazenda, durante o período abarcado nesta pesquisa.

c) A arrecadação das rendas reais e atuação do Morgado de Mateus nos primeiros anos da restauração (1765-1775)

O conjunto de circunstâncias descritas acima, quais sejam, desenvolvimento demográfico e produtivo, estabelecimento da capital São Paulo como centro de transações mercantis e integração da capitania aos circuitos econômicos luso-americanos acabaram por favorecer o enraizamento de interesses de grupos de negociantes e produtores de gêneros “exportáveis”¹⁰¹ sediados na cidade e principais vilas da capitania, entre elas Itu e Santos, durante o setecentos. Estes homens, por vezes ligados às famílias paulistas mais tradicionais através de casamentos, souberam não só lucrar com seus negócios como também galgar altos postos militares e se inserir em instâncias representativas de prestígio e

⁹⁹ Heloísa Liberalli Bellotto, “O Estado Português no Brasil: sistema administrativo e fiscal.” In: *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*, v.8.

¹⁰⁰ Russell-Wood no artigo “Governantes e Agentes”, p.182-183.

¹⁰¹ Leia-se como “gênero exportável” todo aquele que era produzido com vistas ao mercado, fosse este interno à capitania, feito com outras regiões da América Portuguesa ou voltado ao mercado atlântico. Nos mapas de exportação do período, todos os gêneros que saíam das vilas e da capitania onde eram produzidos eram considerados exportados.

poder locais. Ao mesmo tempo, solicitaram e conseguiram o reconhecimento dos capitães-generais e da Coroa através da concessão de hábitos e comendas das ordens militares e de altas patentes nos corpos de milicianos e nas ordenanças.¹⁰²

Segundo Jorge Pedreira, o “Continente do Brasil”, como então era chamado no Reino de Portugal, pode ser visto como uma “sociedade de fronteira”¹⁰³ durante boa parte de sua história, ao menos para os reinóis que buscaram melhorar sua sorte nas paragens luso-americanas, por ser considerada região com amplos recursos disponíveis, passíveis de serem apropriados por colonos empreendedores, especialmente depois da descoberta das minas nos últimos anos do século XVII. Para o autor, a exploração das oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento da economia luso-americana refletia também na estrutura social do Reino, atraindo principalmente homens interessados nas lides mineiras e no comércio intensificado pelo surgimento de novos centros urbanos e pelo crescimento da cidade do Rio de Janeiro.

Claro está que nem todos estes “empreendedores” foram bem sucedidos; outros voltaram a Portugal depois de amealhar montantes suficientes para se estabelecer com negócio em Lisboa; porém muitos se estabeleceram na América atuando no comércio por grosso e estabelecendo engenhos e plantações. Grande parte destes transferiu seus negócios aos genros ou sobrinhos reinóis, prática comum nas praças comerciais portuguesas e que promovia constante renovação do corpo comercial em atuação. Dessa forma, “... o efeito de fronteira na colônia, que criava as condições para uma forte mobilidade social, acabava por se transmitir à metrópole, por via da ampliação das oportunidades para a emigração de caráter mercantil”¹⁰⁴. Sendo assim, tal movimento influenciou a configuração social metropolitana e atingiu, mesmo, os servidores da Coroa enviados para administrar estas regiões.

Foram homens enriquecidos nas lides americanas, naturais da terra ou reinóis, que durante o século XVIII buscaram se assenhorear do controle de rendas reais através da arrematação de contratos e dos principais postos de oficiais milicianos; pois enquanto o

¹⁰² Esta trajetória foi descrita por Maria Aparecida Borrego, em obra já citada, para a primeira metade do século XVIII. Os estudos de Jorge Pedreira sobre o corpo mercantil lisboeta entre 1750 e 1820 e estudos de João Fragoso para o Rio de Janeiro, em período semelhante, apontam na mesma direção.

¹⁰³ Jorge M. Pedreira, “Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII)”, in: Mafalda Soares da Cunha (Coord.), *Do Brasil à Metrópole, efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*, pp.47-72.

¹⁰⁴ Idem, p.71.

primeiro movimento favorecia a acumulação de grandes somas, o segundo servia tanto de meio de ascensão e reconhecimento social quanto de controle sobre grandes parcelas da população local.

Ao que tudo indica, em meados do século XVIII, as fortunas de negociantes e arrematadores radicados na São Paulo colonial eram menores se comparadas às dos negociantes de grosso trato lisboetas, baianos ou fluminenses, panorama que vai se alterando ao aproximar-se o século XIX. De qualquer forma, é perceptível o esforço de grupos sediados em São Paulo em ascender econômica e socialmente adquirindo crédito, integrando-se às milícias, auxiliando a Coroa na administração e atuando na arrecadação de taxas e tributos.

Seguindo esta trilha, alguns “fiéis vassalos” paulistas ofereceram seus préstimos para acudir à Fazenda Real, falta de recursos para atender às despesas necessárias, tão logo o Morgado de Mateus chegara a São Paulo. Em retribuição, o governador requeria ao Ministro dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, autorização para conceder algumas mercês de hábitos para aqueles que mais se distinguiram nesse serviço tão necessário. No ofício em questão, não constam os nomes dos tais “fiéis vassalos” que prontamente atenderam ao pedido do general, entretanto, o despacho anexo lhe permitiu indicar os que julgasse merecedores.¹⁰⁵

Sabe-se de longa data que a Coroa portuguesa comumente recorreu ao capital de negociantes dispostos a arcar com as urgências do Estado, pois, conforme consta num documento de época:

“Uma circunstância m.^{to} essencial para o aumento das rendas é o serem arrematadas às pessoas mais abonadas, e mais industriosas, porque estas tudo animam, quando pelo contrário os q sem força, e atividade levados da ambição rematam por altos preços, e depois esmorecem, e vem a pedir quitas, sem fundamento, e dão causa a execuções, de que os outros se atemorizam. Nesta consideração será muito conveniente atrair os Melhores Negociantes, dando-lhes a preferência, naqueles casos nos quais se conhecer que os lanços tem chegado a um justo preço, ainda que outros lavradores de menos cabedais ofereçam

¹⁰⁵ Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo (...) para o Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Reino..., Santos, 06 de dezembro de 1765. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo. Catálogo II (1618-1823)* - Mendes Gouveia, documento 2276.

alguma coisa mais, pois de ordinário vem a causar maiores danos, não somente não pagando, mas administrando mal o Contrato, e desacreditando a renda.”¹⁰⁶

Estudando o grupo mercantil lisboeta em período coincidente ao desta pesquisa, Jorge Pedreira afirmou que uma das principais atividades que diferenciava os membros do corpo comercial entre si era a arrecadação da cobrança de rendas públicas e a exploração de bens e monopólios régios. Esses negociantes, também chamados de *capitalistas* por seus contemporâneos “ocupavam uma posição privilegiada no interior de um sistema de trocas com a Coroa (...). Um sistema que lhes permitia invocar como sacrifícios e, portanto, como serviços, os seus contributos para o financiamento do Estado (ainda que fossem compensados por juros), e que lhes assegurava a correspondente remuneração, sob a forma de mercês, regalias e direitos, entre os quais a própria concessão ou prorrogação dos contratos régios.”¹⁰⁷

Ao participar da administração pública arrematando impostos e financiando empreendimentos estatais, o lugar social dos grandes negociantes se aproximava daquele ocupado pelas parcelas nobres da sociedade portuguesa. Este tipo de auxílio financeiro trazia consigo gratificações que fundiam benefícios econômicos e honoríficos que por sua vez favoreciam o domínio, porém não o monopólio, de determinados grupos sobre redes de comércio e a arrematação dos contratos mais rendosos.¹⁰⁸

O mesmo ocorria na América Portuguesa, onde, tal como no Reino, a arrematação de rendas do Estado também constituía importante mecanismo de acumulação de renda. Mais ainda durante o século XVIII, quando a exploração das minas obrigou o governo Português a criar novos impostos, tais como o quinto, os impostos sobre os diamantes, os dízimos e os direitos de passagem das regiões recém ocupadas, e a atuar mais diretamente sobre a arrecadação dessas novas fontes de renda.

¹⁰⁶ Tribunal de Contas de Lisboa, Livro 4064 da Provedoria da Capitania de São Paulo, 1779-1789. Documento sem data e sem paginação. Reproduzido em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 43, pp.17 a 23. Instruções que El-Rey manda dar sobre a administração e arrematação da Fazenda Real na Capitania de São Paulo, datada de 07/01/1775.

¹⁰⁷ Jorge M. Pedreira, “Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação. Os negociantes de Lisboa (1750-1820).” In: *Tempo*, 15, p.49.

¹⁰⁸ Jorge M. Pedreira. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Cf. capítulos I e II.

Neste período, dentre os impostos mais rentáveis da capitania de São Paulo estavam os dízimos, o subsídio literário e os direitos que recaíam sobre o gado vindo do sul. A correta arrecadação destas rendas era indispensável para o bom andamento dos negócios internos da capitania, inclusive as campanhas militares para a defesa das fronteiras com os domínios de Espanha, motivo alegado pela Coroa para o restabelecimento da capitania em 1765.

Nas regiões coloniais voltadas à produção de gêneros agrícolas e de seus derivados mais diretos os dízimos eram a principal fonte de arrecadação da Coroa, visto que correspondiam ao pagamento de dez por cento de todos os frutos da terra e criações de animais, dependentes ou não do trabalho humano. Segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, os produtos que precisavam da indústria humana para produção, tais como açúcar, aguardente, farinha, telhas, tijolos, couro e tabaco, entre outros, pagavam a vigésima parte do seu rendimento, a fim de que os produtores não se vissem prejudicados pelo não pagamento do trabalho envolvido no beneficiamento.¹⁰⁹

Inicialmente, os dízimos eram impostos eclesiásticos cobrados para o sustento da Igreja; em 1455 o Papa concedeu ao Grão Mestre da Ordem de Cristo, prerrogativa dos monarcas portugueses, a jurisdição espiritual sobre as terras ultramarinas portuguesas conquistadas e por conquistar, a partir daí a Coroa Portuguesa passou a receber os dízimos eclesiásticos das conquistas, tendo a obrigação de cuidar do sustento de sacerdotes e da edificação e provimento dos templos¹¹⁰. Inicialmente, o pagamento das cômguas dos sacerdotes e o dinheiro necessário para as obras e as alfaías das igrejas dos Domínios eram liberados pelas Provedorias da Fazenda locais, mediante autorização do Erário metropolitano, função transferida às Juntas de Fazenda criadas nas capitanias ultramarinas em meados do setecentos.

O sistema de arrematação da cobrança de dízimos por particulares mediante o pagamento de quantias fixas à Coroa previamente estipuladas em contratos com duração trienal vigorou do início da colonização da América Portuguesa até pelo menos 1821, quando, por decreto de D. João VI, os dízimos deveriam deixar de ser cobrados pelos

¹⁰⁹ Maria de Lourdes Vianna Lyra, *Os dízimos reais na capitania de São Paulo. Contribuição à história tributária do Brasil Colonial (1640-1750)*, p.19.

¹¹⁰ Mais detalhes sobre as bulas e leis que instituíram a cobrança dos dízimos nas conquistas ultramarinas portuguesas constam do capítulo 1 da dissertação de mestrado de Maria de Lourdes Vianna Lyra, citada.

contratadores ou seus prepostos “na origem”, ou seja, no local onde eram produzidos, e passariam a ser arrecadados em postos de cobrança estabelecidos nas entradas das vilas ou, caso fossem exportados por via marítima, nas alfândegas dos portos. Para que não houvesse fraudes ou duplicidade de cobrança seriam passadas guias que comprovariam que o imposto já tinha sido recolhido.¹¹¹ Se implantada, tal medida permitiria ao governo das então províncias e ao Erário controlar todo o processo de arrecadação de dízimos e realmente avaliar os montantes que este tributo rendia; entretanto, ao menos em São Paulo, o governo não logrou implementar este decreto, conforme será discutido adiante.

Ao longo do tempo, as condições que determinavam os direitos e deveres dos contratadores dos Dízimos Reais não se alteraram muito. Em geral, determinava-se o período de vigência do contrato; o valor e os prazos para o pagamento, que deveria ser feito a cada três meses; permitia-se o rateio dos dízimos em “ramos” menores e a instituição de procuradores que representassem os contratadores nas regiões onde este tributo seria arrecadado. Além disso, todos os custos da arrecadação correriam por conta dos arrematantes, que também eram proibidos de alegar quaisquer prejuízos¹¹², ou seja, independente do real valor arrecadado, a Coroa contava com uma quantia certa e fixa depositada periodicamente nos órgãos de Fazenda. Também eram concedidos privilégios aos contratadores: poderiam revender todos os produtos arrecadados, inclusive os estancados, desde que pagassem os direitos legais; tinham isenção do serviço militar obrigatório e recebiam foro privilegiado, pois os Provedores da Fazenda seriam seus “juízes privativos” em quaisquer causas civis ou criminais em que fossem autores ou réus.¹¹³

O único estudo específico sobre arrematações de contratos em São Paulo no século XVIII é o já citado de Maria de Lourdes Vianna Lyra, *Os dízimos reais na capitania de São Paulo. Contribuição à história tributária do Brasil Colonial (1640-1750)*. Embora a autora estabeleça os marcos cronológicos de 1640 a 1750, acaba estendendo a coleta de dados e análise até a década de 1780, salientando o estado de estagnação paulista durante este período e a pouca expressividade da renda dos dízimos aí recolhidos. A justificativa de

¹¹¹ O novo método para a cobrança dos dízimos foi estabelecido por Decreto de 26 de abril de 1821, analisado nos capítulos seguintes, vide a *Collecção das Leis do Brazil, 1821*, p. 65-68.

¹¹² Conferir o “Contrato dos Dízimos Reaes, de Santos, e S. Paulo, Santa Catharina e Rio Grande de São Pedro, e suas annexas, que se fez no Conselho Ultramarino com Pedro Gomes Moreira, por tempo de três annos [...]em preço cada anno de vinte e sete mil cruzados, e vinte mil réis, livres para a Fazenda Real. Lisboa, M.DCC.LIII.”, fac-símile constante da obra de Maria de Lourdes citada.

¹¹³ Conferir a obra citada de Maria de Lourdes Viana Lyra, pp.59-61.

Lyra para considerar o montante de dízimos arrecadados um indicativo da estagnação econômica de São Paulo foi a comparação com os dízimos do Rio de Janeiro, arrematados por 31:800\$000¹¹⁴ réis em 1680, enquanto os da capitania de São Vicente valeriam apenas 5:000\$000 réis já em 1701. Entretanto, não constam na obra dados para o Rio de Janeiro na virada do século XVII para o XVIII que permitam considerar variações de preços conjunturais, comuns ou não às diversas capitanias.

Os mesmos dados apontados por Lyra foram considerados como indicativo da crescente mercantilização e enriquecimento da capitania de São Paulo por Ilana Blaj que, ao invés de compará-los com os montantes arrecadados em outras localidades, analisou o aumento do valor do contrato entre os anos de 1701 e 1719, quando o valor passou a 22:400\$000 réis¹¹⁵. Dessa forma, a dinâmica interna à capitania de São Paulo indicaria aumento e não estagnação produtiva no período. Helen Osório salientou que nem sempre os dízimos podem ser considerados os únicos indicativos de dinamização econômica de uma dada região¹¹⁶, todavia um aumento de mais de quatro vezes em 18 anos parece significativo.

Ainda segundo Lyra, até 1721 as arrematações dos contratos da capitania de São Vicente/São Paulo eram efetuadas na vila de Santos; neste ano, com a transferência do pregão para a cidade de São Paulo, os valores arrecadados com os dízimos cresceram 2 contos e 100 mil réis, subindo a 24:500\$000 réis o triênio¹¹⁷. Em 26 de junho de 1723 a Coroa ordenou que as arrematações dos contratos ultramarinos ocorressem em Lisboa, para onde os interessados residentes na América Portuguesa poderiam enviar ou nomear procuradores¹¹⁸; mas ao que parece, os contratos continuaram a ser arrematados em São Paulo, pois em 1758 foi enviada uma ordem à Provedoria da Fazenda da então

¹¹⁴ Trinta e um contos e oitocentos mil réis.

¹¹⁵ Conferir Maria de Lourdes Viana Lyra, *op. cit.*, p.47 e Ilana Blaj, *op.cit.*, p.282.

¹¹⁶ Helen Osório, “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”, *O Antigo Regime nos trópicos*, pp.109-137.

¹¹⁷ Maria de Lourdes Viana Lyra, *op. cit.*, p.52.

¹¹⁸ “Carta Régia declarando que embora os contractos rematados em São Paulo sejam mais lucrativos do que em Santos, devem elles ser rematados em Lisboa”, 26 de junho de 1723, *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v. 28, pp.95-96, na qual declara “Me pareceu agradecer-vos e aprovar tudo o que obrastes neste particular, tendo entendido, que como tenho resoluto que todos os contratos da minha Real Fazenda se rematem neste Reino, sou servido façais aí pôr editais para a rematação destes declarando q’ q.m quizer lançar neles venha a esta Corte ou mande procurações p.a o dito efeito.”

comarca paulista solicitando o envio de uma relação de todos os contratos registrados, constando nome dos contratadores, valores e prazos¹¹⁹.

Entre a década de 1720 até meados do século XVIII, os valores dos contratos da capitania de São Paulo mantiveram-se estáveis. Faltam dados para alguns contratos, mas em 1731 os dízimos de São Paulo foram arrematados por 21:015\$000 réis, valor pouco abaixo daquele de 1723. Entretanto, em 1738, o valor do contrato subia a 30:160\$000 réis o triênio. A partir de 1747 os dados indicam que os dízimos do Rio Grande de São Pedro passaram a ser computados em conjunto com os de São Paulo, perfazendo um total de 31:800\$000 réis para o triênio iniciado neste ano e de 40:815\$000 réis para o triênio seguinte, iniciado em 1750. Aumentos estes constatados durante o período de subordinação da capitania de São Paulo à do Rio de Janeiro, portanto.

O valor dos contratos seguintes caiu, voltando ao patamar da década de 1720, oscilando entre 21 e 26 contos no período, voltou a subir em 1764 quando teria sido arrematado por 34:800\$000 réis. Este contrato estava em vigência quando a capitania foi restaurada, foi arrematado a Claro Francisco Nogueira, Manoel Gomes de Campos e Faria e Francisco Antonio Rodrigues Feio, por 11:600\$000 réis cada ano. Constan das condições: autorização para a cobrança de todos os dízimos facultada pelo Provedor da Fazenda da capitania com apelação e agravo das causas pendentes à Relação do Rio de Janeiro; obrigação de todos os sócios e caixas, inclusive aqueles não citados no contrato, ao pagamento, feito a cada três meses a partir do fim do primeiro ano do contrato; proibição aos contratadores de alegarem perdas ou pedirem quitações de quaisquer espécie e obrigação de pagamento das despesas necessárias para a arrecadação. Por outro lado, se lhes concedia os privilégios usuais constantes das Ordenações e se lhes permitia vender os gêneros estancados que recebessem como pagamento, desde que satisfeitos os tributos devidos, além de transportar livremente os gêneros frutos da arrecadação. O documento estabelece ainda a forma de taxação sobre o peixe, verduras e trabalho de escravos; permite

¹¹⁹ Arquivo Nacional – RJ, Provedoria da Fazenda Real de Santos, código 445, v.20, [fl.26], Carta da Secretaria de Estado para o Provedor da Praça de Santos, 18/09/1758. É provável que a resposta a esta carta seja a Relação dos contratos da Provedoria de Santos enviada por carta do provedor Godói Moreira ao Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em 15 de março de 1759, na qual constava que os Dízimos Reais da capitania tinham sido arrematados por 7:615 réis/ano para o triênio decorrido entre agosto de 1757 e julho de 1760 e que o Contrato das entradas dos animais da campanha do Rio Grande de São Pedro do Sul renderam 27:230\$000 réis o triênio iniciado em 1/10/1756, cf. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo. Catálogo II (1618-1823)* - Mendes Gouveia, documento 2116.

a passagem do contrato a terceiros e o estabelecimento de ministros, escrivães e feitores na Provedoria, por conta do contratador.¹²⁰

Não foi localizada nenhuma outra informação sobre este contrato e seus contratadores; note-se, entretanto, que nos livros da Provedoria da capitania de São Paulo do período o negociante Manoel de Oliveira Cardoso consta como contratador dos Dízimos Reais por “anos soltos”, entre agosto de 1764 e jul de 1767, com valor de 7:625\$000 réis cada ano.¹²¹ Como o valor anual pago por Cardoso era quase 4 contos menor que o estabelecido no contrato firmado pelo Conselho Ultramarino, existem duas possibilidades: a primeira de que o contrato lavrado em Lisboa fora suspenso, propiciando a arrematação em “anos soltos”, tal como consta no livro da Provedoria. A segunda possibilidade é a de que Claro Francisco Nogueira e seus sócios tenham feito o “trespasse” do ramo dos dízimos referente apenas à capitania de São Paulo, excetuando os de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, a um negociante estabelecido na capital paulista, prática comum e estabelecida nas condições dos contratos de arrematação de rendas reais. Neste caso, os direitos e obrigações do contratador que recomprou os dízimos continuariam as mesmas estabelecidas no contrato principal.

Todavia, intriga que durante os mesmos anos em que o contrato de Claro Nogueira deveria correr, os dízimos da capitania de São Paulo foram colocados em lanço na vila de Santos, onde estava instalada a Provedoria da Fazenda em 1765, e depois na cidade de São Paulo em 1766. Assim, em 14 de julho de 1765, o capitão mor da cidade de São Paulo Manoel de Oliveira Cardoso arrematou o contrato dos dízimos de toda a capitania em massa para o ano que iniciaria no agosto seguinte por 7:625\$000 réis; sendo que em 1766 afiançou o mesmo contrato, agora arrematado por Manuel José da Encarnação com início

¹²⁰ “Contrato que se fez no Conselho Ultramarino com Claro Francisco Nogueira e seus sócios Manoel Gomes de Campos e Faria e Francisco Antonio Rodrigues Feio dos Dízimos Reais do Povoado de Santos e São Paulo, Ilha de Santa Catarina, Rio Grande de S. Pedro, e suas anexas por tempo de três annos q principiarão em o 1º de Agosto de 1764 em preço cada hũ delles de Rs 11:600\$000 Livres pª a Fazenda Real”, Tribunal de Contas de Portugal, Livro 4104 – Livro de Registo das condições dos Contratos da Repartição da África Oriental, Ásia Portuguesa e Rio de Janeiro, 1756-1777”, pp.120-123.

¹²¹ “Officio do governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, comentando os problemas que vinha tendo, por querer zelar pela Fazenda Real. Descreve as brigas e desentendimentos em torno do Contrato dos Dízimos e os esforços que tem enviado para obter melhores preços na sua arrecadação.” 04/11/1774. 36pp. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 378. Cf. especialmente fls.10-13, “Cópia do Livro da Provedoria de Santos”.

em agosto pelo mesmo valor do ano anterior. Nos anos seguintes, até o de 1770, Manoel de Oliveira Cardoso continuou a afiançar e servir de principal pagador dos contratos em massa dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo, todos arrematados por “ano solto”.¹²² Antes disso, este mesmo negociante tinha administrado o contrato dos dízimos do triênio decorrido entre agosto de 1757 e julho de 1760, arrematado por Manoel Gil.¹²³

Helen Osório indica que até o ano de 1772 o contrato dos dízimos do Rio Grande de São Pedro foi arrematado em conjunto com o de São Paulo¹²⁴. Porém, vale lembrar que desde 1738 o Rio Grande tinha sido separado da administração paulista e se integrado ao governo do Rio de Janeiro e que, nos dados fornecidos por Lyra, o nome do Rio Grande desaparece do título do contrato a partir da década de 1760. Segundo Osório, os valores em queda dos dízimos de São Paulo e Rio Grande indicam um quadro de lento crescimento e, mesmo, de estagnação destas regiões até a década de 1780. Os dízimos de São Paulo teriam sido separados dos do Rio Grande por volta de 1770 para que aquela capitania tivesse condições de arrematar seu contrato, visto que os problemas com as questões de fronteira enfrentadas no Rio Grande naquele período tornariam a arrecadação e, mesmo, a produção levada a cabo nesta região um risco que negociantes e grandes produtores não gostariam de correr: “A licitação seguinte confirmou as dificuldades produtivas dos territórios envolvidos na guerra, quer como palco - o caso do Rio Grande -, quer como fornecedor de soldados, caso de São Paulo. O contrato do triênio 1772-1774 foi arrematado por 20:000\$000, quantia inferior em 39% do valor do contrato de 1769.”¹²⁵

Como se vê, em alguns momentos os dados de Lyra e de Osório são conflitantes, como, por exemplo, para o contrato citado acima. Lyra aponta como contratador Manuel José Gomes e a quantia de 24:800\$000 réis, para o contrato decorrido entre julho de 1771 e junho de 1774, informação para a qual encontramos a certidão correspondente lavrada na cidade de São Paulo. Segundo Osório a arrematação de 1772 teria ocorrido no Rio de Janeiro, fica a questão: a diferença de valores apontados pelas autoras se deve a um possível conflito de jurisdições no que diz respeito à arrematação, ora feita em Lisboa, tal

¹²² *Documentos históricos*, v.II, pp.395-398, 410-413, 425-427, 449-452, 463-466.

¹²³ Vide nota 108, Projeto Resgate, Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo. Catálogo II (1618-1823)* - Mendes Gouveia, documento 2116.

¹²⁴ Helen Osório, “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”, *O Antigo Regime nos trópicos*, pp.111-112.

¹²⁵ Idem, p.112. Provável referência ao contrato dos Dízimos do Rio Grande de São Pedro.

como determinava a lei de 1723, ora no Rio e, por vezes, ainda na capital paulista? Se sim, uma mesma arrematação poderia ter sido feita duas vezes, em locais e com valores diferentes. Tais problemas ocorreram na segunda metade do século XVIII, tal como explicaremos adiante; nesses casos, a Coroa costumava dar preferência à arrematação feita pelo Real Erário em Lisboa. Poderíamos, ainda, estar diante do problema da inclusão, ou não, da parcela dos dízimos referente ao Rio Grande de São Pedro, o que parece mais plausível, visto que os dois valores citados somados renderiam 44:800\$000 réis, perfazendo pouco mais que os valores do Contrato dos Dízimos de São Paulo e Rio Grande de São Pedro feito em conjunto na década anterior.

O contratador dos dízimos da capitania de São Paulo para o triênio iniciado em 1771, Manoel José Gomes, era morador da capital,¹²⁶ ele e seus sócios Jerônimo de Castro Guimarães e Manoel Teixeira Coelho arremataram o contrato na Junta da Fazenda de São Paulo pelos 24:800\$000 réis citados acima; estavam presentes, como era costume, o governador presidente da Junta, Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, e os deputados dela: o ouvidor e corregedor da comarca Salvador Pereira da Silva, o procurador da Coroa e Fazenda João de Sampaio Peixoto, o tesoureiro geral das rendas reais Antonio de Ribas Branco e o escrivão interino Clemente José Gomes Camponeses; consta que o provedor estava fora para acudir às suas moléstias. As condições do contrato foram as mesmas citadas acima para o triênio iniciado em 1764.

Essa sociedade solicitou diretamente ao governador a continuidade do contrato por mais três anos, contados a partir de julho de 1774. A justificativa alegada por Gomes e seus sócios era que nos 14 anos anteriores, portanto desde meados da década de 1750¹²⁷, os dízimos da capitania de São Paulo tinham sido arrematados por um mesmo negociante local, Manoel de Oliveira Cardoso, citado acima, por preços inferiores. O governador negou a simples transposição do contrato para o triênio seguinte, ordenando que o mesmo fosse arrematado em praça; mesmo assim agiu de forma a favorecer Manoel José Gomes e

¹²⁶ Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro 4104, pp.386-393.

¹²⁷ “Traslado dos autos de averiguação que se fez por testemunhos e documentos na Junta da Real Fazenda da Capitania de Sam Paulo sobre a representação que fez o doutor ouvidor José Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o contrato dos Dizimos e de se ver ressarcir a Real Fazenda dos Prejuizos que padeceo e dos lucros que se lhe pertencem...”, julho de 1775. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 4530 “Documentos da Capitania de São Paulo e outros (1711-1795)”, fl.115v-116. Consta que o último triênio em que Manoel de Oliveira Cardoso arrematou os dízimos de São Paulo foi o decorrido entre 1768 e 1770, e que o preço total da venda dos ramos dos dízimos de São Paulo foi de 28:686\$950 réis.

seus sócios. Segundo o ouvidor e juiz executor da Real Fazenda, José Gomes Pinto de Moraes, o governador alterara propositalmente o dia da arrematação adiando-a várias vezes; além disso, o pregão foi feito durante a noite em dia que não era de Junta e lances maiores oferecidos por Manuel de Oliveira Cardoso e por Antônio Fernandes do Vale, ambos negociantes abonados estabelecidos em São Paulo, foram negados.¹²⁸

Os *Autos de Averiguação* que acusaram as irregularidades desse contrato foram abertos pelo ouvidor e corregedor da Comarca de São Paulo, José Pinto Gomes de Moraes, apenas em 1775, depois da substituição do Morgado de Mateus por Martim Lopes Lobo de Saldanha no governo da capitania. Dele constam a *Representação* de acusação, os *Cálculos dos rendimentos dos Dízimos*, a cópia do *Auto de Arrematação* (no qual foi anexado o pedido de Gomes e seus sócios para continuarem no contrato dos dízimos) e o testemunho de 11 presentes à arrematação, então considerada dolosa aos interesses da Real Fazenda.

Foram ouvidos os dois principais prejudicados pela intervenção do Morgado, os negociantes Antônio Fernandes do Vale e Manoel de Oliveira Cardoso; João de Sampaio Peixoto, que então servia de Procurador da Coroa e Fazenda; João Pedro, Porteiro da Junta; José Pinto Gomes de Almeida, alferes que então acompanhava Fernandes do Vale; o padre José Álvares de Castro; o capitão de cavalaria auxiliar Francisco Xavier dos Santos, membro da câmara e homem de negócios; o licenciado e juiz de órfãos Jerônimo Rodrigues; Clemente José Gomes Camponeses, escrivão da Junta da Fazenda; Antônio José Pinto, ajudante de ordens, almoxarife e tesoureiro das despesas miúdas da Junta e João Clímaco Bernardes, escrivão da intendência e conferência da Casa de Fundição de São Paulo.

Em geral, os depoimentos são muito parecidos, todos alegam que o governador interferiu diretamente no resultado da arrematação, ordenando ao porteiro que negasse os lances maiores oferecidos por Fernandes do Vale e Oliveira Cardoso, todos também alegam que o ouvidor, autor da denúncia, se recusara a assinar o *Auto da Arrematação* por discordar da maneira como foi levada a termo. Além disso, a arrematação, marcada em editais para o dia 1º de junho, só ocorreu no dia 25, sábado, dia em que não deveria haver

¹²⁸“Traslado dos autos de averiguação que se fez por testemunhos e documentos na Junta da Real Fazenda da Capitania de Sam Paulo sobre a representação que fez o doutor ouvidor José Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o contrato dos Dizimos e de se ver ressarcir a Real Fazenda dos Prejuizos que padeceo e dos lucros que se lhe pertencem...”, julho de 1775. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 4530 “Documentos da Capitania de São Paulo e outros (1711-1795)”, fls.103 a 120.

sessão da Junta da Fazenda. Não está claro como os demais lançadores presentes souberam do pregão, Antônio Fernandes do Vale disse ter sido avisado pelo ouvidor e procurador da Coroa, João de Sampaio Peixoto, já Cardoso diz ter recebido “avisos ocultos”, ambos declararam que estavam dispostos a oferecer até 28:000\$000 réis pelo contrato.

Cardoso alegou ter sido avisado anteriormente, por “várias pessoas”, de que o contrato seria arrematado somente a Manoel José Gomes. Alegou ainda que na arrematação anterior seu procurador se absteve de lançar temendo ser mandado preso, visto que quem fazia os lances era o ajudante de ordens do próprio general, insinuando que já na arrematação de 1771 houvera favorecimento ilícito do contratador. Segundo esse negociante, ao negar seu lance o governador acusou-o de permanecer 14 anos como dizimeiro, mantendo os valores da arrematação abaixo do que valeriam e que seria justo que o contrato continuasse nas mãos dos mesmos contratadores do triênio anterior.

Já o procurador citado acima forneceu nova informação ao dizer que Manoel José Gomes estava junto do general e demais deputados na sala da Junta da Fazenda quando os lances chegaram a 24:400\$000 reis; o general lhe perguntou então se chegavam, Gomes cobriu o lance com 40\$000 réis e levou o contrato, pois na mesma hora o Morgado de Mateus proibiu o porteiro de receber lances maiores “...e assim de necessidade se deu a Rematação por feita, por que já o general tinha inibido aos lançadores, que ainda se achavam na praça.”¹²⁹ O próprio porteiro alegou que, chegado a este ponto, o governador declarara que o contrato já estava “muito caro”, por isso não teria aceitado os lances maiores dos outros negociantes, feitos ainda antes da entrega do ramo.

Fato é que “... se chegou o dito porteiro a Manoel José Gomes e metendo-lhe um ramo verde na mão, em sinal da arrematação, dizendo-lhe bom proveito lhe faça”, conforme consta da *Certidão de Arrematação* então lavrada. Gomes tomou posse de seu contrato, mas no ano seguinte e em presença do novo general governador teve de declarar o rendimento da venda dos ramos dos dízimos a particulares. Segundo os cálculos constantes dos *Autos* citados o negócio lhe rendera 9:342\$300 réis, além dos dízimos das baleias, ainda não recebidos.¹³⁰

¹²⁹ Idem, fl.107v.

¹³⁰ Idem, fl.115.

Ao que tudo indica, a arrematação do contrato dos Dízimos de 1774 vinha causando conflitos desde antes do pregão, pois em documento enviado ao Marquês de Pombal em novembro de 1774 o Morgado de Mateus justificava sua intervenção na arrematação feita em 25 de junho do mesmo ano, inclusive citando ofício enviado em 18 de junho, portanto antes da arrematação, no qual fazia saber que o capitão-mor da cidade de São Paulo, Manoel de Oliveira Cardoso, trouxera os dízimos arrematados por espaço de 15 anos e por preços diminutos, prejudiciais à Real Fazenda. Para prová-lo, o governador de São Paulo anexou a seu ofício cópias do Livro da Provedoria de Santos, no qual constava que entre os anos de 1757 e 1771 Manoel de Oliveira Cardoso cobrara os dízimos da capitania, fosse na qualidade de contratador, de fiador e principal pagador ou ainda de “senhor e possuidor” das ditas cobranças depois que seus arrematantes lavravam “escrituras de destratos” passando-lhe todos os direitos que tinham sobre a coleta dos dízimos.¹³¹

Segundo o Morgado, tal acontecia porque Cardoso, além de capitão-mor, era muito amigo e valido do Bispo falecido, que controlava a arrematação na ausência do general, por isso teria feito arrematar o contrato a diferentes negociantes, por preços maiores. Além disso, alega que o capitão-mor atrasava os pagamentos, que só ofereceu lance maior depois de entregue o ramo a Manoel José Gomes e que não valia a pena subir muito o valor do contrato porque as produções das terras paulistas não o permitiam. Para provar o que alegava, o governador anexou várias certidões a seu ofício, assinadas pelo escrivão da Junta da Fazenda, Clemente José Gomes Camponeses, o mesmo que iria depor contra o Morgado meses depois, durante a administração de seu sucessor.

Em carta datada de 6 de julho de 1775, mesmo período em que as averiguações estavam sendo feitas, o bispo de São Paulo, D. Manuel da Ressurreição, elogiava a atuação do ouvidor José Pinto Gomes de Moraes no caso. Na mesma ocasião, aproveitou para fazer outras sérias acusações ao governador. Segundo o Bispo, o ouvidor:

¹³¹ “Ofício do governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, comentando os problemas que vinha tendo, por querer zelar pela Fazenda Real. Descreve as brigas e desentendimentos em torno do Contrato dos Dízimos e os esforços que tem enviado para obter melhores preços na sua arrecadação.” 04/11/1774. 36pp. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 378, fls.10-13.

“... tem tido uma conduta assaz louvável, porém bastante perigosa. Isto por ter até agora um General o mais despótico, e absoluto infrator das leis Régias, q. passou a esta América, q. cego de uma negra ambição fez única barreira de todas as suas disposições o seu próprio e particular interesse: Associou-se em os Reais contratos, e p.^a ganhar mais, impediu os preços, a q. chegassem onde podiam: Tirou diamantes, lapidou pedras, fundiu ouro, e tudo isto em sua própria residência [...]. Para manter esta forja não ficou prata, quer nos cofres públicos, quer nos dos particulares, q. por muito menos do seu valor não absorvesse em si, não escaparam os do Soberano, nem ainda os vasos sagrados da Igreja. Arrogou-se a si todos os despachos dos tribunais, ou para os despachar com interesse seu, ou não havendo este, deixar, como deixou um montão deles, q. se entregaram aos cartórios [...] Levantou forcas, apeou ministros, prendeu juizes ordinários [...] Embaraçou, q não se desse conta a S. Maj.^e [...] Coroou todo este governo fazendo passar as câmaras atestações falsíssima da sua conduta, compelindo-as com violência, a mais descarada, a q. assinassem as q. ele já mandara feitas. [...] Este é o caráter do Morgado de Mateus, q. foi até agora concorrente no Generalato com seu primo na Ouvidoria.”¹³²

Findo o Contrato dos Dízimos Reais da Capitania de São Paulo de 1774/1777 ainda pairavam dúvidas tanto sobre sua validade quanto sobre os “bons serviços” prestados pelo Morgado de Mateus durante a administração da capitania paulista. A fim de comprovar sua inocência, D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão entregou, em setembro de 1777, o *Auto de justificação* no qual novamente defendia sua atuação na arrematação dos Dízimos de 1774 e apresentava documentos e certidões com vistas a provar sua inocência das acusações de desvio de diamantes e de ouro em pó, de que era acusado pelo Bispo e pelo Ouvidor da capitania de São Paulo.¹³³

Em suas justificações, o então ex-governador reiterou sua versão sobre os fatos ocorridos no dia da arrematação, mas acrescentou a eles acusações e “provas” da má

¹³² Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 4530, “Carta do Bispo de São Paulo a José Gomes da Costa. São Paulo, 6 de julho de 1775”, fl.75.

¹³³ “Auto de justificação apresentado pelo ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, à rainha [D. Maria I] por meio de Martinho de Melo e Castro, secretário da marinha e ultramar, em 19 itens que abordam vários aspectos de seu governo e acusações que lhe foram feitas, seguindo-se, para cada um deles, as respectivas provas, certidões, devassas, declarações de testemunhas, atestados, etc.” 280pp. Projeto Resgate. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 465.

conduta de Manoel de Oliveira Cardoso, do bispo de São Paulo e do ouvidor José Gomes Pinto de Moraes, para isso arrolou certidões e transcreveu os testemunhos de defesa de Manoel José Gomes sobre a arrematação dos dízimos. Na versão do Morgado, o bispo e ouvidor estariam mancomunados em denegri-lo publicamente, na Corte e na capitania, por não terem conseguido garantir a seu protegido a arrematação dos dízimos em 1771 e, depois, em 1774. Ambos seriam “amigos” do general de então, Martim Lopes Lobo de Saldanha, e Cardoso seria reconhecidamente “afilhado” do Bispo em função de seu parentesco com o Arcipreste da Sé, homem de confiança do chefe da diocese; já o ouvidor precisaria de favores do bispado para obter a autorização para se casar com uma das filhas do coronel Francisco Pinto do Rego, chefe de uma das casas que faziam oposição ao governo do Morgado. Segundo o ex-governador: “... declarando-se [o ouvidor] logo procurador daquela Casa [do coronel Francisco Pinto do Rego] sendo ministro, e querendo conservá-la na injusta posse de muitos bens mal adquiridos, desde o tempo em que não tinha havido generais na Capitania, figurava com aquele nome de futuro [esposo, futuro genro], intimidar as partes para não requerer a sua justiça.”¹³⁴ Além disso, o ouvidor teria deixado de despachar e de cumprir com suas obrigações na Junta da Fazenda desde que se aproximara da família de sua noiva.

Em sua justificação, o Morgado de Mateus incluiu outras, de Manoel José Gomes e Jerônimo de Castro Guimarães, documento de cento e vinte e três folhas no qual os arrematantes do Contrato dos Dízimos Reais da Capitania de São Paulo de 1771 e 1774 pediam que fossem ouvidas testemunhas que comprovassem que a arrematação tinha sido feita solenemente e na forma da lei; nesta justificação, novas acusações foram feitas ao ouvidor.

Segundo os contratadores, o ouvidor se recusara a assinar o *Auto de Arrematação* do contrato dos dízimos porque os mesmos se negaram a aumentar suas propinas de três para cinco por cento, além de terem recusado seu pedido para entregar o ramo da vila de Santos a seu “afilhado”, José Nunes de Carvalho. Quando da substituição do Morgado pelo novo governador, Martim Lopes Lobo de Saldanha, o ouvidor teria indisposto seu antecessor e os ditos contratadores com o novo general, que mandou prender sem culpa o escrivão da Junta da Fazenda, Clemente José Gomes Camponeses, e o escriturário, José

¹³⁴ Idem, fl.3-4.

Carlos dos Santos Bernardes, a fim de amedrontá-los para que depusessem em seu favor; só aí a investigação sobre a arrematação dos Dízimos de 1774 teria sido aberta.

Já Manoel de Oliveira Cardoso foi acusado de manter a administração da coleta dos dízimos por anos a fio porque contava, além da proteção do bispo falecido e de seu sucessor, com o apoio dos ex-provedores, José de Godói Moreira e José Onório de Valadares Alboim, aos quais presenteava e alugava casas, “...tendo-os assim de tal sorte sujeitos, e postos de sua mão, que se conservasse muitos anos com o Contrato dos Dízimos por muito diminuto preço do que aquele porque os atuais contratadores o trazem.”¹³⁵ Além de tudo isso, o próprio bispo teria feito eleger-se Provedor da Santa Casa de Misericórdia por influência do governador Martim Lopes com o único objetivo de se inteirar das contas do sargento-mor Manoel José Gomes, provedor que o antecedeu, e de destratá-lo publicamente, acusando-o de ladrão.

A seu favor, o sargento-mor Manoel José Gomes arrolou sete testemunhas, entre elas alguns homens de negócio da cidade de São Paulo e o escriturário da Junta da Fazenda que fora preso por ordem do ouvidor; nenhuma o desmentiu, embora algumas alegassem desconhecer determinados pontos da sua justificação. Mesmo assim, e embora contassem com o apoio do general no momento da arrematação, alegando o quase monopólio de Oliveira Cardoso nos contratos anteriores e seu aumento de preço, Gomes e seus sócios acabaram sendo aliados do contrato de 1774. A pendência se arrastou até 1780, quando finalmente o presidente do Real Erário mandou suspender a “dolosa arrematação” dos dízimos da capitania de São Paulo para o triênio decorrido entre julho de 1774 e junho de 1777, ordenando que seu rendimento entrasse para o cofre da Real Fazenda.¹³⁶

Tanto os *Autos de Averiguação* promovidos pelo ouvidor quanto as justificações do governador e dos contratadores de 1771/1774 parecem coerentes à primeira vista, embora tudo indique que realmente houve favorecimento de um determinado grupo pelo então governador, o Morgado de Mateus. Ainda assim, se tal favorecimento de fato ocorreu, foi em substituição de um outro, no qual atuavam o reverendíssimo bispo e o ouvidor da comarca. Ao fim, pouco importa definir quem tinha “razão” nessa história, ou se o governador realmente desviou ouro e diamantes da capitania, se é que estes existiam ali

¹³⁵ Idem, fl.70.

¹³⁶ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, livro 4061, pp.208-209.

para além do pouco metal precioso que era retirado das minas do Jaraguá e de Apiaí. Importa, antes, compreender em que medida governadores e demais autoridades, representantes do poder real em paragens tão distantes da Corte, se enredaram na trama de interesses representados por negociantes, camaristas e pela gente de prol das localidades que vinham governar. O Morgado de Mateus acabou no ostracismo ao voltar ao Reino, procedessem ou não as acusações de que foi vítima, o ouvidor contratou casamento com a filha de uma família paulista influente, o bispo continuou a interferir em negócios seculares. Com o passar dos anos, novos conflitos se estabeleceram, envolvendo novos personagens, novos contextos econômicos, certo é que as questões relacionadas à correta arrecadação das rendas reais e o controle da população local continuaram cruciais tanto para os agentes administrativos quanto para os paulistas, bons vassallos d'El Rei.

*

A perda da autonomia paulista foi constantemente lida como prova da perda de peso da capitania na balança do Império Português, já que a Coroa preferiu unificar todo o centro sul da América sob um só governo, com vistas a garantir a movimentação conjunta das forças militares da região contra o inimigo comum castelhano disposto a causar problemas na fronteira sul. Entretanto, a subordinação de São Paulo ocorreu num momento de intenso crescimento populacional e produtivo na região, há décadas marcada por rotas que ligavam os mercados paulista ao Rio de Janeiro e à região das Minas. Neste período, a ausência de governador pode até mesmo ter facilitado o enraizamento de interesses de negociantes locais envolvidos no comércio interno e no sistema de arrematação das rendas reais, muitos deles com o beneplácito de provedores, bispos e demais autoridades que permaneceram anos ocupando os mesmos postos.

Aparentemente, desde sua chegada à capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus buscou aplicar as ordens metropolitanas. Para isso, reorganizou as tropas de primeira e segunda linhas, estabeleceu a Junta da Fazenda e se aproximou de negociantes e produtores que julgou capazes de atender às demandas que o Estado Português requeria, oferecendo em troca a concessão de mercês, de maneira muito próxima ao que ocorria no Reino de Portugal. Mesmo assim, enfrentou cerrada oposição de câmaras, provedores, ouvidores, eclesiásticos e contratadores, todos ciosos dos espaços de poder conquistados nos anos em que a capitania fora mera comarca subordinada ao Rio de Janeiro.

Dessa forma, a atuação do Morgado durante os dez anos em que governou a capitania de São Paulo restaurada também deixa entrever o inevitável relacionamento existente entre as práticas político-administrativas e os interesses mercantis enraizados nesta porção dos domínios portugueses, muitas vezes ligados a negociantes de outras regiões do Império. Tanto o Morgado quanto seus sucessores precisaram adaptar as ordens recebidas da Coroa às circunstâncias do tempo e da região assim que aportaram às paragens paulistas, entretanto, nenhum deles poderia se recusar a interferir também nas práticas mercantis de então.

A carta do bispo que fazia oposição aos contratadores de 1774 e ao Morgado de Mateus, citada acima, terminou louvando a nomeação de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o posto de novo governador e capitão-general, tido como o “redentor” da capitania que permitiria às justiças ocuparem o seu devido lugar. Entretanto, seria ingenuidade pensar que a simples substituição do governador e capitão-general resolveria tensões mais profundas, relacionadas a interesses de grupos enraizados na capitania em sua disputa por espaços de poder e por oportunidades de lucro. Também o novo general, agora louvado, se enredaria na trama de interesses escusos, mas poderia contar com a vantagem de encontrar instrumentos administrativos já implantados pelo Morgado de Mateus, tais como a Junta da Fazenda e os recenseamentos populacionais, que se não lhe permitiam o controle que desejaria exercer, ao menos ofereciam melhor visão do conjunto dos negócios e da população que vinha governar.

Capítulo II – Negócios e administração: o sistema de arrematações das Rendas Reais (1775-1790)

Uma circunstância muito essencial para o aumento das rendas é o serem arrematadas às pessoas mais abonadas e mais industriosas porque estas tudo animam [...]. Nesta consideração será conveniente [...] atrair os melhores Negociantes, dando-lhes a preferência ...”

(Instruções sobre a administração e arrematação da Fazenda Real na Capitania de S. Paulo, Marquês de Pombal, em 7 de janeiro de 1775)

Capítulo II – Negócios e administração: o sistema de arrematações das Rendas Reais (1775-1790)

- a) A política metropolitana relativa à Fazenda Real a partir de 1775 e o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha

Em 1775, ao entregar o governo a seu sucessor, o Morgado de Mateus apresentou a situação da Fazenda Real na capitania de São Paulo da seguinte maneira:

“Não repare V. Ex^a em não achar muito dinheiro neste cofre [da Provedoria da Fazenda da capitania de São Paulo] porque ele nunca o teve, ainda naqueles tempos em que não havia tanta tropa, nem tantos ordenados, nem tantas expedições, como as de presente há. Aqui nunca se pagou aos ministros...”¹³⁷

De certa forma, estas palavras também expressavam a percepção das autoridades metropolitanas sobre as rendas paulistas no início do governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), pois logo depois de sua nomeação, ainda em Portugal, a Coroa lhe mandou entregar quatro instruções elaboradas pelos secretários de Estado de D. José I, das quais duas versavam sobre a administração das rendas reais na capitania de São Paulo; a terceira permitia-lhe presidir “Juntas de Justiça”, enquanto a quarta tratava de assuntos militares ligados, principalmente, à fronteira do Rio Grande de São Pedro, ameaçada pelos espanhóis. Não se estranha que assim fosse, visto que a correta aplicação de medidas de defesa e arrecadação, além da boa administração das “justiças”, garantiria ao Estado Português a manutenção e expansão de suas possessões americanas, daí a importância a elas atribuídas desde o governo do Morgado de Mateus.

Dessa forma, em meados de 1774, o governador recém nomeado recebeu uma Carta Régia na qual se lhe ordenava que estabelecesse a Junta da Fazenda paulista.¹³⁸ Vale lembrar que seu antecessor, o Morgado de Mateus, já recebera esta incumbência e, como

¹³⁷ Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 4530, fl.60. Trecho da “Carta de D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, a Martim Lopes Lobo de Saldanha.” 23/06/1775.

¹³⁸ *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 43, pp.10-13, Carta Régia a Martim Lopes Lobo de Saldanha, 07/06/1774.

visto no capítulo anterior, procurou implantá-la entrando em conflito com o Provedor da Fazenda por isso. Entretanto, segundo a Carta Régia citada, a Junta de São Paulo não vinha fazendo as cobranças devidas pelos contratadores nem elaborava as relações da receita e despesa da capitania que deveriam ser enviadas ao Erário Régio, por isso ordenava-se a Lobo de Saldanha que restabelecesse esse tribunal. O novo governador deveria ocupar a presidência da Junta, o ouvidor atuaria como juiz executor da Coroa, um procurador da Fazenda e um tesoureiro deveriam ser nomeados entre os homens letrados, probos e de posses da Cidade de São Paulo e vizinhanças, sendo que este último deveria ser recrutado entre os “mais abonados” e venceria 600\$000 réis de ordenado anual. A junta contaria ainda com um escrivão nomeado pela Coroa, todos os seus membros teriam igual assento e voto nas decisões tomadas em junta.

Tal como durante o governo do Morgado de Mateus, caberia à Junta restabelecida fazer legalmente as arrematações, administrar as rendas não arrematadas e arrecadar e recolher os preços dos contratos num cofre de três chaves (guardadas pelo tesoureiro, o escrivão e o contador). Ordenou-se ainda o estabelecimento de uma Contadoria; além disso, os tesoureiros da Alfândega de Santos e da Casa de Fundição deveriam entregar mensalmente ao cofre da Junta os dinheiros por eles arrecadados. Tal como já se ordenara ao Morgado, deveria ser estabelecido um livro de receita e despesa e, anualmente, relações e balanços deveriam ser remetidos ao Erário.

Como se vê, as instruções da carta régia endereçada a Martim Lopes Lobo de Saldanha são muito próximas das que foram enviadas dez anos antes ao Morgado de Mateus. Meses depois, o próprio Marquês de Pombal enviou instruções ao novo governador, cujo objeto era novamente a arrematação das rendas da Real Fazenda na capitania de São Paulo.¹³⁹

Inicialmente, estas novas instruções esclareciam que, para aumentar as rendas reais, primeiro seria necessário fomentar a agricultura, mesmo a dos gêneros “miúdos” que corriam pelo comércio interior; em segundo lugar far-se-ia necessário arrecadar corretamente as rendas geradas pelo aumento produtivo. Para isso, o governador precisaria saber com exatidão quanto cada rendimento da Fazenda produzia, pois assim teria certeza

¹³⁹ *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 43, pp.17 a 23. Instruções que El-Rey manda dar sobre a administração e arrematação da Fazenda Real na Capitania de São Paulo, datada de 07/01/1775.

de que os valores oferecidos nas arrematações eram justos. Depois, era preciso inteirar-se do modo como ocorria a arrecadação propriamente dita, notar se todos pagavam igual e justamente e se não ocorriam “descaminhos” dos direitos. Para garantir os pagamentos devidos à Real Fazenda, os contratos deveriam ser arrematados por pessoas abonadas, com posses suficientes para honrá-los, ainda que houvesse oferta maior de uma sociedade sem os fundos necessários.¹⁴⁰

Ainda segundo Oeiras, as cobranças não deveriam demorar, mas caso algum contratador sólido as atrasasse por “justos motivos”, tais como problemas na arrecadação, seria “conveniente dissimular alguma prudente demora” na cobrança. Também considerava conveniente que os direitos devidos à Real Fazenda fossem diretamente administrados pela Junta quando diminuíssem por motivos temporários e fortuitos.

A fim de se garantir a entrada de todas as rendas reais, o Secretário de Estado sugeria que os direitos devidos fossem depositados diretamente no cofre da Junta da Fazenda, obrigando os contratadores a retirarem seu lucro ou compensar a diminuição da arrecadação ao fim de cada triênio diretamente junto ao cofre. Ao que tudo indica, tal medida nunca foi implantada, mas se assim fosse o Erário poderia contabilizar exatamente os valores pagos pelos dízimos, direitos de entrada e imposto sobre o gado, evitando desvalorizações forçadas pelos contratadores ávidos de lucros. Por outro lado, mostrou-se inviável, pois demandaria dos arrematantes fundos necessários para manter todo o sistema de arrecadação durante os três anos de seu contrato, sem retorno algum, além de dificultar a arrecadação dos dízimos, pagos muitas vezes em gêneros e não em moeda. De qualquer forma, a preocupação da Coroa em aumentar e melhor controlar a arrecadação das rendas reais na capitania de São Paulo é mais uma indicação do desenvolvimento produtivo e comercial local, pois o governo central não insistiria na ampliação da taxaço se não fosse proveitoso para os cofres reais fazê-lo.

Embora o Morgado de Mateus tenha sido várias vezes acusado por seu sucessor, pelo ouvidor e pelo bispo da capitania de interferir nas “justiças” e na jurisdição das demais autoridades paulistas, foi a Martim Lopes Lobo de Saldanha que se concedeu maiores poderes na esfera que hoje chamaríamos judiciária. Ainda antes de tomar posse, lhe foi

¹⁴⁰ Ver citação referente à nota 106.

concedida jurisdição para estabelecer uma “Junta de Justiça” ¹⁴¹ com poderes para julgar “sumária e verbalmente”, até a pena última, nos casos de deserção e desobediência a superiores nas tropas paga e auxiliares, sedição, rebelião, os crimes de lesa majestade e contra o Direito Natural das Gentes (homicídios, rapina e resistência às justiças estabelecidas). Nos processos assim formados constaria apenas o auto de delito, as inquirições necessárias para provar a culpa e a defesa do réu, que seria julgado por uma junta de cinco ministros presididos pelo governador e capitão-general.

É possível que esta medida respondesse à inobservância da autoridade das justiças constituídas na América Portuguesa ou à demora no encerramento de processos que se tornavam longos e dispendiosos. Por outro lado, transferia para as mãos do governador instrumentos que lhe permitiam punir ou ao menos atrapalhar seus opositores; Lobo de Saldanha governou São Paulo por sete anos e pôde usar deste recurso durante o tempo de sua administração. Uma das graves acusações que lhe foram feitas quando deixou o governo da capitania foi, justamente, de ter usurpado a jurisdição criminal do ouvidor que então era Estevão Gomes Teixeira, além de ter feito várias prisões arbitrárias e ter condenado à morte sem chance de defesa um trombeta da Legião de Voluntários Reais que ferira seu filho e ajudante de ordens, Antonio Lobo de Saldanha. ¹⁴²

A mais longa “instrução” recebida por Lobo de Saldanha tinha caráter militar. ¹⁴³ Nela, Martinho de Melo e Castro, Secretário da Marinha e Ultramar, lembrava a necessidade, então ainda mais presente, de que as capitanias luso-americanas se defendessem mutuamente e de que tanto as tropas regulares quanto as auxiliares estivessem sempre prontas para defender não só São Paulo como também a fronteira do Rio Grande de São Pedro. Passa-se então a inteirar o general paulista do estado dos regimentos da capitania e do modo como deveria reorganizar as sete companhias de infantaria então existentes e levantar uma legião de tropa ligeira, sertanejos e caçadores. Ressalta ainda a importância dos seis regimentos auxiliares existentes em São Paulo, formados entre os

¹⁴¹ *Documentos Interessantes...*, vol. 43, pp.27-29, 14/01/1775.

¹⁴² Biblioteca Nacional – RJ, Manuscritos, II-35,24,37. “Representação de Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão-general da capitania de São Paulo à Rainha D. Maria I, refutando diversas acusações que lhe foram feitas, e a seu governo”, s/l, s/d, posterior a 1782. Ver também os verbetes “Caetaninho” e “Martim Lopes Lobo de Saldanha” da obra de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*.

¹⁴³ *Documentos Interessantes...*, vol. 43, pp.29-52. Instrução militar a Martim Lopes, governador da Capitania de São Paulo, 14/01/1775.

moradores locais, pois “Que o pequeno continente de Portugal, tendo Braços muito extensos, muito distantes e muito separados uns dos outros, quais são os seus Domínios Ultramarinos nas quatro partes do mundo, não pode ter meios, nem forças, com que se defenda a si próprio e acuda ao mesmo tempo à preservação e segurança de cada um deles”, sendo que “o único meio que até agora se tem descoberto e praticado para ocorrer à sobredita impossibilidade foi o de fazer servir as mesmas colônias para a própria e natural defesa delas: e na inteligência deste inalterável princípio as principais forças que hão de defender o Brasil serão as do mesmo Brasil.”¹⁴⁴ Daí que as tropas auxiliares formassem a principal defesa da capitania, pois nada melhor que durante a guerra proprietários e moradores defendessem suas famílias e bens; por isso era obrigação do general se informar sobre a fidelidade e capacidade dos coronéis em disciplinar esses corpos. Para reorganizar as tropas, o novo general contaria com os quatro contos anuais do contrato das baleias, consignados à capitania de São Paulo, além de ajuda vinda do Rio de Janeiro. Dinheiro que, aliás, não havia sido entregue durante os últimos anos do governo do Morgado de Mateus, conforme a instrução que deixou a seu sucessor.

Ao nomear Martim Lopes Lobo de Saldanha, a Coroa também ordenou que seu antecessor elaborasse uma instrução acerca do estado e dos principais negócios da capitania de São Paulo no período, da qual foi retirada a citação que iniciou este capítulo. Também nestas “Instruções” elaboradas pelo Morgado de Mateus¹⁴⁵ os assuntos relativos à fazenda e às tropas paulistas ganharam lugar de destaque. O Morgado principiou por defender suas ações militares no Rio Grande de São Pedro e nos sertões do Tibagi e do Iguatemi, causa mais imediata de sua substituição no governo. Ainda no plano militar, o ex-governador mostrou-se contrário à nomeação de coronéis ou mestres de campo, mercê geralmente concedida aos principais negociantes e produtores estabelecidos nas localidades luso-americanas, muitos dos quais ligados às arrematações, pois para ele: “Porquanto um poder superior, sobre tanta gente, na mão de um particular deste país, não me parece conveniente à razão de Estado...”¹⁴⁶

¹⁴⁴ Idem, pp.43-44.

¹⁴⁵ Carta de D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, a Martim Lopes Lobo de Saldanha. São Paulo, 23 de junho de 1775. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 4530, fl.48 a 65.

¹⁴⁶ Idem, fl.55.

Ao tratar do estado da Real Fazenda o Morgado ressaltou as poucas rendas certas que entravam no cofre anualmente e voltou a insistir na necessidade de afastar Manuel de Oliveira Cardoso da arrecadação dos Dízimos Reais de São Paulo, garantindo a entrega do ramo a Manuel José Gomes e seus sócios, pois assim, segundo ele, os valores pagos por este contrato aumentariam. Além do mais, as rendas paulistas encontravam-se totalmente arruinadas devido à necessidade de manter as tropas. O ex-governador terminou suas “Instruções” alertando Martim Lopes dos “abusos” de jurisdição cometidos pelas “justiças”, leia-se, os dois últimos ouvidores, Pereira da Silva e José Gomes Pinto de Moraes que, mancomunados com o bispo e com as câmaras, não cumpririam com suas obrigações.

Era prática comum, ao menos dentre os documentos relativos à história administrativa paulista, que o governador recém-nomeado denegrisse a imagem de seu antecessor e Martim Lopes não foi exceção. Talvez influenciado pelo vice-rei ou pelo ouvidor da comarca de São Paulo¹⁴⁷, que se indispuseram com o Morgado de Mateus, talvez para realçar seus méritos, ainda em 1775 Martim Lopes acusou o Morgado de dificultar seu acesso aos documentos da administração anterior, de ter criado uma praça inútil no sertão do Iguatemi, de empenhar dinheiros em más obras e deixar a capitania “destruída e sem meios”. Ressaltou ainda que:

“... o abuso de jurisdições no tempo de meu antecessor, não o praticaram as justiças, e ouvidores, e que nada lhe deram que sofrer, que antes todos lhe sofreram muito, e se viram impedidos de poderem fazer justiça, por ser verdade constante que meu antecessor avocava a si causas cíveis, e criminais e ainda Eclesiásticas, e soltava criminosos das justiças, e não deixava prender outros, com o pretexto de evitar custas às partes...”¹⁴⁸

Da mesma forma, criticou a atuação de D. Luís Antônio nas arrematações dos Dízimos de 1771 e 1774, ajudando a promover a averiguação citada no capítulo anterior

¹⁴⁷ O Morgado de Mateus e seu sucessor permaneceram juntos na cidade de São Paulo por quase um mês, para que o novo governador se inteirasse dos negócios da capitania; nesse período, Martim Lopes travou contatos com as demais autoridades locais.

¹⁴⁸ “Notas às Instruções juntas que me entregou Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, general que foi desta capitania”. São Paulo, 30 de novembro de 1755. Original assinado por Martim Lopes Lobo de Saldanha. Biblioteca Nacional de Portugal, Códice 4530, fls.66 a 71.

que acabou por condenar os arrematantes favorecidos por seu antecessor a devolverem o dinheiro arrecado ao cofre da Fazenda, levando o contratador Manoel José Gomes à prisão em 1781.¹⁴⁹ O novo governador também se aproximou do ouvidor José Pinto Gomes de Moraes, autor da denúncia contra o Morgado relativa à arrematação dos Dízimos de 1774. Sendo assim, não é de se estranhar que no triênio decorrido entre julho de 1777 e junho de 1780 o *Contrato dos Dízimos da capitania de São Paulo*, desligado definitivamente do Rio Grande, tenha sido novamente arrematado pelo capitão-mor Manuel de Oliveira Cardoso, acusado e preterido pelo governo anterior.

Todavia, Martim Lopes não conseguiu se livrar de inimigos nem de acusações durante os anos de seu governo. Seus problemas começaram quando o ouvidor que lhe era mais próximo, José Gomes Pinto de Moraes, faleceu em inícios de 1777¹⁵⁰, sendo substituído pelo Juiz de fora de Santos, José Carlos Pinto de Sousa, que ainda acumulou o cargo de Juiz Executor da Fazenda Real. Posteriormente, também o novo ouvidor nomeado pela Coroa, Paulo Estevão Gomes Teixeira e o bispo D. Frei Manoel da Ressurreição, lhe fariam oposição.

Além de ser acusado de interferir na jurisdição do ouvidor, conforme visto acima, Martim Lopes Lobo de Saldanha foi responsabilizado pelo Juiz de Fora de desencaminhar rendas da Real Fazenda, de tê-lo retirado indevidamente dos postos de Ouvidor, Intendente e Juiz Executor da Fazenda e de ter suspenso em Santos a observância do Regimento das Minas, pelo qual os ministros e oficiais de justiça receberiam o dobro dos salários que os do restante da capitania.

Segundo Martim Lopes, os lugares de letras do “Continente do Brasil” eram de primeira e segunda “entrança” e por isso eram servidos por jovens imprudentes e destituídos de bens que

“... procuram logo de baixo do pretexto de Ministros Régios encarregados dos Negócios da Justiça estender ao infinito as suas jurisdições para aumentarem a sua dependência, multiplicarem os meios de satisfazerem suas paixões, e fazerem a sua fortuna

¹⁴⁹ Requerimento de Manoel José Gomes a D. Maria I expondo que havia três anos que estava preso inocentemente, por ordem do ex-governador da capitania de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha..., 24 de julho de 1784. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, documento 3103.

¹⁵⁰ *Documentos interessantes...*, v.28, p.265.

mais brilhante: e todas as vezes que se lhes cortam esses meios, queixam-se de despotismos, de usurpações de jurisdições etc. e como sempre há muitos do povo, que unidos a eles esperam também fazer os seus interesses, fazem partido, metem tudo em desordem, e confusão, perde-se, e arruína-se o Estado.”¹⁵¹

Para se defender, o ex-general alegou a “fome insaciável” de dinheiro que tinha o juiz de fora, as desordens por ele cometidas à medida que passou a acumular cargos, principalmente os relacionados à arrecadação da Real Fazenda, o que teria obrigado o general a suspendê-lo de suas ocupações, privando-o dos emolumentos a elas ligados. Já a queixa do Juiz de Fora relativa à suspensão do Regimento das Minas e a adoção do Regimento da Marinha¹⁵² no que diz respeito ao pagamento dos oficiais de justiça da capitania de São Paulo, foi considerada pelo ex-general prova da ambição de José Carlos Pinto de Sousa, visto que a câmara da vila de Parnaíba, única da capitania além de Santos que também obedecia ao Regimento das Minas por ter tido no passado alguma extração de ouro, requêrera à Junta da Fazenda queixando-se de que era um peso para os “povos” o pagamento de salários tão avultados¹⁵³. Martim Lopes Lobo de Saldanha ainda foi acusado de levantar penhoras, soltar presos sem o pagamento das cauções necessárias e de ter arrematado ofícios de justiça sem as informações do ouvidor. A todas estas queixas o ex-general retrucou na tentativa de demonstrar que obrara sempre em benefício dos povos que governava, fosse “compondo amigavelmente” as partes em litígio e isentando os mais pobres de pagarem as custas dos processos, fosse seguindo as informações das câmaras diretamente interessadas nas arrematações dos ofícios.¹⁵⁴

Já em 1778, o bispo de São Paulo encaminhou uma carta para Martinho de Melo e Castro, ministro dos Negócios Ultramarinos, queixando-se da conduta “imoral” do

¹⁵¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, cota II-35,24,37: Representação de Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador e Capitão-general da Província de São Paulo à Rainha D. Maria I, refutando diversas acusações que lhe foram feitas e ao seu governo. S/l. c.1782. 31pp.

¹⁵² Os regimentos citados foram estabelecidos por dois alvarás de lei datados de 10 de outubro de 1754, que determinavam os salários, assinaturas, próis e percalços dos ouvidores, juizes e oficiais das comarcas de beira-mar e sertão e das comarcas mineradoras, nestas, os valores dos salários eram maiores. Ver *Coleção Alberto Penteado de Leis Decretos e Alvarás*, volume 801, p.97 a p.111.

¹⁵³ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, cota II-35,24,37: Representação de Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador e Capitão-general da Província de São Paulo à Rainha D. Maria I, refutando diversas acusações que lhe foram feitas e ao seu governo, fls. 4 e 5.

¹⁵⁴ Idem, fl.6.

governador, que estaria contaminando toda a capitania e causando inquietação entre os povos. D. Manoel denunciou o governador por manter “amizade ilícita, sem reboço nem pejo” com duas senhoras irmãs, por ele mantidas junto à sua residência e que lhe visitavam a qualquer hora da noite, as mesmas senhoras teriam tanta influência sobre o governador que teriam conseguido muitos despachos injustos e nocivos a bem de seus protegidos. Depois de dois anos vivendo assim, Martim Lopes teria se tornado “amigo” de uma outra senhora, irmã de um sacerdote local que passara a obter quantos favores requeria ao general. O general Saldanha também foi acusado de soltar presos mediante o pagamento de “dádivas avultadas” e de prender outros que não condescendessem com sua “insaciável cobiça”, além de não comparecer aos ofícios religiosos e desrespeitar o bispo e os clérigos de bons costumes.¹⁵⁵

Ao longo de seu governo, Martim Lopes Lobo de Saldanha acusou diretamente o ouvidor Estevão Gomes Teixeira e o Bispo, que inicialmente haviam lhe apoiado. Em ofício de janeiro de 1779 o governador dizia saber de “ciência certa” que o ouvidor andava encaminhando as partes envolvidas nos processos, redigindo as petições que seriam enviadas a ele próprio e instigando-os a fazer denúncias contra o governo junto à rainha D. Maria. Martim Lopes pedia, então, instruções, pois temia “desordens mal pensadas” causadas pelas “péssimas idéias desse ministro, as com que entrou nesta cidade, contraindo amizade com os mais opulentos habitantes a fim de desfrutar o que eles lhe oferecessem, que aceita sem repugnância o espírito intrigante, atrevido...”¹⁵⁶.

Segundo o governador, também o bispo queria ser “... absoluto senhor do governo eclesiástico e político, em que continuamente se está metendo, embaraçando tudo quanto pode as minhas providências e engrossando o formidável partido da parcialidade que tem formado.”¹⁵⁷

Pouco tempo depois, em ofício sobre a denúncia que a câmara de São Paulo e o bispo lhe fizeram, Martim Lopes acusou este último de estar mancomunado ao ouvidor

¹⁵⁵ Carta do Bispo da capitania de São Paulo, D. Frei Manoel da Ressurreição, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, queixando-se da conduta do governador daquela capitania (Martim Lopes Lobo de Saldanha)..., de 7 de setembro de 1778. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 2860.

¹⁵⁶ *Documentos interessantes...*, v.43, pp.218-220. 05/01/1779.

¹⁵⁷ *Documentos interessantes...*, v.43, pp. 375-377. Ofício a Martinho de Melo e Castro em que Martim Lopes Lobo de Saldanha pede para ser substituído no governo da capitania de São Paulo, 09/04/1781.

Estevão Gomes Teixeira e de, juntos, terem seduzido a câmara para acusá-lo. Para se defender, o governador assegurava que a câmara de 1780 era composta por “... caixeiros, tropeiros de tocarem tropas no caminho de Viamão, e os oficiais que atualmente servem [1781], além de terem o mesmo caráter, são cirurgiões filhos desse Reino e nenhum dos honrados e distintos paulistas dos Pires e Camargos, tão recomendados por Sua Majestade para ocuparem os ditos cargos de que o ouvidor não faz caso, e só nomeia para eles aqueles indivíduos para poder governá-los segundo a sua vontade e incliná-los às suas estranhas paixões.” O governador terminava seu ofício solicitando sua substituição no governo da capitania de São Paulo, esperando que D. Maria se compadecesse tirando-o “deste labirinto de intrigas, parcialidades e desordens, que continuarão enquanto o dito Ouvidor o for desta comarca e o Bispo existir nela, de que temo bem funestas conseqüências.”¹⁵⁸

D. Manoel da Ressurreição continuou a acusar Martim Lopes junto ao Conselho Ultramarino, gerando uma investigação que ultrapassou o tempo do governo desse general. Nas cartas enviadas em 1780, o governador é acusado de não cumprir as ordens régias, de nomear empregados particulares pagos com dinheiro da Fazenda Real, de usar o trabalho dos escravos das fazendas dos antigos jesuítas na manutenção de sua casa e de controlar a Junta da Fazenda em utilidade própria e de “seus interessados”, prejudicando assim o patrimônio régio.¹⁵⁹

Já para Martim Lopes Lobo de Saldanha, as ações do ouvidor amedrontavam os povos que consideravam que ele viera com maior jurisdição que seus antecessores e teriam passado a tomar as disposições governamentais em menor conta; também o bispo lhe tratava com desatenção e procurava desacreditar sua posição de governador, causando desordens que perturbavam o “sossego público”.¹⁶⁰

Outras versões sobre esses acontecimentos são desconhecidas e não se sabe quais eram os “opulentos habitantes” que seduziram o ouvidor com suas ofertas ou qual era o “partido da parcialidade” que se formara em São Paulo. Também não foram encontradas

¹⁵⁸ *Documentos interessantes...*, v.43, pp.385-387. Ofício a Martinho de Melo e Castro de 14/07/1781.

¹⁵⁹ Cartas (resumo das) do Bispo de São Paulo, frei Manoel da Ressurreição, datadas de 7 de setembro de 1779, 5 de fevereiro, 18 de maio, 15 e 20 de outubro de 1780. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3079.

¹⁶⁰ Cartas (resumo das) do governador e capitão-general de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, contra o Bispo daquela diocese (Frei Manoel da Ressurreição) nos anos de 1779, 1780 e 1781. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, documento 3080.

instruções de governo nem registros de queixas relativas à atuação dos dois governadores que sucederam Martim Lopes Lobo de Saldanha, o capitão-general Francisco da Cunha Meneses (1782 a 1786) e o governador interino Marechal Frei José Raimundo Chichorro (1786 a 1788). Todavia, a acusação de Martim Lopes Lobo de Saldanha aponta indícios dos conflitos que envolviam as diversas esferas administrativas e os grupos de poder locais em suas tentativas de cooptar governadores, ouvidores, bispos e demais ministros que pudessem favorecer suas ambições políticas e seus interesses econômicos, muitos deles provavelmente ligados ao sistema de arrematação das rendas reais, às nomeações para as tropas de segunda linha e ao recebimento de mercês régias que, com certeza, continuaram atuando nas décadas seguintes. Por outro lado, as acusações a Martim Lopes parecem não ter surtido efeito na Corte, pois em 1784 o Conselho Ultramarino deu parecer favorável às justificações que o ex-governador apresentara ao final do seu governo.¹⁶¹

b) O fortalecimento dos arrematantes com negócios enraizados na capitania de São Paulo entre 1775 e 1790

Seguindo a política metropolitana e suas próprias instruções de governo, Martim Lopes Lobo de Saldanha também optou por favorecer os negociantes mais abonados quando das arrematações das rendas reais paulistas, principalmente aqueles já estabelecidos na capitania com seus negócios e famílias. Esta política do governador, aliada à indisposição para com seu antecessor e à proximidade com o ouvidor, acabou facilitando o retorno de Manuel de Oliveira Cardoso ao rentável negócio da arrematação dos Dízimos Reais em São Paulo. Por outro lado, a atuação de negociantes radicados em São Paulo na arrematação de diversas rendas reais no período analisado neste capítulo também indica que muitos destes homens buscaram e conseguiram manter seus interesses comerciais independentemente do governador enviado para administrar a capitania.

Em ofício de junho de 1777, Martim Lopes Lobo de Saldanha comunicou a arrematação feita a Manoel de Oliveira Cardoso, homem “dos mais abonados” da capitania. Feita em São Paulo, a arrematação dos Dízimos subira a 32:100\$000, diante do valor

¹⁶¹ “Parecer do Conselho Ultramarino sobre a justificação que Martim Lopes Lobo de Saldanha apresentou das acusações que lhe fizeram”, 23/09/1784. Torre do Tombo, Papéis do Brasil, código 6, f.358-359.

alcançado, o governador e capitão-general comunicou ao ministro Martinho de Melo e Castro a “... satisfação de fazer reputar este ramo dos referidos Dízimos com tanta diferença da rematação antecedente.”¹⁶²

Além de ter ele mesmo arrematado ou afiançado os contratos dos dízimos paulistas por vários anos, iniciados ainda durante o período de subordinação da capitania ao Rio de Janeiro, conforme o exposto acima, Oliveira Cardoso também atuou na arrecadação de outras rendas reais entre as décadas de 1760 e 1780. Assim, foi sócio fiador e principal pagador do contrato dos Direitos do Registro do Viamão, ligado ao comércio de gado, pela quantia de 8:400\$000, pelo triênio iniciado em 1769.¹⁶³ Em 1781, continuava a arrecadar impostos sobre a circulação de gado, pois arrematou o *Contrato do Quinto dos animais do Registro de Lagens*, por 802\$000 réis o triênio iniciado nesse ano.¹⁶⁴ Para o triênio decorrido entre janeiro de 1787 e dezembro de 1789, Cardoso arrematou o contrato dos *Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba*, por preço de 31:220\$000 réis o triênio;¹⁶⁵ na mesma ocasião, arrematou também o *Contrato da Passagem do Rio Curitiba*, por preço de 270\$000 réis o triênio¹⁶⁶ e o das *Passagens do Rio das Canoas*, por 1:600\$000 réis o triênio.¹⁶⁷ O tenente coronel Paulino Aires de Aguirra, participante de outros contratos firmados na década de 1780, era seu sócio nos três últimos empreendimentos citados. No triênio seguinte os *Meios direitos* foram novamente arrematados por Manoel de Oliveira Cardoso, pelos mesmos 31:220\$000 réis, mas desta feita seu sócio era o capitão Antonio Teixeira, na mesma ocasião ambos arremataram os

¹⁶² *Documentos interessantes...*, v.28, p.348.

¹⁶³ *Documentos Interessantes...*, vol.69, p.155, “Termo de obrigação e fiança do capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso”.

¹⁶⁴ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro 4061, pp.236-237, confirmação datada de 11/07/1782.

¹⁶⁵ *Documentos Interessantes...*, vol.31, p.138, ofício de 15 de abril de 1786. Ver também o *Auto de arrematação* deste contrato, no qual constam suas condições, Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro 4106, pp.289-291.

¹⁶⁶ *Documentos Interessantes...*, vol.31, p.140, ofício de 15 de abril de 1786, enviado pelo general Francisco da Cunha Meneses a Martinho de Melo e Castro.

¹⁶⁷ Ofício n.3 da Relação dos ofícios datados de 15 de abril de 1786 que foram remetidos à Secretaria de Estado da repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Francisco da Cunha Meneses. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3136.

direitos do Registro das Lagens e os direitos de passagem do Rio da Vila de Curitiba, o primeiro por 1:600\$000 e o segundo por 270\$000 réis.¹⁶⁸

Natural do Porto, genro de outro importante negociante paulista¹⁶⁹ e radicado na capital desde pelo menos 1730, Manuel de Oliveira Cardoso negociava escravos e mercadorias para diversas regiões da América Portuguesa já na década de 1740. Nos anos seguintes, foi membro da Câmara (1739, 1742 e 1751), da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco (1742-43), provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1751) e da Misericórdia (1761-1762), ou seja, participou das principais instituições locais que lhe conferiam prestígio social.¹⁷⁰ Ainda no ano de 1743 deu entrada em seu processo para habilitação na ordem de Cristo, então a mais prestigiada ordem militar portuguesa. Seu pedido foi negado no ano de 1746; embora as testemunhas alegassem que Cardoso era “homem de negócio”, “casado em uma das principais famílias da terra”, “zeloso do Real Serviço” e que se tratava pela “lei da nobreza”, não conseguiu as dispensas necessárias desta feita, pois foi constatado ter sido caixeiro no Brasil, assistir na própria loja e ter avô de segunda condição.¹⁷¹ Poucos anos depois, com as reformas pombalinas, tais impedimentos certamente teriam sido dispensados e o hábito concedido, tal como ocorrera com outros negociantes paulistas com trajetórias semelhantes à de Cardoso. Quando da restauração da capitania de São Paulo em 1765, Cardoso já era capitão-mor da cidade, posto para o qual fora nomeado em 1761¹⁷².

Conforme indicou Helen Osório na obra citada anteriormente, a maior parte dos contratos de dízimos da capitania de São Paulo que foram colocados em praça entre 1720 e 1770 foram arrematados por negociantes portugueses ou fluminenses, donos de maiores cabedais e senhores do comércio de gêneros no centro-sul. Todavia, os dados apresentados e a trajetória de negociantes como Manuel de Oliveira Cardoso nos leva a repensar o papel dos grupos de poder locais na administração e no sistema de arrematação das rendas reais

¹⁶⁸ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro 4106, pp.291-293. Auto de arrematação datado de 17/04/1789.

¹⁶⁹ Manoel de Oliveira Cardoso era casado com Maria Angélica, filha do negociante reinol radicado em São Paulo desde o início do século XVIII, Tomé Álvares de Castro. Sobre as trajetórias de Tomé de Castro e de Manuel de Oliveira Cardoso, ver a obra já citada de Maria Aparecida Borrego, pp.292 a 303.

¹⁷⁰ Idem, pp.295 a 297.

¹⁷¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Portugal, Habilitações da Ordem de Cristo, letra M, maço 44, doc.17.

¹⁷² Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Portugal, Registro Geral de Mercês de D. José, liv.16, f.350. Carta patente de capitão-mor da Cidade de São Paulo, 17/10/1761.

na América Portuguesa ao longo da segunda metade do setecentos. Ademais, este negociante seguiu o mesmo caminho de seus pares lisboetas e fluminenses em sua trajetória de enriquecimento e ascensão social: se estabeleceu com comércio, ampliou os negócios empregando correspondentes e funcionários que cuidavam do trabalho “braçal”, foi membro das principais instâncias locais capazes de lhe conferir poder e prestígio, prestou serviços à Coroa arrematando rendas essenciais para a manutenção do Estado e, por fim, solicitou a recompensa devida através da nomeação do posto de capitão-mor de ordenanças da cidade onde habitava e da habilitação para cavaleiro da mais importante ordem militar portuguesa.

Tal como Cardoso, outros negociantes estabelecidos em São Paulo colonial, ligados à criação de gado, participaram do negócio da arrematação das rendas reais. Falamos dos homens que arremataram o contrato dos dízimos na década de 1780, mas que já atuavam nos negócios ligados à criação e transporte do gado criado no Rio Grande de São Pedro e nos Campos de Curitiba, passando pelo Registro de Sorocaba, num período anterior.

Instituído em 1734, o Registro de Curitiba recolhia 2\$500 réis sobre cada besta mular, 2\$000 réis sobre cada cavalo, \$960 réis de cada égua e \$480 réis por cabeça de gado vacuum transportados entre o continente do Rio Grande e a capitania de São Paulo. Destes valores, somente a metade cabia à Real Fazenda pois a outra metade foi entregue por 12 anos em mercê ao coronel Cristóvão Pereira de Abreu, responsável pela abertura do caminho pelo sertão entre o Rio Grande de São Pedro e São Paulo. Em 1760, os “Meios Direitos dos animais vindos do Rio Grande de São Pedro”, como então eram chamados, foram novamente doados em mercê de juro e herdade ao então Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos de D. José I, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, “em parte da remuneração de seus serviços” para que “possa dispor dos referidos meios direitos, com a supervivência necessária a favor dos seus atuais credores e de seu pai João Álvares da Costa, que foi do meu conselho...”; para isso, ordenava-se ao provedor da Fazenda Real da Praça de Santos que mandasse fazer as contas e se entregasse os “Meios Direitos” ao procurador de Corte Real a cada três meses.¹⁷³

¹⁷³ *Documentos históricos*, v.II, pp.286-287, “Decreto de Sua Majestade por que foi o dito Senhor servido fazer mercê de juro e herdade ao Exmo. Secretário de estado dos Negócios do Ultramar, dos meios direitos dos animais da campanha cuja mercê principiou em 18 de fevereiro de 1760.”

Tal prática se manteve até 1773, quando um dos então contratadores dos Meios Direitos pertencentes à Real Fazenda solicitou e conseguiu da Junta da Fazenda de São Paulo autorização para cobrar os mesmos tributos sobre o gado criado no distrito de Curitiba e em Serra Acima, até então isento. A partir daí, a “Casa Doadá” de Corte Real também passou a perceber os Meios Direitos do gado criado na capitania de São Paulo.¹⁷⁴

Esta arrecadação, instituída pela Junta da Fazenda presidida pelo Morgado de Mateus a pedido de Antonio Fernandes do Vale, caixa e administrador do *Contrato dos Meios Direitos do Registro de Curitiba* para o triênio iniciado em janeiro de 1772, foi questionada pelos generais Francisco da Cunha Meneses, em 1785, e Bernardo José de Lorena, em 1790, pois nunca fora confirmada pela Coroa.¹⁷⁵ Não foram localizados documentos que resolvessem definitivamente a questão, todavia, sabemos que o gado criado na capitania de São Paulo continuou a ser taxado e que a Casa de Corte Real, ou “Casa Doadá”, nada percebia por isso, pois anos depois o contrato passou a incluir, além dos “Meios Direitos” sobre o gado vindo do Rio Grande, os “Direitos Inteiros” dos animais de “Cima da Serra”. Além disso, em 1803, o administrador da “Casa Doadá” foi obrigado a entregar à Fazenda a quantia de 37:307\$820 réis pelos tributos dos animais indevidamente taxados.¹⁷⁶

No final da década de 1750, o valor do *Contrato das Entradas dos animais da Campanha de São Pedro do Sul*, aparentemente ainda não dividido com a Casa de Corte Real, rendia quase 5 contos a mais que o contrato dos dízimos.¹⁷⁷ Tal como estes, o valor dos contratos dos direitos sobre o gado vinham crescendo durante o século XVIII. Segundo Jorge Pedreira, no final do século XVIII os valores dos contratos de rendas reais subiram entre trinta e sessenta por cento em todo o Império Português, não só em função de um aumento geral de preços, mas também devido à atuação da Coroa no sentido de adequar os

¹⁷⁴ Sobre a instituição dos “Meios Direitos” ver o decreto citado na nota anterior e a Representação da Junta da Fazenda de São Paulo de 21/05/1785, *Documentos Interessantes...*, vol.45, p.90 e o Arquivo do Tribunal de Contas de Lisboa, Fundo Erário Régio, Livro 4064, pp.18-24.

¹⁷⁵ Ver *Documentos Interessantes...*, vol.45, pp.86-93.

¹⁷⁶ Arquivo Nacional - RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, códice 446, v.6, 1802-1804, fl.67, provisão de 28 de maio.

¹⁷⁷ Conferir a “Relação dos contratos da Provedoria de São Paulo”, de 15 de março de 1759, na qual consta que os dízimos reais tinham sido arrematados por 7:615\$000 réis/ano, enquanto os direitos sobre os animais renderam 27:230\$000 réis o triênio iniciado em outubro de 1756. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 2116.

valores pagos pelos contratadores aos altos lucros que estes obtinham com esse tipo de negócio.¹⁷⁸

Os dados relativos aos contratos dos Meios Direitos sobre os animais criados em São Pedro indicam que tanto o valor deste contrato quanto a apresentação ou não de lançadores foram prejudicados nos períodos em que a fronteira sul esteve ameaçada pela presença de espanhóis, embora os seus valores tenham crescido nas épocas de paz e durante todo o período estudado os tributos sobre o gado tenham sido uma das mais importantes rendas para a administração da capitania de São Paulo.

Assim, no ano de 1752, o *Contrato da ametade dos direitos do registro de Curitiba* foi arrematado por 3:630\$000 réis cada ano, o que somou 10:360\$000 réis no triênio iniciado em outubro desse ano.¹⁷⁹ Segundo o provedor da Fazenda Real, o mesmo José de Godói Moreira citado no capítulo I, já neste período os valores do contrato estavam grandemente defasados, pois administrados por oficiais régios rendera 4:641\$980 réis em 1749, 5:781\$880 réis em 1750 e mais de 9:000\$000 de réis em 1751; por isso o provedor se abstinha de dar posse ao novo contratador até que a Coroa enviasse nova ordem a respeito, alegando que a Provedoria não tinha “outro dinheiro mais pronto para as despesas dela do que o que rendem estes direitos”.¹⁸⁰ No ano seguinte, El-Rei repreendeu o provedor por haver descumprido um decreto real, ordenando que em casos semelhantes desse posse ao contratador e prestasse contas pelos “meios justos” para se evitar os danos que pudessem existir. Por outro lado, o mesmo documento retificava a confirmação da arrematação, alegando que houvera confusão quando da transcrição dos valores dos contratos arrematados por Manuel Cordeiro, que oferecera o valor dos 3:630\$000 réis pelos direitos do gado do Registro do Viamão e mais 18.000 cruzados e 5 mil réis pelos de Curitiba, o que renderia mais de 8:000\$000 réis anuais¹⁸¹.

É impossível definir quanto cada contratador lucrava com o negócio das arrematações de tributos, pois este controle não era feito pelas autoridades instituídas, o que inviabilizou a conservação da quase totalidade desses registros. Também não há registros

¹⁷⁸ Jorge M. Pedreira, “Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação. Os negociantes de Lisboa (1750-1820).” In: *Tempo*, 15, p.47.

¹⁷⁹ *Documentos históricos*, v.II, p.132.

¹⁸⁰ Idem, p.137-139. Para comprovar suas afirmações, o Provedor da Fazenda anexou a “Cópia do extracto das tropas que no ano de 751 passaram pelo registro de Curitiba”.

¹⁸¹ Idem, p.143-145. Cada cruzado calculado a 480 réis renderia 8:640\$000 réis.

indicando queda abrupta do movimento de gado entre o Rio Grande e São Paulo na década de 1750. Todavia, sabemos que o *Contrato dos Meios Direitos* arrematado em 1755 voltou ao patamar considerado baixo pelo provedor três anos antes, pois pagou apenas 3:076\$666 réis ao ano para o triênio que então iniciava.¹⁸²

É de notar a grande variação nos valores pagos pelo contrato dos Meios Direitos entre as décadas de 1750 e 1770. Assim, em 1764, portanto às vésperas da restauração da capitania, os direitos dos Registros de Viamão e de Curitiba caíram drasticamente com relação à década anterior, pois foram arrematados em conjunto por 1:624\$000 réis pelo ano decorrido entre setembro de 1764 e outubro de 1765, a Francisco Cardoso Meneses e Sousa; neste período os valores pagos por animal eram os mesmos citados acima.¹⁸³ Em 1769, o mesmo contrato foi arrematado por Leonardo de Araújo Aguiar por 11:000\$000 o triênio, o equivalente ao dobro de 1764/65.¹⁸⁴ Aliás, esta arrematação foi objeto de litígio entre as provedorias do Rio de Janeiro e de São Paulo, pois a primeira, responsável pelas rendas reais do Rio Grande de São Pedro, arrematou o mesmo contrato a Bernardo Gomes Costa, por 16:000\$000 réis, 2/3 para São Paulo, correspondentes ao Registro de Curitiba, e 1/3 para o Rio Grande, correspondente ao Viamão. O Real Erário decidiu a favor da Junta da Fazenda paulista, ordenando que as autoridades fluminenses não tornassem a arrematar os contratos da capitania de São Paulo, sujeitos à Junta da Fazenda desta.¹⁸⁵ Os contratos do Registro de Curitiba e do Viamão foram definitivamente separados em 1773.¹⁸⁶

Em dezembro de 1771, a sociedade formada pelo paulista Antonio Fernandes do Vale e pelos fluminenses André Pereira de Meireles e Bernardo Gomes Costa arrematou o *Contrato do Registro de Curitiba*, pelo triênio entre 1772 e 1774, por 16:750\$000¹⁸⁷, ou seja, um aumento de mais de três vezes em menos de dez anos devido, possivelmente, à pressão que as tropas paulistas reorganizadas durante os governos do Morgado de Mateus e

¹⁸² *Documentos Históricos*, v.II, p.211. Documento lavrado me Lisboa em 08/03/1755.

¹⁸³ Arquivo do Tribunal de Contas de Lisboa, Fundo Erário Régio, Livro 4104, pp.369-375, Auto de Arrematação de 21/10/1764.

¹⁸⁴ Arquivo Nacional – RJ, Provedoria da Fazenda Real de Santos, códice 445, v.20, 1763-1769, [fl.44]. Provisão do Real Erário de 02 de setembro de 1769.

¹⁸⁵ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, livro 4061, pp.50, 52 e 135-138.

¹⁸⁶ Ver a este respeito o artigo de Helen Osório, “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul”, p.114.

¹⁸⁷ Arquivo do Tribunal de Contas de Lisboa, Fundo Erário Régio, Livro 4104, pp.378-386. Auto de Arrematação de 06/12/1771.

de Martim Lopes passaram a fazer sobre os espanhóis, favorecendo os negócios portugueses ligados à criação de gado na fronteira Sul.

Nesta época, Antonio Fernandes do Vale já era cavaleiro professo da Ordem de Cristo¹⁸⁸ e atuava como procurador paulista dos administradores fluminenses do Contrato das Baleias arrematado por lisboetas, que pagava 4:000\$000 réis anuais à Fazenda de São Paulo¹⁸⁹. Em 1770 também era procurador do arrematante do contrato dos Meios Direitos em Sorocaba¹⁹⁰, onde havia outro registro. Em documento de 1772, Fernandes do Vale aparecia como administrador do contrato das Entradas para Minas Gerais.¹⁹¹ Este negociante estava diretamente ligado ao comércio de gado¹⁹², o que lhe permitiu favorecer o marido de sua sobrinha neste negócio durante as décadas de 1770 e 1780, conforme veremos adiante. Na documentação de 1777, Fernandes do Vale apareceria ocupando um posto chave na administração das rendas reais na capitania, qual seja o de tesoureiro-geral da Junta da Fazenda de São Paulo.

Nos anos seguintes o contrato dos Meios Direitos entrou em decadência devido aos conflitos com espanhóis na fronteira sul, principal região criatória, e passou dois anos sendo administrado pela Junta da Fazenda, voltando a ser arrematado por dois triênios iniciados em janeiro de 1778 pelo coronel Manoel Antonio de Araújo e seu irmão o capitão Manoel de Araújo Gomes, negociantes paulistas, por um total de 34:010\$000 réis. A mesma sociedade arremataria o contrato iniciado em janeiro de 1784, desta feita por 25:400\$000 réis o triênio.¹⁹³

Conforme expusemos acima, o contrato dos Meios Direitos foi arrematado nos dois triênios seguintes, iniciados em 1787 e 1790, por Manoel de Oliveira Cardoso e sócios. Um destes, Paulino Aires de Aguirra, criador e negociante da região de Sorocaba, também participaria da arrematação dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo por dois triênios

¹⁸⁸ Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês de D. José, liv.20, f.271v., Carta de padrão. Tença de 12\$000 rs como Hábito. 22/09/1766.

¹⁸⁹ *Documentos Interessantes...*, vol.19, pp.77-79, documentos de junho e julho de 1768.

¹⁹⁰ *Documentos Interessantes...*, vol.92, p.120. Ofício do governador ao capitão Antonio Fernandes do Vale, cobrando providências.

¹⁹¹ *Documentos Interessantes...*, vol.69, p.185. Trata-se de uma carta escrita pelo cobrador José Pinto Gomes de Almeida, preso durante uma diligência. Ao que parece, durante este ano o contrato das Entradas para Minas Gerais andava em administração por conta da Real Fazenda.

¹⁹² *Documentos Interessantes...*, vol.17, pp.94-95. Carta do brigadeiro governador de Viamão sobre a recomendação de Antonio Fernandes do Vale, ou quem ele enviasse, para comerciar com tropas, 03/11/1775.

¹⁹³ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro 4106, pp.275-288.

consecutivos, com início em 1783 e 1786 por 46:510\$000 e 61:600\$000, respectivamente. Além de Aguirra, a sociedade de 1783 era formada por Francisco Rodrigues de Macedo, José Vaz de Carvalho e Jerônimo Martins Fernandes, este último foi o único a sair da sociedade de 1786.

Consta no ofício datado de 7 de junho de 1783 que o atual contrato dos Dízimos excedia o anterior em 5 contos e 10 mil réis¹⁹⁴; a arrematação havia sido feita na capitania de São Paulo, pois o general Francisco da Cunha Meneses a participava a Martinho de Melo e Castro¹⁹⁵. Três anos depois, documento semelhante era expedido, lavrado em 15 de abril de 1786 também na cidade de São Paulo.¹⁹⁶ Entre um contrato e outro, os arrematantes aumentaram seu lance em cerca de 15 contos de réis, o que leva a crer que os lucros do primeiro contrato haviam sido muito animadores.

Ao menos dois dos sócios de Francisco Rodrigues de Macedo, seu primo José Vaz de Carvalho e Paulino Aires de Aguirra, estavam ligados ao comércio de tropas entre o Viamão e Sorocaba. Além disso, José Vaz também estava ligado a Antonio Fernandes do Vale, já citado, pelo casamento com sua sobrinha. Já as esposas de Francisco Rodrigues de Macedo e José Vaz de Carvalho eram primas e descendentes de Gaspar de Matos, um dos maiores negociantes da capitania de São Paulo na primeira metade do setecentos¹⁹⁷.

José Vaz de Carvalho, doutor por Coimbra, chegou à América Portuguesa em 1774 e no ano seguinte se casou com Escolástica Joaquina de Macedo, que vem a ser neta de Gaspar de Matos e filha de Manuel de Macedo, dois grandes negociantes e prestamistas que se estabeleceram na cidade de São Paulo na primeira metade do século XVIII.¹⁹⁸ Diferente de outros negociantes e contratadores, que iniciaram a carreira como caixeiros ou empregados de negociantes mais importantes, José Vaz pôde se envolver no lucrativo

¹⁹⁴ O *Contrato dos Dízimos Reais da Capitania de São Paulo* iniciado em 1781 fora arrematado por Cláudio de Madureira Calheiros, Vicente da Costa Taques Góis e Aranha e André de Sampaio Botelho, moradores da região de Sorocaba e Itu, por 41:500\$000 réis o triênio. Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro 4106, pp.248-256.

¹⁹⁵ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.31, pp.94-95.

¹⁹⁶ *Idem*, p.137.

¹⁹⁷ Sobre a família de Gaspar de Matos, ver a obra citada de Maria Aparecida Borrego. As relações familiares de José Vaz foram descritas por Maria Lucília Viveiros de Araújo no artigo “José Vaz de Carvalho, contratador da Capitania de São Paulo”.

¹⁹⁸ Sobre as trajetórias de Gaspar de Matos e de Manoel de Macedo, ver a obra citada de Maria Aparecida Borrego. O primeiro morreu em 1735 com um patrimônio bruto avaliado em 68:000\$000 réis dos quais 34,7% eram créditos a receber; seu genro deixou montante ainda maior em dívidas ativas, referente a 70% de seu patrimônio.

negócio das arrematações por influência de seu casamento, que o tornou membro de uma família ligada aos principais negociantes paulistas do século XVIII. Além disso, já em 1777 foi recomendado pelo vice-rei marquês de Lavradio ao capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha para que este o favorecesse na arrematação do ramo dos dízimos de Parati e Ilha Grande, então pertencentes ao território paulista; Lavradio alegava não conhecer José Vaz, nem pretender prejudicar a Real Fazenda, mas afirmava que Vaz era afilhado de alguém a quem o vice-rei muito queria servir.¹⁹⁹ Nessa mesma época, o futuro contratador foi almotacel da Câmara de São Paulo (1775 e 1776) e depois juiz na mesma (1779, 1798 e 1799).²⁰⁰ Em 1777 foi nomeado Auditor da Gente de Guerra da capitania e, na qualidade de advogado, foi requisitado pelo governador para garantir o pagamento de uma dívida em Guaratinguetá.²⁰¹ Em 1798 declarava ser negociante de bestas, neste mesmo ano recebeu a patente de coronel de milícias,²⁰² sendo que o Hábito da Ordem de Cristo lhe seria concedido apenas em 1807²⁰³, em meio há longa carreira de serviços prestados à Coroa. Seus negócios fortaleceram sua influência na região de Curitiba, pois em 1806 era o procurador responsável pelo requerimento pedindo a elevação da freguesia da Lapa, distrito de Curitiba, à categoria de vila, o que ocorreria pouco tempo depois.²⁰⁴

Ainda antes de iniciar sua atividade de contratador, José Vaz de Carvalho se tornou administrador do *Contrato da Entrada da Capitania de São Paulo para Minas Gerais*, posto a ele oferecido pelo contratador estabelecido nas Gerais, João Rodrigues de Macedo, por indicação do mesmo Antonio Fernandes do Vale citado acima, tio de sua mulher.²⁰⁵ Segundo Araújo, José Vaz de Carvalho arrematou sozinho o *Contrato das Entradas para*

¹⁹⁹ Carta do vice-rei marquês do Lavradio ao capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha, 01/03/1777. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Portugal, Arquivo da Casa dos Condes de Galveias, maço 12.

²⁰⁰ Elisabeth Darwiche Rabello, *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*, p.159 e 179.

²⁰¹ *Documentos interessantes...*, vol.84, p.110, 07/05/1777 e vol.78, p.76, 06/08/1777.

²⁰² Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Portugal, Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv.30, f.33. Carta patente do posto de Coronel de Milícias de S. Paulo. 29/11/1798.

²⁰³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Portugal, Habilitações da Ordem de Cristo. Letra J, maço 70, doc.56. 02/08/1807.

²⁰⁴ *Documentos interessantes...*, vol.4, p.123. Requerimento datado de 26/02/1806.

²⁰⁵ Sobre o relacionamento entre Antonio Fernandes do Vale, José Vaz e João Rodrigues de Macedo ver os artigos já citados de Maria Lucília Viveiros de Araújo e o artigo de Renato Marcondes e Carlos Eduardo Suprinyak "Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII".

as Minas da Capitania de São Paulo para o triênio iniciado em 1783,²⁰⁶ todavia, já aparecia como administrador deste mesmo contrato em 1780.²⁰⁷ Anos depois, já durante a vigência do contrato dos dízimos de que era sócio, arrematou novamente este Contrato das Entradas pelos dois triênios decorridos entre janeiro de 1785 e dezembro de 1790, por 4:250\$000 réis cada um.²⁰⁸ No primeiro contrato, Vaz era sócio de Aguirra e do sogro deste, Salvador de Oliveira Leme. Nota-se ainda que nos autos de arrematação destes dois contratos consta cláusula, confirmada pela Junta da Fazenda de São Paulo, para que os contratadores fossem desobrigados de satisfazer o valor total do contrato e das propinas devidas caso houvesse prejuízo nos rendimentos totais dos registros, que nesta época eram os de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga, Iguape, Paranaguá, Curitiba e Itapeva. Neste caso, recolheriam ao cofre apenas os valores de fato arrecadados; tais tributos recaíam sobre a entrada de escravos e de gêneros secos e molhados enviados às regiões onde haviam minas na capitania. Tal prática, que esteve em uso por anos, só foi proibida pela Coroa em 1790, para entrar em vigor a partir do contrato seguinte.²⁰⁹

Não foram localizados dados que liguem João Rodrigues de Macedo a Francisco Rodrigues de Macedo, sócio de José Vaz; mesmo porque a sociedade entre estes é posterior ao envolvimento entre José Vaz e o primeiro. Sabe-se que João Rodrigues de Macedo²¹⁰, também natural de Coimbra, foi um dos principais contratadores estabelecidos em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII; em 1775 arrematou o *Contrato das Entradas para as Minas Gerais*, imposto de circulação que incidia sobre todas as mercadorias enviadas àquela capitania incluindo escravos e gado; entre outubro de 1777 e dezembro de 1783 também foi o contratador dos dízimos de Minas Gerais. Para administrar estes contratos, Macedo montou uma rede de administradores e fornecedores que o auxiliavam

²⁰⁶ Maria Lucília Viveiros Araújo, “Contratos régios e contratadores da capitania de São Paulo, 1765-1808”, p.18.

²⁰⁷ *Documentos interessantes...*, vol.84, p.177. Ofício para o Dr. José Vaz de Carvalho, administrador do Contrato das Entradas para as Minas desta Capitania, fazer assistir aos destacamentos dos registros de Apiaí e Iguape com soldos, pão de munição, etc., 29/02/1780.

²⁰⁸ A aprovação do primeiro contrato pode ser consultada no Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Registro de Cartas e Provisões Régias ao Real Erário e ao Conselho da Fazenda dirigidas à Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo. Códice 447, v.2, 1774-1791; a Provisão que aprovou a arrematação é de 06/07/1787, está à fl.154v. O auto de arrematação dos dois triênios consta no Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro 4106, pp.153-172 e 327-339.

²⁰⁹ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, Livro 4047, pp.34-37. Resolução da Contadoria Geral do Rio de Janeiro de 23/07/1790.

²¹⁰ Sobre a atuação de Antonio Rodrigues de Macedo ver as obras de Paulo Miguel M. Fonseca, “João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro”.

na cobrança e escrituração dos tributos que recolhia; ao que tudo indica, Antonio Fernandes do Vale era um deles, tal como José Vaz se tornou anos depois. Ademais, a ampla rede de interesses e influência estabelecida por João Rodrigues de Macedo²¹¹ poderia aproximar seus sócios paulistas de autoridades e negociantes espalhados por toda a capitania das Minas Gerais. Muito rico e influente nesta capitania entre as décadas de 1780 e 1790, Macedo foi proprietário de várias lojas, lavras e fazendas; porém se tornou um grande devedor da Real Fazenda, pois não saldou suas dívidas com o Erário Régio.

José Vaz de Carvalho começou a trabalhar com João Rodrigues de Macedo por volta de 1775. Segundo Marcondes e Suprinyak, Macedo participava de negócios em Sorocaba comprando principalmente grandes tropas de muars que vinham do Viamão; José Vaz de Carvalho e Manuel Antonio de Araújo, citado acima como contratador dos direitos recolhidos sobre o gado no Registro de Curitiba, foram seus fiadores nessas transações.²¹² Anos depois, em 1800, a filha mais velha de José Vaz de Carvalho, Francisca Miquelina Macedo, se casaria com o filho do mestre de campo Manoel Antônio de Araújo, de nome Francisco Antônio de Araújo.²¹³ Os autores citados atestam ainda que o outro sócio do *Contrato dos Dízimos Reais da Capitania de São Paulo* na década de 1780, Paulino Aires de Aguirra, negociante estabelecido em Sorocaba, era um dos principais vendedores de bestas e cavalos neste Registro entre os anos de 1779 e 1782, tendo negociado um total de 16 tropas nesse período.²¹⁴

Nomeado tenente coronel de auxiliares, Paulino Aires de Aguirra, paulista nascido em São Sebastião, era casado com a filha de um dos homens mais influentes e ricos da região, o capitão-mor de Sorocaba Salvador de Oliveira Leme. Este ituano, estabelecido na vizinha Sorocaba, iniciou-se nos negócios com a venda de “fazenda seca”, amealhou fortuna, passou a atuar no comércio de gado e a criar animais em suas terras de Sorocaba e de Itapetininga, localidade para a qual foi nomeado capitão-mor de ordenanças sem a

²¹¹ Sobre a influência de João Rodrigues de Macedo sobre a administração e autoridades locais mineiras, relacionada à cobrança dos direitos de entrada e de dízimos por ele arrematados, conferir a obra de André Figueiredo Rodrigues, *A Fortuna dos inconfidentes*, especialmente pp.238-240.

²¹² Segundo os autores, entre 1779 e 1781, 30% das Bestas que deram entrada em Sorocaba foram compradas por Macedo para serem enviadas à capitania de Minas Gerais. Ver o artigo citado, p.63-64.

²¹³ Sobre a descendência de José Vaz de Carvalho e de Escolástica Joaquina, ver a *Genealogia paulistana*, de Silva Leme, v.II, p.489, Título Lemes.

²¹⁴ Marcondes e Suprinyak, *op.cit.*, p.61.

autorização necessária da Coroa²¹⁵. Leme também foi administrador do Registro de Sorocaba e atuou como “capitalista”, emprestando dinheiro aos comerciantes de tropas e mantendo procuradores nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e nas vilas de Santos, Itu, Curitiba e Goiás. Seu primogênito, Francisco Xavier de Oliveira, seguiu os caminhos do pai, atuando como negociante de tropas e contratador dos “novos impostos” na década de 1790.

Já o genro de Salvador Leme, Paulino Aires de Aguirra, havia enriquecido no negócio de “fazenda seca” e atuava como criador nas terras que possuía em Itapetininga por volta de 1770, além de participar dos contratos citados. Em 1777, foi nomeado pelo governador de São Paulo inspetor do Registro de Sorocaba, encarregado de arrecadar a cobrança do Novo Imposto estabelecido para a reedificação de Lisboa, que recaía sobre os animais transportados pela rota que passava por Curitiba e Sorocaba. Nesta função, Aguirra se responsabilizava pela cobrança, pelo envio do dinheiro ao cofre da Junta da Fazenda, pela passagem das guias necessárias aos condutores e pela manutenção dos soldados empregados no registro, pelo que pedia o ressarcimento dos gastos despendidos no exercício desse posto, embora o ofício de sua nomeação não especificasse nada a este respeito.²¹⁶ Ao longo dos anos, Aguirra também investiu na produção de açúcar, pois quando de sua morte, em 1798, possuía um engenho e 71 escravos.²¹⁷

O envolvimento de Salvador de Oliveira Leme e de Paulino Aires de Aguirra na arrecadação de impostos e nos negócios com gado na região de Sorocaba acabaram incomodando outros membros dos grupos de interesse e das instâncias administrativas locais, pois em 1782 os oficiais da câmara dessa vila se queixavam a D. Maria I das

²¹⁵ Requerimento de Salvador de Oliveira Leme, a D. Maria I, no qual pede a confirmação da carta patente, pela qual foi nomeado capitão-mor da vila de Itapetininga, termo da cidade de São Paulo. Anterior a 1777. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 2794. A carta patente objeto deste requerimento foi passada pelo governador de São Paulo, Martins Lopes Lobo de Saldanha, em 19 de março de 1776, mas só foi confirmada em 29 de agosto de 1778. A demora ocorreu porque o Conselho Ultramarino considerou incompetente a criação deste posto pelo governador, antes disso, a vila de Itapetininga estava sob os cuidados do capitão-mor de Sorocaba. Documento anexo proibiu os governadores de São Paulo de criar novos postos de oficiais de ordenanças sem autorização prévia.

²¹⁶ Requerimento de Paulino Aires de Aguirra, morador da Vila de Sorocaba, a D. Maria I, no qual pede que lhe mande pagar o ordenado desde que principiou a exercer o cargo de inspetor e recebedor do Novo Imposto sobre os animais que passam pelo Registro de Sorocaba. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 2823.

²¹⁷ Sobre as famílias de Salvador de Oliveira Leme e de Paulino Aires de Aguirra conferir a obra de Carlos Bacellar, *Viver e sobreviver em uma vila colonial*, pp.103-108.

inúmeras desordens causadas por estes dois homens. Segundo os camaristas sorocabanos, os problemas começaram quando o capitão-mor da vila, José de Almeida Leme, falecera, em dezembro de 1780. O ouvidor da comarca, bacharel Estevão Gomes Teixeira, não teria cumprido com sua obrigação de assistir à nomeação dos três candidatos ao cargo escolhidos pela câmara, dos quais um seria nomeado pelo governador, impedindo assim que um novo capitão-mor de ordenanças fosse empossado. Salvador Leme pretendia ocupar este posto, mas não dispunha das competências necessárias para tal dada sua “baixa esfera”, comprovada pelo fato de ter sido “taberneiro público” por vários anos e por ter sido réu em vários crimes, entre eles o de usar pesos e balanças falsificadas. Embora saibamos que Paulino Aires de Aguirra tenha sido nomeado inspetor do Registro de Sorocaba anos antes, é possível que a esta altura tivesse sido substituído por seu sogro, pois os camaristas de Sorocaba também acusaram Salvador Leme de “vexar” os “miseráveis tropeiros” quando ocupava o cargo de inspetor, a ponto de alguns deles lhe darem bestas, cavalos e reses a fim de se livrarem de maiores prejuízos; seus desmandos só não seriam maiores porque o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha o teria impedido. Diante disso, far-se-ia necessária urgente intervenção da Coroa, a fim de que o capitão-mor de Sorocaba fosse nomeado o mais rápido possível.²¹⁸ O caso foi resolvido em seguida, pois nos meses seguintes Cláudio de Madureira Calheiros, que também foi contratador nesse período, pediu confirmação de sua carta patente de capitão-mor de Sorocaba.²¹⁹

De qualquer forma, Salvador de Oliveira Leme e seus descendentes continuaram influentes na região de Sorocaba e Itapetininga. Assim, no ano seguinte a estas denúncias, Leme conseguiria a confirmação da carta de sesmaria de duas datas de terra compradas há mais de doze anos em Itapetininga, nas quais já criava grande quantidade de gado e mantinha escravos.²²⁰ Pouco depois, em 1785, o governador Francisco da Cunha Meneses

²¹⁸ Representação dos oficiais da câmara de Sorocaba para D. Maria I, 30 de Janeiro de 1782. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3009.

²¹⁹ Requerimento do capitão-mor da Vila de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros a D. Maria I, pedindo a confirmação de seu posto. Anterior a julho de 1783. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3070.

²²⁰ Requerimento de Salvador Leme de Oliveira a D. Maria I, pedindo a confirmação da sesmaria de dois rincões que possui no distrito da vila de Itapetininga, 28 de junho de 1783. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3063. Era comum no período colonial que, primeiramente, produtores e criadores ocupassem terras devolutas ou comprassem terrenos já ocupados, instalassem roças e pastos e só depois requeressem a concessão e confirmação da posse através da obtenção de cartas de sesmaria.

novamente nomeou e proveu Salvador de Oliveira Leme no posto de capitão-mor de Itapetininga, patente que voltaria a perder caso deixasse de residir na dita vila.²²¹ Segundo Carlos Bacellar, Salvador Leme de Oliveira, Paulino Aires de Aguirra, Antonio Fernandes do Vale e, anos depois, seus descendentes e parentes, continuaram a participar da administração do registro de Sorocaba e a contratar rendas reais nessa região, especialmente aquelas ligadas ao comércio de gado.²²² Além dos interesses econômicos envolvidos no comércio com gado, estes homens continuariam a atuar politicamente na capitania de São Paulo nas décadas seguintes, a exemplo do genro de Aguirra, Antônio Francisco de Aguiar, casado com Gertrudes Eufrosina Aires, que viria a ser pai de Rafael Tobias de Aguiar²²³, presidente da província de São Paulo durante o período imperial. Como se vê, também na região de Sorocaba os negócios empreendidos pela gente aí radicada ultrapassaram as substituições de governadores, indicando que a relação entre interesses públicos e privados, ou entre autoridades locais e negociantes, fazia parte da forma como a própria administração pública se organizava durante o século XVIII, ao menos nas porções ultramarinas do Império Português.

O Registro da Vila de Sorocaba foi instalado em 1750, quando passou a atuar junto com o de Curitiba na fiscalização e arrecadação dos impostos devidos pelo comércio de tropas. A partir de então, depois de lavrada uma guia em Curitiba, os pagamentos passaram a ser feitos apenas em Sorocaba, entreposto de onde os animais eram levados para a região das minas ou o Rio de Janeiro.²²⁴ Restaram pouquíssimas referências sobre o Registro de Sorocaba dentre a documentação do período colonial, mesmo dentre os documentos relativos à arrematação de contratos, talvez por arrecadar principalmente as rendas devidas pelo gado passado por Curitiba ou por ter sido mantido por administradores durante a maior parte do século XVIII. Todavia, é possível afirmar que também seu Registro era um dos principais pontos de convergência de interesses dos grupos de poder paulistas ligados ao comércio de gado; além de favorecer o enriquecimento das famílias e negociantes radicados

²²¹ Carta patente pela qual o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Francisco da Cunha Meneses, nomeou e proveu Salvador Oliveira Leme no posto de capitão-mor da Vila de Itapetininga. 26 de agosto de 1785. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3121.

²²² Carlos Bacellar, *Viver e sobreviver em uma vila colonial*, p.121.

²²³ Sobre a descendência de Salvador de Oliveira Leme e de Paulino Aires de Aguirra, conferir a obra de Silva Leme citada, vol. VIII, título Gaias.

²²⁴ Ver Marcondes e Suprinyak, p.49.

na vila de Sorocaba, onde a produção de gêneros de exportação, mormente do açúcar, nunca foi a atividade econômica principal durante o período aqui tratado.

Os contratos e experiência adquiridos por homens como José Vaz de Carvalho e Paulino Aires de Aguirra em seus negócios com José Rodrigues de Macedo e com o comércio de gado em Sorocaba e em Curitiba gabaritava-os para a arrematação de rendas reais mais vultosas. Ainda que, individualmente, não pudessem arcar com os custos de um contrato como o dos Dízimos Reais, a sociedade com outros negociantes locais, muitos deles membros de um mesmo grupo familiar, lhes facultavam maiores ambições.

Entre julho de 1789 e junho de 1792, os dízimos da capitania de São Paulo voltaram às mãos de Manoel de Oliveira Cardoso pela quantia de 68:500\$000 réis o triênio²²⁵. Este contrato ainda foi arrematado na cidade de São Paulo, embora houvesse leis anteriores que determinavam que a arrematação fosse feita em Lisboa. Só na década de 1790 os contratos mais rendosos da capitania passaram a ser arrematados no Reino, segundo indicações de Helen Osório, as arrematações feitas no ano de 1794 na capital metropolitana apresentaram aumentos da ordem de 31% para o contrato dos dízimos do Rio de Janeiro, 11% para o contrato do Rio Grande, 8% para o de São Paulo e 3% para o de Santa Catarina.²²⁶ Considerando o ritmo em que os valores dos contratos dos dízimos da capitania de São Paulo vinham subindo, a transferência da arrematação para Lisboa, por si só, não parece muito significativa. Por outro lado, sempre que não havia interessados em Lisboa dispostos a arrecadar os contratos das capitanias ultramarinas, o Real Erário enviava ordens para que os lances corressem localmente.

Dessa forma, temos indicações claras que bem antes do início do século XIX, período consagrado pela historiografia como aquele em que São Paulo despontaria como uma das mais importantes províncias brasileiras, dadas a riqueza e a influência dos políticos paulistas durante as primeiras décadas do Império, a então capitania dispunha de meios e de agentes que seguiam os mesmos padrões e objetivos de enriquecimento e reconhecimento dos grandes negociantes lisboetas, fluminenses e baianos contemporâneos.

²²⁵ Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, livro 4106, pp.267-69.

²²⁶ Helen Osório. “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”.

c) Arrematação dos contratos de menor valor: as passagens dos rios, o Cubatão de Santos, os Novos Impostos e o Subsídio Literário

Embora os dois contratos de maior valor na capitania de São Paulo durante o período estudado fossem o dos dízimos e os que recaíam sobre o gado, uma série de outras rendas reais “menores” eram colocadas em lanço trienalmente. As referências mais recorrentes na documentação consultada são relativas aos direitos de passagem cobrados nas travessias dos rios, o Registro do Cubatão de Santos e de Mogi do Pilar, os Novos Impostos e o Subsídio Literário. Outras cobranças, tais como a Contribuição Literária, a Décima Urbana e as Sisas passaram a ser cobradas somente nas primeiras décadas do XIX, mas constam mais dados sobre sua administração por oficiais locais que por arrematantes.

Segundo dados levantados por Maria Lucília Viveiros Araújo, o valor arrecadado com os contratos dos direitos de passagem dos rios variaram entre 3 e 6 por cento da arrecadação da capitania de São Paulo entre 1765 e 1808. Segundo esta autora, as passagens começavam a ser administradas pelos capitães-mores ou milicianos da região e somente quando passavam a dar algum lucro eram arrematadas a particulares. As passagens localizadas pela autora, também constantes da documentação aqui citada, foram as de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino; as passagens de Jaguari, Mogi Guaçu, Pardo e Sapucaí; a passagem da Piedade ou Porto do Meira e a passagem do Rio do Registro de Curitiba²²⁷, geralmente arrematada pelo contratador dos Direitos dos Animais.

Nas passagens não se cobravam impostos propriamente ditos, mas taxas que incidiam sobre meios de transporte, animais, pessoas e os volumes que transportassem. Eram contratos de baixo valor, a grande maioria orçada em menos de 2 contos de réis durante todo o século XVIII, cujas referências iniciam na década de 1770. Assim, para o triênio iniciado em 1777, o contrato das passagens do Cubatão de Curitiba, somado ao de Paranaguá, valia apenas 50\$000 réis. O triênio seguinte, iniciado em 1780, pagou 114\$000 réis; tendo subido pouco até o início do XIX, quando pagou 278\$00 réis o triênio iniciado em 1806.²²⁸ No mesmo período, a passagem do Rio do Registro de Curitiba, na mesma

²²⁷ Maria Lucília Viveiros Araújo, “Contratos régios e contratadores na capitania de São Paulo, 1765-1808”, p.14.

²²⁸ Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, código 447, v.2, 1774-1791, [fl.65] e fl.11[5], documentos de 1781. Ver também Junta da Fazenda, código 474, v.2, 1803-1806, fl.152v.

região, pagava o valor de 121\$000 réis o triênio iniciado em 1778, arrematado a Manoel Antonio de Araújo, o mesmo contratador dos direitos sobre o gado. Este contrato foi renovado em 1781, desta vez pagando 240\$000 réis o triênio; sendo que o de 1784, pagaria 250\$000 réis.²²⁹

Já as passagens do Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino pagaram 290\$000 réis o triênio iniciado em 1779, subindo 343\$000 réis o contrato iniciado em 1784. Estes valores continuaram a subir, pois a arrematação de 1787 feita ao capitão-mor de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros, pagou 500\$000 réis e a de 1790 700\$000 réis pelo triênio. No início do oitocentos este contrato entraria em decadência, passando a ser administrado por autoridades locais nomeadas pelo governador devido à falta de lançadores, depois manteve o patamar da década de 1790.²³⁰

O valor dos contratos do conjunto de passagens formado pelos rios Jaguari, Mogi Guaçu, Pardo e Sapucaí se mostrou mais expressivo que o anterior, provavelmente por estar localizado no caminho para Goiás, região tradicionalmente abastecida através da capitania de São Paulo. Assim, em 1778, foram arrematadas por mais de 1:200\$000 réis, passando a 1:306\$420 réis durante o triênio decorrido entre 1787 e 1789.²³¹

Das passagens citadas, a mais rentável para a Fazenda Real era a da Piedade, também chamada de Porto do Meira, no “caminho novo” que atravessava o Vale do Paraíba interligando São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para fazer a travessia nesse porto cada pessoa pagava 40 réis, cada cavalgadura 80 réis, 10 réis por cada sela ou cangalha e 20 réis por carga transportada. O primeiro contrato localizado data de 1772, o triênio foi arrematado por Diogo Borges da Silva, morador da Freguesia da Piedade, por 1:030\$000 réis e estabelecia que todos os outros portos do rio que não o do Meira fossem fechados. Não consta dados para o triênio seguinte, todavia, nos três triênios decorridos entre janeiro de 1778 e dezembro de 1786 o arrematante foi outro Borges da Silva, chamado André, em sociedade com o cirurgião-mor Jerônimo Rodrigues, os dois primeiros contratos pagaram 1:613\$500 réis cada e o terceiro 1:851\$000. Já o triênio seguinte foi arrematado pelo

²²⁹ Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, código 447, v.2, 1774-1791, fl.79 e fl.132. Junta da Fazenda da Província de São Paulo, código 448, v.1, 1781-1786. Documento de 18/05/1786.

²³⁰ Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, código 447, v.2, 1774-1791, fl.[87], fl.144 e fl.178-179.

²³¹ Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, código 447, v.2, 1774-1791, [fl.87] e fl.178-179.

capitão-mor de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, e pelo alferes José Dias dos Santos pela quantia pouco maior de 1:865\$000 réis. O maior aumento do valor deste contrato só ocorreu no triênio iniciado em 1790, agora arrematado a um coronel de nome Joaquim Manoel da Silva e Castro por 2:900\$000 réis, mantidas as mesmas condições anteriores.²³² Todavia, o valor deste contrato também decaía no início do século XIX, provavelmente em virtude da abertura de novos caminhos interligando São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, pois entre 1813 e 1815, depois de 25 anos, foi arrematada por apenas 4:610\$000 réis.²³³

O *Contrato das passagens do Cubatão Geral de Santos e de Mogi, chamado do Pilar* é um caso a parte, tanto pelos valores mais elevados que obteve ao longo do século XVIII e início do XIX, quanto pela sua posição estratégica, rota obrigatória de passagem entre o planalto paulista e o principal porto marítimo de escoamento da produção exportadora de “cima da serra”, impulsionada e em constante expansão desde as duas últimas décadas do setecentos. A passagem estava localizado em uma antiga propriedade jesuítica, confiscada quando da expulsão dos inicianos da América Portuguesa em 1759.

O primeiro contrato da passagem do Cubatão de Santos data de janeiro de 1778, findo em 1780, foi arrematado ao coronel de auxiliares Joaquim Manoel da Silva e Castro por apenas 800\$000, embora o então governador Martim Lopes Lobo de Saldanha alegasse que, durante os anos em que fora administrado, o Cubatão de Santos não rendera mais de 200\$000 réis líquidos anuais.²³⁴ Por ser esta a primeira arrematação da passagem, provavelmente não havia dados suficientes na Junta da Fazenda sobre o trânsito na região e o rendimento real a ser alcançado, pois o triênio seguinte, decorrido entre 1781 e 1783 e arrematado pelo coronel santista Bonifácio José de Andrada, pai dos famosos Andradas, pagou a quantia bem mais elevada de 4:800\$000. Além disso, entre o primeiro e o segundo contrato as condições foram reformuladas incluindo-se no segundo os valores pagos na passagem e as obrigações do contratador com relação aos bens e roças da Fazenda do Cubatão, onde se localizava o registro. Pelas condições do contrato, o arrematante entraria

²³² Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, livro 4106, pp.85-103 e 294-296.

²³³ Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, códice 447, v.2, 1774-1791, [fl.87] e fl.178-179. Ver também Série Interior, códice 418, 1818-1820, pasta a) São Paulo, Câmaras Municipais, diversas vilas.

²³⁴ Representação da Junta da administração e arrecadação da Fazenda Real da capitania de São Paulo a D. Maria I [...]. 20 de março de 1778. Projeto Resgate, Mendes Gouveia, documento 2819.

em posse das canoas, móveis, senzalas e ferramentas da passagem, com obrigação de devolvê-los ao final do triênio. Da mesma forma, receberia 30 escravos do Cubatão ou de qualquer outra ex-fazenda jesuítica, com obrigação de alimentá-los, vesti-los e de pagar à Coroa o salário de 600 réis/mês por cada um. Estes escravos seriam empregados no serviço da passagem, onde cada pessoa pagaria 120 réis, cada cavalgadura ou rês viva pagaria 240 réis, sendo rês morta 120 réis e 60 réis a cada 3 arrobas de carga. Estas condições voltaram a se repetir nos contratos seguintes, sendo alteradas apenas em 1793, quando o número de escravos empregados na passagem caiu para 15.

O aumento no valor deste contrato foi constante durante as três décadas seguintes, mas não tão brusca quanto a diferença entre o primeiro e o segundo contratos. Assim, entre 1784 e 1786, o coronel Joaquim Manoel da Silva e Castro voltou a arrematá-lo, desta vez por 5:290\$000 réis. O triênio seguinte voltou às mãos de Bonifácio José pela quantia de 5:560\$000 réis, passando ao capitão-mor Antonio Luís da Piedade e seus sócios, o sargento-mor Antonio da Cunha Lobo e o capitão santista Caetano José da Silva, no triênio iniciado em 1790 pelo valor de 7:000\$000 réis. Entre 1793 e 1795, o contrato subiu a 8:100\$000 réis tendo sido arrematado pelo sargento mor Manoel Joaquim da Silva e Castro.²³⁵ Consta que este último contratador era do Rio de Janeiro, pelo nome, provavelmente era parente do contratador da década de 1780, Joaquim Manoel da Silva e Castro. A estrutura do documento também faz pensar que o contrato fora arrematado em Lisboa, pois não se trata de cópia do auto da arrematação enviada pela Junta da Fazenda de São Paulo, tal como os anteriores, mas sim de comunicado a esta. Na primeira década do século XIX, o contrato do Cubatão de Santos passou a pouco mais de 13 contos de réis, aumentando de valor gradativamente nos anos seguintes.²³⁶

Já a arrecadação do “Subsídio literário” foi instituída no Reino e Domínios de Portugal por Carta de Lei de 10 de novembro de 1772 em substituição às diversas coletas lançadas para o pagamento dos mestres das chamadas “escolas menores”, destinadas a ensinar os princípios da língua, aritmética e demais disciplinas consideradas básicas para o

²³⁵ As cópias dos termos de arrematação dos contratos citados estão no Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, livro 4106, pp.116-147 e pp.353-362. Há menções a estes contratos, especialmente provisões confirmando-os nos códices do Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

²³⁶ Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, códice 474, v.3, fl.223-224. Códice 448, v.7, pp.16-24 e códice 446, v.6, fl.156.

ensino de crianças e adolescentes; o tributo incidia sobre a venda de carne verde, aguardente, vinho e vinagre.²³⁷ Ora aparece sendo arrematado por vila, ora em conjunto para a capitania, o que dificulta a comparação de valores dada a falta de listas sistemáticas que contenham os valores totais para todos os triênios. A título de exemplo, consta ter sido arrematado em conjunto com os “Novos Impostos” em 1789 pela quantia de 2:251\$000 réis; nesta ocasião a Junta da Fazenda de São Paulo cometeu o erro de arrematar duas rendas distintas em conjunto sem especificar quanto valia cada uma, sendo repreendida pelo Erário Régio por isso.²³⁸ Segundo dados levantados por Nanci Leonzo, o contratador em questão era o coronel, futuro brigadeiro, Luís Antônio de Sousa, o mesmo que arrematara os contratos do Subsídio de diversas vilas nos triênios iniciados em 1786, 1792 e 1795.²³⁹ Nos anos seguintes, ao que parece, este rendimento foi arrematado em “massa” para a capitania, pois em ofício de 4 de fevereiro de 1790 o então governador Bernardo José de Lorena comunicava ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro que a arrematação subira de 2:078\$100 réis para 5:080\$000 réis para o triênio iniciado em janeiro daquele ano.²⁴⁰ Depois disso, a arrematação por ramos ou em massa alternou-se com a administração por autoridades locais, dada a falta de contratadores interessados. Em 1801, ordenou-se aos coronéis ou capitães-mores das vilas que organizassem a arrecadação do Subsídio Literário do ano seguinte, a fim de que a Junta da Fazenda tivesse noção exata do rendimento de cada vila; as listas elaboradas a partir daí resultaram em documento segundo o qual os valores do rendimento por vila variavam de 1:067\$670 réis (cidade de São Paulo) a apenas 1\$496 réis (vila de Itanhaém), resultando num total de 4:005\$692 réis para toda a capitania.²⁴¹ É provável que as autoridades locais não se preocupassem com a correta arrecadação deste tipo de tributo, visto que não ganhavam muito pelo trabalho despendido, o que poderia ter prejudicado os ganhos da Real Fazenda, fato é que para o triênio iniciado em 1806, os arrematantes pagaram o valor de 8:000\$000 réis pelo Subsídio em massa, sendo que o cálculo da Junta da Fazenda para a arrematação em ramos subia a 12:754\$131

²³⁷ Cf. *Coleção Alberto Penteado de leis, decretos e alvarás*, v.807, fl.171-177. Biblioteca do Museu Paulista/USP, Coleção de obras raras.

²³⁸ Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, código 446, v.4, 1789-1797, [fl.46], 19/05/1790.

²³⁹ Nanci Leonzo, *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as milícias*, p.230.

²⁴⁰ *Documentos interessantes...*, vol.45, p.46.

²⁴¹ *Documentos interessantes...*, vol.95, pp.138-140.

réis.²⁴² De qualquer forma, a coleta do “Subsídio literário” se mostrou bastante problemática, o Erário cobrava constantemente o envio das contas deste rendimento, bem como a remessa da “sobra” do cofre criado em 1795 exclusivamente para seu recolhimento.²⁴³

O rendimento dos “Novos Impostos” foi criado para servir à reconstrução de Lisboa, atingida pelo terremoto ocorrido em 1755. Foi mantido ao longo do tempo, mas sua incidência se modificou, inicialmente recaía sobre o açúcar, mas também era pago pelo gado transportado pelo Registro de Sorocaba e, no século XIX, incidia sobre os gêneros vendidos em botequins.²⁴⁴ Segundo dados levantados na documentação constante do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, a coleta deste rendimento esteve a cargo exclusivo das câmaras municipais paulistas até o ano de 1789, quando os “Novos Impostos” da cidade de São Paulo e de São Sebastião foram arrematados por Luís Antônio de Sousa para o triênio com fim em dezembro de 1791, pelo valor de 641\$755 réis. No ano seguinte, a Junta da Fazenda paulista arrematou os “Novos Impostos” das demais vilas paulistas por 13:870\$000 réis ao coronel Joaquim Manoel da Silva e Castro, da cidade de São Paulo, que já arrematara o contrato do Cubatão de Santos e a Passagem da Piedade anteriormente citados. Consta que os ramos administrados pela Real Fazenda entre 1793 e 1795 renderam 18:127\$816 réis. Por isso, em documento de 1794 a Contadoria Geral da Relação do Rio de Janeiro, responsável no Erário pelas rendas reais do centro-sul da América Portuguesa, solicitava que fosse revisto o lance oferecido por José Vaz de Carvalho e sócios para o contrato dos “Novos impostos” em massa da capitania de São Paulo, pelo qual fora oferecido 14:000\$000 réis pelo triênio iniciado em 1796; refeitos os cálculos, a mesma sociedade levou o contrato por 18:000\$000 réis.²⁴⁵ Entretanto, nos anos seguintes faltaram lançadores e o contrato passou longos períodos sendo administrado pelas autoridades locais.

²⁴² Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, códice 474, vol.2, 1803-1806, fl.111-112. Documento de 20/03/1805.

²⁴³ Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, códice 446, v.4, 1789-1797, [fl.72-74] e códice 447, v.3, 1769-1822, [fl.16-18].

²⁴⁴ Ver indicações de Nanci Leonzo a este respeito, em tese citada, nota 563.

²⁴⁵ Cf. Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, Fundo Erário Régio, livro 4051, fl.52-54, fl.73-74. Ver também Arquivo Nacional-RJ, Junta da Fazenda da Província de São Paulo, códice 446, v.4, 1789-1797, [fl.71].

Os dados citados acima, relativos aos contratos de menor valor arrematados na Junta da Fazenda da capitania de São Paulo, somados aos dos Dízimos e aos do comércio de gado via Curitiba, não formam séries completas, nem este é o objetivo de sua exposição. Por outro lado, os mesmos dados demonstram que as mais diversas atividades econômicas paulistas vinham se ampliando ao longo do século XVIII, fossem elas vinculadas ao consumo interno, ao comércio exterior via Porto de Santos, às trocas com as minas de Goiás e Mato Grosso ou ao comércio de animais entre o extremo sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais; além, é claro, do trânsito de pessoas entre São Paulo e essas regiões.

Além disso, os contratadores citados eram, majoritariamente, homens estabelecidos na São Paulo colonial. Paulistas de nascimento ou reinóis chegados há alguns anos, estabeleceram-se na cidade de São Paulo, nas vilas de Santos, Itu ou Sorocaba e, de lá, geriam negócios que atravessavam a capitania sendo que alguns deles ou seus descendentes, tais como Luís Antonio de Sousa e os filhos e netos de Salvador Leme, de seu genro Paulino Aires de Aguirra e de Bonifácio José de Andrada continuariam a atuar política e economicamente nos negócios paulistas século XIX adentro.

Sendo assim, fosse arrematando contratos de dízimos, direitos de passagem ou os direitos que recaíam sobre o gado, os membros dos grupos de poder paulistas atuavam conscientemente em busca dos lucros e do prestígio que a aliança com a Coroa e com a administração local poderia lhes conferir desde, pelo menos, meados do setecentos. Neste trajeto, o ingresso no oficialato das tropas de segunda linha foi essencial, não só por garantir os privilégios necessários à obtenção de maiores mercês, mas também por aproximar o governo da capitania, facilitar a cobrança dos direitos arrematados e garantir o controle sobre parcelas da população, o que favoreceria interesses próprios e de grupo ligados à produção e ao comércio.

d) Os contratadores e o comando das tropas de segunda linha

Segundo o capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha:

“O serem [negociantes] os Capitães de Auxiliares, é assim forçoso em quase todo o Brasil, especialmente nesta Capitania, onde uns são Mercadores, outros traficantes, outros Tropeiros, outros Condutores, e poucos serão os isentos desses maneios; e se por isso não

houvessem de gozar dos privilégios da nobreza dos Postos [...] poucos seriam os Capitães. [...] Em uma palavra. Eles não tem soldos, e indispensavelmente hão de negociar e traficar, como S. Majestade não ignora, e é preciso, que os hajam, que sirvam, e que se atendam; porque quem assim o não fizer, nem quiser, ex diâmetro se opõe às conveniências do Real Serviço, o que não devo tolerar [...].”²⁴⁶

Neste ofício datado de 1776, ao repreender um oficial subalterno que embarçara a atuação de um oficial da tropa auxiliar alegando ser este comerciante e, portanto, desprovido da “nobreza” necessária para o exercício de seu posto, o então governador de São Paulo explicitou recentes diretrizes metropolitanas, consubstanciadas na lei de 1770²⁴⁷, que visavam premiar os vassalos que mais se destacassem no auxílio ao Estado, especialmente os negociantes, aos quais se facilitou o acesso aos mais altos postos das tropas organizadas entre a população local, chamadas de tropas de segunda linha, formadas pelos corpos de auxiliares e de ordenanças.

Em estudo recentemente publicado, Christiane Pagano lembrou que os corpos militares não eram simples instrumentos de imposição dos ditames metropolitanos nem forças autônomas que os ignoravam; antes, podem ser considerados um lugar de negociação entre interesses locais e centrais, necessariamente interdependentes. Dessa forma, desde o final do século XVI, a instituição dos corpos de ordenanças reforçaria poderes locais ao permitir às câmaras escolher os mais altos oficiais dessas tropas, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, instrumentos de nobilitação. No século seguinte, foram criados os corpos auxiliares que, durante a segunda metade do século XVIII, foram fundamentais para a defesa do território português na América, também atuando como meio de colaboração entre metrópole e colônia.²⁴⁸ Assim, através da criação e

²⁴⁶ Ofício do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha ao Juiz de Fora José Carlos Pinto de Sousa, mandando repreender o escrivão, 02/04/1776. *Documentos avulsos de interesse para a História e Costumes de São Paulo*, v.4, pp.41-42. As então chamadas “tropas auxiliares” passaram a ser denominadas “milícias” em 1796, por um conjunto de leis com vistas a reorganizar esses corpos, conforme o exposto a seguir.

²⁴⁷ Jorge Pedreira cita a lei de 30/08/1770 como um marco da política iniciada pelo Marquês de Pombal com vistas a promover o enobrecimento dos grandes negociantes portugueses, chamados à auxiliar financeiramente o governo, afastando-os socialmente dos ofícios mecânicos e dos comerciantes de retalho ao definir claramente quem era negociante e os privilégios que integravam os homens de negócios à nobreza civil. Ver a tese *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*, especialmente o capítulo 2 “Problemas de vocabulário social. Estatuto legal e posição social dos homens de negócio”.

²⁴⁸ Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *Forças militares no Brasil colonial*.

fortalecimento das tropas de segunda linha, especialmente das auxiliares, “... o poder central podia mobilizar diretamente as elites locais que estivessem nos postos de comando das novas forças criadas, sem necessitar da mediação das câmaras, e é provável que essa mudança tenha produzido um reequilíbrio de forças nos núcleos das elites locais.”²⁴⁹

O próprio cargo de governador e capitão-general era uma posição de características essencialmente militares; mesmo porque, nas colônias, toda a população masculina adulta era arrolada entre as tropas, divididas entre a regular, ou de primeira linha, e as tropas de segunda linha. A tropa de primeira linha era a única paga, as tropas de segunda linha dividiam-se entre as auxiliares, chamadas de milícias desde 1796, e as companhias de ordenanças.²⁵⁰

As tropas auxiliares/milicianas eram formadas por todos os homens capazes de pegar em armas e que pudessem se sustentar sem soldo, cuidavam da segurança dos portos, passagens e demais lugares da capitania, principalmente na ausência da tropa paga. Todos os outros súditos válidos que não integravam o Exército ou as Milícias eram arrolados nas Companhias de Ordenanças, sendo arregimentados pelos capitães-mores, responsáveis pelos censos populacionais e principais autoridades das vilas e freguesias, onde atuavam auxiliando o governador na administração local. Em tese, os componentes das ordenanças não poderiam ser obrigados a sair de sua vila, a não ser que fossem necessários para suprir os dois outros corpos militares mencionados;²⁵¹ o que ocorria com frequência, visto que de São Paulo saiu a maior parte das tropas ocupadas nos conflitos com espanhóis na fronteira sul.

Os capitães-mores de Ordenanças deveriam ser eleitos nas câmaras entre os “principais” das vilas e cidades, ou seja, homens de cabedal e de sangue “limpo”, aptos a ocupar os cargos da república e que já tivessem prestado serviço nas tropas auxiliares ou paga. Depois de eleitos em suas localidades, os capitães-mores e demais oficiais das ordenanças eram providos pelo governador, mas dependiam de confirmação do Conselho Ultramarino; eram eles que indicavam os capitães e sargentos das companhias. Estendeu-se

²⁴⁹ Idem, p.49.

²⁵⁰ Embora a historiografia indique que as Milícias não eram tropas pagas, a documentação estudada indica que estas tropas recebiam soldo quando em campanha.

²⁵¹ Sobre as instituições militares no período colonial ver também o artigo de Nanci Leonzo, “As instituições”, na coletânea *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso-brasileiro*, v.3, pp.323-328 e suas obras, *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo. Das origens ao governo do Morgado de Mateus e Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as milícias*.

aos capitães-mores os privilégios já concedidos aos oficiais das tropas de linha e milicianos: seus filhos estavam isentos do recrutamento; não eram obrigados a contribuir com peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços, empréstimos e outros encargos municipais; não podiam ser obrigados a ceder casas, adegas, estrebarias, pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, galinha, aves, animal de montaria ou carga ao Real Serviço, desde que não percebessem lucros com esses bens, entre outros.

Dentre as obrigações dos capitães-mores, além de manter atualizadas as listas de moradores da localidade sob sua jurisdição e proceder ao recrutamento de soldados para as tropas da capitania, estavam o encargo de reunir mantimentos para expedições, socorrer com alimentos soldados da tropa regular e remeter espécimes animais para a cidade de São Paulo. Já os comandados, além de defender a capitania e as vilas onde habitavam com as armas de que dispunham, eram obrigados a trabalhar gratuitamente na construção e no conserto de caminhos, de pontes e de outras obras públicas. A partir de 1772, também passaram a se ocupar do transporte de correspondência da capitania de São Paulo até o Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina e Viamão.²⁵²

Já as Milícias, embora também fossem tropas de segunda linha, deveriam ser formadas entre os homens de melhor porte e que pudessem se armar por conta própria, inclusive mantendo um cavalo e um escravo, caso fossem da cavalaria. Os milicianos deveriam cuidar da defesa e da “ordem” interna à capitania, seus oficiais superiores, chamados inicialmente de mestres de campo e, depois da reforma de fins do século XVIII²⁵³, de coronéis e tenentes-coronéis, eram escolhidos entre os moradores de maiores cabedais, considerados súditos fiéis e que já houvessem prestado serviços relevantes à Coroa²⁵⁴. Também estes postos deveriam ser providos pelo governador e capitão-general e, posteriormente, confirmados pelo Conselho Ultramarino.

²⁵² Ver a este respeito a dissertação de Nanci Leonzo, *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo. Das origens ao governo do Morgado de Mateus*.

²⁵³ Em 20 de novembro de 1797 foi enviada ao governador de São Paulo a Provisão do Conselho Ultramarino de 24 de março do mesmo ano, pela qual a Rainha ordenava que todos os Corpos Auxiliares do Estado do Brasil passassem a se denominar “Regimentos de Milícias” e que seus mestres de campo passassem a ser chamados de “Coronéis de Milícias”, o mesmo documento ordenou que esses regimentos fossem organizados da mesma forma que os do Reino, ver *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.89, pp.30-31.

²⁵⁴ Sobre as tropas auxiliares, depois chamadas de Milícias, ver a tese de Nanci Leonzo, *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as milícias*.

Os coronéis de milícias também eram responsáveis pela cobrança de impostos e por passar guias para os gêneros exportados das vilas sob seus cuidados. Já os capitães e oficiais de auxiliares subalternos deveriam capturar escravos fugidos, supervisionar obras públicas e despachar o ouro recolhido na capitania. Cabos e soldados se revezavam guardando as fortalezas da marinha, quando então recebiam soldo, policiavam a cidade de São Paulo, conduziam as importâncias arrecadadas nas vilas da capitania para a Junta da Fazenda, transportavam mantimentos e objetos para o Real Serviço e fiscalizavam os registros, neste caso só recebiam alimentação.²⁵⁵

Dentre as ordens expedidas ao Morgado de Mateus em 1765 já constava a reorganização e ampliação das tropas auxiliares da capitania de São Paulo.²⁵⁶ Criou-se nas colônias toda uma rede formada pelos capitães-mores e por oficiais das tropas, especialmente das milícias, da qual faziam parte membros das principais famílias locais, que atuavam em conjunto com os capitães gerais ocupando posições de destaque na sociedade colonial.

Inseridos na política metropolitana de premiar os vassalos mais “industriosos” com postos de oficiais e os privilégios daí decorrentes, a esmagadora maioria dos contratadores/negociantes radicados na São Paulo colonial alcançou as patentes de capitão-mor, mestre-de-campo de auxiliares ou coronel de milícias na medida em que incrementavam seus negócios na capitania através da arrematação de contratos. Nesta posição, puderam atuar junto dos governadores nomeados para São Paulo, além de influenciar amplas parcelas da população local, muitas vezes se aliando, outras de indispondo com oficiais das câmaras, ouvidores e demais autoridades.

Ademais, este recurso também foi empregado por negociantes e produtores de outras capitanias luso-americanas, tais como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Também nessas regiões grupos de negociantes e de produtores que se envolveram no sistema de arrematação das rendas reais se aproximaram das autoridades constituídas e ingressaram nas tropas de segunda linha estabelecendo relações de favor e de mando que favoreciam a

²⁵⁵ Idem, pp.86-93.

²⁵⁶ Ver a este respeito *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v.23, pp.273 a 275, documentos em que o governador defende a criação de novas tropas auxiliares, respondendo a queixas do Provedor a este respeito.

cobrança dos impostos que arremataram.²⁵⁷ Dessa forma, nas Minas setecentistas, o contratador João Rodrigues de Macedo teria se aproximado de autoridades militares locais com vistas a melhor gerenciar seus interesses, estabelecidos em toda a Gerais; por outro lado, as famílias de muitos de seus contemporâneos e conhecidos acusados de envolvimento na conjuração mineira de 1789, detentores e altas patentes militares e de postos chave nas justiças instituídas, tais como, respectivamente, o coronel e fiador do contrato dos dízimos Aires Gomes e o ouvidor Alvarenga Peixoto, mantiveram boa parte de seus bens e continuaram a gerir seus negócios em Minas Gerais.²⁵⁸ O controle da força armada por particulares interessados na produção e comércio locais também pôde ser percebida no Rio de Janeiro, esta prática, comum desde meados do setecentos, se tornou mais evidente depois da transferência da corte, quando um número ainda maior de negociantes passou a chamar a si a tarefa de arregimentar e “ordenar” parcelas da população tidas como “inúteis” e “perigosas”.²⁵⁹

Nanci Leonzo ressaltou que as Milícias “... não eram [...] um simples instrumento de defesa militar, mas, sobretudo, um importante auxiliar da administração central na tarefa de submeter e disciplinar a população local.”²⁶⁰ Daí que a Coroa se preocupasse com a correta organização desses corpos e com a nomeação de seus oficiais. Por isso, em 1778, o ministro e secretário de Estado dos negócios da marinha e domínios ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, mandou restituir ao Conselho Ultramarino uma patente de coronel da cavalaria auxiliar passada pelo governador paulista a Joaquim Manoel da Silva e Castro, ordenando

²⁵⁷ Sobre a atuação das tropas de segunda linha nas capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais ver a obra citada de Christiane Figueiredo Pagano de Mello. Exemplos do tipo de relacionamento estabelecido entre produtores, negociantes contratadores e autoridades locais (militares e de justiça) podem ser encontrados na obra de André Figueiredo Rodrigues, *A Fortuna dos inconfidentes*, na qual o autor analisa as estratégias de formação e manutenção dos bens acumulados pelos inconfidentes mineiros de 1789 e suas famílias. Ainda sobre o envolvimento de produtores e negociantes/contratadores no comando das tropas de segunda linha no Rio de Janeiro, principalmente durante os primeiros anos do século XIX, ver a obra de Cecília Helena de Salles Oliveira, *A astúcia liberal*, especialmente o capítulo II.

²⁵⁸ André Figueiredo Rodrigues, *op. cit.*

²⁵⁹ Cecília Helena de Salles Oliveira, *A astúcia liberal*. Conferir especialmente pp.74-75.

²⁶⁰ Nanci Leonzo, “As instituições”, p.325. Na parte inicial da obra *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*, Kenneth Maxwell descreveu a reorganização militar empreendida pela Coroa no Reino e também na América Portuguesa a partir da década de 1760, segundo instruções do Conde de Lipe, que resultaram na constituição de regimentos de infantaria e de cavalaria auxiliar em todas as capitanias americanas, que deveriam ser comandados por homens escolhidos dentre os “principais” das terras; ver pp.62-63.

ainda a revisão de todas as cartas patente passadas pelo general Martim Lopes Lobo de Saldanha e pelo vice-rei do Estado do Brasil, o Marquês do Lavradio.²⁶¹

Tanto em São Paulo quanto em outras regiões da América Portuguesa, como em Minas Gerais, foi comum a multiplicação do número de oficiais nomeados para o comando de tropas auxiliares/milicianas que, muitas vezes, não estavam organizadas nem contavam com o número mínimo de membros requerido nos alvarás de instituição dessas tropas.²⁶² A fim de evitar esse tipo de irregularidade, muitas vezes cometida com a conivência dos próprios governadores, uma Carta Régia de 1787 determinou o prazo de um mês para que os oficiais e as respectivas tropas de auxiliares e ordenanças se reunissem em lugar pré-determinado para passarem pela revista do governador e capitão-general, visto que, segundo o documento, muitos corpos auxiliares haviam sido criados “só no nome” e seus oficiais recebiam privilégios sem comandá-los de fato. Dessa forma, os corpos que não se apresentassem deveriam ser extintos.²⁶³

Conforme dito anteriormente, os oficiais milicianos dispunham de uma série de privilégios, como, por exemplo, isenção de recrutamento para seus filhos e isenção da obrigatoriedade de servir nos cargos da República, ou seja, nas câmaras.²⁶⁴ Em 1766, os auxiliares da capitania de São Paulo também passaram a usar as mesmas fardas e divisas da tropa paga e receberam o direito de não terem as armas, cavalos e escravos usados na manutenção de seu posto penhorados.²⁶⁵

Como o posto de mestre de campo ou de coronel de milícias era atribuído pelo governador e confirmado como mercê régia, estes homens raramente tinham experiência militar ou acompanhavam suas tropas quando deslocadas para atender aos problemas de fronteira. Os responsáveis pelo treinamento militar dos auxiliares eram o sargento-mor e seu ajudante, únicos oficiais cuja prática militar, exercida na tropa regular, deveria ser comprovada e que recebiam soldos pagos pelas câmaras.

Obedecendo aos encargos de sua posição, o capitão-mor e contratador citado anteriormente, Manoel de Oliveira Cardoso, foi solicitado a assistir a soldados doentes com

²⁶¹ Ofício do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro para o vice-rei, Conde da Cunha, de 6 de agosto de 1778. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 2850.

²⁶² Christiane Figueiredo Pagano de Mello, *op. cit.*, p.237.

²⁶³ *Documentos interessantes...*, vol.45, p.441, Carta Régia de 02/11/1787.

²⁶⁴ *Documentos interessantes...*, vol.46, pp.115-118, alvará de 24/11/1645 e Decreto de 22/03/1751.

²⁶⁵ *Documentos interessantes...*, vol.65, p.109, 01/10/1766.

o que fosse necessário, a enviar a lista de moradores, mortes e nascidos no distrito da cidade de São Paulo e organizar as paradas que levavam a correspondência oficial até o Rio de Janeiro.²⁶⁶ O tenente coronel de auxiliares Paulino Aires de Aguirra foi incumbido de prender escravos fugidos, desertores e criminosos e cuidar para que não houvesse descaminhos no Registro de Sorocaba,²⁶⁷ onde, aliás, mantinha interesses diretos relacionados ao transporte de gado. Enquanto isso, o coronel de dragões da cavalaria auxiliar de Santos, Bonifácio José de Andrada, foi responsável por manter o abastecimento e o preço da farinha de mandioca no distrito de Santos, no ano de 1775.²⁶⁸

Além de ser um signo de distinção e de aproximar os membros dos grupos de poder local do governo metropolitano, representado pelo capitão-general, os encargos vinculados aos postos de oficiais de milícias e ordenanças eram fonte de prestígio e poder, permitindo aos seus detentores cometer delitos, favorecimentos e coagir outras parcelas da população. Negociantes e grandes produtores estabelecidos na América Portuguesa souberam utilizar esses “recursos”, ampliados no decorrer do século XVIII e completamente estabelecidos no início do XIX, pois, conforme já lembrou Cecília Helena de Salles Oliveira, essas facilidades lhes permitiam também interferir na arrematação e cobrança de contratos, além de beneficiar seus negócios particulares ainda durante o governo joanino.²⁶⁹

Durante o fim do século XVIII e as duas primeiras décadas do XIX, a nomeação para altas patentes militares foi usada como meio de ascensão e obtenção de prestígio não apenas pelos filhos das principais famílias locais, mas também como instrumento político usado por negociantes enriquecidos em busca de reconhecimento e da ampliação de suas esferas de influência junto à administração.²⁷⁰ Este foi o caminho seguido por homens como Manoel Cardoso de Oliveira, Paulino Aires de Aguirra, José Vaz de Carvalho e Luís Antônio de Sousa, dentre tantos outros. Por outro lado, ao participarem do comando das tropas auxiliares, estes homens se integravam às políticas metropolitanas de controle da população através de sua sujeição e do ingresso na hierarquia militar portuguesa que,

²⁶⁶ *Documentos interessantes...*, vol.65, p.69; vol.76, p.182 e vol.78, p.26.

²⁶⁷ *Documentos interessantes...*, vol.64, p.123, vol.70 p.26 e 52 e vol.81, p.18.

²⁶⁸ *Documentos interessantes...*, vol.74, p.202.

²⁶⁹ Sobre a vinculação entre arrematações, negócios e controle de tropas milicianas, especialmente no Recôncavo da Guanabara e em Campos, ver a obra de Cecília Helena de Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal*, capítulo 2.

²⁷⁰ Sobre a participação de negociantes nos corpos de milícias paulistas ver a obra de William Puntchart, *Negócios e Negociantes Paulistas, 1808-1822*, especialmente pp.41-51.

idealmente, se estendia dos soldados recrutados e passava pelos capitães de ordenanças, pelos capitães-mores e coronéis, pelo capitão-general, pelo vice-rei do Estado do Brasil, chegando ao próprio Rei.²⁷¹

Conforme dito anteriormente, no Império Português, foi comum recorrer-se ao capital de negociantes dispostos a arcar com as urgências do Estado. Se assim era no Reino, mais ainda na América Portuguesa, onde o modo como se formaram as redes de interesses tornava necessário o uso dos recursos angariados por grandes proprietários e negociantes no financiamento de obras, no pagamento de funcionários e magistrados e na formação e manutenção de tropas; sendo que tais serviços deveriam ser retribuídos com os privilégios correspondentes. Os coronéis de milícias muitas vezes armavam e fardavam os militares sob seu comando, além de serem responsáveis pelas indicações de promoções que subiam para a escolha do governador. Dessa forma, criavam teias de dependência com seus subordinados, facilitando a vinculação entre armas, comércio e mando. Ao mesmo tempo, estavam sempre muito próximos dos capitães-generais e abriam caminho para o favorecimento de seus negócios.

Além de determinarem o sistema de cobrança das rendas devidas aos contratos que arrematavam, os contratadores e seus representantes também buscaram reconhecimento governamental e influência sobre amplas parcelas da população local à medida que passavam a fazer vultosas doações à Coroa e a ocupar os principais postos de oficiais das ordenanças e milícias. Produtores, tropeiros, pequenos comerciantes e jornaleiros, moradores das localidades onde os capitães-mores de ordenanças e coronéis de milícias atuavam, eram os mesmos sobre os quais recaíam os dízimos, os direitos de passagem, a tributação sobre as carnes, a água-ardente, o açúcar. Muitos deles, especialmente os mais pobres, compunham a guarda responsável pelas passagens e pela cobrança de tributos.

Foi prática comum entre os governadores aumentar o número de oficiais milicianos ou prover homens de maiores posses em preferência aos que deveriam ascender a estes postos pela antiguidade no serviço. Por estes meios, homens de negócios e membros das famílias paulistas mais tradicionais se aproximavam da administração da capitania e podiam usar das novas esferas de influência disponíveis em benefício de interesses próprios e de grupo. A Coroa reprovava e tentou coibir esta prática, mas segundo Bernardo José de

²⁷¹ Conferir Christiane Pagano, pp.84-85.

Lorena, governador de São Paulo, “... as promoções destes corpos se não podem fazer com a regularidade que se pratica nas tropas pagas; porque muitas vezes é preciso preferir um homem que tenha posses para fazer seus uniformes a um de muito maior merecimento a quem não faria conta a sua Promoção por esta única razão.”²⁷²

Nos anos seguintes, a Coroa voltou a repreender o general Lorena, desta vez por ter nomeado um sargento-mor das Ordenanças da cidade de São Paulo de forma irregular.²⁷³ Seis anos depois, durante o governo do capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, uma Carta Régia ordenava que “... daqui em diante não se crie de novo Posto algum de milícias, ou de Ordenanças, nem se altere de maneira alguma a organização, e composição atual desses Corpos, sem que primeiro os Governadores e Capitães Gerais respectivos me apresentem as razões [...] que para isso possa haver, e sem que recebam as Minhas posteriores Resoluções [...]”²⁷⁴ Ainda em 1802, a Coroa proibia todos os governadores, inclusive o vice-rei, de passarem patentes honoríficas sem ordem real e, pouco depois, voltou a proibir a multiplicação de patentes militares nos corpos milicianos ordenando que se seguisse inviolavelmente as promoções que procedessem dentro dos mesmos corpos.²⁷⁵

Nanci Leonzo, historiadora dedicada ao estudo das tropas de segunda linha da Capitania/Província de São Paulo, indicou que depois da lei de 30 de agosto de 1770 o comércio passou a ser considerado uma “profissão nobre” e que a integração nas tropas milicianas era tanto uma maneira de nobilitar os membros do corpo comercial como meio de adquirir prestígio alegando os serviços prestados à Coroa. Aos coronéis comandantes das Milícias, cabia indicar oficiais subalternos e auxiliar o governador na administração e no zelo pela ordem e as leis instituídas.²⁷⁶

Tal como os coronéis e tenentes coronéis, os capitães de milícias estavam ligados ao comércio, possuindo lojas ou comerciando tropas, o que não impedia que também possuíssem lavouras e engenhos. A partir deste posto era mais difícil subir na hierarquia

²⁷² *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.45, p.32, Ofício do capitão-general Bernardo José de Lorena a Martinho de Melo e Castro, 31/07/1789.

²⁷³ Arquivo do Estado de São Paulo, Lata C00244, maço 16A, pasta 2. Documento de 1794.

²⁷⁴ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v.89, pp.258-259, documento datado de 20 de julho de 1802.

²⁷⁵ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v.89, pp.261 a 263, provisões de 24 de março e 4 de abril de 1802, respectivamente.

²⁷⁶ Nanci Leonzo, *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as milícias*, pp.86-93.

milicianas,²⁷⁷ pois os postos de coronel e tenente coronel eram reservados aos homens de maiores cabedais, quase todos envolvidos com arrematação de impostos; revenda de gado, de escravos e de fazendas secas.²⁷⁸

Esta foi a trajetória seguida pelos homens estabelecidos na São Paulo colonial que buscaram participar da arrematação das rendas reais da capitania durante a segunda metade do século XVIII, aqui citados. Uns poucos chegaram vivos ao início do século XIX, outros perderam espaço para novos grupos que ascenderam nos anos finais do setecentos, passaram pela reformulação das tropas auxiliares na década de 1790 e assistiram ao estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro. Continuaram a participar dos negócios paulistas da maneira como lhes foi possível, ainda que suas fortunas fossem menores se comparados às dos negociantes de grosso trato lisboetas, baianos ou fluminenses, ou aos grupos paulistas que despontaram na primeira metade do XIX.

*

As trajetórias dos contratos das rendas reais e dos contratadores radicados em São Paulo apresentados neste capítulo indicam a intensidade com que a economia e a sociedade paulistas da segunda metade do século XVIII se desenvolveram; além de demonstrar a íntima relação estabelecida entre os interesses econômicos e a administração local, representada por governadores, ouvidores e membros das câmaras e da Junta da Fazenda.

Nesse momento, a Coroa empreendeu grandes esforços para melhor controlar as arrematações das rendas reais e o acesso de membros dos grupos de poder local aos principais postos militares da capitania através da interação entre estes grupos e os governadores. Por outro lado, este mesmo movimento permitiu a negociantes/contratadores ampliar negócios e esferas de influência através dos privilégios que alcançaram com a sua nomeação para as mais altas patentes das tropas de segunda linha. Dessa forma, uma série de medidas estabelecidas pelo governo central português foi aplicada pelos generais enviados a São Paulo tendo em vista circunstâncias e interesses locais, dada a amplitude de jurisdição que lhes era concedida pela própria Coroa.

São Paulo era região chave para a manutenção dos domínios portugueses na América, fosse por causa de sua localização estratégica no centro sul e pelo envio constante

²⁷⁷ Idem, p.206.

²⁷⁸ Idem, pp.15-16.

de tropas para acudir aos problemas nas regiões de fronteira, fosse devido à dinâmica comercial interna que ligava regiões produtoras de gado e de gêneros de subsistência às minas, às regiões interioranas de Mato Grosso e Goiás ou ao Rio de Janeiro. Os negociantes e produtores radicados em São Paulo durante o século XVIII tinham consciência de seu pertencimento ao Império e buscaram participar das políticas governamentais que os chamavam a financiar e auxiliar o Estado arrematando contratos e financiando tropas. Ademais, também souberam requerer as benesses que julgaram merecer por seus esforços.

Sendo assim, as instituições militares e camarárias serviram de meios para a obtenção de privilégios e para a nobilitação de seus membros, que encontravam neles um lugar de contato e negociação com o governo local e central. Por outro lado, num Império em que política e negócios estavam intrinsecamente ligados, a inserção de produtores e negociantes nas instituições ligadas à administração local favorecia o estabelecimento de redes comerciais que, por vezes, ultrapassaram os limites das capitanias onde estavam radicados. Estudando o grupo mercantil fluminense, João Fragoso identificou redes de negócio imperiais que ligavam súditos luso-americanos entre si e entre grupos de negociantes sediados no Reino de Portugal ou diretamente em praças africanas fornecedoras de mão-de-obra escrava; sendo que parte dos produtos que circulavam pelas diversas rotas transoceânicas de comércio tinham como compradores finais os componentes do mercado interno luso-americano.²⁷⁹ Dessa forma, durante o processo de formação da sociedade colonial, estabeleceram-se comunidades comerciais baseadas em redes de reciprocidade e de trocas de favores que ligavam membros dos grupos de poder de diferentes regiões imperiais. Estas redes podiam ser formadas tanto por negociantes do porte dos grandes traficantes de escravos sediados no Rio de Janeiro e na Bahia quanto por aqueles negociantes paulistas ligados ao abastecimento das regiões interioranas e ao comércio com o gado, também eles ligados às famílias e casas comerciais fluminenses e baianas, senão lisboetas. Por outro lado, estas “redes de reciprocidade” também envolviam agentes do Império, tal como governadores e oficiais de justiça que, muitas vezes, interferiram nos negócios locais, tal como ocorreu no sistema de arrematações das rendas

²⁷⁹ João Fragoso, “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820”, in *O Antigo Regime nos trópicos*, pp.319-338.

reais em São Paulo; além de contar com os “homens bons” das municipalidades, que podiam tanto viabilizar quanto dificultar determinada transação comercial.²⁸⁰

Isso não quer dizer que todos os membros dessas redes detinham posições equivalentes em seu interior, pelo contrário, também aí as hierarquias sociais e comerciais se faziam presentes; ademais, estas relações precisavam constantemente ser restabelecidas ou recriadas de acordo com as circunstâncias e agentes envolvidos. Num primeiro momento, a inserção econômica dos negociantes e contratadores “paulistas” nas redes de negócio imperiais parece acanhada. Todavia, estes homens mantiveram seu crédito na praça por anos a fio, bem como suas altas patentes, e receberam novas mercês em recompensa aos anos de serviço prestados ao Rei. Perseveraram no esforço de ascender econômica e socialmente, integrando-se às milícias, auxiliando a Coroa na administração e atuando na arrecadação de taxas e tributos. Os acontecimentos da década de 1790 parecem ter reservado alguns revezes para parte deles, principalmente para aqueles que não puderam se integrar às novas oportunidades que um maior contato com negociantes estabelecidos no Reino de Portugal trariam. Todavia, as oportunidades de enriquecimento e de ascensão sociais estavam abertas, favorecendo a consolidação de redes de negócio e de fortunas nas décadas seguintes.

²⁸⁰ Para uma análise do uso da noção de “rede” na historiografia sobre o Império Português mais recente, ver o artigo de Maria Fernanda Bicalho, “Da colônia ao Império: um percurso historiográfico”, in: *O governo dos povos*, especialmente pp.95-98. Ver também o artigo de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”, in *Nas rotas do Império*, pp.25-72.

**Capítulo III – A ampliação dos interesses de negociantes lisboetas no comércio e nas
arrematações paulistas (1790-1808)**

*“... e como tudo depende da proteção de Vossa Excelência, nela firmo o bom sucesso desta
empresa, que sem dúvida há de ser bem sucedida.”*

(Carta de Jacinto Fernandes Bandeira a Bernardo José de Lorena, em 24 de setembro de 1788)

Capítulo III – A ampliação dos interesses de negociantes lisboetas no comércio e nas arrematações paulistas (1790-1808)

- a) O governo de Bernardo José de Lorena: grandes obras e redirecionamento do comércio

“Vede, Senhor, eu vos mostro; vede a polícia desta cidade, as suas calçadas; vede o reparo das ruínas; refleti na obra de primeira necessidade, a elevada obra do chafariz; olhai como está aberta a porta do comércio, a estrada de Santos, obra que, julgando-se sempre superior às nossas forças, foi em breve tempo concluída sem despesa nossa²⁸¹. (...) Vede a agricultura, base fundamental desta capitania, vede o comércio que anima e que faz a riqueza do nosso país. Dois anos há, com pouca diferença, que os frutos do nosso país escassamente chegavam para a nossa subsistência. Quando o nosso benfeitor se propôs a fazer carregar o primeiro navio todos cremos que ou não sairia à luz este comércio ou nos faltariam os necessários gêneros; mas que vemos hoje, Senhores? Eu vejo que, cheia de abundância a minha pátria, dos restos temos um grosso comércio, com evidente utilidade nossa. Extinguiu-se a inércia, cresceu a lavoura, animou-se o comércio, aumentaram-se as exportações dos gêneros e tudo gira com a mais bela ordem.”²⁸²

Com estas palavras José Arouche de Toledo Rendon, paulista nascido numa das famílias mais tradicionais da região do planalto e membro de diversas instâncias administrativas paulistas durante cerca de 40 anos, louvava o então governador e capitão-general Bernardo José de Lorena. A *Oração problemática. Problema: a um governador resulta mais glória em ser aluno de Marte ou de Minerva?* fazia parte da “Academia que o Senado da Câmara desta cidade dedica ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Bernardo José de Lorena, Governador e Capitão-general da Cap.nia de S. Paulo aos 17 de Dezembro de 1791, ao

²⁸¹ Referência ao calçamento e reparo do antigo Caminho do Mar, posteriormente chamado de Calçada do Lorena. Segundo Denise Mendes, em *A calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*, a obra foi financiada através de um empréstimo de 2:820\$172 junto ao Cofre dos Ausentes, dinheiro público, proveniente de heranças. Para o pagamento do empréstimo, foi estabelecida uma contribuição sobre as cargas e cavalgaduras que passaram a utilizar a calçada; cf. pp.46-64.

²⁸² José Arouche de Toledo Rendon, “Oração problemática. Problema: a um governador resulta mais glória em ser aluno de Marte ou de Minerva?”, p.59.

Faustíssimo dia dos anos da Rainha, N.^a Sr.^a em que se concluiu a importantíssima obra do Senado e Nova Cadeia”²⁸³.

Nesta mesma ocasião foram recitados uma série de sonetos, canções, odes e orações dedicadas a louvar a atuação do general que nesse dia, segundo um deles, completava 3 anos, 5 meses e 11 dias de governo na capitania de São Paulo. Esses elogios agrupavam-se em três “Assuntos Acadêmicos”: o primeiro “sua paixão [de Lorena] pelo bem público, demonstrada em tantas obras úteis, magníficas, em um bom governo”; o segundo “seus cuidados militares pela pública segurança, provados na destreza de nossas armas executada pelo exemplo dos seus comandos” e o terceiro “sua fidalguia pessoal hereditária, origem de toda a presente felicidade”.

Escolhendo entre esses assuntos, o presidente do Senado da Câmara, Francisco José de Sampaio Peixoto, seguido por Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha, Antônio José Vaz, José Vaz de Carvalho e José Arouche de Toledo Rendon declamaram seus elogios ao general Lorena. Estes homens estavam entre os “principais” da cidade de São Paulo e não só eram membros da câmara, mas também importantes negociantes e produtores locais, sendo que Sampaio Peixoto, Vaz de Carvalho e Rendon também estavam envolvidos nas arrematações das rendas reais na capitania.

Na oração citada acima, o bacharel José Arouche de Toledo Rendon respondia à obra recitada anteriormente por nosso conhecido contratador, José Vaz de Carvalho, cujo objetivo também era determinar se constituía maior glória ao general Lorena ser “herói pelas Armas, ou graduado nas Letras”, qualidades que o autor reconhecia na “pessoa rara” do seu governador. Vaz de Carvalho concluiu que a glória adquirida pelas armas era sempre mais elevada, visto que conquistada a custa da saúde, das forças e do sangue, preferida pelas monarquias, origem dos impérios e indispensável à defesa do Estado. Descendente do condestável D. Nuno Álvares Pereira²⁸⁴, o general traria em si o mesmo sangue dos Bragança, José Vaz o eleva à qualidade de herdeiro do “maior nome”, que viera

²⁸³ Conferir Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Pombalina, códice 643, fls.275 a 335.

²⁸⁴ D. Nuno Álvares Pereira, o condestável, ou chefe supremo dos exércitos, auxiliou D. João I, o Mestre de Avis, a conquistar e manter o trono português dando origem à dinastia de Avis, em 1385. A filha de D. Nuno, D. Beatriz, teria desposado D. Afonso, filho de D. João I. Não foram encontradas outras referências ligando Bernardo José de Lorena à descendência deste casal real.

“pelo mar profundo dar Leis ao novo Mundo, em remoto hemisfério, Alma Real Digníssima do Império”.²⁸⁵

Todos os autores dos elogios a Bernardo José de Lorena louvaram sua ascendência nobre, seu zelo pelas tropas paulistas e, principalmente, a utilidade das obras que empreendeu na capital e no caminho para Santos, pois conforme disse Salvador Nardi de Vasconcelos “...de voto não sou eu o primeiro,/ Que promover a aumento uma cidade / É mais que desfazer o mundo inteiro.”²⁸⁶ Rendon comungava da mesma opinião, expressa nas duas obras que escreveu na Academia do Senado, uma “Canção” e a “Oração” que abriu este capítulo. Nesta última, porém, ao contrário de seu colega José Vaz de Carvalho, Rendon preferiu atribuir ao general as virtudes de Minerva, pois para ele “...não pode luzir o guerreiro sem o farol das ciências”, prova disso seriam as obras recentemente empreendidas pelo general, tais como o aquartelamento da Legião de Voluntários Reais, a casa da Câmara e a Cadeia, o chafariz e a calçada pavimentada entre a capital e a vila de Santos, todas frutos da sabedoria de “um homem de superior instrução”.²⁸⁷

Há que se considerar que essas palavras foram escritas justamente para elogiar a máxima autoridade administrativa local em ocasião comemorativa escolhida para a inauguração de obras públicas promovidas pelo próprio governador. Em tal circunstância não haveria espaço para críticas; por outro lado, também não foram encontrados documentos parecidos dedicados aos demais governadores paulistas do período estudado.

Bernardo José de Lorena pertencia a uma das mais antigas linhagens da nobreza portuguesa, filho do Marquês D. Luís Bernardo de Lorena e Távora e de D. Teresa de Távora, principal família implicada no atentado a D. José I décadas antes, o que rendeu a condenação de seu pai à morte e o recolhimento dele e de sua mãe em um convento. Terminou de ser criado por D. Nuno Gaspar de Lorena e por sua mulher D. Maria Inácia da Silveira, tratados como pai e mãe em sua correspondência. Depois da queda do Marquês de Pombal, a então rainha D. Maria I restituiria a Bernardo José os bens confiscados de sua família durante o processo que condenou seu pai e ele ingressaria no serviço real.

²⁸⁵ “Oração Problemática em obséquio do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Bernardo José de Lorena Gov.^{or} e cap.^m gen.^l desta Cap.^{nia} de S. Paulo”, de José Vaz de Carvalho. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fls.295-300.

²⁸⁶ Soneto, dedicado ao primeiro assunto, fl.280v.

²⁸⁷ José Arouche de Toledo Rendon, *Oração problemática...*, p.59 e seguintes.

Lorena foi nomeado governador e capitão-general da capitania de São Paulo em 1786²⁸⁸ mas só tomaria posse em 5 de junho de 1788, permanecendo no governo paulista até junho de 1797, durante 9 anos portanto. Embora não tenham sido encontradas instruções elaboradas especialmente a este general, às vésperas de sua viagem à América, em fevereiro de 1788, o então ministro e secretário de Estado Martinho de Melo e Castro enviou a Lorena uma série de ofícios, encaminhando decretos e ordens relativos aos principais objetos para os quais o novo governador deveria atentar em sua chegada a São Paulo. Estes documentos versavam sobre a necessidade de demarcar os limites da capitania, sobre o correto provimento da tropa paga, as vistorias das tropas auxiliares, a coerção ao contrabando nas costas da América Portuguesa, o cumprimento do decreto de 1785 que proibia as fábricas de tecidos e teares no Estado do Brasil e, finalmente, sobre o preparo de todas as tropas disponíveis tendo-se em vista o aumento da animosidade entre as nações européias de então.²⁸⁹

Sendo assim, ao chegar à capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena sabia o que se esperava de sua atuação na Corte lisboeta. Já para os paulistas que o louvaram no início da década de 1790 sua ação administrativa merecia destaque não só por seus feitos militares, mas principalmente devido às grandes obras de infra-estrutura levadas a cabo na capital e no caminho para o porto de Santos que, segundo eles, animaram a agricultura e o comércio da região. Este aspecto de sua atuação, ligado ao aumento na produção de gêneros voltados ao mercado atlântico nesse mesmo período, propiciou a elaboração de teses defendidas pela bibliografia sobre São Paulo colonial mais tradicional segundo as quais o governo de Lorena foi o momento em que os esforços do Morgado de Mateus feitos décadas antes no intuito de fomentar a lavoura canaveira paulista começaram a frutificar, ampliando a produção açucareira da região, agora voltada ao comércio com o Reino de Portugal. Para Thereza Petrone a atuação do governador Lorena foi fundamental nesse movimento, pois durante sua administração foi construída a “calçada” que interligava a capital à vila de Santos, posteriormente conhecida como “Calçada do Lorena”; além disso, o porto desta vila passou a ponto de escoamento obrigatório dos gêneros de exportação

²⁸⁸ Carta patente nomeando Bernardo José de Lorena para o governo da Capitania de São Paulo, 19/08/1786, *Documentos Interessantes...*, v.25, p.3.

²⁸⁹ *Documentos interessantes...*, pp.68-102, documento dos dias 2, 3, 9 e 14 de fevereiro de 1788 que acompanharam os alvarás de 5/12/1750, 5/1/1785 e de 2/11/1787.

produzidos na capitania favorecendo os produtores de serra acima e os negociantes ligados a Santos.²⁹⁰

Talvez os “elogios” votados a Bernardo José de Lorena estejam vinculados a este movimento e tenham sido lavrados por homens vinculados aos grupos beneficiados pela ação do general; embora seja impossível afirmar que a obrigatoriedade da exportação dos gêneros produzidos em São Paulo pelo porto de Santos tenha beneficiado a todos os produtores e negociantes paulistas. Esta decisão, conhecida pela maior parte da historiografia sobre o tema como “lei do porto único” gerou muita controvérsia quando de sua implantação. Embora colocada em prática pelo general Lorena, inclusive com recurso à tropa miliciana para isso, o recente estudo de Renato de Mattos²⁹¹ comprovou que a determinação do general não deve ser considerada uma “lei” em seu sentido estrito, visto nunca ter sido formalmente ratificada pelos órgãos metropolitanos competentes.

Segundo este autor, a primeira referência ao redirecionamento do comércio de gêneros voltados ao mercado atlântico pelo general Lorena foi um ofício datado de 18 de julho de 1788 enviado ao capitão-mor da vila de São Sebastião, Manuel Lopes da Ressurreição, no qual se mandava verificar o preço do açúcar na dita vila e impedir que fosse enviado para o Rio de Janeiro enquanto houvesse interessados em comprá-lo na capitania ou enviá-lo à Europa através do porto de Santos²⁹². Seguindo o intuito de aumentar o envio de gêneros de produção da América para o Reino, o general Lorena ordenou aos capitães mores das vilas da marinha paulista, em outubro desse mesmo ano de 1788, que promovessem o cultivo dos gêneros mais facilmente exportáveis, quais sejam açúcar, café, goma, anil e algodão²⁹³. O general comunicaria sua decisão ao ministro Martinho de Melo e Castro apenas em setembro do ano seguinte, em carta na qual avisava que o navio Santos Mártires, de propriedade do negociante lisboeta Jacinto Fernandes Bandeira, partia do porto de Santos a Lisboa principiando uma linha de comércio direto que coibiria a saída de gêneros dos outros portos da capitania, nos quais não se pagavam as Dízimas da Alfândega.

²⁹⁰ Thereza Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo*, p.10 e seguintes.

²⁹¹ Renato de Mattos, *Política, administração e negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*, dissertação de mestrado.

²⁹² *Documentos interessantes...*, v.46, p.7. A referência a este documento na obra de Renato de Mattos citada consta à pp.80-81.

²⁹³ *Documentos Interessantes...*, v. 46, p. 20 e pp. 67-68.

Segundo o capitão-general, os capitães das embarcações diziam que iam pagar as Dízimas “... no Rio de Janeiro, tudo em prejuízo desta Capitania; e o pior é que pela maior parte nem assim sucedia, pois saíam os gêneros dos portos dizendo que iam para o Rio, e no Mar passavam as águas ardentes, e os açúcares para navios estrangeiros, não pagando por este modo nem nesta alfândega nem na do Rio; o que agora não pode suceder porque tudo deve vir ao Porto de Santos, pagar na Alfândega, e levar as guias para o Rio dos gêneros que aqui não forem precisos.”²⁹⁴

Dessa forma, o general justificava sua decisão baseando-se nas primeiras ordens que recebera do próprio ministro D. Martinho de Melo, relativas à necessidade de coibir o contrabando de gêneros que grassava por toda a costa americana. Ao mesmo tempo, justificava sua decisão com base no aumento da arrecadação de impostos na capitania de São Paulo, visto que em sua primeira carta enviada depois da posse alertou o ministro de que as despesas da capitania de São Paulo excediam a receita em 40:410\$810 réis.²⁹⁵

Embora Thereza Petrone tenha afirmado que a instituição do “porto único”, aliada à construção da calçada que ligava a capital paulista ao litoral, tenha favorecido os produtores de açúcar de Serra Acima, Renato de Mattos apontou indícios de que também na região do chamado “quadrilátero do açúcar”, demarcada pelas vilas de Itu, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, alguns produtores preferiam vender seu açúcar a negociantes fluminenses ao invés de enviá-lo ao porto de Santos. De qualquer forma, os senhores de engenho da região de Itu parecem ter sido favorecidos pela medida do general Lorena, mesmo que até 1792 tenha sido difícil lotar os navios destinados a Lisboa, manter a regularidade das viagens à Europa ou ainda impedir as embarcações de fazer escala em outros portos da América Portuguesa. Segundo o mesmo autor, a atuação dos juízes de fora e da alfândega, cargos que foram oficialmente anexos até o ano de 1802, foi essencial para o cumprimento da obrigatoriedade de exportação pelo porto de Santos durante o governo Lorena. O governador também requisitou constantemente o apoio dos capitães-mores e sargentos-mores para o envio dos gêneros necessários à lotação dos navios surtos em Santos, mesmo que para isso fosse

²⁹⁴ *Documentos interessantes...*, v.45, p.35.

²⁹⁵ *Documentos interessantes...*, v.45, pp.8-10. No mesmo documento, Lorena afirmava que a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro devia mais de 50 contos de réis à de São Paulo.

necessário o uso da força; tanto que as queixas e representações contrárias a esta medida só chegaram à luz depois da substituição desse general no governo de São Paulo.²⁹⁶

De qualquer forma, era notório o envolvimento de produtores e comerciantes paulistas ligados através de interesses comerciais e de dívidas aos negociantes fluminenses, principalmente nas vilas litorâneas de São Sebastião, Ubatuba e Paranaguá, locais de onde emanaram as principais críticas às então chamadas “restrições comerciais” impostas por Bernardo José de Lorena. Por outro lado, as medidas do general atendiam aos interesses de outros grupos de poder locais e, pode-se dizer, dele próprio, que introduziu nos negócios paulistas seu sócio e representante no Reino, o negociante lisboeta Jacinto Fernandes Bandeira.

Além de promover o comércio direto entre Santos e Lisboa, o governador Bernardo José de Lorena respondeu aos reclamos por mão-de-obra dos produtores paulistas através da introdução do comércio direto entre o porto de Santos e portos africanos, especialmente Angola e Benguela. Durante seu governo, um total de 5 navios trouxeram escravos diretamente desses portos para a capitania de São Paulo, esta medida, além daquelas relacionadas ao redirecionamento do comércio paulista exclusivamente ao porto de Santos, limitando o envio de gêneros ao Rio de Janeiro, provocou a reação do vice-rei Conde de Resende, administrador da capitania fluminense, conforme exposto adiante.

Esses dados indicam o empenho do general Lorena em intervir nos negócios estabelecidos entre produtores e comerciantes paulistas com agentes fluminenses, empenho este claramente expresso nas instruções que deixou a seu sucessor no governo de São Paulo, quando declarou:

“Tem sido necessárias muitas Providencias para evitar a saída dos efeitos do Comércio com a Europa, para o Rio de Janeiro (havendo aqui Navios à carga de bom conceito), pelo costume em que estavam os Negociantes de S. Paulo, de merecerem menos este nome, do que os de Caixeiros dos do Rio. (...) Antigamente todos os efeitos, que saíam para o Rio de Janeiro devendo pagar Dízima na Alfândega, ali pagavam, e satisfaziam na de Santos com as Guias, hoje sucede pelo contrario, fica aqui o dinheiro e vai para lá o papel: está em costume não saírem efeitos de Comércio com a Europa para outro Porto

²⁹⁶ Renato de Mattos, *op.cit.*, p.82 e ss.

d'América sem licença do Capitão-general, para assim se facilitar mais a Carga dos Navios; O mesmo General há de atender algum caso de necessidade das outras Capitanias.”²⁹⁷

Nestas instruções, o general Lorena tocou num ponto essencial de sua política administrativa, qual seja, a permanência das rendas geradas na capitania de São Paulo nos cofres locais e seu controle por negociantes de alguma forma ligados ao seu governo. Conforme o exposto acima, isso não quer dizer que todos os produtores e negociantes paulistas considerassem as ações do general benéficas aos seus interesses, mesmo porque, se por um lado a decisão do general de concentrar a saída de gêneros mais facilmente exportáveis para a Europa no porto de Santos pode ser lida como uma tentativa de articular negociantes paulistas e reinóis favorecendo aqueles, também poderia prejudicar negócios já estabelecidos com outras praças americanas, entre elas Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Já se sabe que na São Paulo colonial de então havia forças econômicas expressivas, capazes de competir por contratos e em redes comerciais locais. A simpatia dos membros da câmara e dos grupos de poder local radicados na praça de Santos e em Serra Acima era importante para que o general Lorena contasse com os benefícios que essas alianças poderiam lhe render localmente; todavia, as alianças estabelecidas na Corte Lisboa também eram fundamentais para o desenvolvimento de sua carreira na administração imperial. Sendo assim, não foi por acaso que o homem responsável por cuidar da casa e dos negócios de Bernardo José de Lorena no Reino, Jacinto Fernandes Bandeira, tenha sido chamado a investir na capitania de São Paulo justamente nesse momento.

O estudo da ação governativa de Bernardo José de Lorena nos remete, novamente, a questões levantadas a partir dos estudos de Antonio Manuel Hespanha que ressaltam as dificuldades em se caracterizar o governo representado pela monarquia portuguesa como tendente à centralização político-administrativa, dada a sobreposição de jurisdições atuantes sobre um mesmo campo de governo e a partilha do espaço político entre o rei e outros poderes hierarquicamente diversos, tais como os das câmaras, dos governadores e demais instâncias e justiças locais, até, pelo menos, a década de 1770 e o período anterior à

²⁹⁷ *Documentos interessantes...*, v. 15, pp.147-153, relatório do capitão-general Bernardo José de Lorena.

Revolução Francesa.²⁹⁸ Embora as discussões mais recentes acerca desse tema desconsiderem a existência de uma centralização linear emanada do Reino de Portugal a se estender por todos os domínios, os críticos de Hespanha consideram que a adoção de sua postura teórico-metodológica, quando aplicada à análise da colonização portuguesa na América, especialmente durante o século XVIII, diminui em demasia o papel do Estado nesse processo, deixando de lado as especificidades locais. Assim, para Nuno Gonçalo Monteiro, a própria possibilidade das diversas instâncias administrativas contatarem diretamente o centro através dos tribunais régios, aos quais os governadores e vice-reis também estavam sujeitos, já indicava tanto a flexibilidade quanto a articulação da administração imperial; por outro lado, o fortalecimento dos secretários/ministros de Estado em detrimento dos antigos tribunais régios, ocorrido durante o período pombalino, colocaria os detentores desses postos no centro das decisões políticas relativas às suas áreas de atuação, entre elas os Negócios Ultramarinos, de maneira irremediável.²⁹⁹ De outra perspectiva, Laura de Mello e Souza também lembrou que “ao fim e ao cabo, tudo se fazia em nome do rei e de Portugal”, dessa forma, o Estado estaria indiscutivelmente presente na administração dos domínios ultramarinos portugueses, embora adaptado às especificidades de regiões tão distintas quanto a América Portuguesa ou a Índia.³⁰⁰

Para esta última autora, o exercício do mando durante o período colonial, especialmente no século XVIII, caracterizou-se por um movimento “pendular”, que ora tendia à centralização, ora à autonomia.³⁰¹ Desta perspectiva, é possível compreender a ação do general Lorena que, ao mesmo tempo em que levou a cabo obras de infra-estrutura que favoreceu grupos de produtores e negociantes radicados no planalto paulista e em

²⁹⁸ Ver a este respeito o artigo de Antonio Manuel Hespanha, “A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, na coletânea *O Antigo Regime nos Trópicos*, especialmente p.166 e nota 5. Em artigo apresentado poucos anos depois, o autor ressalta a impossibilidade de se falar em “centralização” no império português mesmo durante o período pombalino, quando “... no plano da teoria política, já na Europa e no Reino se propôs como ideal um governo dominado pelo princípio da unidade e da disciplina, as dificuldades da sua realização, mesmo na metrópole, são imensas. Pela simples razão de que se tratava de mudar, radicalmente, concepções políticas ou, simplesmente, maneiras espontâneas de pensar e de organizar, que vinham moldando as mentalidades desde há séculos. Se-lo-ão igualmente na colônia brasileira.” Cf. “Porque foi portuguesa a expansão portuguesa?”, publicado na coletânea *O Governo dos povos*, cita à p.43.

²⁹⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, “O governo da Monarquia e do Império: o provimento de ofícios principais durante o período pombalino”, in: Laura de Mello e Souza, Junia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O governo dos povos*, pp.507-517.

³⁰⁰ Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, especialmente o capítulo 1 da parte I, “Poder e administração colonial: problemas e perspectivas”.

³⁰¹ Idem, pp.14-15.

Santos, acabou alijando parte dos grupos de poder locais envolvidos em redes de comércio interno e no sistema de arrematações das rendas reais ao promover o ingresso de grupos sediados em Lisboa nesse negócio e beneficiar aqueles negociantes radicados em São Paulo que contavam com comissários estabelecidos na praça de Lisboa. Por outro lado, dificilmente as teses que apostam numa centralização estrita do poder real, representada pela ação dos generais nas diversas capitanias, se sustentam; pois de outra forma não seria possível compreender tanto as manifestações de apoio quanto as de repúdio dos vassalos paulistas diante das ações de seu governador, ou ainda as possibilidades de enriquecimento ligadas ao comércio ampliadas durante a década de 1790, visíveis nas sólidas fortunas paulistas estabelecidas nas primeiras décadas do século XIX, tais como as dos Sousa, dos Vergueiro e Jordão.

Dessa forma, torna-se possível afirmar mais uma vez que governadores detinham amplo campo de manobra, que lhes permitia negociar com instâncias locais e grupos de poder reinóis ligadas ao comércio e à administração de acordo com as circunstâncias do momento, sem que isso fosse necessariamente considerado incompetente pelo governo metropolitano.

b) Os interesses lisboetas na capitania de São Paulo: arrematação das rendas reais e novas redes comerciais

Durante o governo de Bernardo José de Lorena novos interesses passaram a integrar e influenciar os negócios dos grupos de poder sediados na capitania de São Paulo, inclusive no que diz respeito ao sistema de arrematação das rendas reais e ao ingresso de mão-de-obra africana na capitania, afinal, como bem lembraram João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, durante os séculos XVII e XVIII as práticas mercantis estabelecidas no interior do Império Português estavam fortemente influenciadas por outras relações sociais, principalmente políticas.³⁰²

³⁰² João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”, artigo integrante da coletânea *Nas rotas do Império*, organizada por João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá e Adriana Campos. No mesmo artigo, à p.27, os autores afirmam que “... os circuitos comerciais – e, portanto, os mecanismos de reprodução da economia imperial – eram cortados por redes compostas, no mínimo, por alianças entre negociantes, integrantes da aristocracia reinol e/ou ministros régios”, situação muito próxima do relacionamento que ligava o general Lorena a seu

Ao deixar Portugal e transferir-se à capitania de São Paulo, o governador Bernardo José de Lorena incumbiu Jacinto Fernandes Bandeira, um dos mais importantes negociantes da praça de Lisboa, de cuidar de sua casa e de seus negócios no Reino. Segundo Jorge Pedreira, Bandeira fazia parte da “elite mercantil” que ascendeu sob o Marquês de Pombal e se consolidou durante o reinado de D. Maria I, era um dos chamados “tabaqueiros”, ou seja, contratador do lucrativo Contrato do Tabaco em sociedade com outros grandes “capitalistas” da praça de Lisboa, os irmãos Caldas, Antônio Francisco Machado, Joaquim Pedro Quintela e, depois, Antônio José Ferreira. Bandeira era parte de um grupo seleta que contava com os principais agentes financeiros da Coroa e com os donos das casas comerciais de primeira classe em Portugal, conseguindo por isso benefícios como a renovação de contratos.³⁰³

O minhoto Jacinto Fernandes Bandeira, filho de um sapateiro, chegou a Lisboa aos 12 anos de idade, onde iniciou sua carreira como caixeiro do negociante Domingos Dias da Silva. Ainda na condição de caixeiro, começou a fazer negócios para o Brasil por conta própria. Em 1777, aproximou-se dos negócios com tabaco ao formar uma companhia que conseguiu o contrato do consumo do tabaco brasileiro em Espanha. Na mesma época em que participou de negócios em São Paulo era consignatário de um grande número de navios que levavam tabaco para o resgate de escravos na África e se tornou sócio de Inácio Pedro Quintela nos contratos do sal e da pesca da Baleia no Estado do Brasil. Ao longo dos anos arrematou vários contratos, entre eles o do pau-brasil. Era sócio dos mais importantes contratadores e negociantes lisboetas, foi investido em diversas funções e distinções públicas tais como a de deputado e inspetor da Junta do Comércio, administrador do Porto Franco de Lisboa³⁰⁴, diretor da Companhia de Comércio de Pernambuco, tesoureiro da Mesa da Misericórdia, fidalgo cavaleiro e conselheiro de S. Majestade. Além disso, fez uma série de empréstimos à Coroa e ao falecer, no ano de 1806, possuía apólices de

correspondente reinol Jacinto Fernandes Viana e ao próprio ministro de D. Maria, Martinho de Melo e Castro, conforme se verá adiante.

³⁰³ Jorge Miguel Pedreira, *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*, ver especialmente a parte 3 do capítulo III.

³⁰⁴ O Porto Franco de Lisboa foi criado por carta de lei de 13 de maio de 1796 e funcionou até ser extinto em 1806; nos portos francos era permitido aos navios entrar e recolher mercadorias nos armazéns sem o pagamento de taxas, ficando ao arbítrio dos proprietários pagar os direitos para o consumo naquela localidade ou reexportar as mercadorias para outros portos, pagando somente as despesas de embarque e desembarque.

empréstimos públicos subscritas pela princesa D. Carlota Joaquina, a quem legou um relógio de ouro em seu testamento. Meses antes de morrer, recebeu o título de Barão.³⁰⁵

“Capitalistas” como Jacinto Fernandes Bandeira lucravam altas somas com investimentos em contratos das rendas reais, mas nem por isso deixaram de investir em empréstimos ao Real Erário e no comércio com o Brasil e a Índia, a multiplicidade de interesses era, aliás, característica dos homens de negócio do período. Um conjunto de 35 cartas enviadas por Bandeira a Lorena entre os anos de 1788 e 1797 foram preservadas em arquivos portugueses, o que permite reconstituir parte da trama que envolvia os negócios entre ambos na capitania de São Paulo. Negócios estes que, se conforme salientou o governador favoreceu os negociantes e produtores paulistas que puderam “se livrar” dos negociantes fluminenses, também foi bastante vantajoso para Bandeira pois, conforme lembrou Pedreira, “...era no comércio com os domínios, em que se encontravam protegidos da concorrência estrangeira, que [os negociantes da praça de Lisboa] podiam retirar maiores vantagens, e onde se quer ver a sua contumácia deve ver-se simplesmente prossecução dos seus interesses.”³⁰⁶

Ao que tudo indica, o acordo entre Jacinto Fernandes Bandeira e Bernardo José de Lorena acerca dos investimentos daquele no comércio de exportação da capitania de São Paulo foi anterior à saída deste de Portugal ou se consolidou logo nos primeiros meses de seu governo, pois a primeira carta localizada em que o negociante trata do envio de navios mercantes ao Porto de Santos é de 24 de setembro de 1788, data próxima àquela das primeiras ordens do general que redirecionaram o comércio de cabotagem paulista.

O navio de Bandeira, de nome Santos Mártires, partiria o mais tardar no dia 20 de outubro daquele ano diretamente a Santos levando uma carga de fazendas. Segundo o negociante “... Eu me animei a mandá-lo na certeza de que V. Ex^a o há de auxiliar quanto for necessário para que na volta venha carregado; e como tudo depende da proteção de V. Ex^a nela firmo o bom sucesso desta empresa que sem dúvida há de ser bem sucedida.”³⁰⁷ De fato, no dia 20 de outubro seguinte Bandeira endereçava outra missiva ao governador de São Paulo avisando que seu navio, capitaneado por Antônio Luís da Piedade, saía de Lisboa

³⁰⁵ Jorge Miguel Pedreira, *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*, pp.239-341.

³⁰⁶ Idem, p.469.

³⁰⁷ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, código 643, fl.218.

levando o sal do Contrato e uma carregação a cargo do governador, que deveria dispor dela “...com a maior vantagem que o estado da terra permitir.” Seria uma “pequena experiência” que, sendo bem sucedida, ensejaria o envio de carregação mais avultada. Bandeira alegava que apenas executaria o que Lorena determinasse, “... pois mesmo a presente digressão que agora faço fazer a este navio é mais por cumprir o desejo de V. Ex^a que por outro qualquer motivo de interesse; disto fiz ciente ao Sr. Martinho de Melo [e Castro, Secretário de Estado], o qual louvou muito a minha resolução de querer freqüentar aquele porto e animar a terra com fazendas.” De qualquer forma, se a carga do navio não se completasse em Santos, o capitão o faria em Pernambuco onde Bandeira também mantinha negócios.³⁰⁸ Na verdade, consta um registro de saída desse navio de propriedade de Bandeira para o dia 16 de setembro do ano seguinte de 1789, segundo o qual o Santos Mártires também carregava carga de Pernambuco.³⁰⁹

Nas cartas escritas até 1792, ano em que arrematou pela primeira vez o *Contrato dos Dízimos Reais da Capitania de São Paulo*, Bandeira reiterou várias vezes que mantinha o comércio com Santos mais por deferência à Lorena e à palavra dada do que por interesses comerciais propriamente ditos. Além disso, chegou a pedir que o pagamento das fazendas vendidas em Santos fosse feito em moeda e não em gêneros, lamentando a reputação sofrível dos gêneros paulistas e a falta de saída da aguardente. Todavia, o próprio negociante deu informações sobre o sortimento das fazendas enviadas a Santos, adaptado à saída e gostos dos paulistas.³¹⁰

É possível que as medidas do general Lorena no sentido de concentrar a saída dos gêneros de exportação produzidos em São Paulo no porto de Santos tivessem por objetivo favorecer os negócios que Bandeira viria a estabelecer nesta praça. Além disso, as constantes referências de Jacinto Fernandes Bandeira a encontros com o Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, bem como o envio de notícias relativas à família e contas de Lorena no Reino de Portugal, levam a crer que o estabelecimento de negócios em São Paulo, ainda que fosse menos lucrativo dentre a miríade de negócios empreendidos por Bandeira, poderia lhe trazer outros dividendos junto ao ministério de D. Maria e às casas nobres portuguesas igualmente interessantes para o

³⁰⁸ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, código 643, fl.221.

³⁰⁹ Cf. a dissertação de Renato de Mattos citada, quadros das pp.90-97.

³¹⁰ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, código 643, fls.226 e 232.

estabelecimento de negócios relacionados ao Estado Português. Ademais, se os negócios na capitania de São Paulo realmente se mostrassem pouco atrativos economicamente, não faria sentido a permanência de Bandeira neles até 1804, data final do último contrato dos Dízimos por ele arrematado, muito próxima à da sua morte e das implicações que levariam à transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e à completa transformação das relações comerciais entre Lisboa e o Ultramar.

Outro indício de que o estabelecimento de negócios com São Paulo poderia ser lucrativo para os negociantes lisboetas foi o início do transporte direto de escravos negros para a capitania. Embora efetivado apenas em 1791, as tratativas deste negócio iniciaram em 1789 em carta que também tratava do envio dos pagamentos das fazendas vendidas em São Paulo. Nesta carta Bandeira afirmava que “... Ontem estando com o Sr. Martinho de Melo lhe falei a respeito da Negociação dos Negros, dizendo-lhe que V. Ex.^a me ponderava ser de muita utilidade; ele se mostrou um pouco frio a este respeito, mas declarando-me eu decisivamente, que se havia alguma razão particular para se não permitir, eu desde logo abria mão, e não falava mais em semelhante coisa; me respondeu que estava feito, que eu podia empreendê-la quando quisesse; assim unicamente fico esperando notícias agradáveis...”³¹¹

Mais uma vez, Bandeira dá a entender que a iniciativa deste negócio foi do general Lorena que, aliás, estaria apenas cumprindo as ordens do governo português ao incentivar a produção e o comércio de exportação da capitania de São Paulo através do negócio direto com Lisboa e com portos da África. Não foram encontrados dados sobre os valores de venda ou lucros que Bandeira pode ter auferido com o negócio com a escravatura em São Paulo. De qualquer forma, sabe-se que o tráfico de africanos, de maneira geral, era bastante lucrativo e que, se feito diretamente com paulistas, sem a intermediação de negociantes estabelecidos no Rio de Janeiro, poderia ser vantajoso para os produtores da região, pois possivelmente os preços de venda dos escravos seriam menores. Além, é claro, de significar o ingresso de novas rendas vindas dos impostos pagos sobre os escravos nos cofres da Fazenda de São Paulo. Também não foram encontradas evidências de que Lorena teria lucrado diretamente com o negócio da escravatura, mas se institucionalizada, tal prática

³¹¹ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fl.226-227.

favoreceria amplamente o governo paulista, pois significaria a ampliação das rendas reais e a conseqüente aprovação da Coroa.

De qualquer forma, a negociação para o envio de escravatura africana para São Paulo não foi muito rápida. Cerca de um ano depois da primeira conversa com Martinho de Melo, Bandeira finalmente obteve a licença e a recomendação do ministro para comprar escravos em Benguela, lembrando ao governador Lorena que esperava pela precedência a ele prometida na introdução de escravatura em São Paulo, imprescindível para o bom êxito da negociação que empreendia.³¹² A partida do navio Senhor dos Passos e Santo Antônio, capitaneado por Sebastião José de Vasconcelos ocorreu meses depois, em 30 de janeiro de 1791, com ordens do ministro Martinho de Melo para que os governadores de Angola e Benguela auxiliassem o capitão do navio e lhe dessem preferência na saída do porto.³¹³ Dessa forma, política administrativa e interesses pessoais se entrelaçavam mais uma vez, desta feita através na interferência direta do governador em questões que afetavam a liberdade comercial através de privilégios concedidos a um determinado grupo de negociantes reinóis e seus correspondentes no ultramar.

Esta nova rede de influências e negócios não passou despercebida, principalmente por aqueles que se viram prejudicados por ela. Assim, já em julho de 1791, portanto em data muito próxima da chegada do primeiro navio com escravatura enviado a Santos por Jacinto Fernandes Bandeira³¹⁴, o vice-rei do Rio de Janeiro, o Conde de Resende, escrevia ao Conselho Ultramarino denunciando os prejuízos causados à Praça fluminense caso o negócio da escravatura destinada à capitania de São Paulo deixasse de passar pelo Rio, tal como ocorria até aquele momento. Se implantado, o tráfico de escravos direto para Santos significaria a perda de 6\$460 réis em direitos que deixariam de ser pagos aos cofres fluminenses por cada africano que desse entrada na Alfândega; além disso, segundo estudo de Renato de Matos já citado, traficantes paulistas poderiam tentar fornecer escravos africanos para a região das Minas Gerais, diminuindo ainda mais o negócio com africanos efetuado a partir da Praça do Rio de Janeiro. Dias depois, o mesmo vice-rei voltou a representar ao Conselho Ultramarino contra o general Lorena, alegando que a “proibição”

³¹² Idem, fl.237, Carta de 4 de junho de 1790.

³¹³ Idem, fl.247, Carta de 22 de janeiro de 1791.

³¹⁴ Consta registro da chegada do Navio Senhor Jesus dos Passos e Santo Antônio, de propriedade de Bandeira, em Santos em 2 de julho de 1791. Cf. a obra citada de Renato de Mattos, quadro das pp.90-97.

do comércio de cabotagem prejudicava o comércio da Praça do Rio com os portos de Ubatuba, Cananéia e Paranaguá, acarretando mais perdas à alfândega fluminense.³¹⁵

As ações do governador e capitão-general Bernardo José de Lorena podem ser lidas como uma tentativa de limitar a inserção de fluminenses nos negócios paulistas, retirando-lhes os lucros advindos do negócio da escravatura e, assim, favorecendo produtores e negociantes locais ligados ao negócio que circulava pelo Rio de Janeiro através de dívidas. Isto indicaria seu envolvimento com grupos de poder locais que pretenderiam, eles mesmos, gerir os negócios na capitania de São Paulo. Por outro lado, a associação com Jacinto Fernandes Bandeira aponta para outra faceta de sua atuação como governador, qual seja, seu envolvimento com importantes grupos de negociantes reinóis, também eles interessados num dos negócios mais lucrativos da época e nos benefícios que isto poderia trazer à sua carreira como funcionário do Estado português. Ademais, o próprio Bandeira poderia usar do espaço que lhe foi aberto pelo general Lorena para estabelecer nova concorrência com traficantes fluminenses que lograram estabelecer linhas de comércio autônomas e altamente lucrativas, diretamente ligadas ao continente africano.³¹⁶

Os reclamos do Conde de Resende foram infrutíferos ao menos enquanto Jacinto Fernandes Bandeira esteve relacionado ao tráfico de escravos para a capitania de São Paulo, pois em junho de 1791 sua corveta Senhor dos Passos saiu de Benguela com destino a Santos levando 429 escravos, dos quais 400 eram de sua propriedade, os direitos sobre estes escravos importavam em 3:732\$000 réis.³¹⁷

As câmaras da capitania já haviam sido avisadas da chegada de uma embarcação com escravatura no porto de Santos meses antes, pois em abril de 1791 a câmara de Itu participava e agradecia o envio do aviso da chegada de uma embarcação com mais de 300 escravos para o mês de setembro, declarando ao governador Lorena “... o muito que V. Ex.^a se esforça para a inteira felicidade deste povo nós reconhecemos Sr. Ex.^{mo} em todo o tempo

³¹⁵ Sobre a reação do vice-rei Conde de Resende, governador do Rio de Janeiro, ver a obra citada de Renato de Matos, especialmente pp.109-111.

³¹⁶ Sobre a atuação de traficantes de escravos na praça comercial do Rio de Janeiro, consultar a obra de Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*.

³¹⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Lata C00242, documento 15-2-22, “Ofício de Antônio da Silva Lisboa, Provedor da Fazenda Real da Capitania de São Felipe de Benguela, sobre a partida para Santos da Corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio, do mestre Sebastião José de Vasconcelos, levando 429 escravos e 12 crias de peito, cujos direitos importam em 3:732\$000 réis, pelos quais passou letra assinada por Antonio José da Costa, para a Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro”, 29/06/1791.

confessaremos que toda a capitania, e singularmente esta vila suscitou do amortecido estado, em que se achava, e começou a respirar à sombra de V. Ex.^a, e será completa a nossa fortuna se perdurar tão desejado governo.”³¹⁸

Depois da chegada do navio de Bandeira a Santos com o carregamento de escravos, o negociante lisboeta voltou a escrever a Lorena oferecendo nova viagem à África, na mesma ocasião aproveitava para informar que o açúcar e o arroz estavam tendo boa saída no Reino, o que não acontecia com a goma e a aguardente. Na mesma carta, o negociante se dispunha a receber em consignação os efeitos daqueles que tivessem comprado a escravatura que enviou a Santos para que pudesse se “embolsar” com o produto da venda, mas “...somente àqueles que V. Ex.^a [Lorena] entender, e bem seria que isto não seja geral, para todos, senão somente para aqueles que V. Ex.^a entendesse capazes.”³¹⁹

Não foram encontrados registros sobre quais seriam esses paulistas “mais capazes”, a serem indicados pelo governador. Todavia, pode-se afirmar que a adoção de práticas que aparentemente visavam a ampliar as possibilidades mercantis paulistas através do estabelecimento do comércio direto entre Santos e Lisboa acabariam por restringi-las, na medida em que circunscreviam o negócio a agentes previamente escolhidos pelas autoridades locais.

De qualquer forma, os ituanos não eram os únicos a esperar que o governo do general Lorena perdurasse. O próprio Jacinto Fernandes Bandeira declarou mais de uma vez em sua correspondência que manteria os negócios na capitania de São Paulo enquanto Lorena a governasse. Para garantir o bom andamento de seus negócios em Santos, Bandeira contava com um amigo que lhe servia de correspondente, chamado José Romão Jeunot. Importante ressaltar que Jeunot viera à São Paulo na qualidade de Secretário de Governo do general Lorena, por nomeação efetivada pouco depois da nomeação do governador, em 1786;³²⁰ o que corrobora a afirmação anterior indicando que os negócios estabelecidos em São Paulo por Jacinto Fernandes, com a intermediação do general Lorena, já estavam tratados antes que o novo governador de São Paulo saísse do Reino.

³¹⁸ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.45, p.345, ofício de 23/04/1791.

³¹⁹ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fl.336-339. Carta de 29 de julho de 1791.

³²⁰ Projeto Resgate. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 527, datado de 16/12/1786, sobre a nomeação de Jeunot para o posto de Secretário de Governo de São Paulo.

Inicialmente, os detalhes sobre os carregamentos dos navios de Bandeira eram enviados a José Romão e não constavam das cartas escritas a Lorena. Quando o negócio com a escravatura foi acertado, Bandeira resolveu mandar um de seus caixeiros de confiança a Santos para cuidar da venda dos escravos e da compra dos efeitos enviados a Lisboa na viagem de volta, o escolhido foi Bento Tomás Viana, na época ainda bastante jovem e para o qual Bandeira pediu proteção e cuidados especiais ao general Lorena.³²¹ O próprio Ministro e secretário de Estado Martinho de Melo e Castro escreveu ao governador participando a ida de Bento Tomás a Santos a fim de estabelecer uma casa comercial nessa praça, ao que Lorena deveria favorecer em tudo que fosse possível.³²² Isto ocorreu em junho de 1790; cerca de um ano depois Bandeira agradecia a Lorena por “olhar o Bento”, que estava se mostrando “um homem de negócio perfeito”, mas que ainda precisaria ficar sob a proteção do governador por um tempo, por ser “muito rapaz” e ter “muita viveza”.³²³ Contando com o auxílio do governador e de seu mentor Jacinto Fernandes Bandeira, Bento Tomás prosperou em terras americanas: em 1796 alcançou o posto de capitão do Terço de Auxiliares da capitania de São Paulo³²⁴, em 1798 era capitão-mor da vila de São Vicente³²⁵ e no início do século XIX era um dos mais importantes negociantes sediados em Santos.

Sob os cuidados de Bento Tomás Viana os negócios de Jacinto Fernandes Bandeira na capitania de São Paulo também prosperaram. Assim, entre julho de 1792 e junho de 1798, por dois triênios consecutivos, os dízimos da capitania de São Paulo foram arrematados pelo negociante lisboeta, o primeiro por 74:700\$000³²⁶ e o segundo por 76:000\$000 réis.³²⁷ Em 1798, Jacinto Fernandes Bandeira voltou a arrematar este contrato por mais seis anos, mas desta vez por 89:200\$000 réis cada triênio.³²⁸ Bandeira foi contratador dos dízimos da capitania de São Paulo até junho de 1804, durante 12 anos portanto.

³²¹ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fl.237.

³²² *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.25, p.104, Carta de 6 de junho de 1790.

³²³ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fl.336, Carta de 29 de julho de 1791.

³²⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Portugal, Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv.28, fl.185v. Carta patente de 26/11/1796.

³²⁵ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.87, p.54.

³²⁶ Consultar quadro anexo à obra de Maria de Lourdes Viana Lyra, já citada.

³²⁷ Arquivo Nacional – RJ, Códice 446, v.4, 1789-1797. Provisões do Real Erário, p.66 e p.132. Em 1795, José Pacheco Salgado era sócio de Bandeira neste contrato, ver Junta da Fazenda, Códice 447, v.3, 1769-1822, Provisão do Real Erário de 5 de abril de 1799.

³²⁸ Arquivo Nacional – RJ, Códice 447, v.3, 1769-1822. Provisão do Real Erário, pp.118 a 120.

A arrematação de quatro triênios consecutivos faz crer que este negócio foi lucrativo para Bandeira, embora ele tenha alegado quando da primeira arrematação que o fazia para atender às insinuações dos senhores ministros de Estado que, conhecendo o estabelecimento de sua casa comercial e dos negócios de fazendas e escravos que mantinha em São Paulo, lhe falaram diversas vezes pelo que alegou não ter tido “outro remédio senão em lançar em o dos Dízimos”. Talvez se referindo aos negociantes paulistas interessados nesse contrato, entre eles Manoel de Araújo Gomes, arrematante dos contratos de 1771 e 1774, Bandeira afirmava que não era sua intenção prejudicar ninguém e pretendia repartir o contrato com Bento Tomás Viana, com outros caixeiros seus e com aqueles que o governador pretendesse obsequiar; pois sua intenção não era administrá-lo diretamente, mas arrematá-lo em ramos menores. A carta termina com seu parecer de negociante sobre o dito negócio e com novo pedido de favorecimento ao governador:

“Como as desordens na França continuam estou bem persuadido de que o dito contrato não deixará prejuízo, antes dará boa utilidade, por parecer subiram muito os preços dos açúcares, coiros, anil e arroz, e além de tudo isso no que mais me fio é na proteção de V. Ex^a, que a não ter isto não entraria em semelhante negócio.”³²⁹

José Romão Jeunot foi o procurador de Bandeira nesta primeira arrematação, Bento Tomás Viana também tinha interesses neste contrato, mas não foi incumbido de nada porque, segundo o negociante, ainda era “muito criança” e “o temo muito segundo as notícias que aqui tenho”.³³⁰ Ambos acabaram se radicando na América Portuguesa por causa de seu envolvimento com o governador Bernardo José de Lorena e o negociante Jacinto Fernandes Bandeira. Conforme visto acima, o reinol José Romão Jeunot foi nomeado Secretário de Governo de Lorena ainda em 1786 e o acompanhou a São Paulo, onde também ocupou o posto de mestre de campo do Terço de Auxiliares da vila de Santos e, eventualmente, auxiliou o governador na qualidade de ajudante de ordens. Bandeira o tratava como “o amigo José Romão”. Já o general Lorena, ao ser nomeado governador da capitania de Minas Gerais, cargo que ocupou entre 1797 e 1803, requereu e recebeu a

³²⁹ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fl.454-455, Carta de 3 de abril de 1792.

³³⁰ Idem, fl.459-460, Carta de 31 de agosto de 1792.

mercê de levar José Romão Jeunot consigo, na qualidade de seu ajudante de ordens.³³¹ A análise da atuação de Lorena e de Jeunot na capitania de Minas Gerais foge ao objetivo deste estudo, entretanto, não seria de estranhar se o governador e seu secretário continuassem a interferir e atuar nas redes de negócio estabelecidas nas Gerais e em suas conexões com a capitania paulista, ampliando assim o campo de atuação de negociantes e contratadores mais próximos do general.

Nos anos que intermediaram as duas primeiras arrematações de Dízimos, Bandeira alegou várias vezes que os conflitos com os franceses estavam tornando o comércio marítimo perigoso e pouco lucrativo.³³² Mesmo assim o negociante continuou a enviar navios a Santos incumbindo Bento Tomás de cuidar de suas contas, apurar o que se devesse pela escravatura e remeter tudo em efeitos de açúcar, couros, alguma aguardente e anil. Em 1795, Jeunot foi novamente nomeado procurador de Bandeira na arrematação do Contrato dos Dízimos, posto que continuou a exercer pelo menos até ser transferido para a secretaria de governo de Minas Gerais.

Segundo o próprio Jacinto Fernandes Bandeira, “o preço da arrematação pouco mais é que o do triênio passado, porém isto foi em atenção ao empréstimo que fiz de cinquenta mil cruzados ao Real Erário, cujo empréstimo entrou na contemplação, para me atenderem na dita arrematação, porém como o tempo está tão inconstante, não sabemos o que isto poderá produzir.”³³³

Nesse momento, o comércio marítimo parecia um negócio um tanto quanto inseguro, visto que as naus só saíam em comboios que garantiam a defesa em caso de ataques franceses. Já o negócio com os Dízimos Reais, por outro lado, dependia principalmente dos lucros advindos da produção local, fosse ela voltada ao comércio atlântico ou àquele interno à América Portuguesa, no que a capitania de São Paulo se distinguia. Daí que a arrematação dos Dízimos se mostrasse bastante atrativa.

As ordens reais relativas ao contrato de 1795-1798 demoraram a chegar porque se extraviaram com um navio apresado por franceses. Bandeira ponderava que os preços dos

³³¹ Cf. Projeto Resgate. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documentos 527 e 627, o primeiro datado de 16/12/1786, sobre a nomeação de Jeunot para o posto de Secretário de Governo de São Paulo e o segundo de 20/04/1796, ofício de Bernardo José de Lorena sobre nomear Jeunot seu ajudante de ordens no governo de Minas Gerais.

³³² Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fls.468 e 472. Cartas de junho e julho de 1794.

³³³ Idem, fl.485, Carta de 03/03/1795.

efeitos haviam subido em cerca de 40% por causa dos conflitos europeus, o que faria com que o valor dos ramos dos Dízimos subisse na mesma proporção; por isso pedia o favor do general Lorena nesse particular, pois, como alegou:

“... não é justo que por este acontecimento não esperado fique eu lesado, e nesta certeza é que não requeiro que o contrato principie para o ano que vem, e que fique este por conta de S. Majestade, pois se V. Ex^a vir que as coisas não estão puxadas como devem, tem lugar de as fazer por em lanço novamente visto haver contratador: deixo tudo nas suas mãos esperando ser feliz com o seu patrocínio.”³³⁴

Nesta mesma carta, datada de agosto de 1795, Bandeira avisa o general Lorena que sua transferência para o governo de Minas Gerais já estava decidida e que, segundo os ministros de Estado, se fazia necessária para “por as coisas em ordem” por lá. O negociante lamentava a mudança, que muito lhe custaria em razão de seus “particulares”, mas parabenizava o governador pelo novo cargo, rogando-lhe que recomendasse o “nosso” Bento Tomás Viana ao seu sucessor em São Paulo, pois este ficaria na capitania paulista em razão da administração do novo contrato, “porém sem a proteção de V. Ex^a não poderá ser feliz, porque cobranças de Dízimos são muito custosas de fazer”.³³⁵

Três meses depois, Bandeira voltou a lembrar Lorena da importância da correta administração dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo que arrematara, pois dizia:

“... estamos na situação mais crítica que é possível; porque os efeitos hoje sobem, amanhã baixam, e outras vezes não há quem os compre: por me livrar desta inconstância é que desejo que todos os ramos do dito contrato se rematem nessa a pessoas capazes, e que segurem o dinheiro para a Fazenda Real”³³⁶.

É obvio que os interesses da Fazenda não eram os únicos que Bandeira pretendia assegurar, embora essa fosse parte importante de sua associação com o Estado português; todavia o correto pagamento por parte dos contratadores dos ramos que ele colocaria em

³³⁴ Idem, fl.489, Carta de 12/08/1795

³³⁵ Idem, fl.490.

³³⁶ Idem, fl.493, Carta de 28 de novembro de 1795.

lanço na qualidade de principal contratador lhe traria lucros livres num momento de bastante instabilidade no comércio internacional, além de garantir os interesses de seus correspondentes na capitania de São Paulo e do próprio governador e capitão-general. Aliás, a preocupação em alcançar o maior lucro possível neste contrato fica clara em carta escrita dias depois, quando Bandeira declara ter conseguido do Príncipe Regente uma ordem para o adiamento do início da arrematação por um ano, mas que enviara ordens a José Romão Jeunot para apresentá-la somente se a administração do contrato já iniciado não estivesse resultando nos “lucros proporcionados às reflexões que tenho feito”; sabia que isso não aconteceria sem o “beneplácito” de Lorena, por isso tomava a liberdade de lhe escrever, confiando no seu “favor e amizade”.³³⁷

Os favores e a amizade do general Lorena certamente foram proveitosos a Bandeira e seus correspondentes estabelecidos em Santos e em São Paulo a ponto de perdurarem nos anos seguintes, pois embora o negociante lisboeta tenha afirmado que só conservaria os Dízimos de São Paulo enquanto durasse o governo de Bernardo José de Lorena³³⁸, acabou por arrematar o contrato dos dois triênios consecutivos. Não foram encontrados dados disponíveis sobre as atividades de José Romão Jeunot, correspondente e procurador de Bandeira nos dois primeiros contratos dos Dízimos Reais de São Paulo, em seus últimos anos na capitania, nem de sua atuação na capitania mineira. Por outro lado, Bento Tomás Viana assumiu funções mais importantes nos negócios com Bandeira quando da ida de Jeunot para as Gerais.

O então capitão-mor Bento Tomás Viana, negociante sediado em Santos há pelo menos 8 anos, protegido de Jacinto Fernandes Bandeira e do próprio capitão-general, foi nomeado procurador e sócio de Bandeira no negócio dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo. Nessa qualidade, estava autorizado a assinar o termo de arrematação do Contrato dos Dízimos de 1798, prestar as fianças necessárias e administrar o mesmo contrato, providenciando cobranças e o que mais fosse preciso, inclusive a divisão dos Dízimos em “ramos” e todas as ações que julgasse necessárias, bem como citações, justificações, liquidações, nomeações, transações, cessões, trespassos, ajustes, contratos, desistências, seqüestros, protestos, requerimentos, louvamentos, pedimentos, embargos, desembargos,

³³⁷ Idem, fl.495, Carta de 07 de dezembro de 1795.

³³⁸ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fl.517, Carta de 30/04/1796.

execuções, prisões, solturas, penhoras, lanços, posses, entregas e remate de bens, recebendo o que pela justiça lhes fosse julgado³³⁹.

A esta altura, Bernardo José de Lorena já havia passado ao governo de Minas Gerais, não sem ter recebido mil agradecimentos de seu correspondente e, pode-se dizer, sócio lisboeta que declarou que, não fosse a confiança nele depositada, haveria abandonado o comércio com São Paulo, pois para se “entreter” bastaria os negócios que tinha na Europa³⁴⁰. Certamente os negócios com a capitania de São Paulo não foram determinantes na composição da fortuna de um negociante do porte de Jacinto Fernandes Bandeira, o que não quer dizer que a capitania não fosse economicamente atrativa e que investir nela não fosse uma boa oportunidade de recolher lucros com o comércio atlântico e, principalmente, com a arrematação dos Dízimos Reais. Caso contrário, porque um negociante do porte de Bandeira permaneceria 16 anos atuando em paragens tão distantes nas quais chegou a manter dois correspondentes, um deles um jovem caixeiro formado e protegido por ele?

De qualquer forma, Bandeira não foi o único negociante da Praça de Lisboa a investir na capitania de São Paulo. Em mais de uma carta sua, Jacinto Fernandes declarou que sua iniciativa estava animando outros negociantes a enviarem efeitos para o porto de Santos, chega mesmo a citar Quintela, um de seus sócios mais ricos e importantes, também ele membro do grupo dos “tabaqueiros”.³⁴¹ Há referências de que pelo menos outros quatro importantes negociantes lisboetas investiram na capitania de São Paulo durante o governo de Lorena e de seus sucessores, são eles: José Pinheiro Salgado, sócio de Bandeira em um dos contratos dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo; Bernardo Clamouse, dono de um dos navios que deu entrada em Santos no período; João de Oliveira Guimarães, que enviou a São Paulo cinco navios entre 1795 e 1802 e Manuel Sousa Freire, que embora não conste como proprietário de navios enviados a Santos no período, estava envolvido com o negócio de importação, serviu de procurador de mais de um negociante paulista em Lisboa e foi sócio do paulista Manoel Rodrigues Jordão no contrato dos Dízimos de 1807.³⁴²

³³⁹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 446, v.5, 1798-1801, procuração de 19 de abril de 1799. Caso Bento Tomás não pudesse assumir o lugar de procurador, os contratadores mandavam nomear Luís Pereira Machado, também morador de Santos.

³⁴⁰ Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, códice 643, fl.542, Carta de 26 de agosto de 1796.

³⁴¹ Idem, fl.336, Carta de 29 de julho de 1791.

³⁴² Sobre o movimento de embarcações no Porto de Santos ver a obra citada de Renato de Mattos, especialmente pp.90-97 e pp.137-138. É possível que estes negociantes tenham enviado mais navios ao porto de Santos, pois não há registro de proprietário para muitas dessas embarcações.

Todavia, a preponderância de Bandeira dentre os negociantes lisboetas atuantes na capitania de São Paulo durante o governo de Bernardo José de Lorena é inquestionável, pois ao menos dez dos navios que deram entrada no porto de Santos nesse período eram de sua propriedade e seus negócios na capitania se estabeleceram a ponto de perdurarem por mais seis anos depois da saída do governador seu amigo. Dessa forma, fica clara a influência do general Lorena nos negócios paulistas durante o período de sua administração. Mais ainda, vale ressaltar que sua atuação no estabelecimento de negócios diretos entre negociantes e produtores radicados em São Paulo e negociantes lisboetas foi planejada e coordenada desde sua nomeação para o cargo e que tanto ele quanto Bandeira contavam com o beneplácito dos secretários de Estado de D. Maria e do regente D. João.

A intermediação dos negócios de exportação e da escravatura, somada ao grande número de obras de infra-estrutura empreendidas pelo general Lorena, parecem ter ensejado os elogios ao seu governo por parte das câmaras paulista e ituana, citados acima. Além disso, este tipo de atuação permitia ao governador e ao seu sócio lisboeta fortalecerem suas posições junto ao ministério e à Corte portuguesa. Isso não quer dizer que não se tenha criado descontentamentos, principalmente dentre negociantes paulistas e fluminenses ligados a outras redes de interesse que só puderam se expressar claramente quando Lorena foi substituído no governo da capitania de São Paulo.

c) O governo de Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça e seu envolvimento em redes de negócios locais

Ao deixar o governo de São Paulo e se encaminhar ao de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena deixou instruções a seu sucessor, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, nas quais ressaltou que a agricultura paulista vinha em crescente aumento, principalmente a produção do açúcar em Itu, Piracicaba, Sorocaba e Jundiaí, da aguardente produzida no litoral e da goma e arroz de Paranaguá; ou seja, os principais gêneros que a capitania exportou para Lisboa durante seu governo. Daí Lorena passa a defender as medidas que tomou no sentido de concentrar o comércio da capitania de São Paulo na Praça de Santos e o estabelecimento do comércio direto entre este porto e a Europa, discutidas acima. Além do comércio de gêneros de exportação, Lorena não deixou de atentar para

outro importante ramo de negócios empreendido pelos paulistas, qual seja, o do comércio de bestas, cavalos e bois vindos do Viamão através do Registro de Curitiba; todavia, o ex-general confessava que não tivera tempo de consertar o caminho entre o Rio Grande de São Pedro e a capitania de São Paulo por ter atentado mais para o comércio que se fazia pelo caminho de Santos, sugerindo ao sucessor que o fizesse a bem do aumento das rendas reais. Lorena termina seu curto relatório afirmando que os quintos do ouro pouco aumentaram durante o período de seu governo, também por ter cuidado mais do comércio da capitania do que de outros assuntos administrativos, e indica a Castro e Mendonça a consulta às ordens recebidas e implantadas durante os anos em que governara São Paulo, arquivadas na Secretaria de Governo.³⁴³

De início, Castro e Mendonça seguiu as principais medidas implantadas por Bernardo José de Lorena, mesmo porque recebeu ordens diretas do ministro e secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para adotar as “medidas e o sistema de governo” do seu antecessor, não devendo se afastar desse sistema “sem as mais bem fundadas e sólidas razões”³⁴⁴; o que faz crer que a política de estabelecer o comércio direto entre Santos e Lisboa foi bem recebida na Corte, ou ainda, que a influência de Jacinto Fernandes Bandeira sobre esses assuntos ainda se fazia sentir.

Dessa forma, manteve o direcionamento das exportações paulistas para o porto de Santos, imposto anteriormente por Lorena, até o início do ano de 1798, quando começou a afrouxar gradativamente as medidas de concentração comercial de seu antecessor. Inicialmente, o novo general permitiu que os gêneros que excedessem àqueles necessários para o preenchimento dos navios direcionados a Lisboa fossem vendidos, depois, atendendo à falta de navios surtos no porto de Santos com destino a Lisboa, permitiu que metade da produção de açúcar e demais gêneros da vila de São Sebastião fosse exportada para qualquer lugar, até que em novembro de 1798 permitiu a exportação de quaisquer gêneros para os demais portos portugueses da América.³⁴⁵

³⁴³ Relatório do capitão-general Bernardo José de Lorena, *Documentos interessantes...*, v.15, pp.147-153.

³⁴⁴ Carta do governador e capitão-general de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 11/08/1797, *Documentos interessantes...*, v.29, p.3.

³⁴⁵ Sobre a política do governador Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça relativa ao comércio de exportação da capitania de São Paulo conferir a dissertação de Renato de Mattos citada, pp.123-147. Ver também *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.87, p.118 e p.130, ofícios de 28 de setembro e de 22 de novembro de 1798.

A justificativa apresentada pelo general Castro e Mendonça para abandonar a política de concentração da exportação dos gêneros produzidos na capitania no porto de Santos foi a carência de navios aportados nessa praça com destino à Europa, situação agravada desde os últimos anos do governo de Lorena devido aos desdobramentos da Revolução Francesa no espaço Atlântico. Por outro lado, quando decidiu restituir a liberdade de comércio na capitania de São Paulo, este governador já deveria estar ciente dos reclamos das câmaras das vilas do litoral norte, principalmente Ubatuba e São Sebastião, que subiram ao Conselho Ultramarino depois da substituição do general Lorena.

Segundo os camaristas de São Sebastião, as medidas adotadas pelo governador Lorena que restringiu o comércio dos gêneros de exportação a Santos, sob pena de prisão, causou-lhes grandes “vexames e opressão”. Lorena estaria “iludido e capacitado as falsas e cavilosas representações dos comerciantes ou para melhor dizer monopolistas da dita Praça [de Santos] que desejosos de haverem a si o perfeito açúcar que nessa vila se fabrica, e sendo poucos e faltos de dinheiro para o pagarem pelo preço que o pagam os comerciantes do Rio de Janeiro, fomentaram sagazmente a referida proibição, que tanto tem favorecido ao referido monopólio, que tem praticado e praticam de se mancomunarem todos em um só preço, e este sempre ínfimo...”³⁴⁶

Atendendo à solicitação do Conselho Ultramarino, o governador Castro e Mendonça elaborou um parecer datado de abril de 1799³⁴⁷, momento em que já anunciara a suspensão de tais medidas, declarando que “... pouco a pouco, atentas as circunstâncias, fui conduzindo ao Negócio a inteira liberdade em que hoje se acha, persuadido de ser este o grande meio de o fazer florescente, e de utilidade geral para todos.” Também nas memórias que elaborou nos anos seguintes, inclusive aquela destinada a seu sucessor, este governador defendeu a restituição da “liberdade de comércio interior”³⁴⁸, pois para ele:

³⁴⁶ Provisão do Conselho Ultramarino para S. Ex^a [o governador Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça] informar com o seu parecer sobre a representação da Câmara da Vila de São Sebastião, *Documentos interessantes...*, v.89, pp.105-108.

³⁴⁷ Parecer do governador Antonio Manuel de Castro e Mendonça sobre a representação da Câmara da Vila de São Sebastião, 15/04/1799, *Documentos interessantes...*, v.29, pp.130-134.

³⁴⁸ *Memória Econômico-Política da Capitania de S. Paulo. Primeira Parte. Por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador, e Capitão-general da Mesma Capitania; em 1800. Em 1802 Castro e Mendonça escreveu a Memória sobre os objetos mais interessantes da Cap.^{nia} de S. Paulo entregue ao Ilm.^o e Exm.^o Sr. Antonio José da Franca e Horta (...).*

“Os bons resultados que me tem dado a franqueza do Comércio desta Capitania, me obrigam a não pôr em coisa alguma a mínima restrição...”³⁴⁹. “É verdade que desta franqueza resultou não aumentar o Comércio direto com a Metrópole, porquanto os gêneros q’ haviam de formar carga dos poucos navios q’ em direitura se dirigissem à Corte formaram a dos muitos vasos pequenos, q’ anualmente Navegam desta Capitania para todas as d’América, além de dois outros que constantemente têm ido em direitura ao referido Porto de Lisboa, mas de toda sorte é indubitável que os gêneros saíram da Capitania, q’ com esta saída se animou a Agricultura, e que os compradores enviaram os seus gêneros para onde os convidou a boa venda...”³⁵⁰

Partindo de perspectivas teórico-metodológicas diversas, estudos de Roussell-Wood, Laura de Mello e Souza, Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouvêa e João Fragoso já citados demonstraram que, para bem governar e exercer o mando nas possessões coloniais portuguesas, os agentes administrativos metropolitanos precisaram se adaptar às especificidades das regiões que vinham governar, além de negociar e firmar acordos com determinados grupos de poder locais.³⁵¹ No caso específico de São Paulo, Renato de Mattos considera que, ao liberalizar o comércio de cabotagem paulista, Castro e Mendonça estaria defendendo os interesses de comerciantes e produtores da capitania ligados a negociantes

³⁴⁹ *Memória Econômico-Política da Capitania de S. Paulo*, p. 208.

³⁵⁰ *Memória sobre os objetos mais interessantes da Cap.^{nia} de S. Paulo entregue ao Ilm.^o e Exm.^o Sr. Antonio José da Franca e Horta...*, 1802, p. 229.

³⁵¹ Ver a este respeito o artigo de Roussell-Wood, “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”, no qual o autor confirma a participação de colonos nos processos de tomada de decisão local, bem como sua capacidade de pressionar as autoridades metropolitanas evitando a implementação de políticas prejudiciais aos seus interesses, chegando a provocar a deposição de agentes administrativos nomeados pela Coroa; do mesmo autor, consultar o artigo “Governantes e agentes”, constante do volume III da *História da expansão portuguesa*. Conferir a obra já citada de Laura de Mello e Souza, *O Sol e a Sombra*, especialmente a introdução, na qual a autora ressalta que, nas colônias, os interesses metropolitanos precisavam se combinar aos regionais para que o exercício do mando pudesse se efetivar. Em obra organizada em conjunto com esta mesma autora e com Júnia Ferreira Furtado, intitulada *O governo dos povos*, Maria Fernanda Bicalho ressaltou a prática permanente da negociação entre as elites das chamadas “periferias” coloniais e o centro de poder (“Da colônia ao Império, um percurso historiográfico”); a mesma autora já havia ressaltado a importância das câmaras como campo de disputa e hierarquização entre grupos economicamente influentes em suas localidades, bem como espaço de negociação com a própria Coroa, que assim lhes conferia o poder de participar do governo político do Império ao lado das demais instâncias administrativas, conferir o artigo “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” na coletânea *O Antigo Regime nos trópicos*. Na coletânea publicada em 2006 sob o título de *Nas rotas do Império*, artigo “Nas rotas da governação portuguesa”, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa também ressaltaram a importância dos grupos de poder locais, por eles chamados de “nobreza da terra”, no desenho das redes comerciais imperiais, estes mesmos grupos estariam em constante negociação com outros estamentos coloniais e poderiam viabilizar ou não a autoridade de um governador ou a execução de um negócio.

do Rio de Janeiro e, ainda, os interesses dos próprios fluminenses, que voltariam a auferir lucros em sua atuação nessas redes comerciais. Além disso, as ações desse governador teriam frustrado as pretensões de negociantes paulistas de consolidar redes de tráfico de escravos africanos independentes de negociantes da Praça do Rio de Janeiro.

É preciso considerar que as medidas anteriores do general Lorena no sentido de concentrar o comércio de exportação paulista em Santos ao mesmo tempo em que parecem ter favorecido produtores de açúcar do planalto e comerciantes paulistas ligados à capital e ao Porto de Santos também atendiam aos seus interesses particulares, ligados ao de negociantes lisboetas, principalmente Jacinto Fernandes Bandeira. Desta perspectiva, medidas que se mostraram vantajosas para determinados grupos de poder local, desagradaram tantos outros, que voltaram à cena depois de sua saída da capitania. Por outro lado, as atitudes do general Castro e Mendonça não podem ser lidas como mera resposta aos clamores dos fiéis vassalos paulistas oprimidos pela mão pesada do general Lorena. É verdade que, para governar, este capitão-general se viu obrigado a buscar grupos de apoio próprios, radicados na capitania de São Paulo e, talvez, na do Rio de Janeiro, já que aparentemente não contava com um aliado do porte de Jacinto Fernandes Bandeira em Lisboa. Todavia, Castro e Mendonça também procurou beneficiar a si próprio e ao grupo de amigos vindo com ele do Reino logo em seus primeiros meses na capitania de São Paulo. Daí o conteúdo das várias representações feitas contra ele no Conselho Ultramarino durante os anos iniciais de seu governo.

Além de denúncias anônimas e de indivíduos que se sentiram particularmente lesados pela atitude do general Castro e Mendonça, constam representações da câmara de Itu, do “povo da cidade de São Paulo” e de Santos, justamente as regiões que mais haviam ganhado com a política empreendida por seu antecessor. Assim, em julho de 1798, pouco mais de um ano depois da posse desse governador, o povo de Itu reunido em câmara denunciava o “vexame” em que se via “oprimido”. Esta queixa não estava relacionada ao impedimento do embarque de açúcar para a Europa e sim à quase “abolição” desse comércio pela proibição do embarque do açúcar tanto para o Rio de Janeiro quanto em qualquer navio do porto de Santos que não viesse por conta do ajudante de ordens do governador, Tomás da Costa Correa Rebelo, que junto com o general estaria

monopolizando a venda de tecidos e de víveres necessários para a sustentação dos povos, tais como o sal. Segundo os ituanos:

“... tudo depende da vontade do Ajudante de Ordens, e beneplácito de sua mulher³⁵², que assistindo em Palácio põe e dispõe os negócios conforme os donativos que recebe. A seu arbítrio se fazem coronéis, capitães-mores e outros oficiais, com seu valimento extorquem-se os foros da Justiça e da Razão e não se dá cumprimento aos Acórdãos da Relação.”

A ambição e as perseguições promovidas pelo general estariam ainda promovendo a queda das rendas e o despovoamento da capitania.³⁵³ Estas queixas estão muito próximas das denúncias encaminhadas pelo “povo da capitania de São Paulo encabeçado por seu capitão-mor”, datadas de 5 de novembro seguinte, com o acréscimo de que nesta se lamenta a destruição da “boa ordem” promovida pelo general Lorena durante os nove anos que antecederam o governo de Castro e Mendonça, que teria entrado na capitania apenas para praticar “os maiores despropósitos e despotismos”. As perseguições de Castro e Mendonça teriam feito com que mais de 2000 paulistas passassem a outras capitanias. Novamente seu ajudante de ordens aparece como “quem realmente governa”, sendo “... sócio com o mesmo general nos negócios que atualmente está fazendo em açúcar, sal, bestas, algodões e mantimentos, e por esta razão se vêem os Negociantes preteridos de Negociar, tanto porque aquele tem a preferência, como porque se lhes tem apanhado àqueles de maiores posses avultadas quantias de dinheiro para o giro dos seus negócios (...)”.³⁵⁴

Considerando o conteúdo dessas representações temos que, tal como Lorena, o general Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça se envolveu diretamente nos negócios da capitania que viera governar, embora tenha procedido em outra escala e a despeito do

³⁵² Na documentação citada a seguir há várias acusações contra o ajudante de ordens do general Castro e Mendonça, chamado Tomás da Costa Correa Rebelo, e contra sua mulher, Ana Rita Mascarenhas. Segundo as denúncias, Correa e Ana Rita usavam sua influência junto ao governador para proteger amigos, perseguir adversários e facilitar negociações e nomeações mediante suborno. Correa também era acusado de usar seu posto para favorecer negócios particulares dele e do general, envolvendo o abastecimento das regiões de Goiás e do Mato Grosso.

³⁵³ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3536, 08/07/1798.

³⁵⁴ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3548, 05/09/1798.

relacionamento entre negociantes santistas e lisboetas. A representação do “povo de São Paulo” ainda acusa o general de erguer cinco regimentos de Milícias sem necessidade, única e exclusivamente para multiplicar o número de oficiais nomeados, enriquecendo seu secretário com os “réditos” das patentes. Passa então a nomear vários “amigos” do general, inclusive coronéis que teriam ascendido às suas patentes mediante suborno, os dois juízes ordinários que serviam na câmara da cidade de São Paulo, que então eram os já citados José Arouche de Toledo Rendon e José Vaz de Carvalho, ambos arrematantes de rendas reais no período, que teriam sido eleitos à força para que a câmara não representasse contra o general. Além de tudo isso, o general e seu ajudante de ordens foram acusados de atravessar gêneros e usar do trabalho de soldados e índios para o transporte de suas tropas, sem pagar-lhes por isso; compravam as dívidas de produtores e os obrigavam a pagá-las com o melhor açúcar branco que produzissem; prendiam e castigavam todos que lhes desobedecessem. Por tão sérios motivos, o “povo da capitania de São Paulo” pedia a abertura de uma sindicância sobre a administração de seu general, desde que este fosse retido até pagar “as muitas quantias de dinheiro que pediu emprestado, e trastes com que se serve”.

Ao que tudo indica, o “povo” em questão era formado pelos grupos de negociantes alijados de seus negócios com o Rio de Janeiro e com Lisboa, açambarcados pelos “amigos” do general Castro e Mendonça. Outra representação contra o general deu indícios de quais seriam os grupos a ele ligados, ao menos localmente falando. Trata-se da acusação feita por Belchior Álvares Pereira, antigo capitão de milícias da capitania de Mato Grosso que morava em São Paulo há anos. Segundo Pereira, os índios e demais habitantes das vilas de Jundiá e Parnaíba eram os que mais sofriam com os desmandos do general, pois eram obrigados a trabalhar gratuitamente nos seus negócios com a condescendência de seus capitães-mores; já os capitães de Itu, Sorocaba e Campinas não permitiriam “tais excessos”, para ele, o envio de um juiz de fora para a cidade de São Paulo se fazia necessário para a coibição dessa prática.³⁵⁵ Escrita três meses depois, em abril de 1799, uma representação anônima assinada pelos “fiéis vassalos paulistanos” acrescentou que o capitão-general e seu ajudante de ordens haviam tirado 20 “camaradas” de negociantes que comercializavam com

³⁵⁵ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3639, 30/01/1799.

a região do Mato Grosso e Goiás a fim de empregá-los no transporte das 300 bestas que estavam enviando para essas capitanias com carregamentos de sal, negócio este feito com “dinheiros extorquidos” da baixa de soldados ou “prestado” pelo mesmo general. Dinheiro público recolhido para a construção do caminho entre o Cubatão e Santos, além de dinheiro do cofre dos órfãos, também estaria sendo usado nos negócios particulares do general que, além de tudo, empregaria 40, 50 e até 60 moradores das vilas de Parnaíba, Jundiá, freguesia de São Roque e Penha nas roças de mantimentos e açúcar de seu amigo Policarpo Joaquim de Oliveira, com a desculpa de que estariam empregados no Real Serviço extraindo minérios no Morro Branco. Segundo esta denúncia anônima, muito próxima da representação do “povo da capitania de São Paulo” citada acima, “é tão bárbaro o general que diz assim, hei de perseguir os Ricos até pô-los em estado de Pobres – e aos Pobres hei de fazê-los loucos.”³⁵⁶

De certo estes não eram os únicos que o general Castro e Mendonça estava transformando em loucos, ou ao menos em raivosos inimigos, apenas entre 1798 e 1799 foram enviadas ao Conselho Ultramarino 36 representações contra ele.³⁵⁷ O autor de uma destas era o coronel do 2º Regimento de Cavalaria de Milícias da cidade de São Paulo, Francisco Pinto Ferraz, que clamava contra as “contínuas injustiças deste inumano e desenfreado general (...) que não só tem destruído minha fazenda, meus interesses, como procura aniquilar meus honrados spiritos [sic].”³⁵⁸ Embora se apresente na qualidade de miliciano, é como negociante lesado que Pinto Ferraz se expressa, alegando que desde sua chegada na capitania o general Castro e Mendonça perturbava e embaraçava a todos os comerciantes de quaisquer gêneros “... a fim de estancar o comércio, e só ele o fomentar para os seus interesses e de seu sócio Ajudante de Ordens Tomás da Costa Correa que tem nesta capitania quantos negócios há (...)”. Ambos já teriam pedido emprestado cerca de 30 contos de réis aos habitantes de São Paulo, sendo que 4 contos do próprio denunciante, os quais se negavam a pagar e mesmo a assinar as obrigações da dívida. Vale a pena assinalar que Ferraz ascendeu à posição de coronel agregado e depois de coronel efetivo de seu

³⁵⁶ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3659, 02/04/1789.

³⁵⁷ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3773, relação posterior a 1799.

³⁵⁸ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3742, 11/10/1799.

regimento durante o governo do próprio Castro e Mendonça e que soa bastante estranho que um negociante tenha emprestado uma quantia avultada sem exigir o preenchimento dos papéis que lhe garantiriam o pagamento da dívida. O empréstimo de dinheiro sugere o envolvimento em negócios ou o pagamento de suborno ao devedor, é possível que o general não tenha cumprido sua parte no “acordo” firmado entre ambos, dando lugar à queixa do coronel Ferraz. Argumentando de outra maneira, é difícil pensar que tantos negociantes tenham emprestado dinheiro apenas coagidos pelo uso da força por parte de um governador que mal cumprira metade do seu mandato inicial de três anos. Pinto Ferraz também se queixou das tentativas do general em substituir os oficiais milicianos por membros da tropa mais chegados ao governador, ele mesmo foi reformado dias depois de assinar esta representação.³⁵⁹

Esta e outras queixas não passaram despercebidas pela Coroa pois já em outubro de 1798 o Ministro e Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, fez presente a Castro e Mendonça que várias queixas, enviadas por “pessoas dignas de crédito”, estavam subindo ao Conselho Ultramarino e, ainda que algumas pudessem ser exageradas, seria necessário dar conta à Rainha de “procedimentos tão repreensíveis”.³⁶⁰ Pouco tempo depois, o ministro voltou a escrever ao general de São Paulo, desta vez pedindo explicações sobre a nomeação de “pessoas indignas” para os regimentos de Milícias, dentre as quais estão alguns dos negociantes radicados na capitania de São Paulo citados anteriormente, são eles: Francisco Pinto Ferraz, o mesmo que faria a queixa citada acima meses depois; o major Antonio José de Macedo; Luís Antônio de Sousa; o contratador José Vaz de Carvalho e seu sócio e genro Francisco José Sampaio Peixoto.³⁶¹

Conforme o indicado anteriormente, o provimento para altas patentes milicianas era uma das formas usadas pelos governadores para envolver determinados indivíduos nas esferas administrativas locais, estabelecendo arranjos vantajosos aos dois lados. Daí que o governador Castro e Mendonça tenha defendido a nomeação dos negociantes citados acima

³⁵⁹ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3756, 31/10/1799. José Joaquim da Costa Gavião foi nomeado em seu lugar.

³⁶⁰ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3594, 20/10/1798.

³⁶¹ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3638, 29/01/1799.

para os postos de coronel e tenente-coronel, expondo os “respectivos predicados que caracterizam cada um.” Logo de início, o general acrescentava que: “... no estado atual da América não se pode jamais manter a Nobreza sem comércio; e que por esta razão todos os que não se aplicam a ele ou em grosso, ou pelo miúdo, segundo as suas faculdades, necessária e infalivelmente caem na indigência, como tem caído todas as antigas famílias cujos nomes eram o assombro dos seus compatriotas...”³⁶² isso porque os antigos paulistas tinham perdido sua antiga forma de sustento, baseada na captura e uso de escravos indígenas desde o ano de 1755, quando foi declarada a liberdade destes.³⁶³ Assim, as antigas famílias, embora conservassem seus nomes e brasões, encontravam-se muito pobres e indigentes; por isso, não sendo nomeados negociantes, não haveria quem servisse aos empregos nas Milícias. Vale lembrar que esses tipo de justificativa usada pelo general pode indicar uma situação na qual o rearranjo das forças econômicas da capitania durante a segunda metade do século XVIII significou a perda de espaços econômicos e de interferência nas esferas administrativas locais de segmentos proprietários representados pelas antigas e mais tradicionais famílias paulistas, cujos representantes poderiam estar entre os queixosos.³⁶⁴

De Francisco Pinto Ferraz, o mesmo que lhe acusaria meses depois, Castro e Mendonça diz que fora promovido em virtude de sua antiguidade, pois servia desde 1766 e já era coronel agregado ao 2º Regimento de Cavalaria Miliciania; além disso, embora tenha

³⁶² Projeto Resgate. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 722, 03/11/1799.

³⁶³ Neste ponto, a argumentação do general relativa às causas da decadência paulista no século XVIII está muito próxima da utilizada por José Arouche de Toledo Rendon em uma memória escrita cerca de 12 anos antes. Quando da elaboração dessas justificativas, Rendon era juiz ordinário na Cidade de São Paulo, um dos acusados de estar mancomunado ao governador Castro e Mendonça.

³⁶⁴ Em obra já citada, Laura de Mello e Souza classificou a *Nobiliarquia Paulistana, histórica e genealógica*, de Pedro Taques, produzida na segunda metade do setecentos e que narra o passado glorioso das “principais” famílias paulistas, muitas das quais já totalmente destituídas de antiga imponência e riqueza, como o “fruto do ressentimento de um aristocrata decaído na periferia do Império Português”, *O Sol e a sombra*, p.142. Recentemente, Rodrigo Silva discutiu esta questão em sua dissertação de mestrado, intitulada *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo entre (1772 a 1953)*, na qual considera a elaboração de relatos históricos sobre São Paulo por contemporâneos setecentistas como expressão da perda de poder econômico e de prestígio da antiga “fidalguia” paulista, ao mesmo tempo em que uma nova classe de homens, fortes por seus cabedais mas destituídos de tradição, ganhavam espaço. Em dissertação defendida em 1978, Kátia Abud já chamara a atenção para o processo de enriquecimento dos negociantes paulistas na segunda metade do século XVIII e para sua inserção cada vez mais evidente nas esferas de poder local através de nomeações para o comando militar e do ingresso nas principais famílias paulistas por meio de casamentos, cf. *Autoridade e riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*.

sido mercador “nos seus princípios”, era “negociante em grosso” no momento da promoção podendo, portanto, tratar-se com a “decência necessária”. Antônio José de Macedo já era major das Ordenanças de Cunha e o homem “mais bem estabelecido que havia no distrito”. Não haveria impedimento algum na nomeação de Luís Antônio de Sousa, pois este servira muitos anos no 1º Regimento de Cavalaria Miliciano e em todos os cargos da República da cidade de São Paulo, também este seria muito “bem estabelecido”. José Vaz de Carvalho também estaria habilitado para servir como coronel por já ser agregado ao seu regimento, estar bem estabelecido e casado com uma das “principais senhoras” paulistas; formado em Coimbra, também teria exercido o cargo de Juiz de Medições, de Auditor do Regimento de Infantaria e o serviço da República, além de ter um irmão também formado ocupando o posto de Procurador da Coroa e Real Fazenda. Já Francisco José de Sampaio Peixoto é citado como um “honrado capitão” e um dos principais arrematantes dos contratos da capitania, filho do antigo procurador da Coroa João de Sampaio Peixoto e um dos principais servidores da governança da cidade de São Paulo.

Como se vê, as qualidades que habilitavam este ou aquele homem para servir aos cargos da República ou aos postos de Milícias não vinham mudando muito desde, pelo menos, o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha, iniciado em 1775. Porém, neste novo contexto, as proposições do capitão-general parecem não ter agradado aos grupos alheios aos seus negócios. Também é possível que ao interferir diretamente no comércio da capitania, tomando dinheiro emprestado e facilitando as negociações de seu ajudante de ordens, Castro e Mendonça tenha alijado interesses consolidados durante os nove anos de governo do seu antecessor, dando lugar ao enorme número de queixas contra sua administração. Há ainda que se perguntar por que o general Lorena não sofreu o mesmo tipo de acusação durante seu governo; talvez seus contatos na Corte fossem mais poderosos ou ele tenha lidado melhor com os conflitos inerentes à prática administrativa, reservando um lugar para diversos grupos de poder paulistas nas negociações que transitavam pela capitania.

Certo é que Castro e Mendonça precisou responder a todas as acusações que lhe foram feitas desde 1798. Inicialmente, culpou o Bispo de São Paulo por pretender fazer “divisão” entre o governo e o “povo”, tornando odioso seu nome por causa de uma questão em torno da ocupação do Colégio dos Jesuítas e da suspensão de professores que serviam

sem autorização.³⁶⁵ Meses depois, o governador protestou contra “as infâmias de seus opositores”,³⁶⁶ reiterando seu zelo pela Igreja, pelas justiças e pelas ordens reais através da transcrição de vários documentos “comprobatórios”. Alegou nunca ter desrespeitado os eclesiásticos e a Igreja, chegando inclusive a fazer-se provedor da misericórdia para “animar a devoção e caridade do povo”. Também se desculpou por possíveis, porém necessárias, violências ocorridas nos recrutamentos. Fez crer que durante seu governo o número de habitantes cresceu, comprovando-o com os mapas de população enviados. Quanto à acusação relativa à quebra da produção paulista, o governador asseverou que era “... tão fabuloso o dizerem que tem desertado três mil pessoas, como afirmarem que se tem abandonado engenhos por minha causa; como provo pelos Mapas dos Engenhos desta capitania, pelos quais (...) evidentemente consta que no ano de 1797 se fizeram mais 63 engenhos além dos que existiam, e no de 1798 mais 87, rendendo a produção do açúcar de Serra Acima neste ano próximo passado 126.659 arrobas, isto é 24.864 arrobas sobre o rendimento do ano antecedente.”

Neste ofício de 1799, Castro e Mendonça já havia defendido a atuação de seu ajudante de ordens, Tomás da Costa Correa, encarregado de fazer as recrutas e instalar os exercícios de artilharia, o que teria lhe rendido vários inimigos. Esta tentativa de defesa parece não ter surtido muito efeito, pois meses depois “alguns paulistanos” dirigiam-se a D. Rodrigo agradecendo a retirada de Tomás da Costa da capitania e prevenindo o secretário do regente D. João de que o antigo ajudante de ordens do general se dirigia à Corte com “fingidas” justificações de conduta.³⁶⁷ O próprio governador chegou a ser substituído com a nomeação de um sucessor em meados de 1800, todavia Bernardino Freire de Andrade não chegou a assumir seu posto no governo da capitania de São Paulo e o general Castro e Mendonça acabou permanecendo no governo até 1802.

Justas ou não, as queixas contra o governador e capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça acabaram se perpetuando ao longo da história paulista, pois em

³⁶⁵ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3612, 01/10/1798.

³⁶⁶ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 705, 23/04/1799. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando o seu protesto contra as infâmias que seus opositores dizem do seu governo.

³⁶⁷ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3669, 12/07/1799.

1879, quando da publicação dos *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, escritos por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, o general citado era conhecido pela alcunha de “Pilatos”. Já Afonso Taunay, em sua *História da Cidade de São Paulo*, escrita em meados do século XX, considerou Castro e Mendonça mais “acessível e amável” que seu antecessor, mas reconheceu que seus contemporâneos, ao compará-lo a Pilatos, queixavam-se contra a perseguição e o encarceramento que este governador promoveu contra membros da câmara que lhe faziam oposição.

De qualquer forma, Castro e Mendonça permaneceu no governo da capitania de São Paulo por mais de cinco anos, o que faz crer que também ele conseguiu construir bases de apoio entre os paulistas. Porém, não foi só com os milicianos e negociantes citados acima que este general se indispôs. Durante todo seu governo o principal contratador da capitania de São Paulo continuava a ser Jacinto Fernandes Bandeira, que vinha arrematando o Contrato dos Dízimos reais desde 1793; quando Castro e Mendonça assumiu o governo este contrato acabava de ser renovado por mais dois triênios, cada um por preço de 89:200\$000 réis.

Durante o decorrer do triênio 1798/1801 os termos do Contrato dos Dízimos parecem ter sido respeitados, visto não haver registros de queixas a este respeito; entretanto, assim que pôde, o governador tentou intervir na administração dessas rendas. Provavelmente em fins de 1799 ou em janeiro de 1800, portanto em tempo hábil para anular o último triênio do contrato de Bandeira, Castro e Mendonça ordenou que os Dízimos Reais da Capitania de São Paulo fossem colocados em praça por ramos divididos em vilas e distritos. Segundo o general, sempre fora costume que uma determinada sociedade rematasse os Dízimos em “massa total” e depois vendesse os ramos parciais dos diferentes distritos a particulares e que Jacinto Fernandes Bandeira continuou esta mesma prática, como já se sabe pelo exposto acima. Mas, além disso, o general oferece nova informação ao declarar que as vendas particulares se faziam com “tal segredo que raras vezes se percebia o preço da venda particular”, pois acertavam parte do pagamento a vista, e que os contratadores recebiam sem fazer “trato público”, “mandando depois afiançar-se o novo comprador na Real Fazenda pelo preço estipulado, de forma que as fianças juntas apenas cobriam a rematação principal, e ficava por este modo ou sepultado no silêncio, ou

vacilante na incerteza todo o artifício de que serviam para ocultar os interesses que havia naquele contrato.”³⁶⁸

Se as informações do general são corretas, até aquele momento era impossível para a Real Fazenda ou o governo da capitania não só saber o montante do lucro auferido pelos contratadores dos Dízimos Reais como também controlar a divisão dos ramos do contrato, situação que Castro e Mendonça pretendia alterar. Sua justificativa era que as ordens relativas à arrematação por Bandeira tinham demorado a chegar por causa da saída do comboio que escoltava as naus portuguesas na conjuntura conflituosa por que passava a Europa do período, por isso fez-se necessário arrematar os ramos em praça pública para que se pudesse entregar seu produto tanto a Bandeira quanto a outro contratador, caso se fizesse necessário. Desta segunda arrematação resultou a soma de 110:697\$000 réis, um acréscimo de mais de 20 contos com relação à arrematação procedida em Lisboa a favor de Bandeira, o que comprovaria que a arrematação em ramos era a mais segura e lucrativa para a Real Fazenda; por isso, o governador solicitava que as próximas arrematações fossem afrontadas na capitania e não mais na Corte.

Ao que parece, esta segunda arrematação promovida pelo general ficou sem efeito, pois ainda no ano de 1800³⁶⁹ Castro e Mendonça se aproveitou de um ofício expedido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, publicado em uma gazeta portuguesa que chegara à capitania, para tomar as providências necessárias para abolir a prorrogação do Contrato dos Dízimos de Jacinto Fernandes Bandeira, comunicando a seu procurador, Bento Tomás Viana, que promovesse uma venda atualizada dos ramos dos Dízimos, em hasta pública e na Junta da Fazenda.

Como era de se esperar, Bento Tomás protestou contra a ordem de Castro e Mendonça ponderando que era preferível vender alguns ramos em conjunto e que seria necessário aprovar os lançadores antes de concluído o negócio, a fim de garantir os pagamentos devidos a ele na qualidade de procurador.³⁷⁰ Dessa forma, tanto o procurador quanto a própria Junta da Fazenda se negaram a proceder a esta que seria a terceira arrematação dos mesmos Dízimos, alegando a legalidade daquela procedida em Lisboa.

³⁶⁸ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.29, pp.176-181. Ofício do capitão-general Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 30/01/1800.

³⁶⁹ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.30, pp.76-80, 15/06/1800.

³⁷⁰ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.87, p.237, ofício de fevereiro de 1801 e p.240, ofício de 27/04/1801.

Seguindo no seu intento, o general destituiu o então Procurador da Coroa e Real Fazenda, Miguel Carlos Aires de Carvalho³⁷¹, nomeando em seu lugar um bacharel seu amigo, o mesmo José Arouche de Toledo Rendon que já lhe auxiliara quando juiz ordinário na câmara de São Paulo. Com isso, os votos dos deputados da Junta viraram a favor do general presidente, que contava ainda com o escrivão João Vicente da Fonseca. Colocados novamente em praça, a arrematação dos ramos dos Dízimos subiu mais ainda, atingindo 119:356\$000 réis, o que fazia o general reafirmar a necessidade de desfazer o contrato de Bandeira como lesivo à Real Fazenda.³⁷²

Entretanto, Castro e Mendonça não conseguiria suspender o contrato se não provasse que houvera “lesão enorme” à Real Fazenda, por ele calculada como o dobro do valor pago inicialmente. Como isso não ocorreu, o governador voltou a recorrer a D. Rodrigo solicitando a suspensão do contrato, ponderando que Bandeira obteve um lucro certo de 29:880\$000 réis só no segundo triênio que decorreria entre 1801 e 1804, isso num negócio sem risco algum.³⁷³ Ainda que o general dispusesse de meios e de aliados na capitania de São Paulo que lhe permitiam influir e lucrar nos negócios da região, há que se considerar que a disputa em questão envolvia forças ainda maiores, implicadas no financiamento direto do Estado Português. Nessas circunstâncias, dificilmente a balança penderia a favor dos negociantes radicados em São Paulo interessados na arrematação dos Dízimos. Também esta arrematação em ramos não surtiu efeito, pois um ano depois o governador voltava a requerer a suspensão do contrato de Bandeira, que continuava a ser administrado pelo seu procurador.³⁷⁴

Poucos meses depois, o sucessor do governador e capitão-general Castro e Mendonça chegava à capitania de São Paulo, tomando posse em dezembro de 1802. Ao que tudo indica, Mendonça não se afastou totalmente da capitania, pois seu filho homônimo, nascido em São Paulo em 1802, que depois de sua morte viria a ser enteado de Daniel Pedro Müller, serviu ao Império brasileiro durante o século XIX. O próprio ex-governador voltou à América Portuguesa no ano de 1808, quando foi nomeado para o governo de

³⁷¹ Miguel Carlos Aires de Carvalho era irmão do contratador José Vaz de Carvalho.

³⁷² *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.30, pp.76-80, 15/06/1800.

³⁷³ Projeto Resgate. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 860, 15/06/1801.

³⁷⁴ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.93, p.106, 12/06/1802.

Moçambique.³⁷⁵ Além disso, as questões com os Dízimos por ele levantadas quando no exercício da administração paulista continuaram a rondar as ações de seu sucessor, Antônio José da Franca e Horta.

d) Antigas medidas adaptadas aos novos tempos: o governo de Antônio José da Franca e Horta (1802-1811)

Como era de se esperar, o novo governador não tardou em denegrir a administração de seu antecessor, acusando-a de pouco escrupulosa, arbitrária e “demasiadamente graciosa”, em tudo contrária às ordens reais. Assim, ao analisar os negócios da Junta da Fazenda, o general Horta acusou Castro e Mendonça de deixar um déficit de mais de 27 contos de réis nos cofres públicos, efetuar pagamentos de soldos e ordenados indevidos, proceder mal na obra do Hospital Militar e da Botica Real e de manter tropas supérfluas. Desordens a que o novo general acudiu dispensando o pessoal militar ocioso e reorganizando a Junta da Fazenda.³⁷⁶

Entretanto, nem toda a “obra” de Castro e Mendonça foi desprezada por seu sucessor. Conforme vimos acima, a questão da arrematação por “ramos” dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo foi um dos pontos da administração fazendária em que o governador e capitão-general Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça mais se empenhou, provavelmente porque esta seria uma maneira de melhor controlar a distribuição deste negócio entre os paulistas ligados ao general através de redes de interesse. Por outro lado, os dados levantados pelo general comprovaram que o montante arrecadado pela Real Fazenda poderia ser maior se as arrematações fossem feitas por distrito, por isso suas indicações não foram totalmente ignoradas na metrópole.

Assim, considerando os ofícios anteriormente enviados pelo governador Castro e Mendonça, começaram a chegar ordens do Real Erário à Junta da Fazenda da capitania de São Paulo para que os Dízimos e demais rendimentos reais passassem a ser arrematados

³⁷⁵ Sobre a estada de Castro e Mendonça no Rio de Janeiro, mais ou menos na época da chegada da família real à nova Corte, ver as diversas cartas de cumprimentos escritas por paulistas como José Arouche de Toledo Rendon, Francisco Álvares Ferreira do Amaral, Francisco Xavier da Costa Aguiar e Manoel José Gomes, entre outros, endereçadas ao ex-governador entre fevereiro e junho de 1808. Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documentos 4847, 4849, 4850, 4851, 4852, 4853, 4854, 4855, 4857, 4860 e 4864.

³⁷⁶ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.94, pp.19-27.

“em ramos”,³⁷⁷ até que por uma provisão lançada no final do seu governo o Erário ordenou a modificação no sistema de arrematação a partir do final do contrato de Jacinto Fernandes Bandeira, o que ocorreria em junho de 1804.³⁷⁸

Em 1803, o recém empossado governador Antonio José da Franca e Horta escrevia novamente ao Real Erário, desta vez solicitando que a arrematação em ramos, então aprovada para o triênio que deveria iniciar em julho de 1804, fosse executada em São Paulo, onde havia lançadores capazes que, entretanto, não tinham condições de ir à Corte ou mandar procuradores que os representassem, dadas as despesas da viagem e a falta de correspondentes em Lisboa. Além disso, o general alegava que a arrematação por ramos parciais dificilmente se faria em Lisboa.³⁷⁹ Com apenas três meses de governo, é provável que o general Horta baseasse suas informações nos documentos e instruções deixados por seu antecessor. Porém, um ano depois a Junta da Fazenda da capitania enviava novo ofício ao Real Erário segundo o qual seria possível dividir os Dízimos em 48 ramos, sendo que nenhum excederia a quantia de 10 contos de réis, a somatória total seria de 138:770\$000 réis, com vantagem de 49:570\$000 réis sobre o contrato antecedente, mais 1% para a “obra pia” e 3% de propinas, como era de costume; o negócio parecia de grande vantagem para a Real Fazenda, portanto.³⁸⁰

Novamente, os pedidos do governador para arrematar o Contrato dos Dízimos na capitania não surtiram o efeito desejado, pois na arrematação procedida em 1804 apenas dois ramos dos dízimos paulistas foram arrematados em Lisboa; o Real Erário optou, então, por fazer a arrematação em massa e em Lisboa, concedendo o contrato a Teotônio José da Silva e seus sócios Bento José Pacheco e Pedro Xavier Ferreira, negociantes lisboetas, por 119:000\$000 réis o triênio entre junho de 1804 e julho de 1807.³⁸¹

³⁷⁷ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 447, v.3, 1769-1822, [fl. 88]. Aviso de 21/07/1802. Uma provisão lançada um ano antes, em 13/07/1801, tratava do mesmo assunto, o que pode indicar que também no Erário Régio não havia consenso sobre o fazer-se ou não a arrematação dos Dízimos em Ramos, cf. Arquivo Nacional-RJ, código 446, v.5, 1798-1801.

³⁷⁸ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Código 446, v.6, 1802-1804, fl.30, provisão de 21/07/1802.

³⁷⁹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Código 474, v.2, 1803-1806, fl.4v, ofício de 07/03/1803. Conferir também a Carta do general Horta ao Príncipe Regente de 10 de maio do mesmo ano de 1803, onde reitera a necessidade de que as arrematações dos Dízimos Reais fossem “ultimadas” na capitania, *Documentos interessantes...*, v.94, p.42.

³⁸⁰ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Código 474, v.2, 1803-1806, fl.73, ofício de 06/04/1804.

³⁸¹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Código 446, v.6, 1802-1804, fls.119-120, provisões de 27 e de 28 de abril de 1804.

Neste ínterim, o capitão-general procedeu à arrematação em ramos na própria capitania, arrecadando os 138:770\$000 declarados no ofício citado acima. Porém, se viu obrigado a entregar a arrecadação dos Dízimos a José dos Santos, procurador e caixa do contratador lisboeta³⁸², por valor menor e com prejuízo da Real Fazenda, mesmo entendendo que havia sido autorizado pelo Real Erário a proceder à arrematação na cidade de São Paulo e alertando para a possibilidade dos arrematantes paulistas imporem pleitos contra a Junta da Fazenda e julgando que a arrematação procedida na Corte foi obtida através de “conluio” e “dolo”.³⁸³ O governador Horta voltou a protestar junto ao ministro do ultramar, alegando o descrédito em que ficava a hasta pública do tribunal da Junta da Fazenda paulista, as contestações dos arrematantes dos ramos que já haviam iniciado as cobranças em junho de 1804 e a dificuldade em manter as despesas crescentes da capitania sem o montante que deveria ser entregue diretamente ao Erário Régio, o que no momento era toda a diferença entre o contrato do triênio anterior e o de 1804, ou seja, quase 30 contos de réis³⁸⁴.

Talvez por falhas ou demora na comunicação entre o Real Erário e a Junta da Fazenda de São Paulo, em 1805 chegaram novas ordens metropolitanas para que os Dízimos da capitania de São Paulo fossem arrematados em ramos, mas em Lisboa, para que assim o montante arrecadado pela Fazenda aumentasse. Entretanto, o mesmo documento repreendia o governador de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, por ter procedido à arrematação indevida desses impostos na própria capitania e ordenava que os arrematantes escolhidos em Lisboa entrassem na administração dos ditos contratos³⁸⁵, tal como de fato ocorreu meses depois. A documentação consultada não apresentou mais detalhes sobre as arrematações dos contratos paulistas lançados em Lisboa. De qualquer forma, o *Contrato dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo* voltou a ser arrematado em conjunto, ainda que por valor menor do seria se feito em ramos, pois poucos anos depois o paulista Manoel

³⁸² Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 449, v.3, 1803-1806, fl.129, carta do contador geral da capitania de São Paulo, 20/07/1805.

³⁸³ No mesmo documento, o governador pedia que esta decisão do Real Erário fosse revista e enviava os ofícios em que se fundara para promover à arrematação dos Dízimos em ramos na capitania de São Paulo. Ver Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.2, 1803-1806, fl.85v-89f, ofício de 19/10/1804.

³⁸⁴ *Documentos interessantes...*, v.94, p.137, Ofício do general Horta ao Visconde de Anadia, 27/10/1804.

³⁸⁵ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 447, v.3, 1769-1822, [fl.99]. Aviso de 17/03/1805.

Rodrigues Jordão e seu sócio lisboeta, Manoel de Sousa Freire³⁸⁶, o arremataram para o triênio entre julho de 1807 e junho de 1810 por 120 contos de réis, demonstrando mais uma vez quanto essa lucrativa atividade poderia gerar pendências entre as administrações local e metropolitana.

Se o general Horta optou por seguir a trilha de seu antecessor no que diz respeito à arrematação dos Dízimos Reais, o mesmo não ocorreu com relação à política de exportação dos gêneros produzidos na capitania de São Paulo. Dessa forma, ainda no início de 1803, este governador comunicou ao Ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho que o comércio e a agricultura paulistas andavam estagnados, principalmente porque os lavradores vendiam seus gêneros a “preços módicos, e para as outras capitanias” e que estas sim lucravam com novas exportações para a Metrópole.³⁸⁷ Por isso, propunha a retomada da exclusividade do comércio direto entre Santos e Lisboa, medida que Bernardo José de Lorena já implantara anteriormente, desagradando produtores e comerciantes ligados ao comércio com o Rio de Janeiro, conforme visto acima. Para fomentar a agricultura paulista, o general Horta também propôs que lavradores e comerciantes recebessem empréstimos por conta da Real Fazenda para poderem enviar seus produtos a Lisboa e que o imposto sobre a importação de escravos africanos fosse suprimido pelo menos por dez anos, para que assim a escravatura desse entrada direta na capitania e diminuísse a dependência desta com as demais da América Portuguesa. Ao que consta, o general Horta não recebeu resposta para seu último pedido, pois dois anos depois voltou a requerer a mesma isenção ao Visconde de Anadia, inclusive enviando o pedido através do negociante lisboeta contatado para trazer os negros da África diretamente a São Paulo, o mesmo Manoel de Sousa Freire,³⁸⁸ sócio de negociantes paulistas no comércio de exportação e, anos depois, na arrematação de Dízimos.

Se não foi aprovada, a negociação para a compra de escravos africanos enviados diretamente a São Paulo por intervenção do general Horta tampouco foi proibida, pois em 1805 o general lançou ordens para providenciar o tabuado necessário para o navio que partiria em direção a Moçambique, consta ainda que o então capitão-mor de Santos,

³⁸⁶ Conforme visto acima, o negociante lisboeta Manuel de Sousa Freire já vinha atuando como correspondente de outros paulistas desde o governo de Bernardo José de Lorena.

³⁸⁷ *Documentos interessantes...*, v. 94, pp. 17-19.

³⁸⁸ *Documentos interessantes...*, v. 94, p. 143.

Francisco Xavier da Costa Aguiar, negociante ligado à família dos Andrada por casamento, era parte interessada nessa negociação.³⁸⁹ Não constam registros sobre a execução ou não desta compra de escravos moçambicanos. Sabe-se apenas que um ano depois uma negociação com vistas a comprar escravos de Angola estava sendo patrocinada por um grupo de “acionistas” radicados no planalto e na vila de Santos, organizados pelo general e pelo brigadeiro comandante da vila de Santos, Manoel Mexia Leite. É provável que se tratasse da mesma negociação, cujos planos de desembarque haviam sido alterados de Moçambique para Angola. Os negociantes José Antônio Vieira de Carvalho e Manoel Teotônio Rodrigo de Carvalho foram nomeados administradores do negócio, pelo que pediram um total de 6% de comissão mais o pagamento de um caixeiro, quantia considerada abusiva pelo general e demais acionistas, que ofereceram aos administradores 4% de participação sobre o lucro total³⁹⁰; esses contratamentos acabaram adiando a compra de escravos pelos acionistas paulistas.

Segundo estudo que se debruçou mais detidamente sobre o tema da concentração do comércio de exportação paulista na Praça de Santos, as ordens do general Horta neste sentido isentavam o açúcar das proibições de comércio devido à abundância da produção e à necessidade de se satisfazer débitos existentes com a Praça do Rio de Janeiro; controlava-se o comércio do café, cacau, baunilha, algodão, anil, couros, arroz e farinha de mandioca, embora estes dois últimos pudessem ser exportados para outros portos da capitania em caso de necessidade e mediante licença do governo. Dessa perspectiva, a liberalização do comércio de açúcar pode ser lida como indício da pressão exercida por grupos paulistas ligados aos negociantes da praça fluminense sobre o governador, o que não o impediu de, num segundo momento, ampliar as medidas de controle sobre o comércio desse gênero.³⁹¹

O direcionamento do comércio na capitania de São Paulo novamente imposto pelo general Horta atendia às inúmeras ordens reais com vistas à promoção do comércio entre os Domínios Ultramarinos e o Reino de Portugal, prática que rendeu muitos elogios dos ministros ao antigo governador Bernardo José de Lorena e que muitas vezes foi lida pela bibliografia sobre o tema como parte integrante da política monopolista metropolitana.

³⁸⁹ *Documentos interessantes...*, v. 56, p.245, Ofício para o capitão-mor da Conceição, 18/08/1805.

³⁹⁰ *Documentos interessantes...*, v. 57, pp.10-13, ofícios de 15/06/1806.

³⁹¹ Ver a este respeito a obra citada de Renato de Mattos, pp.147-157.

Todavia, os tempos eram outros e os reclamos dos paulistas mais diretamente prejudicados pelas medidas impostas pelo general Horta foram ouvidos na Corte.

Em fevereiro de 1805 chegou ao Conselho Ultramarino uma queixa vinda de São Sebastião contra o “despotismo”, as “violências” e a “opressão” usadas por José da Franca e Horta em toda a capitania, proibindo as vilas da Marinha paulista de comercializar com as outras capitanias e, mesmo, entre si. O denunciante em questão era o pároco de São Sebastião, vila cuja câmara já se queixara contra as restrições ao comércio impostas há mais de 10 anos pelo então general Bernardo José de Lorena, como visto acima. Segundo o pároco João Rodrigues Coelho, os habitantes das vilas da Marinha eram obrigados a transportar seus gêneros “à pequena Praça de Santos”, onde apenas três monopolistas os controlavam pagando-lhes diminuto preço, enfraquecendo por este modo todo o comércio da capitania. O general estaria perseguindo todos que se lhe opunham prendendo-os arbitrariamente, além de favorecer conhecidos “contrabandistas” da região, quais sejam o capitão-mor Manoel Lopes da Ressurreição e os capitães João José da Silva Costa e Julião de Moura Negrão, que “contratavam descaradamente com as Américas Espanholas, remetendo-lhes partidas de escravos, açúcares, água-ardente e tudo por (...) prejuízo dos Reais Direitos.”³⁹²

O Conselho Ultramarino julgou as acusações do pároco de São Sebastião muito vagas, mas mandou que se investigasse as denúncias de monopólio do comércio e de contrabando então levantadas; mesmo porque o general Horta também estava sendo acusado de usurpar as justiças constituídas, alterando sentenças dos conselhos de guerra sobre crimes civis e militares.³⁹³ Mesmo negociantes santistas se consideraram lesados pelas medidas impostas pelo general, recorrendo ao Conselho Ultramarino a fim de obter ordens que lhes permitissem enviar suas cargas a outros portos da América nos quais mantinham correspondentes e dívidas que precisavam ser saldadas em gêneros. Tal foi a queixa de Manuel Martins dos Santos Rego, impedido de enviar seu açúcar à Bahia e

³⁹² Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4300. Carta do Pároco da Vila de São Sebastião para o Príncipe Regente, 07/02/1805.

³⁹³ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4158, 30/05/1804.

prejudicado pela obrigatoriedade de enviar seus gêneros a Lisboa, onde não tinha correspondentes.³⁹⁴

Não há referências de possíveis punições ao general Horta; mas ainda em 1805 o Conselho Ultramarino liberou um parecer, desta vez relativo a uma queixa feita pelo ouvidor de Paranaguá sobre a proibição da exportação dos gêneros entre portos da capitania, na qual declarava que o governador não tinha jurisdição para intentar semelhantes “inovações”. Os conselheiros alegaram que era notório que a “franqueza” do comércio era necessária para seu aumento e decidiram levar o caso à presença do Príncipe Regente.³⁹⁵ Pouco mais de um ano depois, a 27 de outubro de 1806, uma provisão real emitida pelo Conselho Ultramarino finalmente restituiu o comércio da capitania de São Paulo à sua “primitiva liberdade”, poucos meses depois o general Horta enviou uma longa carta ao Príncipe Regente, na qual novamente justificava as medidas de concentração do comércio de gêneros de exportação como única alternativa para cumprir as ordens reais que mandavam animar a circulação de produtos entre o Reino e São Paulo.³⁹⁶ Entretanto, a ordem estava dada e pouco antes, em junho de 1807, o governador José da Franca e Horta se viu obrigado a liberalizar todo o comércio nos portos da Marinha paulista. Por outro lado, a fim de evitar extravios no pagamento dos direitos de saída, obrigou que os mestres das embarcações pagassem pelo serviço de um soldado que iria registrar todos os carregamentos em uma guia que deveria ser certificada no local de desembarque e enviada à Alfândega de Santos, sob pena do pagamento dos direitos devidos.³⁹⁷

As medidas com vistas a concentrar o comércio dos gêneros paulistas no porto de Santos e restringir o comércio de cabotagem impostas pelo general Horta aos paulistas também estavam relacionadas à tentativa de iniciar o comércio direto entre o porto de

³⁹⁴ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4722, fevereiro de 1804.

³⁹⁵ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4371, Consulta do Conselho Ultramarino, 08/07/1805.

³⁹⁶ Projeto Resgate. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 1322. Carta do Governador Antonio José da Franca e Horta ao Príncipe Regente D. João, 08/06/1807.

³⁹⁷ *Documentos interessantes...*, v.57, pp.145-146, ofícios para os comandantes das vilas da Marinha e para o Juiz da Alfândega de Santos, 05/06/1807.

Santos e a cidade do Porto através do estabelecimento de negócios com a Companhia das Vinhas do Douro, estabelecida pelo Marquês de Pombal em 1756.³⁹⁸

O governador elaborou o projeto de estabelecer uma linha de comércio entre a vila de Santos e a cidade do Porto logo no início de seu governo, pois em fevereiro de 1803³⁹⁹ já escrevia aos deputados da Companhia das Vinhas do Alto Douro sobre esse assunto, retomado em 26 de junho de 1803 em ofício enviado ao então secretário do Ultramar, o Visconde de Anadia.⁴⁰⁰ O general Horta também lembrava que pelos estatutos de instituição da Companhia das Vinhas esta era obrigada a fornecer os vinhos, vinagres e aguardente necessários para suprir a capitania de São Paulo. Na falta de correspondentes conhecidos dos negociantes do Porto, o general lhes indicava quatro negociantes “abonados e inteligentes”, estabelecidos no planalto e na vila de Santos, eram eles: o coronel de milícias Luís Antônio de Sousa, o tenente coronel Caetano José da Silva, o capitão-mor Bento Tomás Viana e o tenente coronel José Antonio Vieira de Carvalho. Ainda em 1803 o general Horta comunicava a D. Rodrigo de Sousa Coutinho a chegada do primeiro navio vindo a Santos diretamente do Porto, com carregamento de sal, ferragens e demais gêneros da produção do Reino, mas não de vinhos.⁴⁰¹ Os administradores da Companhia do Douro só atenderam aos pedidos do general Horta no ano seguinte, pois em dezembro de 1804 o mesmo lhes escrevia agradecendo o envio do bergantim Desejada Paz ao porto de Santos. Nesta ocasião a Companhia remetia a Santos 60 pipas de vinho e 10 de aguardente e comunicava que havia instituído como administradores da negociação no porto de Santos dois dos negociantes indicados por Franca e Horta, Bento Tomás Viana e José Antônio Vieira de Carvalho.⁴⁰²

³⁹⁸ A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi instituída em 31 de agosto de 1756 e confirmada por D. José por Alvará de 10 de setembro seguinte, segundo seus estatutos, a Companhia teria privilégios no envio de vinhos, vinagre e aguardente aos domínios ultramarinos. Desde a década de 1760, o Morgado de Mateus alertava para a necessidade de se instituir essa linha de comércio entre o Porto e a capitania de São Paulo, mas só constam registros de sua atuação durante o governo de Franca e Horta. O documento de instituição da Companhia das Vinhas e o alvará que a confirmou podem ser consultados na *Coleção Alberto Penteado de Leis, Decretos e Alvarás*, constante do acervo de obras raras da biblioteca do Museu Paulista/USP, v.801, fls.173 e 175.

³⁹⁹ *Documentos interessantes...*, v.94, p.99, carta para a Companhia do Douro, 28/02/1803.

⁴⁰⁰ Projeto Resgate. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 980, 26/06/1803.

⁴⁰¹ *Documentos interessantes...*, v.94, p.196, ofício de 13/08/1803.

⁴⁰² Idem, pp.98-100, Carta de 20/12/1804 e documentos anexos.

A intermediação do general Horta no estabelecimento do comércio direto entre a cidade do Porto e a vila de Santos foi frutífera, pois favoreceu o envio de ao menos cinco navios àquela cidade entre os anos de 1803 e 1807.⁴⁰³ Mais do isso, suas tratativas nesse sentido, principalmente a indicação dos negociantes que considerava mais capazes para levar a cabo as negociações com a Companhia, permitem notar quais grupos estiveram mais próximos da governança paulista nesse período, ou seja, aqueles negociantes radicados em São Paulo ligados ao grande comércio com o Reino e com outras capitanias luso-americanas, talvez concorrentes de negociantes sediados na praça do Rio de Janeiro. Como visto acima, Bento Tomás Viana se estabelecera em Santos quase 15 anos antes sob a proteção do general Lorena e de Jacinto Fernandes Bandeira, chegando a controlar a administração dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo por pelo menos 6 anos. José Antônio Vieira de Carvalho e Caetano José da Silva eram negociantes estabelecidos com casa comercial em Santos, proprietários de navios mercantes; além destes, temos o futuro brigadeiro Luís Antônio, estabelecido na cidade de São Paulo desde 1779, grande negociante e produtor de açúcar ligado ao abastecimento da região de Goiás e Mato Grosso e ao comércio com a Europa.

Sendo assim, pode-se dizer que o general Horta se aproximou de homens que integravam o grupo dos principais negociantes paulistas do período, cuja atuação no comércio de exportação se ampliaria ainda mais durante o período joanino⁴⁰⁴; sendo que alguns deles chegaram ao patamar dos grandes “capitalistas” lisboetas do período, tal como Luís Antônio de Sousa. Entretanto, isso não significa que os negociantes paulistas de menor capital tenham abandonado seus interesses na capitania durante os governos dos generais Lorena, Castro e Mendonça e Franca e Horta, pelo contrário, continuaram no seu intento de angariar fortunas e mercês através do envolvimento com o Estado português.

e) A atuação dos negociantes radicados na capitania de São Paulo entre 1786 e 1807

As ações do governador e capitão-general Bernardo José de Lorena na capitania de São Paulo e seu estreito contato com um grande negociante lisboeta alteraram tanto a

⁴⁰³ Conferir a obra citada de Renato de Mattos, pp.161-165.

⁴⁰⁴ Conferir William Puntchart, *Negócios e Negociantes paulistas: 1808-1822*.

organização do sistema de arrematação das rendas reais paulistas quanto o comércio dos gêneros produzidos na capitania. Desde a entrada de Jacinto Fernandes Bandeira nas vias de comércio e no sistema de arrematação em São Paulo, passando pela participação direta do general Castro e Mendonça em circuitos comerciais de abastecimento e às novas medidas de concentração das exportações impostas pelo general Horta, os grupos de poder que investiam em São Paulo precisaram se reorganizar de modo a manter espaços econômicos e políticos que lhes permitissem continuar negociando e participando de esferas decisórias locais através da obtenção de maiores patentes militares e do financiamento do Estado português na América.

A própria situação econômica da capitania nesse período lhes permitia continuar negociando, pois se os rendimentos da Real Fazenda apresentaram déficit durante a maior parte do século XVIII, principalmente devido aos altos custos de manutenção das tropas e à perda de parte das rendas que entravam no cofre quando da transferência das arrematações dos contratos de maior vulto para a Corte lisboeta, o comércio paulista vivia um período bastante promissor. Em 1788, logo no início do governo de Bernardo José de Lorena, a despesa superava a receita da capitania de São Paulo em 40:410\$810 réis, todavia, segundo o governador, só a Junta da Fazenda da capitania do Rio de Janeiro devia à de São Paulo mais de 50 contos de réis.⁴⁰⁵ Quinze anos depois, quando do término do governo de seu sucessor, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a receita da capitania excedia à despesa em poucos 4 contos de réis.⁴⁰⁶ Entretanto, já em 1808, momento da transferência da Corte portuguesa para a América, o saldo do cofre da capitania de São Paulo era positivo em 33:626\$663 réis.⁴⁰⁷ Estes números parecem indicar uma dinamização econômica da capitania, favorecida por um período de relativa tranquilidade na fronteira sul, o que demandaria menos gastos com o municiamento de tropas, fossem elas pagas ou auxiliares.

Outros conjuntos documentais indicam que a capitania de São Paulo continuava economicamente atrativa para os negociantes, mesmo depois da saída do general Lorena do governo e do relativo decréscimo no número de navios enviados diretamente de Santos a

⁴⁰⁵ *Documentos interessantes...*, v.45, pp.8-9, Ofício do capitão-general a Martinho de Melo e Castro, 08/07/1788.

⁴⁰⁶ Arquivo Nacional – RJ, Ofício de 22/03/1804 sobre a receita e despesa da capitania de São Paulo no ano de 1803. Junta da Fazenda, código 474, vol.2, 1803-1806, fl.71v.

⁴⁰⁷ Arquivo Nacional – RJ, “Extracto dos balanços, que a Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo dirige ao Real Erário do Rio de Janeiro pertencentes ao ano de 1808”, datado de 17/10/1809, Junta da Fazenda, código 474, v.3, 1806-1817, fl.93v.

Lisboa. Trata-se de um conjunto de “mapas de exportação” produzidos pelo governador Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça no ano de 1801. Conforme salientado anteriormente, na época, considerava-se exportação a venda para outras regiões dos gêneros produzidos na capitania, fossem eles enviados ao Reino de Portugal, a Montevideu ou a outras capitanias luso-americanas. Em valores, as exportações de gêneros paulistas enviados através dos portos e dos registros terrestres, ou portos secos, como então eram chamados, somaram 614:543\$435 réis; enquanto as importações foram de 402:587\$263 réis, resultando num saldo positivo de mais de 200 contos de réis. Desses montantes, 175:604\$470 réis foram exportados através do porto de Santos, enquanto que 124:813\$140 réis deixaram a capitania de São Paulo pelo registro de Mogi-guaçu para Goiás e 69:131\$010 réis passaram por esta mesma vila com destino a Minas Gerais. O segundo e terceiros portos paulistas em volume de exportação eram, respectivamente, o de Parati (exportação de 56:056\$600 réis) e o de São Sebastião (exportação 27:352\$080 réis), ambos ligados ao comércio do Rio de Janeiro e do vale do Paraíba. Os portos marítimos de Santos e de Parati também eram os maiores em volume de importação paulista, movimentando os totais de 101:948\$263 e 41:886\$693 réis, respectivamente. Quanto aos portos secos, o que mais importava era o de Curitiba, num total de 118:786\$120 réis,⁴⁰⁸ a maior parte relativa às tropas de animais que circulavam entre o Rio Grande de São Pedro e São Paulo, de onde eram redistribuídas ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás gerando novos dividendos para a capitania.

Estes números demonstram que na virada entre os séculos XVIII e XIX a capitania de São Paulo passava por um período comercialmente próspero, no qual tanto o comércio de exportação atlântico promovido através das praças de Santos e do Rio de Janeiro quanto o comércio interno à América Portuguesa, especialmente para as regiões originalmente mineratórias, ofereciam boas oportunidades aos negociantes ali radicados. O mesmo acontecia com as atividades agrícola e criatória, que por sua vez faziam aumentar a arrecadação das rendas reais envolvidas na produção e comercialização dos gêneros produzidos ou importados pelos paulistas, pois como bem lembrava o governados Castro e Mendonça:

⁴⁰⁸ “Memória econômico-política da capitania de São Paulo. Primeira parte. Por Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, governador e capitão-general da mesma capitania. Em 1800.” Introdução de Afonso Taunay, *Anais do Museu paulista*, tomo XV, pp.57-59.

“...sendo a agricultura o primeiro móvel da subsistência de qualquer País, da mesma sorte o são as Artes, e o Comércio, que de mãos dadas cooperam para a segurança do Estado, sendo as únicas colunas em que solidamente se firma, e os verdadeiros mananciais de toda a sua fortuna, quer seja pública, quer seja particular.”⁴⁰⁹

Os negociantes e produtores radicados em São Paulo não fugiram às suas obrigações e continuaram a auxiliar o Estado Português nessa tarefa, fosse cuidando do envio de gêneros para outras capitanias americanas, arrematando diversas rendas reais ou ainda concedendo donativos às câmaras e à Coroa sempre que solicitados.

Seguindo essas premissas, logo depois de perderem o contrato dos Dízimos Reais para Jacinto Fernandes Bandeira, negociantes radicados em São Paulo que já participavam das arrematações quando estas eram feitas na capitania voltaram suas atenções para outros contratos reais. José Vaz de Carvalho, antigo contratador dos Dízimos, arrematou o *Contrato dos Novos Impostos da Capitania de São Paulo* e dos *Meios Direitos* sobre os animais criados em São Pedro, por 18 e 34 contos de réis, respectivamente, para o triênio de janeiro de 1796 a dezembro de 1798.⁴¹⁰ O valor dos contratos arrematados por Vaz de Carvalho correspondia a cerca de dois terços do valor pago pelos dízimos até 1798, indicando que também na capitania de São Paulo havia forças econômicas expressivas, capazes de competir pelos contratos com concorrentes de outras partes do Império e que continuaram a atuar mesmo sofrendo a concorrência de redes de negócios que se estendiam até o Reino de Portugal.

Entre 1799 e 1801, ninguém arrematou o *Contrato dos Meios direitos sobre os animais criados em São Pedro e dos Direitos Inteiros sobre os animais de Serra Acima*, o segundo maior da capitania de São Paulo. Segundo os membros da Junta da Fazenda paulista, os lançadores temiam o desenvolvimento de conflitos na fronteira sul que poderiam afetar seus negócios, por isso ordenou-se que estes direitos fossem recolhidos por um administrador nomeado pela própria Junta.⁴¹¹ Entre 1802 e 1804, José Vaz de Carvalho voltou a arrematar este contrato, desta vez por 35:000\$000 de réis, além dos 8% de

⁴⁰⁹ Idem, pp.199-200.

⁴¹⁰ Arquivo Nacional – RJ, Fundo Junta da Fazenda. Códice 446, v.4, 1789-1797, [fl.71-72].

⁴¹¹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 448, v.7, 1789-1799, fl.13.

propinas, com um conto de réis de acréscimo em relação ao triênio antecedente.⁴¹² José Vaz ainda conseguiu manter o *Contrato dos Meios Direitos e Direitos Inteiros dos Animais do Registro de Curitiba* pelo “ano solto” de 1805 às custas da intervenção da Junta da Fazenda de São Paulo; visto que as informações do novo arrematante que deveriam ser enviadas pelo Real Erário tardaram a chegar, o valor pago foi de 11:668\$000 réis.⁴¹³

Entretanto, o triênio seguinte, decorrido entre 1806 e 1808, foi arrematado pelo negociante lisboeta Joaquim Pereira de Almeida e seus sócios Antonio José da Costa Barbosa e João Rodrigues Pereira de Almeida, ambos da cidade do Rio de Janeiro⁴¹⁴; aliás, era comum que fluminenses controlassem os negócios com o Rio Grande de São Pedro, principal centro criatório de bestas. Neste mesmo período, José Vaz de Carvalho também perdeu o *Contrato das Passagens do Rio Curitiba*, pois depois de oferecer 13:300\$000 réis, chegou ordem do Erário para que o contrato para o triênio com início em janeiro de 1807 fosse novamente colocado em lance, na nova arrematação ganhou a sociedade de Manoel Martins dos Santos Rego, Francisco de Paula Martins e Bernardino Antonio Vieira Barbosa, que ofereceu 16:510\$000 réis.⁴¹⁵ Não foram encontrados documentos que indiquem porque José Vaz perdeu os contratos do Registro e das Passagens de Curitiba neste período, é possível que sofresse a concorrência de grupos com maiores recursos num momento de expansão da economia na região, que tivesse perdido apoio de outros sócios ou, ainda, que estivesse devendo à Real Fazenda, visto que a ordem para a re-arrematação veio diretamente do Erário Régio.

De qualquer forma, temos que durante o mesmo período em que Jacinto Fernandes Bandeira monopolizou o Contrato dos Dízimos da capitania de São Paulo, alijando desta arrematação um grupo de negociantes enraizados na capitania, grupo este que talvez não

⁴¹² Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 447, v.3, 1769-1822, [fl.92]. A provisão que aprovou a arrematação deste contrato também permitiu aos arrematantes abrirem uma loja no registro, para atender aos donos e condutores dos gados, cf. também Junta da Fazenda, Códice 446, v.6, 1802-1804, fl.43, documento de 28/09/1802.

⁴¹³ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 447, v.3, 1769-1822, [fl.114v]. Provisão de outubro de 1805.

⁴¹⁴ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 447, v.3, 1769-1822, [fl. 112]. Provisão de outubro de 1805. Em 20 de maio de 1806, a Junta da Fazenda ordenou a José Vaz de Carvalho que entregasse ao sócio e caixa do contrato dos meios direitos na Capitania de São Paulo, Antonio Francisco de Aguiar, a administração do contrato e seus rendimentos desde janeiro de 1806, cf. Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 469, v.3, 1803-1806, fl.160.

⁴¹⁵ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fl.28v-29, Ofício da Junta da Fazenda ao Real Erário, de 27/02/1807.

contasse nem com o capital nem com os correspondentes lisboetas necessários para fechar negócios do outro lado do Atlântico, estes licitantes paulistas se reorganizaram de modo a manter em suas mãos um outro contrato, também ele muito lucrativo, visto que relacionado ao comércio de animais que ligava todo o centro-sul da América Portuguesa.

Sendo assim, o grupo encabeçado por José Vaz de Carvalho praticamente “monopolizou” o contrato sobre os Direitos dos Animais produzidos e transportados pela capitania de São Paulo pelo mesmo período em que Bandeira e seu representante sediado em Santos, Bento Tomás Viana, controlaram o contrato dos Dízimos Reais. Vale lembrar que Carvalho entrara no negócio de arrematações e no comércio de gado com o apadrinhamento do tio de sua mulher, o negociante Antonio Fernandes do Vale.

O próprio Vaz de Carvalho se declarava negociante, contratador e criador no ano de 1806⁴¹⁶. Seus sócios no negócio com gado eram Paulino Aires de Aguirra, do qual já falamos anteriormente, e o doutor Francisco José de Sampaio Peixoto, que se casara com sua filha Jacinta Cândida de Macedo e Carvalho em segundas núpcias. Quando de sua morte em 1823, José Vaz de Carvalho devia mais de 8 contos de réis à sua filha viúva de Sampaio Peixoto, dinheiro este relativo às contas dos contratos dos Meios Direitos dos animais que passavam pelo Registro de Curitiba.⁴¹⁷ Não se sabe quais motivos teriam levado à insolvência, pois o mesmo Francisco José de Sampaio Peixoto registrou os lucros obtidos com o contrato de Curitiba entre 1799 e 1806, totalizando 60:288\$000 réis no primeiro triênio e 102:254\$000 réis nos anos seguintes; depois de feitos os cálculos com os demais lucros recolhidos na loja do registro e os gastos com pagamentos feitos à Real Fazenda, os sócios teriam investido 160:722\$000 réis e arrecadado 258:859\$000 réis, com um lucro de 32:711\$978 réis para cada um nos sete anos do contrato.⁴¹⁸

No mesmo período, Vaz de Carvalho e Sampaio Peixoto eram sócios em outros empreendimentos, tais como a administração da contribuição literária de Paranaguá e do rendimento dos Cruzados do Sal, em 1803.⁴¹⁹ É possível que as dívidas de José Vaz se acumulassem, ao menos temporariamente, devido ao grande número de contratos que

⁴¹⁶ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4754, Requerimento de Luís Antônio de Sousa pedindo ao Príncipe Regente a concessão do Hábito de Cristo. José Vaz de Carvalho era uma das testemunhas do processo de habilitação.

⁴¹⁷ Maria Lucília Viveiros Araújo, *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*, p.123.

⁴¹⁸ Idem, p.192.

⁴¹⁹ Arquivo Nacional – RJ, 01/03/1803, Junta da Fazenda, códice 469, v.3, 1803-1806, fl.28v.

mantinha ao mesmo tempo, pois em 1794 ele aparece como devedor da Real Fazenda em relações enviadas ao Real Erário. Nesse ano, Vaz de Carvalho e seus sócios deviam 97\$560 réis pelo contrato da passagem do Rio Curitiba e 15:930\$500 réis pelo primeiro ano do contrato do Registro de Curitiba, além de 3:297\$000 réis pelos Novos Impostos cobrados sobre os animais no Registro de Sorocaba; no mesmo período, havia feito o pagamento de pouco mais de 1:500\$000 réis.⁴²⁰ No ano seguinte, Vaz e seus sócios aparecem novamente como devedores de 10:730\$500 réis pelo segundo ano do contrato do Registro de Curitiba, de 94\$830 réis pelas passagens do Rio Curitiba e de 3:297\$000 réis pelos Novos Impostos de Sorocaba; segundo o extrato das quantias pagas este último débito foi saldado totalmente e daquele relativo ao Registro de Curitiba 8:845\$459 réis foram pagos.⁴²¹ Em 1803 este contratador aparece novamente como devedor numa lista enviada ao Real Erário, tanto no contrato em que era sócio com seu genro quanto num outro em sociedade com José Arouche de Toledo Rendon.⁴²²

Todavia, é bem provável que estas dívidas com a Real Fazenda tenham sido saldadas ao longo do tempo, pois não impediram José Vaz de Carvalho e seu sócio-genro de continuar arrematando as rendas reais; assim, em 1805 o ouvidor de Paranaguá era avisado de que o coronel José Vaz de Carvalho e seus sócios os tenentes coronéis Francisco José de Sampaio e Ricardo Carneiro dos Santos tinham arrematado o rendimento do Cruzado do Sal da Vila de Paranaguá e das Dízimas das Madeiras da dita vila e de Antonina, pelo triênio de 1806 a 1808.⁴²³

Outro negociante que se envolveu na contratação de rendas reais nesse período foi Francisco Pinto Ferraz, que vinha arrematando pequenos contratos desde a década de 1780, tal como o contrato das passagens do Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Ouro Fino para o triênio iniciado em 1784.⁴²⁴ Entre 1789 e 1792 Ferraz foi sócio de Manuel de Oliveira

⁴²⁰ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3479, Relação das dívidas ativas da Real Fazenda liquidadas até 31/12/1794.

⁴²¹ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3487, Relação das dívidas ativas da Real Fazenda liquidadas até 31/12/1795.

⁴²² Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 469, v.3, 1803-1806, fl.38, 30/04/1803.

⁴²³ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 469, v.3, 1803-1806, fl. 141, aviso de 16/12/1805. Não consta o valor da arrematação.

⁴²⁴ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda. Código 447, v.2, 1774-1791, fl.144. A provisão do Erário que aprovou a arrematação por 343\$000 réis é de 17/05/1786.

Cardoso no contrato dos Dízimos Reais da Capitania de São Paulo.⁴²⁵ Já em 1808 arrematara o rendimento do Subsídio Literário da capitania, um contrato bem menor, por 9:000\$000 réis,⁴²⁶ sendo que só voltou a lançar em contratos de maior vulto nos anos seguintes. Entretanto, ao que tudo indica, o negócio com contratos não foi o meio escolhido por Francisco Pinto Ferraz para amealhar fortuna, pois no início do século XIX a maior parte de seu patrimônio constava de dívidas ativas e o mesmo mantinha contas correntes nas praças de Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, indicando seu engajamento nos negócios de grosso trato.⁴²⁷

José Arouche de Toledo Rendon também parece ter sido um contratador ocasional. Em 1806, aos 50 anos, declarava viver do rendimento de suas propriedades e bens,⁴²⁸ embora existam indícios de que tenha se envolvido com os grandes negociantes radicados em São Paulo no período. Membro de uma das mais tradicionais famílias locais, formado em Leis na Universidade de Coimbra em 1779, exerceu a advocacia na cidade de São Paulo desde a década de 1780 e esteve estreitamente ligado à administração paulista até 1834, ano de sua morte. Rendon foi juiz de medições de sesmarias entre 1782 e 1783, cargo cuja incumbência era averiguar se as terras pedidas em sesmarias eram realmente devolutas e proceder à correta demarcação das mesmas; posteriormente ocupou diversos cargos em órgãos administrativos e judiciais⁴²⁹, tendo chegado ao posto de tenente general das Milícias na década de 1820. Dessa forma, José Arouche de Toledo Rendon pode ser considerado um importante representante de segmentos proprietários locais, envolvidos na produção, comércio e governança da região. Nessa qualidade, investiu no *Contrato das Passagens dos Cubatões de Santos e de Mogi do Pilar* para o triênio iniciado em 1796, arrematado na cidade de São Paulo ainda durante o governo de Bernardo José de Lorena

⁴²⁵ Maria Lucília Viveiros Araújo, *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*, p.163.

⁴²⁶ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, códice 474, v.3, 1806-1817, fl.96, ofício de 10/11/1809.

⁴²⁷ Viveiros Araújo, *op.cit.*, p.163

⁴²⁸ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4757, Requerimento de Francisco Antonio de Sousa pedindo a concessão do Hábito de Cristo. José Arouche de Toledo Rendon era uma das testemunhas do processo de habilitação.

⁴²⁹ Rendon também foi diretor geral dos índios (1798), fiscal da Casa de Fundição do Ouro de São Paulo (1799), Juiz de Órfãos (1806-1808), Procurador da Fazenda junto à Fábrica de Ferro de Ipanema (1811), Presidente do Conselho de Guerra da Província (1821), deputado à Assembléia Constituinte dissolvida em 1823, membro do Conselho Provincial de São Paulo e Diretor do Curso Jurídico de São Paulo (1828-1833). Ver a este respeito a introdução às suas *Obras*, escrita por Paulo Pereira dos Reis.

por 12:080\$000 réis.⁴³⁰ Este não foi o único contrato em que José Arouche era parte interessada, pois em 1803, quando ainda ocupava o cargo de Procurador da Fazenda, foi citado pelo ouvidor Joaquim José de Almeida como um dos sócios de José Vaz de Carvalho que deviam à Fazenda, além de ainda dever somas pelo contrato do Cubatão.⁴³¹

Em 1795, quando da morte do mestre de campo do 2º Terço Auxiliar de Serra Acima, Manuel de Oliveira Cardoso, outro dos nossos contratadores, esta patente (então correspondente à de coronel) foi concedida pelo general Lorena a José Arouche de Toledo Rendon, então considerado “... das principais famílias desta cidade, da melhor conduta e abundante de bens da fortuna, qualidades necessárias para a sustentação da decência e independência que exige semelhante posto.”⁴³²

Ao longo do tempo, Arouche continuou ligado aos generais, pois, como vimos acima, foi acusado de auxiliar Castro e Mendonça quando ocupava o cargo de juiz ordinário da câmara da cidade de São Paulo, além de ter sido nomeado Procurador da Coroa, com voto na Junta da Fazenda, quando este governador tentou derrubar a arrematação dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo de Jacinto Fernandes Bandeira para os triênios decorridos entre em 1798 e 1804. Ainda como procurador, defendeu o ex-ajudante de ordens do general Castro e Mendonça, o sargento-mor da Brigada de Artilharia da Legião de Voluntários Reais Tomás da Costa Correa Rebelo e Silva, incumbido de fazer medições nas fronteiras da capitania do Mato Grosso com os domínios espanhóis, mas que se demorava em Goiás tratando de “negócios particulares”, ou seja, negociando gado, sal, ferro e outros gêneros levados por uma “grande tropa” de bestas. Discutia-se na Junta da Fazenda se o soldo do sargento-mor deveria ser suspenso; o então tesoureiro Francisco Xavier dos Santos e o ouvidor da capitania votaram pela suspensão do pagamento até que o capitão-general de Mato Grosso confirmasse a real execução da diligência; já Arouche e o escrivão deputado da Junta, João Vicente da Fonseca, votaram pela manutenção do soldo. O general presidente da Junta da Fazenda, que então era Antônio José da Franca e Horta, votou pela suspensão do soldo, mas devido aos votos contrários encaminhou os

⁴³⁰ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3489, Arrematação do Contrato do Cubatão de Santos, 16/10/1795.

⁴³¹ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, códice 469, v.3, 1803-1806 fl.38, ofício de 30/04/1803.

⁴³² Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3412, Ofício do governador Bernardo José de Lorena, 10/09/1795.

documentos para decisão final no Real Erário.⁴³³ Ao que tudo indica, as decisões de Rendon na Junta da Fazenda não estavam agradando ao general Horta, pois o mesmo representou ao Conselho Ultramarino sobre a injustiça cometida por seu antecessor com o antigo Procurador da Coroa, Miguel Carlos Aires de Carvalho, afastado unicamente para que Castro e Mendonça garantisse maioria na Junta da Fazenda quando intentou promover a arrematação dos Dízimos Reais da capitania em ramos.⁴³⁴

As relações familiares e os antecedentes de José Arouche de Toledo Rendon o gabaritavam para quaisquer cargos da República e quanto a isso nenhum dos opositores do general Castro e Mendonça poderia recorrer. Entretanto, conforme visto acima, o general foi acusado de nomear “pessoas menos dignas”, de “baixo nascimento e incapazes para qualquer ação militar importante” para os regimentos milicianos da capitania. Estes homens eram justamente aqueles ligados ao comércio de gêneros e ao negócio das arrematações das rendas reais paulistas, acusados de ascender aos altos postos de coronel e tenente-coronel de milícias mediante suborno: Francisco Pinto Ferraz, nomeado tenente-coronel do 2º Regimento de Cavalaria da Cidade de São Paulo; Luís Antônio de Sousa, tenente-coronel reformado feito coronel do regimento da vila de Sorocaba; o coronel agregado José Vaz de Carvalho nomeado coronel efetivo da Cavalaria Miliciana de Curitiba; e Francisco José de Sampaio Peixoto, feito tenente-coronel do mesmo regimento de seu sogro José Vaz.⁴³⁵

Além destes quatro negociantes, cujos interesses já foram descritos acima, o governador também nomeou o major Antonio Manoel de Macedo para o posto de coronel da vila de Cunha, localizada no Vale do Paraíba. Anos depois, já durante o governo de Franca e Horta, Macedo foi descrito como “protegido” do governador anterior; segundo as acusações, Castro e Mendonça teria levantado um novo regimento de Milícias com o único objetivo de fazê-lo coronel. Ademais, Macedo passara de sargento-mor de Ordenanças ao posto de coronel em apenas 8 anos, o que comprovaria a intromissão do general Castro e Mendonça na concessão de suas patentes. Segundo o general Franca e Horta, Macedo era violento, intrigante, vaidoso e ambicioso, por isso não mereceria a patente de brigadeiro

⁴³³ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, códice 474, vol.2, 1803-1806, fls. 14v-22, ofício de 20/04/1803.

⁴³⁴ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4101. Ofício do General Horta de 19/12/1803.

⁴³⁵ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 3638. Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 29/01/1799.

comandante das vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião, além do Hábito da Ordem de Cristo, que requeria em 1805.⁴³⁶

O comando solicitado por Macedo o colocaria numa posição privilegiada em uma região voltada ao comércio com o Rio de Janeiro e à entrada de gêneros destinados à capitania de Minas Gerais através do Vale do Paraíba. Não foram encontrados documentos que comprovem o envolvimento deste coronel no comércio da região, o primeiro contrato em que ele aparece como arrematante é o do Subsídio Literário das vilas de Lorena e Cunha no triênio iniciado em 1806,⁴³⁷ entretanto, principalmente a partir de 1810, seu nome aparece em vários contratos arrematados em ramos que, em conjunto, somam montantes elevados.

A Coroa portuguesa não esteve alheia ao envolvimento dos generais com os negociantes locais através da nomeação para altas patentes milicianas, embora raramente tenha negado a confirmação de alguma delas; mesmo porque, era a estes homens que o governo iria recorrer quando fosse preciso utilizar a força armada por eles comandada. Foi prática comum entre os governadores aumentar o número de oficiais milicianos ou prover homens de maiores posses em preferência aos que deveriam ascender a estes postos pela antiguidade no serviço. Por estes meios, homens de negócios e membros das famílias paulistas mais tradicionais se aproximavam da administração da capitania e podiam usar das novas esferas de influência disponíveis em benefício de interesses próprios e de grupo. A Coroa tentou coibir, ou ao menos controlar, esta prática, mas como já indicava o governador Bernardo José de Lorena:

“... as promoções destes corpos se não podem fazer com a regularidade que se pratica nas tropas pagas; Porque muitas vezes é preciso preferir um homem que tenha posses para fazer seus uniformes a um de muito maior merecimento a quem não faria conta a sua Promoção por esta única razão.”⁴³⁸

⁴³⁶ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documentos 4331 e 4332. Cartas do general Antônio José da Franca e Horta de 20 e 26 de abril de 1805.

⁴³⁷ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, códice 469, v.3, 1803-1806, fl.146v, 24/01/1806

⁴³⁸ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v.XLV, p.32, Ofício do capitão-general Bernardo José de Lorena a Martinho de Melo e Castro, 31/07/1789.

Lorena usou desta justificativa em 1789, no início de seu governo, e parece ter continuado a nomear “homens de posses” para as mais altas patentes milicianas e para as Ordenanças, pois nos anos seguintes a Coroa voltou a lhe repreender por ter nomeado um sargento-mor das Ordenanças da cidade de São Paulo de forma irregular.⁴³⁹ Em 1797 a Coroa baixou ordens para que os regimentos auxiliares fossem reorganizados de acordo com os do Reino e passassem a se chamar “Milícias”, os antigos “mestres de campo” passaram a ser chamados de “coronéis”.⁴⁴⁰ Cinco anos depois, talvez em resposta às acusações enviadas ao Reino, o governador e capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça recebia uma Carta Régia na qual se ordenava que “... daqui em diante não se crie de novo Posto algum de milícias, ou de Ordenanças, nem se altere de maneira alguma a organização, e composição atual desses Corpos, sem que primeiro os Governadores e Capitães Generais respectivos me apresentem as razões [...] que para isso possa haver, e sem que recebam as Minhas posteriores Resoluções [...]”.⁴⁴¹ Ainda em 1802, a Coroa proibia todos os governadores, inclusive o vice-rei, de passarem patentes honoríficas sem ordem real e, pouco depois, voltou a proibir a multiplicação de patentes militares nos corpos milicianos ordenando que se seguisse invariavelmente as promoções que procedessem dentro dos mesmos corpos.⁴⁴²

Difícilmente os generais conseguiriam executar fielmente todas essas ordens. Exemplo disso é a carta do general Horta de 1803, na qual respondeu ao requerimento de dois coronéis afastados de seus postos pelo governo antecedente com a desculpa de que estavam ocupados em localidades distantes de seu regimento. Horta ponderou que Castro e Mendonça assim fizera unicamente para colocar no lugar dos coronéis afastados protegidos seus, sem nenhuma outra razão mais sólida, pois para a disciplina desses corpos bastaria a ação do sargento-mor e de seus dois ajudantes pagos, que atuavam junto dessas tropas. Horta também lembrava que, mesmo distantes de seus regimentos, eram os coronéis milicianos que sustentavam seus soldados e que a maioria deles permanecia nos seus postos enquanto ocupava outros cargos da República ou assistia em vilas distantes de seus

⁴³⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Lata C00244, maço 16A, pasta 2. Documento de 1794.

⁴⁴⁰ *Documentos interessantes...*, v.89, p.30. Provisão do Conselho Ultramarino de 20/11/1797.

⁴⁴¹ Idem, pp.258-259, documento datado de 20 de julho de 1802.

⁴⁴² Idem, pp.261 a 263, provisões de 24 de março e 4 de abril de 1802, respectivamente.

regimentos.⁴⁴³ Por outro lado, o mesmo Franca e Horta afirmava que pretendia obviar os prejuízos causados à governança local pelos privilégios concedidos aos oficiais milicianos solicitando-lhes que servissem voluntariamente nas câmaras e dando baixa a todos cujas patentes não haviam sido confirmadas pela Coroa.⁴⁴⁴

Além de galgar altas patentes nas milícias paulistas a fim de ampliar sua influência junto à administração local e metropolitana, negociantes, produtores e contratadores com interesses enraizados na capitania de São Paulo continuaram a usar das mesmas estratégias de seus pares lisboetas ou fluminenses a fim de atrair as “simpatias” da Coroa através da obtenção de mercês. Praticamente todos esses homens fizeram vultosas doações para o financiamento de obras de melhoria da vila e da capitania paulistas, tais como o chafariz e a construção do caminho pela Serra do Mar e, depois, do caminho entre Santos e o Cubatão; além de atender à Coroa quando solicitados a enviar auxílios em gêneros e em moeda ao Reino, principalmente durante os conflitos europeus de inícios do século XIX.

Dessa forma, constavam da lista da “subscrição voluntária” para o Hospital Militar de 1802, dentre outros, os coronéis Luís Antônio de Sousa, José Vaz de Carvalho e José Arouche de Toledo Rendon, todos enviando a quantia de 38\$400 réis cada; já Francisco Pinto Ferraz, Bento Tomás Viana e Tomás da Costa Correia Rebelo ainda não tinham entregado as quantias prometidas de 40\$000, 38\$400 e 90\$000 réis, respectivamente.⁴⁴⁵

Em 1804 a Coroa portuguesa recorreu diretamente aos fiéis vassalos paulistanos solicitando-lhes auxílio para o Reino ameaçado pela conjuntura de guerra na Europa, foi então lançado o “donativo voluntário” recolhido durante os três anos seguintes. Os responsáveis nomeados para recolher o donativo foram o brigadeiro Manuel Mexia Leite, o coronel José Joaquim Gavião, o coronel Francisco Xavier dos Santos e o coronel José Vaz de Carvalho.⁴⁴⁶

Importante ressaltar que da lista dos donativos voluntários de 1804 a maioria era formada por dívidas contraídas pelo ex-governador Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça e por seu ajudante de ordens Tomás da Costa Correia Rebelo, então doadas por

⁴⁴³ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v.94, p.32, ofício de 28/03/1803.

⁴⁴⁴ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4128 de 31/02/1804.

⁴⁴⁵ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol.95, pp.25-28, novembro de 1802.

⁴⁴⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00243. Real Fazenda – Procurador da Coroa – Juiz do fisco e escrivão da contadoria, 1772-1822, pasta 2, doc.16-2-16.

alguns dos negociantes paulistas do período, já citados. Assim, o coronel Francisco Xavier dos Santos, membro da Junta da Fazenda, cedia a dívida que o antigo governador tinha para com ele do valor de 2:000\$000 réis; o coronel Francisco Pinto Ferraz cedia a dívida total de mais de 4 contos do mesmo Castro e Mendonça e de seu ajudante de ordens; só de dívidas do general ainda foram doados 900\$000 réis pelo coronel Jerônimo Martins Fernandes; 665\$645 réis pelo cirurgião mor Manoel Martins dos Santos Rego; 324\$585 réis oferecidos por Bento Tomás Viana; 231\$020 réis do tenente coronel José Mendes da Costa e 968\$735 doados pelo coronel Luís Antônio de Sousa. De dívidas do ajudante de ordens, foram doados 1:851\$165 réis pelo coronel José Vaz de Carvalho e 400\$000 réis pelo tenente coronel José Mendes da Costa. Donativos reais seriam apenas os 500\$000 réis doados por Francisco Xavier dos Santos, os 640\$000 réis de Francisco Pinto Ferraz e os 400\$000 do coronel Luís Antônio de Sousa, prometidos caso a cobrança das dívidas fosse impossível.⁴⁴⁷ Também José Vaz de Carvalho reformou sua oferta e se obrigou a “fazer boa” a doação de 2:000\$000 réis.⁴⁴⁸

A cessão das várias dívidas contraídas pelo ex-governador Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça para a Coroa indica mais uma vez seu envolvimento direto com o comércio que girava pela capitania de São Paulo. No ofício que acompanhou os documentos relativos ao donativo voluntário oferecido pelo cirurgião mor Manoel Martins dos Santos, em pagamento de parte da dívida do ex-general, consta inclusive os gêneros pelos quais a dívida fora contraída: as contas incluíam botões, tecidos, tesouras, vinho, lápis, luvas, fivelas, linha, castiçais, jóias, 40 canecas, 20 penicos, 20 aparelhos de chá; além de paio, cerveja, azeitona, queijos e nozes perfazendo um total de mais de 6 contos de réis dos quais a maior parte já havia sido paga.⁴⁴⁹ Obviamente, tais volumes de louça e de penicos não correspondiam apenas ao uso pessoal do governador.

Também foram feitas doações de dívidas contraídas com moradores de Goiás, como, por exemplo, a do capitão Francisco Gonçalves Bragança para com o negociante Eleutério da Silva Prado, no valor de 469\$671 réis relativos à compra de bestas.⁴⁵⁰ Outros paulistas resolveram doar os soldos a eles devidos pela Real Fazenda ou as dívidas de

⁴⁴⁷ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v.95, pp.376-377.

⁴⁴⁸ Idem, p.311, relação de outubro de 1804.

⁴⁴⁹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 474, v.2, 1803-1806, fl.112v., 18/04/1805.

⁴⁵⁰ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 469, v.3, 1803-1806. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo de 01/08/1804, cobrando a dívida.

moradores que existiam em Lisboa, tal como o capitão-mor Francisco Xavier da Costa Aguiar, que doou 100\$000 réis em letra sacada sobre o negociante lisboeta Bernardo Clamouse, e Manoel Lopes Branco da Silva, que doou 700\$000 réis devidos por José Felizardo da Fonseca, dentre outros.⁴⁵¹ As várias dívidas doadas em letras a serem sacadas em Lisboa indicam ainda que os negociantes radicados em São Paulo também mantinham relações comerciais naquela praça.

Em 30 de abril de 1805, o general Horta comunicava o nome dos vassalos paulistas que mais tinham se distinguido nos “donativos voluntários” à Coroa, eram eles o ouvidor da Comarca de Paranaguá Manoel Lopes Branco e Silva e o Sargento-mor José Feliz da Cunha, morador de Curitiba. Ambos entregaram as quantias doadas em moeda, o que faz crer que as dívidas entregues em doação não foram muito bem recebidas pelo general Horta e pela Coroa, possivelmente devido à dificuldade em arrecadá-las. Com o passar do tempo os doadores paulistas, especialmente os negociantes, se responsabilizaram pelas dívidas doadas que não pudessem ser cobradas, a Coroa acabou declarando a maior parte delas falida e de difícil liquidação, ordenando à Junta da Fazenda que fizesse as cobranças necessárias.⁴⁵²

Ainda em 1805 o general Horta comunicou a remessa de mais de 29 contos de réis em donativos a serem enviados à Corte e à cidade do Porto pelos negociantes locais, “soma que se não podia esperar duma tão pobre e angustiada Capitania”, segundo ele.⁴⁵³ Os negociantes paulistas que passaram letras para o envio dos donativos, e que portanto mantinham negócios e correspondências em Lisboa, foram o coronel Luís Antônio de Sousa e seu sócio e irmão Francisco Antônio de Sousa (letra de 8:000\$000 réis sacada sobre Bernardo Clamouse e Cia); o capitão João José da Silva Costa e seu sócio capitão João de Moura Negrão (3:000\$000 réis sacados sobre Manoel de Sousa Freire e Cia); o capitão Manuel Rodrigues Jordão e sócio tenente Elias Antonio Pacheco (4:000\$000 réis sobre Manoel de Sousa Freire e Cia); o coronel José Vaz de Carvalho e sócio Joaquim Roberto de Carvalho e Macedo (5:000\$000, sendo 3:000\$000 réis sacados sobre o Dr. José Francisco Maciel Monteiro e letra de 2:000\$000 réis passada para pagamento dos efeitos

⁴⁵¹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 474, v.2, 1803-1806, fl.106 e 104, documentos de 24/10 e 23/02/1805.

⁴⁵² Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 474, v.2, 1803-1806, fl.110, provisão de 23/10/1806. Ver também a nota seguinte.

⁴⁵³ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v.94, p.229.

que carregavam no navio Boa Passagem); o capitão-mor Antonio do Rego Baldaia e sócio Vicente Joaquim (duas letras de 1:500\$000 réis); Caetano José da Silva e seu sócio Cipriano da Silva (8:000\$000 réis sobre José Marques da Silva ou a Pedro Vieira).⁴⁵⁴ Em 1807 ainda foram enviadas ao Reino doações de açúcar e anil vindos principalmente dos produtores das vilas de Itu e de São Sebastião,⁴⁵⁵ depois disso iniciam as doações requeridas para a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, oferecidas logo que se teve notícia da partida da família real para a América.

*

Os dados arrolados acima evidenciam que produtores e negociantes radicados na capitania de São Paulo, fossem eles nascidos ou casados nas “principais famílias” locais ou simplesmente estabelecidos na região com seus negócios, usaram de todos os meios disponíveis para ampliar suas esferas de influência e abrir espaços econômicos que lhes garantissem não só lucratividade nos negócios, mas também os dividendos sociais que a aliança com o Estado Português poderia lhes trazer, tais como altas patentes e mercês de hábitos das ordens militares. Para isso, estabeleceram linhas de comércio com outras capitanias e com o próprio Reino, investiram nos contratos das rendas reais, participaram das câmaras, da Junta da Fazenda e das demais instâncias de poder locais, ascenderam na hierarquia miliciana tornado-se coronéis dos regimentos que mantinham à sua própria custa e socorreram o Estado Português e a administração sempre que isso lhes foi requerido.

Estes homens seguiram no seu intento mesmo quando perderam parte de seu campo de atuação com a entrada de grandes negociantes lisboetas nos negócios da capitania, o que por outro lado permitiu o enraizamento de novos agentes comerciais e abriu caminho para o estabelecimento de novas sociedades com a Praça de Lisboa, principalmente entre o que se considerava comércio de grosso trato. Ademais, o envolvimento de homens como Jacinto Fernandes Bandeira e Bento Tomás Viana em redes de negócios estabelecidas na capitania de São Paulo atesta o estreitamento de vínculos entre grupos de negociantes paulistas e lisboetas; questão cuja importância se amplia quando da análise do movimento ocorrido entre 1820 e 1822, em São Paulo, relativo ao atrelamento paulista a grupos envolvidos com D Pedro I ou com os revolucionários vintistas, conforme veremos a seguir.

⁴⁵⁴ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 474, v.2, 1803-1806, fl.120, 30/05/1805.

⁴⁵⁵ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, código 474, v.3, 1806-1817, ofício de 28/02/1807. Nesta ocasião foram doadas 136 arrobas de açúcar e 16 arratéis de anil.

O envolvimento dos generais enviados para o governo de São Paulo com diversos grupos de negociantes também indica que as práticas administrativas portuguesas do período poderiam ser bastante flexíveis, permitindo ajustes favoráveis às redes de interesse que perpassavam as hierarquias administrativas. Aliados deste ou daquele general, grupos de negociantes e produtores paulistas ora perdiam, ora ganhavam espaço com as ações dos governadores que, pode-se dizer, agiam deliberadamente na defesa dos interesses dos grupos a eles ligados.

Mais do que isso, as transformações ocorridas entre a década final do século XVIII e o início do XIX corroboram as afirmações anteriores de que a capitania de São Paulo estava plenamente integrada ao movimento de expansão econômica do Império Português impulsionado em meados do século XVIII⁴⁵⁶ e que, a despeito das teses segundo as quais esta porção da América Portuguesa passava por uma lenta recuperação iniciada somente na década de 1790, desde pelo menos meados do setecentos a economia paulista e a mercantilização de sua produção vinha oferecendo oportunidades de enriquecimento e de inserção de homens aí radicados em esferas públicas e administrativas.

As autoridades metropolitanas estavam cientes da dinamização econômica paulista, daí a preocupação da Coroa com a elevação constante dos valores dos contratos⁴⁵⁷ e com a correta prestação de contas por parte da Junta da Fazenda da capitania.⁴⁵⁸ Nota-se também o interesse de negociantes de outras partes do Império sobre a arrecadação de tributos produzidos em São Paulo, indicando, mais uma vez, sua inserção no sistema produtivo e comercial imperial; ainda que proporcional a um tipo de produção em sua maioria voltada para o abastecimento interno e para o comércio de gado com outras capitanias até pelo menos o início da década de 1790.

⁴⁵⁶ O movimento de expansão econômica do Império Português, impulsionado pela produção dos Domínios Americanos, porção territorial cuja produção definia as relações econômicas portuguesas durante a segunda metade do século XVIII, foi descrito nas obras de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial* e José Jobson Arruda *O Brasil no comércio colonial*.

⁴⁵⁷ Foram dadas ordens para que os contratos jamais fossem arrematados por valores menores que os praticados anteriormente, sendo que na ausência de lances satisfatórios as rendas reais deveriam ser administradas por homens indicados pelas câmaras ou pelo capitão-general, os membros das Juntas da Fazenda que desobedecessem tais ordens poderiam responder pelos prejuízos causados. Conferir Arquivo Nacional – RJ, Cartas e Provisões dirigidas à Junta da Fazenda de São Paulo, Códice 447, v.2, 1774-4791, fl.171, Provisão do Real Erário de 10/07/1789.

⁴⁵⁸ Arquivo Nacional – RJ, Códice 446, v.4, 1789-1797. Provisões do Real Erário, [fl.5], [fl.7], [fl.11] e [fl.24].

João Fragoso, estudando redes familiares de negócios cuja influência se fazia presente na política americana de finais do setecentos, afirmou que “o sucesso de uma dada rede imperial – elas eram várias e podiam ser adversárias – dependia de diversos requisitos, como cabedal e influência no paço lisboeta. Entretanto, a estes requisitos se agrega o mercado. (...) Assim, as redes imperiais tinham de contar, ou melhor, negociar com os vassalos americanos – personagens daquelas teias. Isso redefinia os mecanismos de transferência de recursos da Colônia para o Reino e, portanto, a própria dinâmica imperial.”⁴⁵⁹

Incluídos em suas próprias redes e agindo de forma semelhante a seus pares lisboetas, fluminenses ou baianos, negociantes e produtores enraizados com comércio e família na São Paulo colonial ingressaram no sistema de arrematação das rendas reais e nas tropas de segunda linha paulistas, agindo conscientemente a fim de participar das esferas decisórias e das principais instâncias locais garantidoras de reconhecimento social, mesmo durante o período em que sofreram a concorrência de grupos lisboetas e fluminenses, aos quais muitas vezes se aliaram.

Isso não quer dizer que estes homens pretendiam simplesmente reproduzir hierarquias próprias do Antigo Regime português em terras americanas. Assim, embora os protagonistas aqui citados atuassem dentro de parâmetros estabelecidos a partir do centro de governo representado por Portugal, souberam se apropriar de práticas que lhes permitiram ampliar seu espaço de manobra política e econômica, respondendo às suas pretensões de enriquecimento e ascensão social de acordo com o desenvolvimento econômico paulista do período. Dessa forma, souberam aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado que se expandia dos dois lados do Atlântico, aos auspícios da cultura liberal então em desenvolvimento.⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ João Fragoso, “Elites econômicas em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América Lusa. Notas de uma pesquisa”, in: István Jancsó (org), *Independência: história e historiografia*, pp.849-879.

⁴⁶⁰ Segundo Pierre Rosanvallon, em *O Liberalismo econômico. História da idéia de mercado*, a partir do século XVII, na Europa, o Liberalismo caracteriza uma “cultura”, pois, mais do que encarnar uma doutrina, acompanhou a entrada das sociedades modernas numa nova era de representação do vínculo social, baseada na utilidade e na igualdade, marcando um novo passo na representação das relações entre o indivíduo e a autoridade. A partir de então, e especialmente durante o século XVIII, a noção de mercado passaria a ser vista como o verdadeiro regulador da sociedade, e não somente na economia. Ver especialmente a introdução, “Pensar o Liberalismo”, e o capítulo 1, “A questão da instituição e da regulação do social nos séculos 17 e 18”.

Já está claro que, na São Paulo colonial, negociantes poderosos se envolviam com as autoridades públicas, especialmente com os governadores e ouvidores, na defesa de seus interesses próprios e de grupo. Além disso, os interesses destes “paulistas” ultrapassavam os limites da capitania, pois o lugar estratégico de São Paulo na interligação das áreas produtoras de gado e de gêneros de subsistência com o Rio de Janeiro, Minas Gerais e as minas de Goiás e de Cuiabá tornava a região um ponto central das rotas de comércio interno à América Portuguesa.

Supera-se assim a velha imagem da capitania de São Paulo pobre e decadente, desvinculada do sistema econômico imperial até o início do século XIX, já que a região pode agora ser vista como parte totalmente integrada às estruturas sociais e econômicas que permeavam o Império Português como um todo, pois os homens que se radicaram em São Paulo com famílias e negócios e auxiliavam o Estado Português através de arrematações, doações, serviços militares, ingresso nas câmaras e demais instâncias administrativas tinham consciência de seu pertencimento à monarquia e das benesses que os serviços prestados lhes garantiriam.

Capítulo IV – A Corte Portuguesa na América e o re-ordenamento das esferas administrativas e do sistema de arrematação em São Paulo (1808-1822)

“... esperava este Governo da bondade e magnanimidade de Sua Alteza Real, que deixasse livre a esta Junta Provisória a disposição e economia do Governo Interno da Província, na conformidade do que já em parte se havia concedido aos governadores e capitães gerais das Capitânicas; e outrossim o direito de representar os inconvenientes, que possa ter qualquer Lei, ou Decreto de Sua Alteza...”

(Ata da segunda sessão da Junta do Governo Provisório de São Paulo, em 28 de junho de 1821)

Capítulo IV – A Corte Portuguesa na América e o re-ordenamento das esferas administrativas e do sistema de arrematação em São Paulo (1808-1822)

a) 1808 e a reconfiguração administrativa dos Domínios Portugueses na América

A transferência da Corte e a conseqüente necessidade de aparelhar a América Portuguesa para atender ao estatuto de sede da monarquia transformou a relação de forças entre governo central e governadores das capitanias e entre estes e os grupos de poder atuantes na América Portuguesa, entre eles negociantes, arrematantes das rendas reais e os “homens bons” das vilas e cidades. Como bem lembrou Maria de Fátima Gouvêa, estava em jogo a sobrevivência do próprio Império Português, daí a necessidade de se implementar medidas de defesa da economia e de promoção de novas esferas de governabilidade a partir da administração central instalada no Rio de Janeiro⁴⁶¹.

Entre outras medidas, foi necessário criar todo um sistema para ampliar as vias de acesso e de abastecimento da Corte recém instalada, que com o tempo fortaleceria linhas de comércio interno e grupos produtores e negociantes de São Paulo, do sul de Minas e do Rio de Janeiro.⁴⁶² Considerando a inserção de São Paulo em redes de comércio interno, tais medidas fortaleceriam grupos produtores paulistas ligados ao Rio de Janeiro, além de favorecer a ascensão de outros tantos, cuja atuação política saltou aos olhos especialmente após a década de 1820 e a formação do Império Brasileiro.

Com relação às questões propriamente administrativas, tanto a esfera de influência quanto o poder de decisão dos capitães gerais e dos grupos de interesse locais se alteraram depois de 1808. A partir de então os gerais e os órgãos ligados à Fazenda Real passaram a prestar contas diretamente aos ministros e órgãos representativos centrais, sediados no Rio de Janeiro, sem a intermediação do Conselho Ultramarino. Também as queixas e representações de câmaras, juízes e ouvidores chegariam mais rapidamente aos

⁴⁶¹ Maria de Fátima Silva Gouvêa, “As bases institucionais da construção da unidade dos poderes do Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro”, In: István Jancsó (org.), *Independência: história e historiografia*, pp.707-752. Olhando por outro lado, Riva Gorenstein, em “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro, 1808-1830”, apontou que, depois de 1808, negociantes já estabelecidos no Rio de Janeiro ou aqueles que seguiram a Corte, encontraram novas oportunidades de participar da vida política e administrativa fluminense em meio a um mercado competitivo e em ampliação.

⁴⁶² Alcir Lenharo, *As tropas da moderação*, especialmente a introdução e o capítulo 1.

ministros, sendo mais prontamente atendidas. Por outro lado, o novo Intendente-geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, cargo ocupado entre 1808 e 1821 por Paulo Fernandes Viana, passou a atuar junto a magistrados, capitães-generais, ouvidores e desembargadores do crime de toda a América Portuguesa, na tentativa de coordenar ações voltadas ao abastecimento da Corte, à punição de “vadios” e delinqüentes e ao controle da circulação de livros e pessoas estrangeiras⁴⁶³.

Nos anos seguintes, a criação da nova comarca de Itu⁴⁶⁴ e a conseqüente nomeação de seu ouvidor, além das nomeações de juizes de fora para várias localidades paulistas⁴⁶⁵, indicam não só o crescimento demográfico e, portanto, da demanda por questões hoje ditas judiciais na capitania de São Paulo, mas também uma preocupação da Coroa em melhor controlar as justiças e a administração locais, ampliando canais de comunicação entre os “povos” das vilas e o governo central, principalmente em localidades consideradas estratégicas, tais como a cidade de São Paulo, as vilas de Itu, Paranaguá, Taubaté e São Sebastião, núcleos de produção e/ou regiões estrategicamente localizadas nas rotas de comércio de gêneros destinados aos mercados americano e atlântico.

Sintomático desse movimento, o modo como os capitães-generais atuaram em São Paulo a partir de 1808 também mudou. Poucos documentos encontrados para o período compreendido entre o término do governo do general Franca e Horta (1811) e a instalação da primeira Junta Provisória de Governo (1821), produzidos para prestar contas ao governo central, indicam atritos diretos entre governadores, câmaras, ouvidores, juizes de fora e bispos, tais como aqueles que envolveram o Morgado de Mateus, Martim Lopes Lobo de Saldanha e Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, citados anteriormente. Não que a proximidade do Príncipe Regente e depois rei D. João VI tivesse acabado com redes de favorecimento e com os conflitos daí decorrentes; todavia, durante o re-ordenamento das esferas administrativas e da reconfiguração dos espaços de poder ligados à instalação da Corte no Rio de Janeiro, os generais parecem ter perdido parte do poder que antes detinham

⁴⁶³ Sobre a atuação do Intendente Geral de Polícia, ver o artigo de Maria de Fátima Gouvêa citado acima, especialmente pp.723-725.

⁴⁶⁴ *Collecção das Leis do Brasil*, Alvará de 2 de dezembro de 1811, p.141. Anteriormente, a capitania de São Paulo estava dividida entre as comarcas de São Paulo e Paranaguá.

⁴⁶⁵ O primeiro juiz de fora da cidade de São Paulo foi nomeado em 1810, era Estevão Ribeiro de Resende, que se ligaria por casamento à família do brigadeiro Luís Antônio de Sousa. Em 19 de fevereiro de 1812 foi criado o posto de juiz de fora de Paranaguá e a cabeça dessa comarca passou a se estabelecer em Curitiba; em 1817 foram criados os postos de juiz de fora de Taubaté, Guaratinguetá e São Sebastião. Conferir a *Collecção das Leis do Brasil*, dos anos respectivos.

enquanto representantes do Rei português em domínios tão distantes da sede de governo. Além disso, durante o período joanino, por duas vezes a capitania foi administrada por governos interinos compostos pelo Bispo, pelo ouvidor da Comarca de São Paulo e pela máxima autoridade militar da capitania; uma entre 1813 e 1814 e outra entre fins de 1817 e abril de 1819. Esta prática era antiga e sempre fora adotada enquanto se aguardava a nomeação ou a chegada de novos governadores, mas chamou mais a atenção nesse momento por tratar-se justamente de um período em que a proximidade com o centro administrativo do Império facilitaria as nomeações de novos capitães gerais.

Também os relatórios de governo, elaborados a pedido da Coroa para auxiliar os governadores recém nomeados em sua administração, mudaram de caráter durante o governo joanino. Os relatórios e ofícios produzidos pelo Morgado de Mateus, por Lobo de Saldanha, por Bernardo José de Lorena, por Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça e ainda nos primeiros anos de governo do general Antônio José da Franca e Horta eram ricos no que diz respeito à análise da produção local, em propostas para o engajamento da população livre e pobre em rotinas de trabalho e modos de vida ditos “civilizados” e nas questões que envolviam a ampliação e o controle sobre a comercialização da produção paulista. Também era comum o ataque direto às demais autoridades que disputavam jurisdições e espaços de mando com os governadores, tais como as câmaras, bispos, ouvidores, provedores e procuradores da Fazenda.

Já o relatório produzido pelo general Horta no final do seu governo, em 1811,⁴⁶⁶ parece bem mais “técnico” que os de seus antecessores e mesmo do que seus primeiro atos normativos produzidos na capitania. No relatório de 1811, Horta criticou dois antigos ouvidores da Comarca de Paranaguá e a atuação de Martim Francisco de Andrada, Diretor das Minas e Matas de São Paulo desde 1801, junto à Fábrica de Ferro de Sorocaba, acusando-o de indispor o administrador da fábrica com o governo da capitania. Mesmo assim, a apresentação dos principais assuntos que envolviam a administração paulista foi bastante descritiva. O governador ressaltou as obras que empreendeu com vistas à melhoria da capitania, mas não fez acusações ou defesas inflamadas sobre sua atuação em pontos

⁴⁶⁶ *Exposição minuciosa feita por Antônio José da Franca e Horta, governador e capitão-general da Capitania de S. Paulo ao seu sucessor, o Marquês de Alegrete, sobre o estado dos Negócios concernentes à administração e governo da mesma capitania de S. Paulo*, outubro de 1811. 26pp. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, I-28,29,9.

críticos da administração do período, tais como a administração das rendas reais, a aplicação das justiças ou a intromissão de outras autoridades locais em sua jurisdição como governador.

Cumprindo determinações reais anteriores, o general Horta expôs nesse longo documento os “objetos mais interessantes” relativos aos negócios de governo da capitania de São Paulo a fim de informar seu sucessor, o Marquês de Alegrete. O primeiro objeto abordado foi o das “Finanças”, no qual o general centrou sua exposição no expediente da Real Fazenda sem, entretanto, listar rendas, despesas e informações relativas aos diversos impostos e arrematações. O segundo tema tratado foi o “Estado Militar”, no qual se declarou o número de tropas de linha e milicianas, seus regimentos, o envio de soldados ao Rio Grande de São Pedro e as dificuldades enfrentadas pelo governo no recrutamento; além disso, o grande número de deserções de soldados milicianos, temerosos de serem enviados ao Sul, estaria dificultando a formação dos contingentes necessários. Em seguida, tratou-se do estado das “Fortalezas”, dos “Estudos”, da factura de “Obras públicas”, do “Comércio” e da “Agricultura”.

No item “Comércio”, o governador general ressaltou sua atuação para o estabelecimento do comércio direto entre a vila de Santos e a cidade do Porto que, segundo ele, era inexistente antes de seu governo. Horta declarou que os deputados da Companhia das Vinhas do Alto Douro “anuíram prontamente” à sua requisição e que em alguns anos chegou a vir a São Paulo quatro ou cinco navios carregados da produção dos gêneros daquela província que somados aos vindos de Lisboa perfaziam o número de quinze navios anuais a deixar o porto de Santos carregados de gêneros destinados ao mercado europeu. Os contatos com a Praça do Porto teriam sido facilitados pelo auxílio dos negociantes de Santos. A ampliação do comércio paulista com a Europa através do estabelecimento do comércio direto com a cidade do Porto também teria atuado favoravelmente na ampliação da produção agrícola paulista.

Neste relatório de governo, grande atenção foi dada às obras de melhoramento de estradas e caminhos que ligavam São Paulo a Santos, ao Rio de Janeiro e às regiões de Campinas, Jundiaí e Itu, além do caminho entre o alto da Serra do Mar e o porto de São Sebastião, considerado pelo general um dos mais importantes, dada à capacidade para abastecer a Corte do Rio de Janeiro. Além disso, o general Horta ressaltou suas diligências

junto às Misericórdias fundadas na capitania; ele mesmo teria se tornado irmão da Casa de Misericórdia de São Paulo instando outras “pessoas principais” a fazerem o mesmo, além de incentivar a construção de uma Misericórdia em Sorocaba a ser mantida com um novo imposto sobre o gado e os escravos passados pelo registro dessa vila que, se estabelecido por seu sucessor, pagaria de 20 a 30 réis sobre cada cabeça de gado, servindo também para o cuidado dos tropeiros e peões. O general atenta ainda para a descrição dos principais portos e caminhos da Comarca de Paranaguá, além de instruir acerca da expedição de povoamento de Guarapuava, área de fronteira ocupada havia poucos anos na qual se estabelecera um povoado e um aldeamento indígena.

O relato termina com a descrição de problemas enfrentados na administração da Fábrica de Ferro do Ipanema, em Sorocaba, e com críticas diretas ao então Diretor de Matas e Minas de São Paulo, membro da junta responsável pela administração da fábrica, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, acusado de ter influenciado a indisposição do diretor sueco contratado para administrar a fábrica para com o general. Aliás, o governador José da Franca e Horta vinha enfrentando problemas com a família Andrada, envolvida com negócios na Praça de Santos, há alguns anos. É o que se depreende do ofício de 17 de outubro de 1806 enviado por Martim Francisco a seu irmão José Bonifácio, então Intendente Geral das Minas Metais do Reino de Portugal, no qual se queixava que o governador exigira a entrega de seus diários de excursões mineralógicas e da correspondência enviada ao Conselho Ultramarino sobre esse objeto, o que Martim Francisco considerou não só uma invasão imprópria de sua jurisdição como um insulto pessoal, rogando ao irmão que representasse por ele junto ao regente D. João.⁴⁶⁷ Nesse mesmo ano de 1806 o então juiz de fora de Santos, Antônio Carlos de Andrada Machado, foi acusado de se ausentar de seu cargo ao tornar-se auditor geral das tropas da capitania;⁴⁶⁸ três anos depois, se negou a afixar editais enviados pela Junta da Fazenda por considerá-los incompetentes.⁴⁶⁹ As animosidades entre o general Horta e os Andradas continuaram, pois

⁴⁶⁷ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4547. Em 6 de novembro de 1806, Martim Francisco volta a acusar o general Horta de perseguir sua família a fim de atingi-lo, ver documento 4565.

⁴⁶⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00234: Real Fazenda – Procurador da Coroa – Juiz do Fisco e Escrivão da contadoria, documento 16-2-21, de 12/12/1806.

⁴⁶⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00234: Real Fazenda – Procurador da Coroa – Juiz do Fisco e Escrivão da contadoria, documento 16-2-22. Ofício de 27/03/1809, do presidente do Real Erário, estranhando o procedimento do Juiz de Fora de Santos contra a Junta da Fazenda de São Paulo.

desde 1806 constam queixas de que o general estaria “prejudicando” toda esta família, pelo que chegaram a pedir seu afastamento do governo.⁴⁷⁰ Além das questões relativas à administração da fábrica de ferro, é possível que a indisposição do general Horta para com os Andradas tenha relação com o papel desta família nos negócios efetuados a partir do porto de Santos, visto que vários de seus membros estavam envolvidos em negócios de exportação de gêneros e na arrematação de contratos na região desde a década de 1780.

D. Luís Teles da Silva, o Marquês de Alegrete, sucessor do general Horta, governou São Paulo entre 01 de novembro de 1811 e 20 de agosto de 1813. Não foram encontrados relatórios ou instruções deixadas por ele a seus sucessores, mesmo porque, entre os anos de 1813 e 1814 São Paulo foi novamente administrada por um triunvirato. Em 1814, o então secretário do governo de São Paulo, o coronel de milícias e comendador da Ordem de Cristo, Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro⁴⁷¹, apresentou sua *Memória em que se mostra o Estado Econômico, Militar e Político da Capitania Geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse (...) o Illm. e Exm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma...*⁴⁷², elaborada para inteirar o novo governador dos negócios que vinha administrar. Também aqui não se pretendia propor medidas para o melhoramento da capitania ou expor críticas aos governos anteriores. O secretário começou seu texto apresentando um panorama geral da história paulista, desde os tempos de Martim Afonso de Sousa, seus limites geográficos, população, comarcas e administração das justiças. Também apontou para questões como a necessidade de melhorar a agricultura, as fábricas de algodão e de ferro, bem como as vias de escoamento da produção e destacou os conflitos de jurisdição entre as justiças ordinárias das vilas de Santos, São Sebastião e Paranaguá, onde havia governos subalternos ao capitão-general.⁴⁷³ Passou então a apresentar o estado das tropas de milícias e de ordenanças paulistas, outro assunto de fundamental interesse

⁴⁷⁰ Projeto Resgate. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, catálogo I, documento 1265.

⁴⁷¹ Segundo indicações de Nanci Leonzo, em sua tese de doutorado, *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as Milícias*, pp.184, Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro, natural do Rio de Janeiro, era desembargador aposentado da Relação de Pernambuco, transferido para a cidade de São Paulo em 1807 a fim de ocupar o cargo de secretário do governo, no exercício do qual se dispôs com José Arouche de Toledo Rendon, então Inspetor das Milícias da Capitania.

⁴⁷² A *Memória...* está transcrita no volume XXXVI da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, p.197 a p. 242.

⁴⁷³ Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro, *Memória em que se mostra o Estado Econômico, Militar e Político da Capitania Geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse (...) o Illm. e Exm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma...*, pp.206-07.

para a administração joanina, apontando os danos causados pela desorganização e falta de armamento. Expôs, depois, as leis e ordens que ensejaram a ocupação das tropas paulistas nas expedições de Guarapuava, Tibagi e Camapuã. Chichorro apontou a existência de impostos prejudiciais aos produtores e criadores e acreditava que São Paulo também sofreria devido ao mau método aplicado no cálculo do comércio de seus gêneros, não quantificados nos registros do interior, o quê talvez dificultasse a correta arrecadação de impostos devidos ou o controle da circulação da produção. Dessa forma, se no comércio por via marítima, pelo porto de Santos, as importações excediam exportações, o próprio Chichorro apontara a impossibilidade de contabilizar o comércio feito por via terrestre. Por outro lado, demonstrou os esforços dos capitães gerais, especialmente Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça e José da Franca e Horta, em melhorar as estradas que cortavam a capitania, inclusive estabelecendo novas imposições ou aceitando donativos voluntários dos produtores e comerciantes das regiões favorecidas pelos novos caminhos.⁴⁷⁴

O Conde da Palma governou até novembro de 1817, depois do quê a capitania voltou a ser administrada por um triunvirato até a posse de João Carlos Augusto Ulrico de Oeynhausen-Gravenburg, em abril de 1819. A *Informação do Estado dos Negócios da Capitania de São Paulo dada pelo governo interino presidido pelo bispo D. Mateus de Abreu Pereira*⁴⁷⁵, datada de 24 de abril de 1819, também atenta, principalmente, para aspectos organizacionais da capitania. O texto descreve os limites paulistas, calcula sua população, aponta tribunais e juízes atuantes em São Paulo, a Intendência da Marinha, os empregados militares, a composição do Estado Maior e da Secretaria de Governo, além dos engenheiros empregados em obras da capitania. Atenção especial é dada à força armada, quando se descreve a composição da legião, as tropas milicianas e as ordenanças, ressaltando novamente o temor que a possibilidade de recrutamento causava entre a população. A *Informação* destaca ainda as expedições para Guarapuava, os aldeamentos indígenas, o aumento do comércio e as fábricas existentes em São Paulo, terminando por

⁴⁷⁴ Idem, p.224. Descrição detalhada da construção e conserto de antigos caminhos, bem como das imposições estabelecidas para tal fim, é dada entre as pp.224-230, ressaltando-se aquelas que ligavam o planalto à região de Paranaguá, as que cortavam o Vale do Paraíba e o caminho pela Serra do Mar, até o Cubatão e o porto de Santos.

⁴⁷⁵ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, cota I-31,22,6.

declarar a impossibilidade de apresentar detalhes sobre a Fazenda Real, visto que desde julho de 1817 os governos interinos teriam deixado de presidir as Juntas da Fazenda.⁴⁷⁶

Embora tragam importantes informações sobre a organização administrativa da capitania/província de São Paulo, os três últimos relatórios citados são bem mais descritivos com relação às obras empreendidas pela administração que aqueles produzidos por seus antecessores. As principais questões que afligiam o governo paulista, quais sejam, as rendas reais, a agricultura, o comércio, o estado militar da capitania, são apresentados, porém desaparecem os ataques diretos a determinadas pessoas ou grupos acusados de interferência na jurisdição dos generais; tampouco se notam tentativas de defender medidas consideradas “arbitrárias” por este ou aquele grupo, tomadas durante estes períodos de governo.

Nestes textos, chama a atenção aspectos antes negligenciados pelos administradores paulistas em seus relatórios, tais como o estabelecimento exato dos limites da capitania/província e, no caso da *Memória...* do secretário de governo Manoel Sousa Chichorro, a apresentação de uma “história” de São Paulo, provavelmente baseada nos escritos de Frei Gaspar da Madre de Deus elaborados na segunda metade do século XVIII. Na mesma época em que estes relatórios administrativos foram escritos, um paulista filho de negociantes, formado em leis por Coimbra, escreveu uma outra *Memória*⁴⁷⁷ sobre sua terra natal, na qual, ao propor medidas com vistas ao aumento da produção e do comércio paulistas, também recuperou a história dessa região. Ao narrar sua história de São Paulo, o autor, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, atentou principalmente para os erros cometidos pelos administradores responsáveis pela capitania desde a época da abertura dos caminhos para as regiões auríferas das Gerais, de Goiás e do Mato Grosso, passando pela suspensão do governo geral de São Paulo, a administração do Conde de Bobadela, a atuação do Morgado de Mateus e seus sucessores. A certa altura, Veloso declarou: “Já o

⁴⁷⁶ As Juntas da Fazenda eram presididas pelos governadores, cujo voto tinha o mesmo peso daquele dos outros membros. Em 1817 ordens reais determinaram que, na ausência dos governadores, os governos interinos formados pelas máximas autoridades religiosa, militar e civil locais perdessem o direito de voto na Junta da Fazenda. Esta medida tirava das mãos de autoridades envolvidas em diversos ramos da administração local o poder de decidir sobre a liberação de dinheiro para o pagamento de soldos e de cõngruas, o financiamento de obras e o controle sobre as arrematações de rendas reais que se fizessem na província.

⁴⁷⁷ Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo*. Texto elaborado em 1810 e apresentado ao então Regente D. João, impresso em 1822, depois da nomeação do autor para procurador-geral da Província de São Paulo.

Brasil não é uma colônia; serve agora de assento ao majestoso trono do Nosso Grande Monarca.”⁴⁷⁸ Dessa forma, é possível considerar que da perspectiva de Veloso e dos administradores paulistas de inícios do século XIX, à medida que a capitania/província de São Paulo passava a ter história própria, também deixava de ser considerada “colônia” ou simples área de fronteira voltada precipuamente para a expansão e manutenção territorial, ascendendo então à condição de uma das partes integrantes do Império que, naquele momento, se tornava indispensável para a manutenção do Estado Português na América.

Ademais, é bem provável que o conteúdo das instruções e relatórios de governo tenha mudado porque a proximidade com o centro administrativo do Império diminuía o grau de autonomia dos governadores ou ainda favorecera a abertura de vias de contato e negociação diretas com o Rio de Janeiro, que também atuavam na reconfiguração das forças locais e do espaço de manobra reservado aos generais. Por outro lado, também o procedimento da Junta da Fazenda e o controle sobre o sistema de arrematação das rendas reais precisou ser alterado depois de 1808, pois era necessário garantir tanto o ingresso das rendas necessárias ao estabelecimento do Estado Português na América quanto a criação de novas fontes para o financiamento do Império Luso-brasileiro.

b) O estabelecimento da arrematação em ramos e a reordenação dos grupos de poder locais na capitania/província de São Paulo: 1808-1821

O último *Contrato dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo* arrematado em massa foi concedido a Manoel de Sousa Freire, negociante de Lisboa, e a Manoel Rodrigues Jordão, negociante da capitania de São Paulo, correria durante o triênio de julho de 1807 a junho de 1810, tendo sido negociado meses antes da transferência da Corte para a América, portanto. As condições desse contrato diferem um pouco das anteriores, pois davam especial atenção às formas de pagamento junto à Coroa. O valor oferecido foi de 120:000\$000 réis para o triênio, dos quais 89:200\$000 réis deveriam ser entregues no cofre da Junta da Fazenda da capitania de São Paulo divididos em doze vezes, a primeira parcela sendo paga em outubro de 1808; o restante deveria ser entregue no Real Erário em Lisboa

⁴⁷⁸ Idem, p.77.

dividido também em doze vezes iguais, pelo sócio Manoel de Sousa Freire.⁴⁷⁹ Estas condições datam de março de 1807 e desconsideram as críticas do general Franca e Horta que quando da arrematação anterior queixou-se de que as despesas da capitania cresciam enquanto o valor do contrato dos Dízimos depositado na Junta da Fazenda de São Paulo continuava o mesmo do contrato de 1798, o que novamente acontecia. De qualquer forma, essa arrematação marca a volta dos negociantes paulistas ao maior contrato da capitania na pessoa do futuro brigadeiro Jordão, que viria a ser um dos paulistas mais ricos do século XIX e membro da primeira Junta de Governo Provisória estabelecida em 1821.

Depois da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, os Dízimos passaram a ser arrematados diretamente em ramos, o que tornava o negócio acessível a comerciantes e produtores de médio e pequeno porte que mantinham negócios nas imediações das localidades onde residiam. Nessa época, as grandes fortunas paulistas do início do século XIX ou já estavam consolidadas ou estavam em vias de consolidação e, aparentemente, o negócio dos dízimos, quando feito em ramos, deixou de ser atraente para aqueles que lidavam com o comércio de grosso trato. Por outro lado, o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro geraria novas demandas administrativas e econômicas que os negociantes paulistas de maior vulto passariam a atender.

Com a transferência da Corte portuguesa para a América em 1808 as redes de influência e de negócios tendem a se realinhar, tanto devido à necessidade de abastecimento da nova Corte quanto à proximidade dos tribunais e demais órgãos administrativos portugueses. No que diz respeito à arrecadação de rendas e impostos em São Paulo, a primeira medida tomada pela Junta da Fazenda da capitania foi, como era de se esperar, a suspensão do pagamento dos contratos dos Meios Direitos e Direitos Inteiros dos Animais que passavam pelo Registro de Curitiba e do Contrato dos Dízimos Reais no Erário de Lisboa.⁴⁸⁰ Datam da mesma época a confecção detalhada de listas dos diversos contratos arrematados na capitania de São Paulo nas quais constam os valores das arrematações antecedentes em comparação com as últimas,⁴⁸¹ dados provavelmente solicitados pela

⁴⁷⁹ “Termo das condições com que foi arrematado o Contrato dos Dízimos da Capitania de São Paulo, pelos anos que decorrem do primeiro de julho do presente ano de mil oitocentos e sete ao último de junho de mil oitocentos e dez”, apud Willian Puntchart, *Negócios e Negociantes Paulistas: 1808-1822*, pp.116-119.

⁴⁸⁰ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fl.64, ofício de 03/09/1808.

⁴⁸¹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fl.94 a 99, ofícios da Junta da Fazenda de São Paulo datados de 18/10/1809 e 10/11/1809.

Coroa quando do movimento de reorganização da sede do Estado português na América. Constan dessas listas tanto o contrato dos Dízimos, já citado, quanto o rendimento do Subsídio Literário⁴⁸², o cálculo dos Novos Impostos⁴⁸³, vários rendimentos de passagens cujos contratos correriam entre 1809 e 1811, bem como os valores oferecidos pelo Contrato da Contribuição Literária imposta sobre os gêneros de exportação, especialmente açúcar⁴⁸⁴. Consta ainda que o Contrato dos Direitos sobre os Animais que passam pelo Registro de Curitiba não tinha recebido lance algum depois de finda arrematação de Joaquim Pereira de Almeida, em 1809⁴⁸⁵. Tampouco houvera lance para as Passagens do Cubatão de Santos, a passagem mais importante da capitania em valores arrecadados pela Real Fazenda no período anterior à transferência da Corte, talvez por conta da diminuição do movimento comercial entre os portos da América Portuguesa e do Reino durante o período em que Portugal esteve ocupado por tropas francesas, o que teria feito diminuir o envio de gêneros de exportação ao porto de Santos, que por outro lado podem ter sido redirecionados para suprir a Corte recém instalada no Rio de Janeiro através de outras rotas comerciais.

Em resposta a estes ofícios, o Erário Régio então estabelecido no Rio de Janeiro repreendeu a Junta da Fazenda de São Paulo, alegando que os contratos não foram arrematados pela demora no seu lançamento e ordenou que um ano antes do fim dos contratos os mesmos fossem colocados em praça, para que seis meses antes do início da nova contratação se conhecesse os arrematantes e os valores pagos, a tempo de serem aprovados na Corte. Em sua defesa, a Junta da Fazenda alegou que os arrematantes dos grandes contratos da capitania eram moradores da cidade de São Paulo e que deixaram de lançar desde que fora ordenado que as arrematações fossem feitas em Lisboa, o que ocorreu

⁴⁸² Dividido por vila, valor total de 15:198\$865 líquidos entre 1805 e 1807, período em que foi administrado pela Junta da Fazenda. Recebeu lance de 9:000\$000 réis da sociedade do Coronel Francisco Pinto Ferraz.

⁴⁸³ Dividido por vila, valor total de 32:700\$580 líquidos entre 1805 e 1807, período em que foi administrado pela Junta da Fazenda, indo a lance, recebeu oferta de 18:500\$000 réis, dada a grande diferença entre o valor arrecadado com a administração e o lance oferecido para contrato, a Junta solicitou decisão do Real Erário.

⁴⁸⁴ Este imposto foi instituído por Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, governador entre 1797 e 1802, e permanecia sendo cobrado entre 1809 e 1811, quando foi arrematado por 13:750\$000 para os portos da marinha e por 6:502\$000 réis nas Vilas de Cunha e Lorena, principais regiões por onde escoava a produção paulista.

⁴⁸⁵ Havia sido arrematado por 39:500\$000 réis. Em outro ofício da Junta da Fazenda de São Paulo para o Real Erário, datado de 09/10/1810, consta que não houve interessados na arrematação dos Direitos arrecadados no Registro de Curitiba, cf. Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fl. 127v-131v. Em 1809, o Contrato dos Meios Direitos passou a ser administrado pelo Tenente Coronel Antonio Francisco de Aguiar, que também recebeu ordem para suspender a cobrança dos direitos do gado pertencente à Real Fazenda, cf. Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 469, v.4, 1807-1809, fl.103.

durante a década de 1790, ou por falta de correspondentes ou por temerem lances acima de suas possibilidades. Alegou ainda que a suspensão de lances maiores, feitos na capitania, em benefício dos lances feitos em Lisboa desanimou possíveis contratadores paulistas, numa referência clara à arrematação dos dízimos do triênio entre 1804 e 1807, citada no capítulo anterior. A Junta ainda sugeriu que durante o ano decorrido entre julho de 1810 e junho de 1811 os dízimos fossem arrematados em ramos para que houvesse tempo hábil para se calcular a arrematação por triênio que iniciaria depois de então, pois a administração de todos os ramos deste contrato pela Real Fazenda acarretaria muitos gastos com a manutenção de administradores e feitores.⁴⁸⁶

Colocados novamente em lanço para o triênio que iniciaria em janeiro de 1811, os contratos da Passagem dos Cubatões de Santos, dos Novos Impostos e do Subsídio Literário voltaram a ser arrematados, todos pela sociedade de paulistas formada pelo tenente coronel Francisco Álvares Ferreira do Amaral e pelo coronel Antônio José de Macedo, pelos valores de 26:545\$000 réis, 20:000\$000 réis e 10:000\$000 réis, respectivamente.⁴⁸⁷ Estes valores estão abaixo do que o imposto poderia render se administrado diretamente pela Real Fazenda, pois o “Cálculo do Rendimento dos Novos Impostos”, que acompanhou o ofício, atestava que o mesmo renderia mais de 11 contos de réis somente durante o ano de 1809; o mesmo ocorria com o “Subsídio Literário”, que renderia mais de 6 contos no mesmo período. O ofício da Junta da Fazenda ainda informava que o contrato dos Meios Direitos dos Animais do Registro de Curitiba e dos Dízimos em Massa da Capitania continuavam sem interessados; o rendimento dos Meios Direitos caíra abruptamente, chegando a parcos 4:469\$750 réis no ano de 1809 devido à queda no número de animais exportados pelo Rio Grande de São Pedro num momento de instabilidade política e movimentação militar que prejudicou a criação de animais na região da fronteira com a América Espanhola.

Estes dados indicam que, num primeiro momento, a Fazenda se ressentiu da falta de interesse de negociantes sediados em São Paulo ou na Corte do Rio de Janeiro pelos contratos mais diretamente afetados pelos conflitos diplomáticos e econômicos que

⁴⁸⁶ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fl. 111-112, ofício da Junta da Fazenda de 08/05/1810.

⁴⁸⁷ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, códice 474, v.3, 1806-1817, fls.127v-131v. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo de 09/10/1810.

acompanharam a transferência da Corte para a América, especialmente aqueles ligados ao comércio de gado e à produção de gêneros exportáveis. Por outro lado, vê-se também que alguns desses contratos foram recuperados rapidamente, tal como a passagem do Cubatão de Santos, diretamente ligado ao movimento de importação e exportação da capitania através desse porto. Mesmo o comércio de gado vindo do sul deu mostras de uma pequena recuperação num momento de conflito potencial na região de fronteira, pois foi disputado por duas sociedades para o triênio iniciado em janeiro de 1812, a primeira formada pelos mesmos Francisco Álvares Ferreira do Amaral e Antônio José de Macedo citados acima, que ofereceram 20:000\$000 réis pelo contrato, e a segunda pelo capitão João Lopes de França e seus sócios o Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o capitão José de Andrade e Vasconcelos, que ofereceram 24:000\$000 réis.⁴⁸⁸

A arrematação dos Dízimos Reais da Capitania de São Paulo feita em ramos, iniciada em julho de 1810, sofreu alguns revezes nos dois anos que se seguiriam, pois seis ramos acabaram ficando sem contratador. Assim, mesmo tendo estado em praça por meses, apenas 31 ramos dos Dízimos paulistas foram arrematados para o ano que decorreu até junho de 1811, pelo valor de 20:775\$200 réis, a maioria oferecida pelos dizimeiros que já cuidavam da arrecadação nas vilas respectivas. O restante seria cobrado por “avenças” pelos antigos dizimeiros, eram eles: Parati (rendimento calculado em 4:437\$333 réis/ano), Ilha Grande (7:513\$333 réis/ano), Itu (4:573\$333 réis/ano), Porto Feliz (1:150\$000 réis/ano), Curitiba e anexas (3:116\$666 réis/ano) e Apiaí (250\$666 réis/ano).⁴⁸⁹ Os ramos de Parati, Ilha Grande e Itu chegaram a receber lances porém o baixo valor oferecido levou a Junta da Fazenda a continuar na sua administração. Ainda que o momento fosse de reorganização política e econômica, estas três regiões estavam ligadas a vias de comércio lucrativas, as duas primeiras pela proximidade com o Rio de Janeiro, sede da nova Corte em fase de instalação, e a segunda numa região de produção de gênero de comércio de exportação que continuava expressivo, daí o cuidado da Junta da Fazenda paulista em garantir arrematações minimamente vantajosas à Coroa.

⁴⁸⁸ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, códice 474, v.3, 1806-1817, fls.147v-148v. Sete anos antes, este contrato fora arrematado por 35 contos de réis.

⁴⁸⁹ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, códice 474, v.3, 1806-1817, fls.149-150. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo de 10/07/1811.

No ano seguinte, decorrido entre julho de 1811 e junho de 1812, os 38 ramos dos Dízimos paulistas foram arrematados por um total de 41:229\$000 réis, valor pouquíssimo maior que o do contrato de 1807, se separado por anos. Os ramos mais lucrativos para a Real Fazenda foram Parati e Ilha Grande (8:000\$000), Itu (3:102\$000), Curitiba e anexas-Castro, Vila Nova do Príncipe e Lagens (2:500\$000), São Carlos – atual Campinas (1:601\$000), Iguape (1:601\$000) e Sorocaba (1:551\$000); mais sete ramos renderam algo entre 1 conto e 1 conto e 500 mil réis, os demais renderam valores ainda menores.⁴⁹⁰

Somente em julho seguinte os Dízimos voltaram a ser contratados por triênio, o primeiro ramo arrematado foi o de maior valor do período, Ilha Grande e Parati, levado por Francisco Álvares Ferreira do Amaral e Antônio José de Macedo por 21 contos de réis.⁴⁹¹ Ao todo foram arrematados 48 ramos, os de maior valor depois do já citado continuaram a ser os de Itu (9:316\$000 réis), São Carlos (6:000\$000 réis) e Sorocaba (5:053\$000 réis), seguidas de Lorena e freguesia de Areias (5:000\$000 réis), Taubaté (4:620\$000 réis), São Sebastião e Vila Bela (4:005\$000 réis cada uma)⁴⁹². Vale lembrar que estes últimos três ramos faziam parte das rotas de abastecimento que davam acesso ao Rio de Janeiro, Itu e São Carlos eram regiões produtoras de açúcar onde o café começava a ser introduzido e Sorocaba continuava a sediar a feira que redistribuía o gado criado no Sul e nos Campos de Curitiba; constituíam, assim, regiões fundamentais na dinâmica do comércio que cortava a região centro-sul da América Portuguesa.

No total, o Contrato dos Dízimos do triênio decorrido entre julho de 1812 e junho de 1815 rendeu à Fazenda Real 145:251\$000 réis, com aumento de mais de 25 contos sobre o último triênio arrematado em massa em Lisboa, decorrido entre 1807 e 1810. Todavia, não é seu valor que chama a atenção e sim as características dos arrematantes que lançaram nos ramos do contrato. Praticamente desapareceu do rol dos contratadores os nomes dos negociantes que até então se interessavam pelo negócio quando arrematado em massa, mesmo tradicionais contratadores sediados em São Paulo, como José Vaz de Carvalho, não participaram do negócio. Muitos dos contratadores desse triênio eram capitães-mores ou

⁴⁹⁰ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, códice 474, v.3, 1806-1817, fls.155-156. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo de 28/02/1812.

⁴⁹¹ Idem, fls.155-156.

⁴⁹² Idem, fls.163-167. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo de 23/02/1813. Anexo: “Relação dos Dízimos da Capitania de São Paulo [...] que se lançaram em praça em ramos parciais pelo triênio de 1 de julho de 1812 ao último de junho de 1815...”

autoridades das próprias vilas em cujos dízimos lançaram. Apenas dois grupos de negociantes já citados anteriormente aparecem como contratadores nesse triênio, são eles Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e seu sócio José Manuel Vergueiro e Castro, contratadores do ramo da Vila de Piracicaba (arrematado por apenas 1:020\$000 réis), e Francisco Álvares Ferreira do Amaral e seus sócios Antônio José de Macedo e José de Andrade, contratadores dos ramos das vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga e Itu (total de 14:623\$000 réis).

No triênio seguinte, decorrido entre julho de 1815 e junho de 1818, 15 dos 48 ramos dos Dízimos Reais de São Paulo não receberam ofertas de lances. O total arrematado chegou a 92:009\$600 réis, sendo que o cálculo do restante foi orçado em 33:786\$000 réis, perfazendo um total possível de 125:795\$600 réis, isso sem contar os dízimos de Ilha Grande e Parati, que podem ter sido arrematados em separado tal como ocorrera no triênio anterior ou ainda ter passado para a esfera da Fazenda do Rio de Janeiro, pois, a partir dessa época não constam mais referências a contratos dessas localidades nos documentos relativos à Junta da Fazenda de São Paulo. Vários dos contratadores do triênio anterior lançaram novamente neste, oferecendo aumentos muito baixos com relação aos anteriores, a maioria variando entre 100 e 10 mil réis. Dentre os ramos de maior valor, apenas o de Sorocaba não foi arrematado.⁴⁹³ Ao longo dos meses seguintes outros ramos foram sendo arrematados; quando o contrato já ia pela metade alguns dizimeiros cujos nomes não foram registrados se ofereceram para administrar os ramos ainda sem contratador de Paranaguá e anexas, Bragança, Atibaia, Santo Amaro, Nazaré, Vila Nova do Príncipe e Xiririca, desde que lhes fosse concedido mais um ano de prazo para o início do pagamento. Os dois últimos ramos citados já estavam sendo administrados por prepostos da Junta da Fazenda de São Paulo, que recebiam 6% sobre o rendimento como pagamento pelos seus serviços, quanto aos outros, a Junta determinou que fossem entregues interinamente aos antigos dizimeiros até que a Coroa decidisse a respeito.⁴⁹⁴

Entre 1818 e 1821 as características dos contratadores dos Dízimos arrematados em ramos continuaram as mesmas dos dois triênios anteriores, embora, para este triênio, a

⁴⁹³ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, códice 474, v.3, 1806-1817, fls.206-209. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo de 10/04/1815. Anexo: “Relação dos Dízimos da Capitania de São Paulo [...] que se lançaram em praça em ramos parciais pelo triênio de 1 de julho de 1815 ao último de junho de 1818...” e “Relação dos Ramos dos Dízimos que não se arremataram...”.

⁴⁹⁴ Idem, fls. 225v-226. Ofício da Junta da Fazenda de São Paulo de 21/02/1817.

sociedade formada pelos coronéis Francisco Pinto Ferraz e Silva, Antônio José de Macedo e Francisco Álvares Ferreira do Amaral e pelo Sargento mor Joaquim Duarte do Rego tenha tentado arrematar o Contrato dos Dízimos Reais de São Paulo em massa, pela quantia de 134:000\$000 contos de réis, valor quase 10 contos inferior ao montante oferecido pelos ramos parciais somados aos valores antecedentes dos ramos não arrematados⁴⁹⁵.

Nessa época, Amaral e Macedo já acumulavam vários outros contratos, Francisco Pinto Ferraz e seus filhos também já vinham de longa carreira de negociantes, todos foram considerados abonados pela Junta da Fazenda de São Paulo, que se mostrou favorável à volta da arrematação em massa. Entretanto, a confirmação final sobre arrematações dos Dízimos da capitania de São Paulo deveria ser “ultimada” na Corte do Rio de Janeiro, segundo ordens estabelecidas desde 1812, por isso a Junta também encaminhou a lista dos preços oferecidos pelo contrato em ramos; este contrato contava com dois novos ramos, chegando ao número de 50, sendo que 15 deles não tinham recebido lance algum.⁴⁹⁶

O que mais chama a atenção dentre os documentos que acompanharam as relações de ramos arrematados dos Dízimos de São Paulo para o triênio decorrido entre 1818 e 1821, além da tentativa do grupo de negociantes liderados por Pinto Ferraz de controlar o contrato em massa, foi a queixa enviada por vários dizimeiros paulistas relativa aos inconvenientes de se verem obrigados a “ultimar” suas arrematações no Rio de Janeiro. Alegavam como empecilho as despesas feitas com procuradores que precisavam assistir ao Tribunal da Fazenda por até cinco meses e que muitas vezes descumpriam as instruções recebidas pelos licitantes; estes se justificavam dizendo que seus créditos e “amizades” estavam na capitania e não na Corte, o que dificultava a ultimação da arrematação; criticavam ainda a prática da revenda das arrematações feitas na Corte a licitantes paulistas que viam tanto seus lucros quanto os da Real Fazenda diminuírem. Por estas razões, solicitavam que a posse das arrematações dos dízimos contratados em ramos ocorresse na própria capitania de São Paulo, tal como já ocorria em Minas Gerais.⁴⁹⁷

⁴⁹⁵ O contador da Junta da Fazenda não fez os cálculos dessa arrematação. Considerando os valores listados, os ramos parciais arrematados chegaram a 111:927\$000 réis enquanto os ramos não arrematados teriam rendido pouco mais de 31 contos de réis no triênio antecedente.

⁴⁹⁶ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, código 474, v.3, 1806-1817, fls. 233v-239. Ofício da Junta da Fazenda de 05/12/1817.

⁴⁹⁷ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, código 474, v.3, 1806-1817, fls. 233v-239. Ofício da Junta da Fazenda de 05/12/1817, requerimento anexo.

Segundo normas estabelecidas em 1812, somente os ramos cujos valores não ultrapassem 2 contos de réis poderiam ser concedidos pela Junta da Fazenda de São Paulo sem confirmação superior; 19 ramos se enquadravam nesse requisito durante o triênio decorrido entre 1812 e 1815, no triênio seguinte, com fim em junho de 1818, este número subiu a 21, mas caiu para 17 durante o triênio de 1818 a 1821, mesmo com o desmembramento de mais 2 ramos. Sendo assim, se por um lado a arrematação em ramos permitiu que negociantes de menor cabedal pudessem participar do negócio, lançando nos contratos das vilas e freguesias onde tinham interesses estabelecidos, por outro, as normas que determinavam a ultimação dos contratos no Erário Régio fundado na nova Corte do Rio de Janeiro dificultavam o controle da Junta da Fazenda de São Paulo sobre esse processo. Dessa forma, criava-se oportunidades para que negociantes de outras regiões, especialmente os fluminenses, cobrissem os lances oferecidos por paulistas.

O requerimento que solicitava que os lances dos ramos dos dízimos de São Paulo fossem confirmados por sua Junta da Fazenda, e não no Erário Régio, foi assinado por Francisco Álvares Ferreira do Amaral, Ignácio de Araújo Ferraz, Bento José Rolim de Moura, Francisco José de Azevedo, Manoel José Vilaça, Joaquim Antonio Ferreira de Andrade, José Manoel da Silva, Francisco Pinto Ferraz, Victoriano José de Moraes, Joaquim Vieira de Moraes, Joaquim José de Andrade, José Joaquim Xavier, Bento José da Silva e José da Silva de Carvalho. Todos estes homens lançaram no contrato dos dízimos dos anos anteriores à queixa, mas como é possível notar, nenhum negociante ou produtor paulista de grandes recursos, tal como os irmãos Sousa, Manoel Rodrigues Jordão ou o próprio Vergueiro, arrematante do Ramo de Piracicaba entre 1812-15, assinou o requerimento. A esta altura, os negócios com Dízimos pareciam não fazer mais parte dos interesses dos negociantes paulistas de maior cabedal, que preferiam manter seus negócios de exportação e de abastecimento da Corte do Rio de Janeiro e das regiões de Goiás e do Mato Grosso ou ainda financiar produtores e negociantes de menores recursos.

Os dados apresentados até o momento fazem crer que os principais contratadores radicados em São Paulo no período eram os coronéis Antônio José de Macedo e Francisco Álvares do Amaral, a primeira referência aos contratos arrematados por esta sociedade é de 1806, relativa ao contrato da Contribuição Literária das Vilas de Lorena e de Cunha.⁴⁹⁸

⁴⁹⁸ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 469, v.3, 1803-1806, fls.146v-147, 24/01/1806.

Anos mais tarde estes mesmos sócios ofereceram 16:555\$000 réis pelo *Contrato dos Cubatões de Santos* com início em 1811, 20:000\$000 réis pelo *Contrato dos Novos Impostos* da capitania e 10:000\$000 réis pelo *Contrato do Subsídio Literário*, para o mesmo triênio.⁴⁹⁹ No mesmo período, disputaram o *Contrato da Contribuição Literária da Marinha da Capitania de São Paulo*⁵⁰⁰ para o triênio entre 1812 e 1814, arrematando-o por 15:000\$000, 1 conto a mais que o oferecido pelos concorrentes, o coronel Francisco Antonio de Sousa e seus sócios, o sargento-mor Francisco de Paula Martins e o tenente Bernardino Antonio Vieira Barbosa, todos considerados “acreditados”.⁵⁰¹ Ainda para o triênio com início em 1812, Amaral e Macedo arremataram o *Contrato dos Dízimos dos ramos das vilas de Parati e Ilha Grande*, então consideradas território paulista, por 21:000\$000 réis⁵⁰²; no mesmo período, os demais ramos dos Dízimos da capitania de São Paulo renderam 124:251\$000 réis o triênio.⁵⁰³

Para o triênio decorrido entre janeiro de 1814 e dezembro de 1816, Francisco Álvares Ferreira do Amaral arrematou novamente o *Contrato dos Cubatões de Santos*, mas desta vez seus sócios eram o coronel José Antonio Vieira de Carvalho, o tenente Bernardino Antonio Vieira Barbosa e João Batista Vieira Barbosa, o lance foi de 16:850\$000 réis.⁵⁰⁴ No ano seguinte, Francisco Álvares do Amaral arrematou em sociedade com Cláudio José Machado o contrato do Subsídio Literário pelo valor de 15:245\$000 réis.⁵⁰⁵ Nesse período, Antonio José de Macedo e Francisco Álvares Ferreira do Amaral seguiram com sua sociedade, pois para o triênio com princípio em 1815 foram os únicos a

⁴⁹⁹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls.127v-131v, ofício de 09/10/1810.

⁵⁰⁰ Não confundir com o “Subsídio Literário”, que foi criado por Carta de Lei de 10 de novembro de 1772 em substituição às diversas coletas lançadas para o pagamento dos mestres das chamadas “escolas menores”, destinadas a ensinar os princípios da língua, aritmética e demais disciplinas consideradas básicas para o ensino de crianças e adolescentes. Cf. *Coleção Alberto Penteado de leis, decretos e alvarás*, v.807, fls.171-177. Biblioteca do Museu Paulista/USP, Coleção de obras raras. A “Contribuição Literária” foi criada pelo governador de São Paulo, Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça e incidia sobre os gêneros de exportação, especialmente o açúcar.

⁵⁰¹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls.151-152, ofício da Junta da Fazenda para o Real Erário, 12/07/1811.

⁵⁰² Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls.155-156, ofício da Junta da Fazenda para o Real Erário de 28/02/1812.

⁵⁰³ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls. 163-167, ofício da Junta da Fazenda para o Real Erário de 23/02/1813.

⁵⁰⁴ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls.171-172, ofício da Junta da Fazenda de 12/07/1813.

⁵⁰⁵ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls. 179v-180, ofício da Junta da Fazenda de 30/09/1814.

oferecer lance para o *Contrato da Contribuição Literária das Vilas da Marinha*, o qual aliás, já haviam arrematado no triênio anterior.⁵⁰⁶

Há referências ao coronel de milícias de Cunha, Antônio José de Macedo, desde o governo do general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, que o nomeou para governar as vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião durante o período em que o conflito entre Portugal e França poderia ameaçar a costa brasileira.⁵⁰⁷ Posteriormente destituído desse governo pelo general Franca e Horta, Macedo foi acusado de tentar controlar todas as câmaras dessa região ao solicitar vitaliciamente o posto de brigadeiro comandante das vilas citadas, além de um hábito da Ordem de Cristo em retribuição aos serviços prestados. Segundo o general Horta, as súplicas de Macedo, que passara de sargento-mor de ordenanças a coronel de Milícias em menos de oito anos, apenas demonstravam sua “descomedida vaidade e enfunado gênio”, eram contrárias às “sábias e providentes leis” reais e “ruinosas ao bem dos povos”. Os postos concedidos por Castro e Mendonça a Macedo seriam mais honoríficos que efetivos e o coronel teria se aproveitado deles antes para retirar dinheiro do cofre dos órfãos do que para defender a Marinha da capitania que, aliás, não necessitaria de tal comando. Horta lembrou ainda, que Macedo não descendia das principais famílias da capitania, mas sim das de maior nome da vila de sua “habitação” (Cunha), e que por isso tratava-se pela lei da nobreza; entretanto, também seria o móvel de vários conflitos ocorridos na câmara de Cunha, na qual obrava através da intervenção de seus “parentes”.⁵⁰⁸

Ao que tudo indica, Macedo foi um dos “sócios” do general Castro e Mendonça que, nos anos seguintes, conseguiu se estabelecer com negócios na região de sua “habitação”, ampliando seus interesses através da associação com outros grupos de arrematantes. Assim, embora Macedo não tenha enriquecido como outros negociantes paulistas, ligados ao comércio atlântico e de abastecimento da Corte e que ocupariam a primeira cena política durante o movimento da Independência e as primeiras décadas do Império do Brasil, faz parte de um grupo de autoridades locais que souberam aproveitar as

⁵⁰⁶ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls.178v-179, ofício da Junta da Fazenda de 30/09/1814. O valor oferecido por este contrato foi de 15:180\$000 réis, apenas 15\$000 a mais que o anterior.

⁵⁰⁷ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol.55, p.51. Ofício do general Horta para a Câmara da Vila de Cunha, 14/03/1803.

⁵⁰⁸ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 94, pp.82-85. Ofício do general Horta ao Conselho Ultramarino, 20/04/1805.

oportunidades que a dinamização econômica em curso desde fins do século XVIII e a nova configuração política e administrativa trazida pela transformação da América em sede da monarquia trouxeram, ampliando interesses e poder nas vilas onde estavam enraizados.

O número e os valores dos contratos arrematados por Antônio José de Macedo, por Francisco Álvares do Amaral e seus sócios também chama a atenção; tanto que em 1815 a Junta da Fazenda de São Paulo passou a questionar a capacidade de solvência destas sociedades. Em ofício datado de 28 de fevereiro desse ano, foram encaminhados ao Real Erário estabelecido no Rio de Janeiro os votos dos vogais da Junta da Fazenda nos quais se expunha os “Motivos que os levaram a impedir que o Coronel Antonio José de Macedo e sócio Francisco Álvares do Amaral, contratadores de vários contratos reais, lançassem em novos...”⁵⁰⁹ Segundo o deputado da Junta da Fazenda e ouvidor da comarca de São Paulo Nuno Eugênio Locio Seiblz, Amaral e Macedo já tinham muitos contratos sob sua responsabilidade e deveriam reforçar suas sociedades antes de fazer novos lances, pois já estavam devendo a quantia de 3:183\$320 réis, referentes a três quartéis do Contrato da Contribuição Literária das Vilas da Marinha, e 1:552\$560 réis, relativos aos Dízimos da vila de Itu, ambos relativos ao ano de 1813; alegava ainda que Francisco Álvares do Amaral não era pessoa suficientemente abonada para lançar em tantos contratos. O deputado tesoureiro da Junta, Brigadeiro Francisco Xavier dos Santos, concordava com o ouvidor, alegando que os contratos em que os sócios estavam envolvidos somavam mais de 30 contos de réis e que parte dos pagamentos estava sendo feita com atraso, daí a necessidade de reforçarem suas sociedades. Segundo dados fornecidos pelo próprio tesoureiro, entre 1806 e 1808 a dita sociedade teria arrematado um total de 28:669\$380 réis, para o triênio decorrido entre 1812 e 1814 este montante teria subido a 58:963\$000. Por outro lado, se nesse período ambos deviam cerca de 30:000\$000 réis, parte ainda por vencer, há que se considerar que os sócios estavam honrando a maior parte de seus compromissos com a Real Fazenda, ainda que com algum atraso. Daí, talvez, as justificativas alegadas nos votos do deputado escrivão da Junta da Fazenda, João Vicente da Fonseca, e do procurador interino da Coroa, José Arouche de Toledo Rendon⁵¹⁰, que

⁵⁰⁹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, códice 474, v.3, 1806-1817, fls.191-204, ofício da Junta da Fazenda de 28/02/1815.

⁵¹⁰ Na época, o cargo de Procurador da Coroa era exercido por Estevão Ribeiro de Resende, que anteriormente havia sido nomeado juiz de fora da cidade de São Paulo; Resende se negou a dar parecer por

julgaram Amaral e Macedo habilitados a lançar em quaisquer contratos. Arouche chegou a afirmar que, para ele, “o fato é novidade”, pois até aquele momento a Junta da Fazenda costumava olhar mais para a “boa fé” dos contratadores do que para seus fundos; dando a entender que os tais sócios tinham crédito e eram reconhecidos como bons pagadores na capitania de São Paulo.

Fossem quais fossem os motivos que levaram os membros da Junta da Fazenda a se dividirem com relação à abonação e à capacidade de solvência da sociedade de Francisco do Amaral e Antonio José de Macedo, os sócios receberam apoio de outras instâncias decisórias, pois em abril de 1815 a Junta da Fazenda de São Paulo respondia à Provisão do Erário que ordenou que não se ultimasse a arrematação de quaisquer contratos antes que a sociedade de Antonio José de Macedo pudesse lançar. Macedo e seus sócios souberam usar dessa prerrogativa em várias arrematações subseqüentes, mas não se sabe como o caso foi resolvido, pois, nessa época, os novos licitantes já haviam entrado na administração dos contratos almejados pela sociedade de Macedo para o triênio iniciado em 1815⁵¹¹ e não foram encontrados novos documentos a respeito. Certo é que, para o triênio com início em janeiro de 1817, Francisco Álvares Ferreira do Amaral arrematou dois novos contratos; o primeiro foi o dos Novos Direitos de toda a capitania de São Paulo, por 30:000\$000 réis, em sociedade com Francisco Pinto Ferraz⁵¹²; o segundo foi o das Passagens do Cubatão Geral de Santos, por 17:000\$000 réis, em sociedade com o coronel José Antonio Vieira de Carvalho⁵¹³.

É possível que a aliança do coronel Francisco Álvares Ferreira do Amaral com novos sócios esteja relacionada com a solicitação anterior da Junta da Fazenda para que solidificasse os fundos destinados ao pagamento dos contratos, visto que em 1817 nova sociedade, desta feita considerada sólida e abonada, composta por Amaral e pelos coronéis Francisco Pinto Ferraz e Silva, Antonio José de Macedo e o sargento-mor Joaquim Duarte do Rego, propôs a arrematação em massa dos Dízimos dos anos de 1818 a 1821, conforme

estar ausente em diligência durante as discussões da Junta da Fazenda sobre esse caso; por isso indicou que seu substituto interino, José Arouche de Toledo Rendon, votasse em seu lugar.

⁵¹¹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls.204v-205v, ofício da Junta da Fazenda ao Real Erário de 08/04/1815.

⁵¹² Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls.221-223, ofício da Junta da Fazenda de 01/10/1816.

⁵¹³ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.3, 1806-1817, fls.223-224, ofício da Junta da Fazenda de 01/10/1816. Consta deste ofício que o valor oferecido era 1:800\$000 réis inferior que o antecedente, entretanto, não houve outros interessados na arrematação.

visto acima. Pelos cálculos apresentados anteriormente, se contratado em massa, a margem de lucro dos arrematantes não parece muito grande, girando em torno de 10 contos de réis. Todavia, é preciso considerar que os lances oferecidos pelos ramos também devem ter sido subestimados pelos arrematantes, para aumentar seus lucros quando da cobrança.

Sabe-se que a Coroa acabou optando pela arrematação em ramos parciais, pois consta a Provisão de 1823 levantando o seqüestro feito nos bens dos sócios Bento José Rolim de Moura e Inácio José Rolim, arrematantes dos dízimos de Sorocaba e de Itapetininga pelo triênio que findou em junho de 1821.⁵¹⁴ De qualquer forma, os dados sobre a arrematação em ramos dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo corroboram inferências anteriores segundo as quais a arrematação feita em “ramos” e na própria capitania favorecia negociantes e produtores locais, “acreditados” em suas vilas, muitas vezes membro do grupo chamado de “homens bons” e potenciais contratadores que, entretanto, não dispunham de cabedal suficiente para concorrer com as grandes fortunas fluminenses e reinóis do período.

Em obra já citada, Alcir Lenharo afirmou que grupos sediados no centro sul, especialmente em áreas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro voltadas ao abastecimento do mercado carioca, aproveitaram as novas oportunidades econômicas franqueadas pela instalação da Corte na América para ascender politicamente em suas vilas e província de origem. Todavia, esses mesmos grupos acabariam sendo barrados no acesso aos principais postos administrativos e militares atuantes junto à Corte até pelo menos 1831, pois estes foram sendo ocupados por proprietários ligados ao mais alto comércio e à nobreza estabelecidos no Rio.⁵¹⁵ Riva Gorenstein também afirmou que embora o comércio de cabotagem entre o Rio de Janeiro e os portos do sul favorecesse tanto grandes negociantes quanto comerciantes de menor porte, por ser atividade de giro rápido, foram os negociantes de grosso trato fluminenses que encontraram no estabelecimento da Corte portuguesa na América a oportunidade de ascender socialmente e participar das principais esferas administrativas imperiais.⁵¹⁶ Além desses autores, Cecília Helena de Salles Oliveira

⁵¹⁴ Arquivo Nacional – RJ, Tesouraria da Fazenda, Códice 472, v.1, 1823-1827, fl.38v, provisão ao Juiz Executor da Província de São Paulo, 22/07/1823.

⁵¹⁵ Alcir Lenharo, *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Conferir introdução e capítulo 3 “Subsistência e integração”.

⁵¹⁶ Riva Gorenstein, “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”.

constatou a concentração de rendas e recursos do Estado nas mãos de algumas poucas famílias formadas entre os maiores proprietários e negociantes atacadistas fluminenses e membros da burguesia portuguesa emigrada, que também detinham postos chave na estrutura burocrática imperial, tais como os do Erário Régio e do Banco do Brasil.⁵¹⁷

Sendo assim, o estabelecimento da sede do Império Português na América, acabou oferecendo oportunidades de enriquecimento e de maior ingerência nos negócios administrativos para diferentes segmentos proprietários e negociantes luso-americanos. Em São Paulo, assistiu-se a transformações semelhantes àquelas que ocorreram no Rio de Janeiro e embora os grupos de poder paulistas não tivessem acesso direto ao governo central estabelecido na nova Corte, seus membros também agiram de forma a conquistar maiores espaços econômicos e políticos. Dessa forma, a arrematação de pequenos ramos foi um meio usado por grupos de negociantes de médio porte, influentes nas vilas de sua “habitação”, que puderam ampliar seus negócios e oportunidades de lucro. No mesmo período, novos tributos e redes de negócios impulsionadas pela instalação da Corte no Rio de Janeiro passaram a influir nos negócios e na administração paulista, envolvendo e atraindo as grandes fortunas em formação na região.

c) A instalação do Estado Português na América e a criação de novas fontes de arrecadação

A adoção do sistema de arrematação em ramos para os Dízimos não foi a única alteração que incidiu sobre os negócios e contratos das rendas reais em São Paulo depois do estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Desde 1808, os chamados “negociantes de grosso trato” estabelecidos na América, ou seja, aqueles que mantinham negócios de dimensões atlânticas ligados tráfico, ao comércio de importação/exportação e atuavam na produção e em linhas de crédito, precisavam se matricular na Junta do Comércio então estabelecida na nova Corte; mesmo assim, apenas em 1812 um negociante radicado em São Paulo solicitou e teve esta matrícula deferida.⁵¹⁸ Segundo dados de

⁵¹⁷ Cecília Helena de Salles Oliveira, *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, cf. especialmente o capítulo 2 “A dinâmica do mercado”.

⁵¹⁸ Willian Puntchart, *Os negociantes de grosso trato no Brasil Colonial, 1808-1822*. Dissertação de mestrado, p.12.

Puntschart, o negociante em questão era Cipriano da Silva, santista, herdeiro do também negociante e contratador Caetano José da Silva⁵¹⁹; ambos negociavam principalmente com o Rio de Janeiro e Paranaguá, mantinham comércio de importação e exportação e traficavam escravos aportados na Corte; pai e filho também ocuparam a alta patente de coronel de milícias.⁵²⁰ No ano seguinte, Francisco Antônio de Sousa, irmão e sócio do futuro Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, solicitou o registro.⁵²¹ Segundo o autor, apenas 6 negociantes radicados na capitania de São Paulo solicitaram o registro na Junta do Comércio entre 1812 e 1822. Para solicitar a matrícula na Junta, os negociantes deveriam enviar um requerimento declarando seu tipo de negócio, comprovando que detinham capitais suficientes para a instalação do mesmo, que eram idôneos e que estavam estabelecidos com domicílio certo numa praça comercial. O pequeno número de paulistas matriculados na Junta do Comércio não significa que eles tenham deixado de atuar em negócios de abastecimento da corte e das regiões interioranas, também eles bastante lucrativos; além disso, as sociedades firmadas com outros negociantes matriculados, paulistas ou fluminenses, já lhes garantia o acesso às vias de comércio atlântico e ao tráfico de escravos.

Conforme dito acima, tanto os grandes negociantes anteriormente estabelecidos no Rio de Janeiro quanto aqueles que lá aportaram seguindo a trilha de D. João encontraram condições favoráveis de ascensão social e de participação política na nova Corte à medida que auxiliaram a Coroa através de doações, empréstimos e atuando na administração de órgãos como a Junta do Comércio e o Banco do Brasil. Ao mesmo tempo, souberam ampliar seus lucros interessando-se na aquisição de terras, no comércio de cabotagem entre as diversas capitanias americanas e no abastecimento de gêneros europeus e de escravos africanos. Durante os anos de 1808 e 1830, estes “empresários” cariocas continuariam a

⁵¹⁹ O nome de Caetano José da Silva também aparece em alguns documentos do início do século XIX: entre 1803 e 1805 foi administrador do rendimento do sal vendido por conta da Real Fazenda (Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 469, v.3, 1803-1806, fls.28v e 128); em 1803 arrematou o contrato dos Novos Impostos dos gêneros que entravam de Serra Acima em Santos, em sociedade com Manuel de Alvarenga Braga; no mesmo ano, era sócio de José Vaz de Carvalho e de Ricardo Carneiro dos Santos no Contrato da Contribuição Literária de Paranaguá (Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 469, v.3, 1803-1806, fl.28v, documentos datados de 01/03/1803). José Vaz e Caetano José da Silva também foram sócios na arrematação do contrato dos “Cubatões de Santos”, “ano solto” de 1806 (4:450\$000 réis) e triênio de 1807 a 1809 (13:300\$000 réis, Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.2, 1803-1806, fl.126, ofício de 15/06/1805).

⁵²⁰ Willian Puntschart, *Negócios e negociantes paulistas, 1808-1822*. Tese de Doutorado, pp.55-57.

⁵²¹ Idem, p.11.

atuar na arrematação de contratos, porém enquanto atividade subsidiária, visto que suas maiores fontes de renda eram o comércio de importação e exportação, o tráfico negreiro e o investimento em companhias de seguro.⁵²²

No mesmo período, homens radicados em São Paulo, que anteriormente se envolveram com as arrematações das rendas reais, também foram chamados a auxiliar o Estado Português com seus donativos e atuando no estabelecimento e na cobrança de novos tributos. A transferência da Corte demandou a reestruturação do Estado Português na América e a instalação de novas fontes de receita que sustentassem seu funcionamento. Para isso, foi criado no Rio de Janeiro um Erário Régio nos mesmos moldes do lisboeta, responsável pelas juntas da Fazenda americanas e pela instalação de tributos que antes eram cobrados apenas no Reino de Portugal, tais como a décima sobre heranças e legados, a décima urbana, os impostos sobre as reses, as sisas e as meias sisas sobre os escravos.⁵²³ Em 1812 foi criado outro tributo, os “Novos Impostos para o Banco do Brasil”, com valor de 6\$400 réis que incidia sobre embarcações, tavernas, botequins, boticas e lojas; em 1814 seu administrador em São Paulo era Manuel Rodrigues Jordão.⁵²⁴

Ainda em 1809 a Décima Urbana e as Sisas passaram a ser cobradas na capitania de São Paulo; estas cobranças foram estabelecidas através de provisões enviadas ao Executor da Fazenda Real, Miguel Antônio de Azevedo Veiga, responsável pela Décima, e a todas as câmaras da capitania, que deveriam nomear os tesoureiros e recebedores das Sisas das vilas.⁵²⁵ A Décima Urbana foi instituída no Brasil por alvará de 27 de junho de 1808, ampliado no ano seguinte, incidia sobre o rendimento líquido que inquilinos e proprietários moradores pagavam pelas casas que habitavam e só deveria ser cobrada nos centros urbanos.⁵²⁶ As Sisas foram estabelecidas na América portuguesa por Alvará de 3 de junho de 1809, incidiam sobre a venda de bens de raiz à taxa de 10%, que deveria ser dividida entre o vendedor e o comprador; a Meia Sisa incidia sobre as transações de compra e venda

⁵²² Riva Gorenstein, *op. cit.*, pp.150-154.

⁵²³ Sobre o “legado tributário” português para o depois Império do Brasil, ver a dissertação de Viviane Tessitore, *As fontes da riqueza pública. Tributos e administração tributária na província de São Paulo (1832-1892)*, especialmente pp.54-56 e 71-72.

⁵²⁴ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, código 474, v.3, 1806-1817. “Ofícios para o Real Erário relativos ao tributo para o Banco do Brasil”. Ofícios de 04/07/1814 e de 31/08/1815.

⁵²⁵ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, código 469, v.4, 1807-1809, fls.129v-130, Ordem de 15/08/1809 e fls.133-136, Provisões de 19 e 25/08/1809, respectivamente.

⁵²⁶ Tessitore, *op.cit.*, p.125-126.

de escravos ladinos, pagando 5%.⁵²⁷ O primeiro tesoureiro da Sisa nomeado para a cidade de São Paulo foi justamente o negociante Luís Antônio de Sousa.⁵²⁸ Na mesma época, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro foi nomeado superintendente da cobrança da Décima Urbana das Vilas de Guaratuba, Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luís do Paraitinga, São José, Jacareí e Mogi das Cruzes; José Vaz de Carvalho ocupou a mesma função para as vilas de São Sebastião, Bela da Princesa e Ubatuba; Antonio Soares Calheiros Gomes serviu de superintendente das Vilas de Itu, Porto Feliz, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva e Apiaí e Miguel Marcelino Velozo e Gama nas vilas de Paranaíba, Jundiá, São Carlos, Mogi Mirim, Nova Bragança e Atibaia.⁵²⁹

Os quatro homens nomeados para superintendentes da Décima eram doutores formados por Coimbra; José Vaz de Carvalho e o tesoureiro da Sisa, Luís Antônio de Sousa, eram negociantes estabelecidos com negócios e família em São Paulo há cerca de 30 anos, já Vergueiro, que chegara à capitania sete anos antes, vinha consolidando sociedades com grupos de negociantes locais e se tornaria um dos mais influentes capitalistas e político radicado em São Paulo nos anos seguintes⁵³⁰. Dessa forma, além de ampliar as oportunidades de negócios relativos ao comércio de abastecimento e de exportação, a instalação da Corte na América propiciou a inserção de membros de grupos de poder locais em novas esferas de atuação junto ao Estado português, alianças estas que contratadores e negociantes radicados em São Paulo continuaram a buscar a fim de ampliar seu poder e influência junto à Corte e nas localidades onde viviam.

Depois de 1808, o governo joanino continuou solicitando o auxílio dos “principais” súditos portugueses para que investissem em diversos empreendimentos. Mesmo assim, em 1810 o povo reunido em câmara da Vila Bela da Princesa e da Vila de São Sebastião se viu

⁵²⁷ Tessitore, *op.cit.*, p.244-245.

⁵²⁸ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, código 469, v.4, 1807-1809, fl.137. Ofício do deputado escrivão da Junta da Fazenda de São Paulo.

⁵²⁹ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, código 469, v.4, 1807-1809, fls. 139v-142. Provisões de nomeação de 9 e 19 de setembro e de 13 de outubro de 1809.

⁵³⁰ Em 1816, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro se associaria ao brigadeiro Luís Antônio de Sousa criando a Vergueiro & Sousa, voltada à fabricação de açúcar e criação de animais e formada com capital declarado de 26 contos de réis. O brigadeiro viria a falecer em 1819, mas seus herdeiros mantiveram a sociedade até 1925; esta sociedade permitiu a Vergueiro amealhar grande fortuna. Ver a tese de Vera Bittencourt, *De Alteza Real a Imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*, especialmente pp.323 e seguintes, bem como o artigo “Do ponto à trama, rede de negócios e espaços políticos em São Paulo, 1765-1842”, desta mesma autora em conjunto com Ana Paula Medici e Erik Hörner, publicado na coletânea organizada por Cecília Helena de Salles Oliveira, Vera Lúcia Nagib Bittencourt e Wilma Peres Costa: *Soberania e conflito. Configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*

obrigado a negar o pedido do governador para que concorressem com a compra de ações da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, estabelecida em Sorocaba.⁵³¹

Dois anos depois o então governador de São Paulo, Marquês de Alegrete, escreveu a vários “capitalistas” e câmaras de sua jurisdição em nome do Príncipe Regente D. João para que adquirissem ações para a formação dos fundos do Banco do Brasil. Não foi localizada uma lista dos fiéis vassalos que atenderam ao pedido do Regente, entretanto, várias foram as negativas. O Escrivão da Junta da Fazenda, João Vicente da Fonseca, alegava que suas “débeis forças” já empregadas na compra de ações da Fábrica de Ferro do Ipanema não correspondiam ao seu “espírito patriótico” e por isso não poderia atender à compra de ações do “Banco brasiliense”; Francisco Pinto Ferraz, negociante já citado anteriormente, escusou-se de comprar as ações do banco alegando que o faria assim que o espólio do falecido capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça lhe pagasse os mais de 5 contos de réis devidos; Manuel Joaquim de Ornelas também alegou já ter investido em 4 ações da Fábrica de Ferro do Ipanema e estar falto de recursos no momento; já Francisco Álvares Ferreira do Amaral, o mesmo que vinha arrematando vários contratos nesse período, alegou não poder entrar no número dos “felizes acionistas do Banco do Brasil” por causa do “limitado giro” do seu “negócio ainda local”; a mesma justificativa anterior foi dada pelo ex-camarista Antônio José Vaz; Francisco Antônio de Sousa também usou da desculpa de já ter investido nas ações da Fábrica de Ferro; Gabriel José Rodrigues, provavelmente outro negociante, alegou que precisaria receber os 16 contos de réis que lhe deviam em São Paulo e outras capitanias antes de investir nas ações; José Antônio Peniche, de Iguape, desculpou-se alegando esperar pelo pagamento dos 80 escravos que vendera na região.⁵³²

Outras escusas esquivando-se da compra de ações do Banco do Brasil vão nesse mesmo sentido, mas, à exceção de Francisco Antônio de Sousa, nenhuma foi assinada pelos maiores produtores e negociantes paulistas do período. Estes, provavelmente, atenderam aos pedidos do regente e do governador, ao mesmo tempo em que se ocuparam da administração de novos negócios engendrados pela transferência da Corte. Por outro lado, o

⁵³¹ Arquivo do Estado de São Paulo, Lata C00244, maço 16 A-2-160 e 161, certificados das câmaras da Vila Bela da Princesa e de São Sebastião, datados de 16 e 18 de agosto de 1810, respectivamente.

⁵³² Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00243, documento 16-2-24. Ofícios relacionados ao Banco do Brasil, datados de dezembro de 1812 e janeiro de 1813.

investimento de negociantes de menores recursos nas ações do Banco do Brasil poderia ser considerado um negócio arriscado nesse período, pois nos anos seguintes as notas do banco se desvalorizariam e esta instituição acabaria atendendo apenas às demandas do Erário Régio e de seus diretores.⁵³³

Se pequenos e médios negociantes puderam investir nos contratos de dízimos em ramos depois da transferência da Corte, não parecem ter sido muito beneficiados pelos negócios que envolviam o financiamento e o crédito que passaria a circular através do Banco do Brasil. Pelo menos é o que indica o caso do “povo” da vila de Paranaguá que em 1820, reunido em câmara, queixou-se das ordens que mandavam que todo o dinheiro do cofre dos órfãos, das irmandades e das ordens terceiras, inclusive os que estavam emprestados a juros, fosse remetido à Caixa de Descontos do Banco do Brasil criada na cidade de São Paulo. Segundo a representação vinda de Paranaguá, o envio do dinheiro que até aquele momento circulava apenas na própria comarca arruinaria negociantes e agricultores da região, que passariam a percorrer grandes distâncias para solicitar e pagar empréstimos; além disso, também os órfãos e as irmandades seriam prejudicados sempre que precisassem reaver parte de seus fundos.⁵³⁴ Em 1820 o então administrador das rendas da Casa Doadas⁵³⁵ (os meios direitos que recaíam sobre o gado vindo do Rio Grande de São Pedro e que foram doados à Casa de Corte Real), Manoel Rodrigues Jordão, também era um dos diretores da Caixa de Descontos do Banco do Brasil criada na capitania de São Paulo por carta de lei de fevereiro de 1819, posto que dividia com Francisco Xavier dos Santos e Manoel Joaquim de Ornelas.⁵³⁶ Os diretores da Caixa de Descontos e o governador de São Paulo foram impassíveis diante das queixas vindas de vilas mais distantes da capital, seu parecer foi que os motivos dos camaristas de Paranaguá eram “frívolos” e deixavam transparecer o interesse em continuar controlando rendas que, a partir de então, seriam administradas com segurança e com o pagamento pontual dos juros devidos; além disso, argumentavam que os moradores da comarca de Paranaguá poderiam

⁵³³ Ver a este respeito a obra citada de Riva Gorenstein, especialmente pp.160-162.

⁵³⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00243, documentos 16-2-85 e 16-2-86. Ofício e representação de Paranaguá, datados de 29/12/1820.

⁵³⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00243, documento 16-1-80. Ofício do administrador da Renda Doadas, Manoel Rodrigues Jordão, de 05/02/1820.

⁵³⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00243, maço 16-1-87. Ofício dos diretores da Caixa de Descontos de São Paulo, de 12/02/1821.

continuar negociando através da caixa central do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, ou através de letras sacadas pela filial de São Paulo.⁵³⁷

Ao estabelecer esta medida, a Coroa acabou concentrando os montantes que poderiam ser entregues a juros nas mãos dos dirigentes do Banco do Brasil e de suas caixas filiais, retirando de grupos de poder locais a capacidade de controlar o financiamento de negociantes e produtores de suas comarcas; dessa maneira, redes de interesse eram quebradas ao mesmo tempo em que juízes de órfãos e dirigentes das irmandades perdiam espaço e influência nas vilas em que atuavam.

De qualquer forma, temos que entre 1808 e 1821 os maiores negociantes e antigos contratadores sediados na capitania, depois província de São Paulo, continuaram a atuar junto ao Estado português na busca de enriquecimento e de obtenção de mercês e privilégios junto à Coroa, daí o envolvimento dos irmãos Sousa ou de Manoel Rodrigues Jordão nas novas esferas administrativas criadas depois da transferência da Corte, por exemplo.

Tal como seus pares fluminenses, estes homens também auxiliaram o estabelecimento do Estado Português na América da melhor maneira que puderam e mantiveram patentes de destaque nas tropas milicianas paulistas. Ainda em 1808, por exemplo, os coronéis Francisco Xavier dos Santos, Francisco Pinto Ferraz, Luís Antônio de Sousa e o capitão-mor Bento Tomás Viana, nossos velhos conhecidos, doaram respectivamente 500\$000, 640\$000, 400\$000 e 100\$000 réis para acudir ao Príncipe Regente recém chegado ao Rio de Janeiro.⁵³⁸

O financiamento do Estado português com vistas à obtenção de mercês através da nomeação para altos postos militares, da concessão de hábitos das ordens militares e até mesmo de nobilitação, como ocorreria durante os governos de D. João e de D. Pedro, foi comum entre os luso-brasileiros envolvidos em transações comerciais entre o fim do século XVIII e o início do XIX. Constatada em estudos relativamente recentes que analisaram a atuação dos grupos de poder residentes no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais, esta prática foi por vezes considerada como demonstração da reiteração de estruturas sócio-econômicas excludentes herdadas do Antigo Regime português por seus súditos americanos

⁵³⁷ Arquivo Nacional – RJ. Interior, código 408, 1818-1820, ofício do governador de 02/05/1820, sem paginação.

⁵³⁸ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, código 469, v.4, 1807-1809, fl.57.

mais abonados.⁵³⁹ Dessa perspectiva, os excedentes gerados através das lides comerciais seriam aplicados em estratégias ligadas a um “ideal aristocrático” traduzido na aquisição de terras e escravos, no ingresso em irmandades e demais instâncias que proporcionavam reconhecimento social e na obtenção das mercês reais devidas pelos serviços prestados junto ao Estado. Sendo assim, ao investir em signos de distinção e reproduzir estruturas sociais altamente hierarquizadas, a chamada “elite mercantil” luso-brasileira se revestiria de traços arcaicos, impostos a toda a sociedade dos séculos XVIII e XIX, com reflexos até os dias atuais.

Todavia, é possível questionar se o modo de atuação dos grupos de poder ligados aos negócios em ampliação no centro-sul da América portuguesa, depois da transferência da Corte, tinha por objetivo apenas a ocupação de um lugar de destaque na “arcaica” sociedade de Antigo Regime reavivada na América, porção mais rica do Império Português, ou se, por outro lado, não poderia ser traduzida como a maneira encontrada por um grupo de negociantes em ascensão de aproveitar antigas formas de reconhecimento social com vistas a ampliar oportunidades de lucro, de interferência em instâncias administrativas e de controle sobre amplas parcelas da população das localidades onde haviam enraizado interesses durante anos. Dessa maneira, conforme já indicado anteriormente, o objetivo final desses homens não seria integrar-se às estruturas sócio-econômicas herdadas do atrasado Portugal, mas, antes, aproveitar-se delas diante das novas oportunidades de crescimento econômico então apresentadas.

Seguindo o exemplo de seus pares, ainda em 1808, José Vaz de Carvalho foi incumbido de providenciar a compra de cavalos e mulas para atender à Corte no Rio de Janeiro e fez doação de 100 muares ao regente.⁵⁴⁰ Anteriormente, José Vaz já havia servido à Coroa na qualidade de encarregado da subscrição do “Donativo Voluntário” das vilas do sul da capitania⁵⁴¹, requerido em 1804. Segundo Azevedo Marques, assim que ingressou nas milícias, José Vaz de Carvalho fardou uma companhia à sua custa e, logo que se tornou

⁵³⁹ Refiro-me a obra de João Fragoso e Manolo Florentino, *O Arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Conferir também a coletânea organizada por João Fragoso, entre outros, *O Antigo Regime nos trópicos*.

⁵⁴⁰ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, códice 469, v.4, 1807-1809, fls.52v-54. Carta do capitão-general de São Paulo, de 10/03/1808.

⁵⁴¹ Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 469, v.3, 1803-1806, fl.138v. Segundo Azevedo Marques, José Vaz arrecadou 14:000\$000 réis quando desempenhou essa função, ver *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, v.2, p.65.

coronel, organizou, fardou e forneceu instrumentos para a banda de música do regimento; teria ainda feito consideráveis donativos para a criação do Hospital de Lázaros de São Paulo, para a reedificação da Igreja da Misericórdia, para a construção das pontes do Piques e de Santana, da cidade de São Paulo, além do encanamento do cais de Santos.⁵⁴² Com esta longa lista de serviços prestados, José Vaz solicitou ao príncipe regente D. João a concessão do Hábito de Cristo ainda no início do século XIX, para o que obteve as dispensas e licença necessárias da Mesa da Consciência e Ordens em 23 de junho de 1807.⁵⁴³

Em 1805, Manoel Rodrigues Jordão, então capitão de milícias e “negociante reconhecido e sem culpa alguma”, filho de um negociante de mesmo nome e de uma paulista descendente das famílias mais antigas da capitania, requereu ao príncipe regente o emprego de comissário pagador das tropas de São Paulo. Jordão havia iniciado seus negócios introduzindo escravos e outras mercadorias na Vila de Itu e em 1807 arrematara o contrato dos Dízimos Reais da capitania de São Paulo em sociedade com o negociante português Manuel de Sousa Freire, conforme foi visto acima. Mesmo assim, o então governador Antonio José da Franca e Horta julgou o suplicante indigno do cargo pretendido por considerar seu negócio “pequeno” e ignorar se o fazia com dinheiro próprio ou de seus sócios, além disso, Jordão não possuía bens de raiz e teria feito poucas e parcas doações à Coroa.⁵⁴⁴ Ainda em 1807, Jordão requereu o hábito da Ordem de Cristo intitulando-se “negociante da Praça de Santos”, envolvido no comércio de exportação, portanto; além de lembrar doações feitas à Coroa e as qualidades que herdara de sua família materna, descendente dos tradicionais Pires e Camargos paulistas.⁵⁴⁵ De qualquer forma, os negócios de Jordão na capitania de São Paulo prosperaram durante o período joanino, pois em 1817, no requerimento que fazia para a obtenção da Comenda da Ordem de Cristo, da qual já era Professo, constava ser “negociante matriculado de grosso trato”, coronel do 1º

⁵⁴² Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, v.2, p.65.

⁵⁴³ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – Portugal. Habilitações da Ordem de Cristo, letra J, maço 70, doc.56.

⁵⁴⁴ Arquivo Nacional – RJ. Secretaria do Estado do Brasil, códice 111, 1769-1807, fls.208-217. Ofício do governador José da Franca e Horta de 06/09/1807 e Requerimento de Manoel Rodrigues Jordão.

⁵⁴⁵ Projeto Resgate, *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, catálogo II, Mendes Gouveia, documento 4819. Requerimento de Manoel Rodrigues Jordão ao Príncipe Regente D. João expondo que lhe requerera em remuneração de seus serviços o Hábito da Ordem de Cristo [...]. O despacho favorável a Jordão é de 09 de novembro de 1807.

Regimento de Infantaria Miliciania da cidade de São Paulo que, além disso, investira 20 contos de réis em ações para o estabelecimento do Banco do Brasil⁵⁴⁶. Seu despacho foi aceito ainda durante o governo de D. João VI, em fevereiro de 1819.⁵⁴⁷ Também logrou êxito em sua carreira política, pois foi membro do governo provisório estabelecido em 1821 e chegou ao posto de brigadeiro.

Bento Tomás Viana também continuou atuando nos negócios de exportação depois que deixou de administrar os Dízimos Reais de São Paulo na qualidade de procurador do contratador Jacinto Fernandes Bandeira. Conforme visto anteriormente, também era um dos credores do ex-governador Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça no início do século XIX. Nessa época, recebeu a mercê do Hábito da Ordem de Cristo em reconhecimento dos serviços prestados à Coroa. Envolvido tanto no comércio Atlântico como no de cabotagem, Bento Tomás foi outro que contribuiu para a construção de obras públicas e revendeu escravos trazidos do Rio de Janeiro; devia estar envolvido com o comércio de açúcar, pois foi um dos signatários do documento que pediu a isenção da cobrança da “Contribuição Literária” em Santos.⁵⁴⁸ Em 1809, Bento Tomás foi nomeado administrador vitalício da Alfândega da Praça de Santos, cargo que lhe permitia substituir o juiz da Alfândega quando necessário, disputando com este e com o escrivão o controle sobre as taxas e guias que incidiam sobre os gêneros exportados e importados através do porto dessa vila.⁵⁴⁹ Com o passar dos anos, Bento Tomás continuou a servir ao Império, primeiro português, depois brasileiro. Em 1809 transportou gratuitamente em seus navios tropas e petrechos de guerra enviados à fronteira sul; em seguida foi feito coronel de Milícias (1811); depois fez novas doações em dinheiro e forneceu 300 camisas para os milicianos enviados à Campanha do Sul (1817). Diante desses serviços e mais àqueles prestados à “causa do Brasil”, deu entrada num pedido para receber a Comenda da Ordem

⁵⁴⁶ Valor correspondente a 22 ações do Banco do Brasil.

⁵⁴⁷ Biblioteca Nacional – RJ. Documentos biográficos, C-0947,007. Requerimento encaminhado ao ministério do Império solicitando a mercê da Comenda da Ordem de Cristo, 1817-1818.

⁵⁴⁸ Segundo dados levantados por Willian Puntchart, Bento Tomás Viana foi o responsável pela viagem do bergantim Nossa Senhora do Rosário à Ilha da Madeira em 1809 e era sócio na viagem de uma sumaca pernambucana a Santos. Ver *Negócios e negociantes paulistas*, pp.22-26, p.100 e p.103.

⁵⁴⁹ Arquivo Nacional – RJ. Junta da Fazenda, código 469, v.4, 1807-1809, fl.131. Provisão para o juiz da Alfândega de Santos, de 11/08/1809.

de Cristo, da qual já era cavaleiro professo, em 1813, processo que se estendeu até 1827 através de sucessivos requerimentos.⁵⁵⁰

Dessa forma, as trajetórias de José Vaz de Carvalho, do brigadeiro Jordão, de Bento Tomás Viana e de outros negociantes contemporâneos atestam mais uma vez que o estabelecimento da Corte portuguesa na América ampliou tanto as oportunidades de enriquecimento quanto de ingresso aos estratos superiores da sociedade através da nobilitação representada pela obtenção de hábitos e comendas e pelo acesso aos mais altos postos militares.

Outros negociantes que anteriormente haviam se envolvido na arrematação de contratos ampliaram seus negócios e procuraram se aproximar da Coroa portuguesa durante os anos de 1808 e 1821. Além de José Vaz de Carvalho, Manoel Rodrigues Jordão e Bento Tomás Viana, o negociante Francisco Pinto Ferraz e os irmãos Luís e Francisco Antônio de Sousa também solicitaram hábitos das ordens militares portuguesas como recompensa pelos serviços prestados à Coroa, mesmo quando esses “serviços” foram remunerados por lucros, tais como aqueles gerados na administração dos contratos. Aparentemente, estes homens deixaram o negócio dos contratos durante os primeiros anos do século XIX ou os transmitiram a sócios e comissários de menor cabedal, mas perseveraram em sua busca de enriquecimento e reconhecimento social através de seus negócios e da obtenção de altos postos militares e mercês que lhes garantissem o poder político e econômico necessário para defender seus interesses próprios e de grupo. Vale lembrar que muitos deles ou seus descendentes chegaram a participar ativamente dos acontecimentos da década de 1820 que redundariam na formação do Império do Brasil.

d) Debates entre novas e velhas formas de arrecadação: a abolição do sistema de arrematação dos Dízimos Reais em 1821

Em meio às tensões geradas pela instabilidade política dos anos de 1820-1822, o governo luso-brasileiro tentou adaptar a cobrança dos Dízimos Reais à necessidade de controlar a arrecadação deste tributo que, vale lembrar, incidia sobre todos os gêneros produzidos na América Portuguesa. Dias antes de embarcar de volta à Europa, D. João VI

⁵⁵⁰ Biblioteca Nacional – RJ, Documentos Biográficos C-0264,003.

assinou um decreto determinando que os Dízimos passassem a ser cobrados na entrada das vilas e cidades ou, dependendo do caso, na saída do Reino do Brasil.⁵⁵¹ Segundo o texto do decreto, esta medida se fazia necessária por causa dos “... gravíssimos inconvenientes que resultam dos dous métodos até agora adotados para a percepção do dízimos deste Reino do Brasil, ou por administração, ou por arrematação, e os inexplicáveis males ou vexames, que por qualquer deles sofrem Meus fiéis vassallos, sendo o primeiro sumamente dispendioso pelos salários, que absorvem os muitos administradores⁵⁵² (...); e o segundo absolutamente intolerável pelos excessivos lucros, que acumulam em si e seus sócios os arrematantes, o que é de difícilíssimo remédio, sendo os povos, principalmente de classe indigente, vexados e perseguidos por grande número de dizimeiros e cobradores, que os forçam às avenças e transações fraudulentas ou excessivas, e os arrastam perante as justiças, fazendo-lhes execuções violentas e sobre-carregadas de custas...”⁵⁵³

Pelo decreto, a decisão de recolher os dízimos nas vias de acesso às cidades e vilas e não mais na “origem”, ou seja, nas “habitações” dos cultivadores, como até então se fazia, atenderia às queixas de vassallos ofendidos pelos dizimeiros, apoiados por alguns governadores e capitães gerais “zelosos do real serviço” e pelos dizimeiros da província do Rio de Janeiro, que teriam aberto mão de seus direitos de contratadores desistindo voluntariamente de contratos já firmados. Dessa forma, os dízimos passariam a ser cobrados na medida em que os gêneros fossem conduzidos para venda ou consumo em outras localidades que não a de sua produção, nos chamados “registros” ou “alfândegas de portos secos” estabelecidos nas saídas das províncias, que recolheriam o produto desta cobrança para suas “indispensáveis despesas”. Os gêneros assim coletados receberiam guias para que não houvesse duplicidade de cobrança na entrada das povoações às quais se destinassem. Já o açúcar, o algodão, o café, o arroz, o trigo e o fumo, principais gêneros de comércio exterior do Reino do Brasil, só seriam taxados por ocasião do embarque nos portos marítimos, passando livremente pelos portos secos. Os contratos em vigência naquele momento seriam respeitados, a não ser que os contratadores optassem por dar-lhes como findos, com o abatimento proporcional dos valores pagos, “a bem do público”. Carne

⁵⁵¹ *Collecção das leis do Brasil*, 1821, Parte II, pp.65-68, Decreto de 16 de abril de 1821.

⁵⁵² Era costume que os administradores responsáveis pela arrecadação das rendas reais recebessem 6% dos montantes levantados como forma de pagamento pelos serviços prestados.

⁵⁵³ *Collecção das leis do Brasil*, 1821, Parte II, pp.65-68, Decreto de 16 de abril de 1821.

salgada, sebo, couros e toucinho exportados entre as províncias ficariam livres do pagamento de dízimos, mas as Juntas de Fazenda responsáveis decidiriam o que deveria ser cobrado na exportação desses gêneros. Já o dízimo do gado e dos porcos vivos seria cobrado nos portos secos tal como se faria se feita no local de criação. Os condutores de gêneros poderiam fazer os pagamentos onde fosse mais cômodo, mas ficavam obrigados a apresentar as guias respectivas aos pagamentos nas Juntas de Fazenda dos locais de cultivo ou criação. Ficavam isentas da cobrança dos dízimos as frutas, verduras, hortaliças e aves, mesmo quando destinadas à venda.

As Juntas da Fazenda das províncias ficariam responsáveis por estabelecer as novas medidas relativas à arrecadação desse tributo pelos três anos seguintes, depois do que seria analisado se o novo método deveria ser mantido ou se o antigo sistema de arrematações seria restabelecido. Se efetivamente aplicado e mantido, o novo método de arrecadação dos dízimos, maior tributo que, individualmente, gerava renda para os cofres reais, implicaria numa total reestruturação da arrecadação fiscal no Reino do Brasil. Em primeiro lugar, retirar-se-ia das mãos de particulares o controle sobre a arrecadação e o Erário Régio passaria a ter uma noção exata dos montantes efetivamente produzidos e arrecadados nas diversas províncias americanas, visto que, a esta altura, as Juntas deveriam enviar relações de receita e despesa anuais. O texto do decreto dá a entender que a arrecadação dos dízimos passaria a integrar as rendas das províncias onde fossem arrecadados, pois só estabelece o envio das guias para as Juntas de Fazenda dos locais de produção; sendo assim, todos os dízimos dos gêneros de exportação passariam a integrar as rendas das províncias que mantinham portos marítimos. No caso específico das relações mercantis estabelecidas entre paulistas e fluminenses, isso significaria que parte das rendas que antes permaneceriam na província de São Paulo, fosse nas mãos dos contratadores ou da Junta da Fazenda, passaria a integrar a receita da província do Rio de Janeiro, pois parte da produção paulista de açúcar, arroz e do café que então começava a ser introduzido, destinada à exportação, passava pela Corte e não pelo porto de Santos. Além disso, antigos contratadores estariam alijados de um ramo de negócios que, até aquele momento, lhes parecia lucrativo.

Na época em que o Decreto de abril de 1821 sobre a arrecadação dos dízimos foi publicado, o contrato dos Dízimos Reais da Província de São Paulo para o triênio decorrido entre julho de 1821 e junho de 1824 já deveria ter sido colocado em praça, mas a nova lei,

agravada pelo clima de instabilidade política, parece ter suspenso o procedimento de arrematação. A reação do governo paulista ao decreto de 16 de abril foi rápida, pois já a 6 de julho o príncipe regente respondia a um ofício anterior da Junta sobre os “males” que se observariam caso a cobrança dos dízimos nas saídas das vilas e cidades fosse colocada em prática.⁵⁵⁴

Em agosto seguinte o governo paulista expediu um bando ordenando que os dízimos voltassem a ser cobrados na origem,⁵⁵⁵ ordem reiterada por circular de 1 de outubro seguinte. Mesmo assim, os coletores dos dízimos da Corte passaram a sobretaxar os gêneros produzidos em São Paulo e enviados para o Rio de Janeiro com a desculpa de que suas guias eram falsas. A fim de atender a este “repreensível procedimento”, o governo provisório de São Paulo solicitou a D. Pedro que fizesse cessar “para sempre o corte dado por este modo à principal venda desta Província” e o “gravame que sofrem os exportadores”, esclarecendo que todos os gêneros que saíssem da província de São Paulo em direção à província e Corte do Rio de Janeiro passariam a levar guias assinadas pelos dizimeiros e pelo juiz ordinário da vila de origem.⁵⁵⁶

Pouco depois, em janeiro de 1822, a própria Junta da Fazenda, ainda sujeita ao governo provisório e contrariamente às normas emanadas das Cortes Constituintes da Nação Portuguesa, redigiu um ofício no qual constava o estado do contrato dos dízimos na província de São Paulo. Segundo o documento, a arrematação dizia respeito ao triênio que já havia iniciado em julho passado, ainda não efetivada por causa do “notável prejuízo” causado pelo atraso de mais de 6 meses na arrematação e pelo abatimento dos valores dos ramos ocorrido depois que o decreto de 16 de abril fora divulgado. Dos 52 ramos listados na relação da Junta, que no triênio antecedente teriam rendido 170:986\$000 réis, 19 não teriam sido arrematados, valor correspondente a 45:599\$000 réis segundo os lances alcançados no triênio anterior. Mesmo dentre os ramos arrematados, a Fazenda da província teria tido prejuízo, pois somente 5 deles alcançaram valores superiores ou iguais aos do

⁵⁵⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00231, maço 5, pasta 5. Circular de 1 de outubro de 1821, sobre a cobrança dos Dízimos (consta transcrição do aviso régio mandando suspender a execução do decreto de 16 de abril).

⁵⁵⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00408. Conferir o livro “Bandos e ofícios – Governo Provisório – 1821-1822”, fl.42.

⁵⁵⁶ Ofício da Junta de Governo Provisória a D. Pedro, de 1 de dezembro de 1821. *As juntas governativas e a independência*, v.3, p.1101.

contrato findo em 1821. Assim, a Junta da Fazenda calculava a perda da arrematação atual em 28:893\$000 réis.⁵⁵⁷

Embora não aplicada em São Paulo, ao menos inicialmente, o Decreto de 16 de abril alterando o método de cobrança dos dízimos reais causou vários problemas ao governo da província, que já vinha enfrentando outros tantos conflitos internos e com os grupos de apoio do Príncipe Regente que acabaram por inviabilizar a manutenção da primeira Junta de Governo Provisório estabelecida em 1821. Pouco mais de um mês antes da dissolução desta, a 7 de julho de 1822, a Junta da Fazenda recebia uma portaria⁵⁵⁸ na qual o governo da província a desonerava de qualquer responsabilidade sobre a queda dos valores ou a não arrematação de diversos ramos dos Dízimos Reais paulistas. Segundo o documento, a impossível execução do decreto de 16 de abril e as circunstâncias do momento dificultaram a arrematação; além disso, as “... novas idéias do tempo, que consigo trouxeram a resistência tácita, e imanifesta do Povo a todo e qualquer pagamento de renda pública” estariam dificultando a arrecadação de quaisquer tributos. Por isso, ordenava-se à Junta da Fazenda que não aceitasse lance inferior à média dos lances dos dois últimos contratos e que o restante fosse administrado por um ano, até que as rendas públicas voltassem a ser mais vantajosas aos interesses da Fazenda.

Assim, a norma estabelecida por D. João VI em 16 de abril de 1821 não foi acatada em São Paulo, tampouco surtira efeito em outras províncias, ao menos nesses anos conturbados que mediarão a regência de D. Pedro e o estabelecimento do Império do Brasil. Além disso, ao príncipe regente não interessaria implantar novas práticas tributárias que implicassem em dúvidas e atrasos na arrecadação das rendas reais num momento em que o ingresso de dinheiro nos cofres públicos era urgente. Outros impostos, rendas e obras continuaram a ser arrematados na província de São Paulo ao longo da década de 1820, tais como o Contrato do Cubatão de Paranaguá, das Sisas e Meias Sisas, da Construção do Caminho de terra entre Santos e Cubatão⁵⁵⁹, entre outros. Durante o Império, os governos central e das províncias continuariam a usar dessa medida para garantir o ingresso de

⁵⁵⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00231: Capitães gerais, Governo Provisório, Circulares e atos, 1820-1822. Maço 5, pasta 7, Ofício da Junta da Fazenda relativo ao contrato dos Dízimos da Província de São Paulo, 02/01/1822.

⁵⁵⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, lata C00408. Livro “Bandos e ofícios – Governo Provisório – 1821-1822”, fls.76v-77. Portaria à Junta da Fazenda da Província de São Paulo, 07/07/1822.

⁵⁵⁹ Arquivo Nacional – RJ, Tesouraria da Fazenda, código 472, v.1, 1823-1827, fls.68-78. Conferir as provisões de 27/02/1824, 16/03/1824, 10/04/1824 e 08/05/1824.

tributos nos cofres da Fazenda, mesmo porque há indícios de que a administração de impostos por indivíduos nomeados pelas câmaras das vilas, além de gerar gastos para a Fazenda, nem sempre significou a correta arrecadação dessas rendas⁵⁶⁰.

Acima das questões relativas à necessidade de ingresso de capitais nos cofres públicos, a documentação sobre a arrematação de dízimos encontrada para o período de 1820 a 1822 indica que os conflitos que envolviam a arrecadação durante o final do período joanino e a regência de D. Pedro iam muito além dos gastos com a manutenção de administradores ou os “vexames” causados pelos dizimeiros aos povos, tal como o texto do decreto de 16 de abril faz supor. É claro que esses problemas existiam e causavam uma série de transtornos às justiças instituídas e aos produtores em geral; todavia, a resistência na aplicação da nova lei revela conflitos mais profundos a permearem a sociedade paulista no período. Primeiramente, o governo central sequer normatizou o procedimento para o recolhimento dos Dízimos nos portos secos, deixando às Juntas da Fazenda locais, muitas delas envolvidas com grupos de produtores e contratadoras, as providências a este respeito. Depois, percebe-se a dificuldade das juntas da Fazenda e dos governos provisórios tanto em manter o sistema de arrematação antigo quanto em estabelecer as novas medidas relativas à arrecadação; isto não só por causa das naturais dificuldades que a alteração traria, mas principalmente devido à situação política instável e ao pouco crédito que as instâncias administrativas locais pareciam lograr naquele momento. Não só as “novas idéias do tempo” faziam com que o “povo” deixasse de pagar as rendas públicas, a própria situação tornava produtores e negociantes inseguros com relação aos caminhos que os circuitos mercantis de que participavam tomariam.

e) A década de 1820 e a instituição de novas práticas administrativas

Os anos que transcorreram entre o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a volta de D. João a Portugal foram bastante conturbados no que diz respeito às práticas administrativas e à organização tributária nas diversas regiões do Império Luso-

⁵⁶⁰ Arquivo Nacional – RJ, Tesouraria da Fazenda, código 472, v.1, 1823-1827, fl.96v, Provisão de 22/10/1824 para o ouvidor da Comarca de Itu, pedindo providências para o pronto envio das rendas reais administradas pelas câmaras da Comarca de Itu, algumas desde 1807. Provisão do mesmo teor e data foi enviada ao Juiz de Fora da Vila de Guaratinguetá, cuja vila devia o pagamento de rendas da Real Fazenda desde 1806.

brasileiro.⁵⁶¹ A Revolução de 1820, em Portugal, traria novas alterações à estrutura político-administrativa das províncias americanas com a instalação das Juntas Provisórias de Governo pelas Cortes Portuguesas. Segundo Denis Bernardes, “... foi sobre as Juntas de Governo que as Cortes procuraram apoiar a montagem de uma estrutura administrativa que justificava a quase total retirada do poder executivo das mãos do monarca e ao mesmo tempo a elas vinculava diretamente as províncias brasileiras, reatando os antigos laços políticos, abolidos sob vários aspectos, com a vinda da Corte.”⁵⁶²

Difícil afirmar que a transferência da Corte para a América tenha definitivamente rompido vínculos econômicos e políticos entre o reino de Portugal e o futuro reino unido do Brasil, mesmo porque há indícios de que as redes de comércio imperiais se reorganizaram diante da transferência do centro de governo para o Brasil, incluindo as que passavam por Portugal, no período seguinte à expulsão dos franceses do reino. De qualquer forma, em 24 de abril de 1821, as Cortes Constituintes da Nação Portuguesa declararam legítimos os governos estabelecidos ou por estabelecer nos “Estados portugueses do ultramar” que tivessem aderido ao movimento vintista, ou seja, as juntas de governos provinciais que aderiam ao movimento constitucionalista, e ordenaram a eleição dos deputados dessas províncias a serem enviados às Cortes.⁵⁶³

No dia 1 de setembro seguinte, as Cortes lançaram novo decreto, com vistas a organizar a Junta de Governo Provisória e o Governo das Armas de Pernambuco,⁵⁶⁴ sendo que um mês depois foi lançado o decreto que determinou “provisoriamente a forma da administração Política e Militar das Províncias do Brasil”.⁵⁶⁵ O decreto de 1º de outubro determinava que, dentro de dois meses após a publicação da lei, nas províncias onde anteriormente havia capitães gerais, fossem formadas Juntas compostas por sete membros, dentre os quais um presidente e um secretário. Competiria às juntas estabelecidas “toda a autoridade e jurisdição na parte civil, econômica, administrativa e de polícia, em conformidade das leis existentes...”⁵⁶⁶ Os magistrados e autoridades civis ficariam subordinados a ela; a antiga denominação de “governador e capitão-general” seria extinta e

⁵⁶¹ Consultar a este respeito as obras já citadas de João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Helen Osório.

⁵⁶² Denis Antonio de Mendonça Bernardes, *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, p.321.

⁵⁶³ *Collecção das leis do Brazil*. Primeira parte. “Leis das Cortes Geraes Extraordinarias e constituintes da Nação Portugueza”. 1821, p.9.

⁵⁶⁴ Idem, pp.34-35.

⁵⁶⁵ Idem, pp.35-38. Decreto de 1 de outubro de 1821.

⁵⁶⁶ Idem, p.36.

o governo militar recairia sobre um “governador das armas” nomeado e sujeito às autoridades do Reino de Portugal.

Segundo esta medida, uma das principais atribuições dos capitães-generais, qual seja, a de ser o comandante supremo das forças militares da capitania, que incluía toda a população masculina entre 18 e 60 anos, seria abolida e passaria a ser exercida por uma autoridade desvinculada da administração local e diretamente ligada a um poder central de governo, estabelecido em Portugal. Por outro lado, o texto da lei também mantinha as Juntas da Fazenda responsáveis pela administração das rendas reais, mas estas deixavam de estar sujeitas ao governo da província e passariam a prestar contas diretamente ao governo estabelecido em Portugal, decisão que transmitiria ao governo central estabelecido no Reino o controle sobre a arrecadação dos tributos recolhidos nas províncias, o que também poderia desfavorecer interesses de grupos de produtores e negociantes estabelecidos na América, envolvidos no sistema de arrematação e nos cargos ligados à Junta da Fazenda, tais como o de escrivão, procurador da Corroa e juiz de órfãos, por exemplo.

Em São Paulo, nenhum governador de armas nomeado pelas Cortes foi empossado. Todavia, entre os anos de 1821 e 1822, as províncias da América Portuguesa passaram a substituir os antigos capitães-generais por Juntas Provisórias de Governo, algumas aparentemente mais ligadas ao governo das Cortes, tal como as primeiras juntas estabelecidas no Pará, na Bahia e em Pernambuco, outras ao governo do Rio de Janeiro, representado por D. Pedro, tais como a paulista e a mineira depois da visita do príncipe a estas províncias em meados 1822.

Enquanto instâncias de poder, compostas por membros eleitos e com ampla jurisdição administrativa, as juntas de governo foram a maneira encontrada pelas Cortes Constituintes estabelecidas em Lisboa para retirar do príncipe D. Pedro qualquer tipo de autoridade sobre o território português da América, além de significar enorme diminuição do poder real sobre a nomeação de agentes administrativos nas províncias.⁵⁶⁷ Por outro lado, esta experiência singular de governo não centralizado na figura do general, quando estabelecida em São Paulo, parecia ecoar a experiência pregressa de administração sem

⁵⁶⁷ Sobre as Juntas de Governo, consultar a obra de Denis Bernardes citada, especialmente o capítulo 5 “As Juntas de Governo, as Cortes e o Príncipe Regente”. Sobre a Junta Provisória de Governo paulista consultar as obras de Aparecida Vanessa Delatorre, *São Paulo à época da Independência. Contribuição para o estudo do movimento “bernardista”, 1821/1823* e de Daniel Tarifa Damaceno, *Os “facciosos” de São Paulo: considerações acerca da Bernarda de Francisco Inácio (23.05.1822-25.08.1822)*.

governador pela qual a capitania passara durante os dezessete anos em que esteve subalterna ao Rio de Janeiro (1748-1765); período em que a administração da então comarca de São Paulo esteve dividida entre o governador de armas, o ouvidor, o provedor da Fazenda e outras autoridades locais. Porém, a semelhança com esta experiência governativa anterior era apenas formal, visto que a instalação da Junta Governativa na década de 1820 permitia aos grupos locais nela representados libertarem-se tanto do controle das Cortes, estabelecidas do outro lado do oceano, quanto do príncipe regente D. Pedro, cuja autoridade em São Paulo ainda não estava plenamente estabelecida.

Nos anos de 1820, a designação de “capitania” foi definitivamente abandonada e o termo “província” passou a designar a região de São Paulo tanto nos documentos aí produzidos quanto na correspondência vinda do Rio de Janeiro e de Lisboa. A primeira Junta Provisória de Governo da província de São Paulo foi nomeada em 23 de junho de 1821, “por unânime aclamação do Povo, e Tropas, que se acham reunidos, e postados no Largo d’estes Paços do Conselho” da câmara da capital e, no mesmo dia foram juradas as bases da Constituição decretadas pelas Cortes Gerais Constituintes de Portugal. A Junta paulista era presidida pelo último capitão-general, João Carlos Augusto de Oeynhausen; além deste, contava com um vice-presidente, José Bonifácio de Andrada e Silva; um secretário de governo do interior e fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada; um secretário para os negócios da guerra, o coronel Lázaro José Gonçalves; um secretário da marinha, o chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto. Os deputados e vogais da junta eram: o Reverendo Arcipreste Felisberto Gomes Jardim e o reverendíssimo tesoureiro mor João Ferreira de Oliveira Bueno pelo eclesiástico; o coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e o coronel Daniel Pedro Müller pelas armas; o coronel Francisco Ignácio de Sousa Queiroz e o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão pelo comércio; o padre mestre Francisco de Paula e Oliveira e o professor André da Silva Gomes pela ciência e educação pública; além do Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e do tenente coronel Antonio Maria Quartim pela agricultura.⁵⁶⁸

Como se vê, em São Paulo decidiu-se pela nomeação de quinze membros, ao invés dos sete que seriam recomendados pelo posterior decreto das Cortes de Lisboa. Estes

⁵⁶⁸ *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v. 2, “Actas do Governo Provisório de 1821 a 1822”, pp.3-4.

membros obedeciam também a funções bastante específicas no que diz respeito à administração local, procurando abarcar os principais setores de atividade da província, quais sejam a administração em si, as rendas, a agricultura, o comércio, a instrução pública e, ao contrário do que decidiriam as Cortes, o setor militar. Já na segunda sessão da Junta do Governo Provisório, ocorrida em 25 de junho de 1821, seus membros davam mostras de pretender gerir os negócios locais com autonomia, pois votaram a elaboração de uma participação a ser encaminhada ao Príncipe Regente D. Pedro, na qual diziam esperar “...este Governo da Bondade e Magnanimidade de Sua Alteza Real, que deixasse livre a esta Junta Provisória a disposição, e economia do Governo Interior da Província, na conformidade do que já em parte se havia concedido aos Governadores e Capitães Gerais das Capitânicas; e outrossim o direito de representar os inconvenientes, que possa ter qualquer Lei, ou Decreto de Sua Alteza, vistas as localidades e circunstâncias da Província.”⁵⁶⁹

Ainda segundo Denis Bernardes, a Junta de Governo de São Paulo era a única que não se mantinha hostil ou distante do governo de D. Pedro nesse primeiro momento de formação dos governos provisórios⁵⁷⁰. Todavia, o trecho citado acima indica que os membros do novo governo paulista requeriam não só a manutenção de antigas liberdades relativas ao poder de mando dos governos provinciais, mas também o direito de representar e discutir atos do Príncipe, ao qual aparentemente ainda não reconheciam com todas as prerrogativas de um regente, o que nos permite questionar também a submissão ou a estreita vinculação da Junta paulista ao governo estabelecido no Rio de Janeiro nesse período inicial de atuação.

Recentemente, Vera Lúcia Nagib Bittencourt descreveu o complexo processo de acordos e alianças estabelecidos entre D. Pedro e importantes membros de grupos de poder fluminenses, mineiros e paulistas durante os meses que precederam o rompimento político entre Brasil e Portugal. O reconhecimento do Rio de Janeiro como centro político e administrativo não era consensual nessas regiões e o apoio da maior parte desses grupos à regência de D. Pedro foi conquistado gradativamente através de garantias dadas às redes

⁵⁶⁹ Idem, p.7.

⁵⁷⁰ Denis Antônio de Mendonça Bernardes, *op. cit.*, p.341.

familiares e de negócios do centro-sul para que pudessem continuar em suas operações mercantis com segurança e lucratividade.⁵⁷¹

Sendo assim, a estrutura da Junta de Governo paulista e seus comunicados ao príncipe D. Pedro fazem crer que seus membros, e as redes de interesse que representavam, pretendiam gerenciar os negócios de fazenda, especialmente aqueles ligados à arrematação de tributos, sem a interferência direta fosse da Corte do Rio de Janeiro fosse do governo revolucionário estabelecido em Portugal; aliás, uma das primeiras medidas adotadas nas províncias foi a interrupção do envio de tributos ao Erário estabelecido no Rio de Janeiro tão logo o rei D. João VI embarcara rumo a Lisboa⁵⁷².

Quando da eleição da primeira Junta de Governo Provisório paulista ainda não havia chegado à província as ordens relativas à organização das Juntas emanadas das Cortes, tampouco os decretos de fins de 1821, ordenando a volta de D. Pedro à Europa e a extinção de qualquer centralização administrativa representada pela Corte do Rio de Janeiro. De qualquer forma a constante referência da Junta paulista a D. Pedro, e não a D. João ou às Cortes Constituintes da Nação Portuguesa, indicam tanto a vinculação de parte de seus membros, como os Andrada, aos negócios com o Rio de Janeiro, quanto a necessidade de manter uma esfera de governo interna e autônoma da província de São Paulo, garantindo espaços de atuação e de decisão local propiciadores de negócios que poderiam se ver ameaçados com uma inversão da estrutura administrativa advinda do movimento revolucionário vintista.

A primeira Junta de Governo Provisório de São Paulo contava com nomes de destaque entre grupos de produtores e negociantes, a maioria envolvida na política imperial pós Independência. Assim, os irmãos Andrada estavam ligados a negociantes santistas através de relações familiares representadas principalmente por seu cunhado, Francisco Xavier da Costa Aguiar.⁵⁷³ Manuel Rodrigues Jordão, antigo contratador, já era negociante

⁵⁷¹ Vera Lúcia Nagib Bittencourt, *De Alteza Real a Imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*.

⁵⁷² Idem, pp.278-280.

⁵⁷³ Negociante, nomeado capitão de ordenanças em 1797, passou a exercer o posto de coronel agregado aos Regimentos de Milícias de Santos em 1801. Também contribuiu com donativos para a construção da estrada que ligaria Santos a Cubatão, doou 2:200\$000 réis para acudir às urgências do Estado em 1804 e, no ano seguinte, transferiu para a Real Fazenda uma dívida ativa de 100\$000 réis, devida por negociante de Lisboa, também a título de donativo voluntário. Negociante bem estabelecido, vassalo fiel, com crédito junto à Real Fazenda, solicitou em 1807 a graça do Hábito da Ordem de Cristo. Cf.: Arquivo do Estado de São Paulo, lata

há muito estabelecido em São Paulo, também ligado ao comércio de exportação através de seus sócios Lisboaetas. O mesmo pode ser dito de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que a esta altura ainda mantinha a sociedade que estabelecera com o Brigadeiro Luís Antônio através de seus herdeiros, um dos quais era Francisco Inácio de Sousa Queirós. Este membro da Junta era filho do negociante de grosso trato Francisco Antônio de Sousa e sobrinho-genro do rico e poderoso brigadeiro Luís Antônio de Sousa, que morrera poucos anos antes, legando-lhe parte de seus negócios que ligavam São Paulo a rotas comerciais americanas e atlânticas.

Muitas vezes estes homens se envolveram em sociedades para o desenvolvimento de negócios específicos, tal como a tecelagem fundada em São Paulo em 1811 da qual foram sócios, em diferentes momentos, Antônio Maria Quartim, Manuel Rodrigues Jordão, Francisco Inácio de Sousa Queirós e o marechal José Arouche de Toledo Rendon,⁵⁷⁴ ou então os negócios com açúcar e gado que ligavam Vergueiro a Luís Antônio de Sousa e seus herdeiros.⁵⁷⁵ Entretanto, isso não quer dizer que estes homens tenham atuado sempre no mesmo campo político ou mantivessem os mesmos interesses econômicos durante suas trajetórias de produtores e negociantes. Ademais, quadros matizados, compostos por interesses e acordos políticos e de negócios por vezes conflitantes, que iam sendo construídos, rompidos e restabelecidos ao longo do tempo, também foram comuns a grupos de poder atuantes em outras regiões do Império luso-brasileiro. De qualquer forma, a composição da primeira Junta de Governo Provisório de São Paulo faz crer que a década de 1820 assinalou a consolidação no poder de grupos que vinham enriquecendo desde as décadas finais do século XVIII, ao menos num nível provincial.

No caso específico de São Paulo, obras recentes⁵⁷⁶ têm indicado que até pelo menos a visita do príncipe não havia unidade entre os diversos grupos de poder de diferentes regiões da província com relação ao atrelamento paulista ao governo do Rio de Janeiro. Em

C00243, doc.16-2-16; Arquivo Nacional – RJ, Junta da Fazenda, Códice 474, v.2, 1803-1806, fls.104-107 e Willian Puntschart, *Negócios e negociantes paulistas*, pp.46-48 e pp.100-101.

⁵⁷⁴ Daniel Tarifa Damaceno, *op. cit.*

⁵⁷⁵ Conferir o artigo citado: “Do ponto à trama: rede de negócios e espaços políticos em São Paulo, 1765-1842”.

⁵⁷⁶ Vera Lúcia Nagib Bittencourt, *De Alteza Real a Imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*, capítulo IV “A viagem a São Paulo”. Aparecida Vanessa Delatorre, *São Paulo à época da Independência. Contribuição para o estudo do movimento “bernardista”, 1821/1823*. Daniel Tarifa Damaceno, *Os ‘facciosos’ de São Paulo: considerações acerca da Bernarda de Francisco Inácio (23.5.1822-25.8.1822)*.

São Paulo, a Junta de Governo foi instalada tardiamente, a 23 de junho de 1821. Segundo análise de Delatorre, isso teria ocorrido em virtude de conflitos existentes desde antes da instalação da Junta, entrevistados através da dificuldade do antigo capitão-general nomeado seu presidente, João Carlos Augusto de Oeynhausen, em fazer cumprir suas ordens. Inicialmente, a Junta paulista teria congregado forças políticas baseadas em grupos mercantis enraizados na capital da província e em Santos, articulados por redes de parentesco que angariaram temporariamente o apoio de grupos de Itu e região. Entretanto, a primeira Junta paulista nunca teria sido considerada soberana na Província, daí os desdobramentos do movimento de maio de 1822, conhecido como “Bernarda de Francisco Inácio”, que acabou redundando na dissolução dessa junta por D. Pedro e na nomeação de um triunvirato que governou até que a terceira junta, desta vez eleita, fosse instituída em janeiro de 1823.⁵⁷⁷

Por outro lado, os constantes confrontos entre autoridades estabelecidas na cidade de São Paulo e em Santos ocorridos durante todo o período estudado, inclusive a insubordinação das tropas instaladas na vila santista em 1821⁵⁷⁸, indicam possíveis dificuldades na manutenção da união entre grupos de interesses dessas duas localidades, dificultando o governo de Oeynhausen e da Junta de Governo por ele presidida. Desde 1821, o governo provisório vinha tentando se afirmar através de um conjunto de ordens enviadas às outras esferas administrativas da província. Dessa forma, em Circular de 13 de agosto de 1821, o Governo Provisório se voltou contra os “abusos de poder” de algumas autoridades constituídas e a “negligência” de outras, que estariam emperrando o bom andamento dos negócios públicos por atenderem às “recíprocas intrigas das classes poderosas” e aos “revoltosos das classes indigentes”, que estariam se enfrentando por meios ilegais, ignorando as justiças e aquele governo. Para atender a estes desmandos, o governo paulista ordenava que os “julgadores” atendessem prontamente aos despachos e leis dos processos, declarando que:

⁵⁷⁷ Aparecida Vanessa Delatorre, *op. cit.*

⁵⁷⁸ Sobre esta questão ver os documentos do acervo do *Arquivo do Estado de São Paulo*, lata C00408, livro “Bandos e Ofícios – Governo Provisório – 1821-1822”, nos quais seguem instruções ao novo governador da Praça de Santos para desarmar o batalhão daquela vila (01/07/1821), uma proclamação do governo sobre os “motins” de Santos (02/07/1821) e outra sobre a “libertação” dessa vila (07/07/1821) e ordens para os capitães mores de Porto Feliz, Apiaí e Iguape, para que impedissem os rebelados do 1º Batalhão da Vila de Santos de fugirem (14/07/1821).

“... a Época dos despotismos, das disjunções, e das rivalidades acabou, que a Constituição não é anarquia, mas sim exata e religiosa obediência às bases juradas, e às Leis existentes que por elas não foram derogadas...”⁵⁷⁹

Se era preciso declarar tão veementemente a autoridade do Governo Provisório, é bem provável que as dissensões, “maquinações”, e conflitos entre grupos de interesses distintos fossem tão patentes que estivessem dificultando a atuação administrativa de seus membros, que precisaram chegar ao ponto de se dirigir ao Almoxarife de São Paulo para ordenar que suas ordens fossem cumpridas prontamente, suspendendo a ordem da Junta da Fazenda para que todas as despesas do governo fossem previamente autorizadas por ela.⁵⁸⁰

Além disso, os estudos de Damaceno, sobre o movimento bernardista, e de Bittencourt, sobre a regência de D. Pedro, indicaram que na dissolução da Junta de Governo pelo príncipe regente estava em jogo não só projetos políticos relativos à reorganização do Império Português ou à formação de um Império Brasileiro autônomo, mas também interesses ligados ao comércio de exportação estabelecido entre São Paulo, a Corte do Rio de Janeiro e o Reino de Portugal. Conforme foi visto no capítulo anterior, desde pelo menos o governo do general Bernardo José de Lorena, a praça santista contava com o estabelecimento de correspondentes comerciais nas praças de Lisboa e, posteriormente, do Porto e o envio de navios dessas localidades e de portos da África foi constante durante os governos de Castro e Mendonça e Franca e Horta. Ainda que o comércio de importação e exportação através do porto de Santos tenha sido temporariamente abalado pelos acontecimentos que envolveram a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, a expansão mercantil nas províncias do centro-sul americano nos anos seguintes parece ter contribuído para o fortalecimento de redes comerciais que passavam pela província de São Paulo.

Para Damaceno, rivalidades relativas a atividades comerciais antagonizaram o grupo liderado por Martim Francisco de Andrada e Silva, favorável a negociantes como

⁵⁷⁹ Arquivo do Estado de São Paulo. Lata C00231. Capitães gerais, Governo Provisório, Circulares e atos, 1820-1822, maço 5, pasta 4. Circular de 13 de agosto de 1821, sobre abuso de poder das autoridades da capitania.

⁵⁸⁰ Arquivo do Estado de São Paulo. Lata C00408. Portarias, Bandos de generais, Governo Provisório, Proclamação de Martim Francisco e José Bonifácio, livro “Bandos e ofícios – Governo Provisório – 1821-1822”, fl.42v. Portaria ao Almoxarife da Cidade de São Paulo, 02/10/1821.

Antonio da Silva Prado e seu tio Manoel Rodrigues Jordão que, na época, acumulava o cargo no governo provisório com a tesouraria da Junta da Fazenda, e o grupo capitaneado por Francisco Inácio de Sousa Queirós, concorrente dos anteriores, o que teria ensejado a expulsão do Andrada e de Jordão da Junta.⁵⁸¹

Este ato da Junta de Governo foi taxado pelo governo de D. Pedro como uma “Bernarda”, entretanto, o principal temor do grupo representado por Francisco Inácio não era o estabelecimento de um governo central no Rio de Janeiro, sob a Coroa de D. Pedro, e sim os danos que um rompimento definitivo com o Reino de Portugal poderia trazer às relações comerciais estabelecidas entre paulistas e portugueses europeus. Além de causar prejuízos com um possível rompimento com os correspondentes estabelecidos em Lisboa e no Porto, a separação de Portugal colocaria esses negociantes na delicada situação de disputar o mercado da Corte do Rio de Janeiro, já bastante competitivo.⁵⁸² Ademais, Martim Francisco e Jordão estariam contrariando vários interesses estabelecidos na província de São Paulo ao pressionarem os arrematantes de contratos a saldarem suas dívidas junto à Fazenda, ao mesmo tempo em que favoreceriam Antonio da Silva Prado na arrematação dos contratos mais lucrativos. Um dos contratadores mais duramente atingidos pelo Andrada foi justamente o coronel Francisco Álvares Ferreira do Amaral citado acima, um dos contratadores paulistas mais ativos no período, acusado de dever 8 contos de réis à Junta da Fazenda.⁵⁸³ Amaral também era negociante de fazendas secas e coronel do 2º. Regimento de Infantaria Miliciania da cidade de São Paulo, foi um dos principais agentes bernardistas, levando seus subordinados ao ajuntamento das tropas que exigiam a destituição de Martim Francisco e de Jordão e a manutenção de Oeynhausens na Junta de Governo.⁵⁸⁴ Ainda segundo Damaceno, durante a “Bernarda” estavam em jogo vultosos interesses comerciais e foram justamente os comerciantes de fazendas secas e os contratadores que deram força ao movimento. Além disso, Francisco Inácio de Sousa

⁵⁸¹ Daniel Tarifa Damaceno, *op. cit.*, especialmente a parte 4 do capítulo II. O termo “Bernarda” foi usado no início do século XIX para designar movimentos políticos promovidos através das armas tendentes à revolução constitucionalista do Porto de 1820; com o tempo, passou a designar qualquer levantamento ou motim popular. Cf. *Dicionário do Brasil Imperial*, organizado por Ronaldo Vainfas e a edição de 1889 do *Diccionario da Língua Portuguesa*, de Antonio Moraes Silva.

⁵⁸² Conferir a tese citada de Vera Bittencourt, especialmente o capítulo 4.

⁵⁸³ Ver a obra de Daniel Tarifa Damaceno citada, pp.104-105.

⁵⁸⁴ Idem, pp.116-131.

Queiroz e Antonio da Silva Prado concorriam diretamente por negócios estabelecidos em diversas praças na América Portuguesa e no Reino de Portugal.⁵⁸⁵

As teses que defendem a vinculação entre o movimento bernardista e a tentativa de manutenção de redes de negócios estabelecidas entre paulistas e grupos estabelecidos no Reino de Portugal se fortalecem se considerarmos que a Junta de Governo Provisório de São Paulo também instruiu os deputados eleitos para as Cortes Constitucionais a rechaçar medidas que pudessem provocar o rompimento definitivo entre os Reinos do Brasil e de Portugal. Assim, em ofício de 20 de fevereiro de 1822, o Governo Provisório criticava os decretos das Cortes que ordenavam a volta do príncipe regente D. Pedro à Europa e as ordens para que as Juntas Provisórias fossem organizadas desvinculadamente ao governo das armas e à administração da Fazenda das províncias. Argumentavam que o estabelecimento de cada uma dessas três áreas da administração provincial em separado, sujeitando-as única e exclusivamente às Cortes lisboetas, traria a desunião interna das províncias e de todas entre si e que, se assim fosse, cada província do Reino do Brasil voltaria à condição de “colônia”.⁵⁸⁶ Se mantidas, essas medidas das Cortes certamente prejudicariam interesses radicados nas províncias americanas, pois a influência sobre a estrutura militar e a arrecadação das rendas públicas era parte fundamental das estratégias de grandes negociantes estabelecidos na região desde meados do século XVIII.

Por outro lado, era fundamental para o Regente garantir a adesão de grupos paulistas a seu projeto político, pois o apoio de produtores e negociantes da região era essencial para a manutenção das redes de abastecimento da capital fluminense e do comércio que girava pelo centro sul, chegando aos portos de Montevideu e Buenos Aires, nos quais as mercadorias e escravos enviados por fluminenses e paulistas eram trocados por prata.

A primeira Junta de Governo Provisório de São Paulo atuou, de fato, até agosto de 1822. Nesse momento, já havia sido oficialmente destituída por decreto de D. Pedro, datado de 25 de junho, e já não contava com José Bonifácio de Andrada e Silva, nomeado ministro de D. Pedro em março desse mesmo ano, com Martim Francisco e Jordão, afastados da

⁵⁸⁵ Idem, parte 3.2.3.2 “A participação da elite: os comerciantes”, pp.198-208.

⁵⁸⁶ Arquivo do Estado de São Paulo. Lata C00408. Portarias, Bandos de gerais, Governo Provisório, Proclamação de Martim Francisco e José Bonifácio, livro “Bandos e ofícios – Governo Provisório – 1821-1822”. Ofícios dirigidos pelo Governo Provisório instalado a 23 de junho de 1821. Ofício do Governo Provisório para os Deputados em Cortes pela Província, 20/02/1822, fl.174v-175.

Junta durante a *bernarda*, com Vergueiro, eleito deputado às Cortes de Lisboa e com João de Oliveira Bueno, Francisco de Paula Oliveira e André da Silva Gomes, que a abandonaram depois da saída do Andrada. Esta Junta acabou sendo dissolvida pessoalmente pelo Príncipe Regente D. Pedro, em virtude dos desdobramentos da *bernarda*.⁵⁸⁷ Poucos dias antes, o presidente Oeynhausen, ligado ao grupo de Francisco Inácio, já tinha sido destituído pelo Regente, que exigiu sua presença no Rio de Janeiro. Até a instalação da segunda Junta Provisória de Governo paulista, assumiu o governo local um triunvirato formado pelo bispo, D. Mateus de Abreu Pereira, o ouvidor geral da província, José Corrêa Pacheco e Silva, e o marechal de campo, Cândido Xavier de Almeida e Sousa; obedecendo ao formato dos governos provisórios das antigas capitanias que, na ausência do capitão-general, deveriam ser governadas pelas máximas autoridades eclesiástica, civil e militar.

Este triunvirato governou até 8 de janeiro de 1823, quando foi instalado o novo governo da província de São Paulo composto por Cândido Xavier de Almeida e Sousa (presidente, um dos membros do triunvirato anterior), José Correa Pacheco e Silva (secretário, também membro do governo anterior), Manuel Joaquim de Ornelas (deputado), Anastácio de Freitas Trancoso (deputado) e João Gonçalves Lima (deputado).⁵⁸⁸

O Decreto da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, sancionado pela Carta de Lei do já Imperador D. Pedro, de 20 de outubro de 1823, aboliu as Juntas Provisórias de Governo e criou “provisoriamente”, para cada província, um Presidente e Conselho. Segundo esta lei, o novo Presidente seria nomeado pelo Imperador, já o

⁵⁸⁷ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos históricos, geográfico, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, v.1, pp. 301-302.

⁵⁸⁸ Para a composição dos governos provisórios consulte a obra citada de Azevedo Marques. Para os ofícios encaminhados a D. Pedro pelas juntas de governo provisório de São Paulo, consultar a obra *As juntas governativas e a Independência*, v.3, pp.1093 a 1193. O teor desses ofícios é bastante variado incluindo questões administrativas comuns, tais como arrecadação de dízimos e demais rendas reais, problemas relativos às alfândegas paulistas, parabenização pela coroação de D. Pedro e pelo nascimento de príncipes imperiais, além de um ofício apresentando um plano para a confecção, na capital paulista, de um periódico manuscrito. Constam ainda vários ofícios relativos aos conflitos ocorridos durante a chamada “Bernarda de Francisco Inácio”, que dizem respeito, basicamente, às justificativas da Junta com relação ao incidente que resultou na saída de Martim Francisco da Junta de Governo e queixas dos membros da Junta que se estendem até fins de agosto de 1822, aguardando resposta das autoridades fluminenses. As atas do primeiro Governo Provisório foram publicadas pelo Arquivo do Estado de São Paulo, no volume 2 dos *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, nestas constam negócios relativos à administração interna, decididos entre 23 de junho de 1821 e 19 de agosto de 1822, entre eles questões relacionadas à arrecadação de dízimos, formação de comissões para análise dos mais diversos assuntos administrativos da província, organização de tropas, contenção de regimentos rebeldes, eleição dos deputados às Cortes de Lisboa e decisões relativas ao movimento *Bernardista*.

Conselho, composto por seis membros, seria eleito da mesma forma que os deputados da Assembléia e reunir-se-ia por dois meses cada ano, não era permanente e sua função era auxiliar o Presidente na administração da província. As Juntas da Fazenda continuavam a ser presididas pela autoridade máxima da Província, também ficavam subordinadas ao presidente as Ordenanças e a Marinha. O governo da Força Armada ficava sujeito ao Comandante Militar, porém este não podia empregar as forças armadas contra “inimigos internos” sem autorização do Presidente. Por outro lado, a administração das justiças passava a ser independente deste e do Conselho.⁵⁸⁹ Meses depois, a Carta Constitucional do Império, outorgada por D. Pedro em 25 de março de 1824, viria a confirmar a criação do cargo de Presidente de Província, provisoriamente instituído pela Lei de 23 de outubro. Estes presidentes seriam nomeados pelo Imperador para servirem pelo tempo que este julgasse conveniente e segundo atribuições a serem determinadas posteriormente por lei própria.⁵⁹⁰ Pela Carta, os presidentes provinciais governariam com o auxílio dos Conselhos Gerais de Província, que deveriam atuar como o principal instrumento de intervenção dos cidadãos nos negócios locais e tinham como principal objeto “... propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades, e urgências.”⁵⁹¹ O primeiro presidente de província de São Paulo a tomar posse foi Lucas Antonio Monteiro, que serviu entre 1 de abril de 1824 e 4 de abril de 1827.

*

Depois de 1808, a preocupação da Coroa em reorganizar as tropas de primeira e segunda linha e garantir e ampliar a arrecadação fiscal aumentou ainda mais, pois estes dois pontos chave da administração portuguesa eram fundamentais para viabilizar instalação da sede do Estado Português na América.

Tal como foi visto nos capítulos anteriores, estes dois mecanismos, arrecadação e coerção, estavam intrinsecamente ligados; além de constituírem os principais meios através dos quais o Estado Português se fazia presente na administração colonial. Sabe-se que aos

⁵⁸⁹ Lei de 20 de outubro de 1823, “Dá nova forma aos Governos das Províncias, creando para cada uma dellas um Presidente e Conselho”, *Collecção das leis do Império do Brasil de 1823*. Parte I. pp.10-15.

⁵⁹⁰ *Constituição política do Império*, 1824. Título 7º: “Da administração e economia das províncias”. Capítulo I: “Da administração”.

⁵⁹¹ Idem, Título 4º: “Do poder legislativo”. Capítulo V: “Dos Conselhos Gerais de Província, e suas atribuições”.

oficiais de mais alta patente das tropas de segunda linha cabiam tanto a arrematação de contratos quanto a vigilância sobre a correta cobrança dos impostos e direitos de passagem. Estes mesmos homens compunham os grupos de negociantes que viram na transferência da Corte um meio de aumentar seus lucros a partir da grande demanda necessária para abastecer o Rio de Janeiro e da ampliação dos negócios internacionais depois da abertura dos portos em 1808.

Desde meados do século XVIII, passando pelo período joanino, alcançar uma elevada patente de oficial miliciano ou de capitão de ordenança era uma das formas de exercício de poder local que foi constantemente perseguida por grupos de produtores e negociantes radicados em São Paulo. Mais que isso, durante os anos que decorreram entre 1808 e 1820, esses “paulistas” aproveitaram as novas oportunidades que então lhes eram apresentadas para fortalecer vínculos com o Estado ao mesmo tempo em que ampliavam seus negócios, daí a importância política e econômica alcançada por homens como Luís Antônio de Sousa e seus herdeiros, pelo futuro senador Vergueiro ou por Manoel Rodrigues Jordão e de outros tantos produtores e negociantes com interesses radicados no centro-sul da América Portuguesa.

Segundo indicações de João Fragoso, desde o final do século XVIII grupos radicados nas várias capitanias do centro-sul vinham desenvolvendo uma “cultura política” que envolvia a ampliação do controle de outras parcelas da população em suas localidades de origem, alianças de negócios e familiares com membros de grupos de poder de outras capitanias e, mesmo, do Reino de Portugal; além de influência sobre a governança através do controle de postos nas câmaras e de ofícios régios. Esse mesmo movimento lhes permitia interferir nos rumos do mercado e era fonte de conflito entre grupos que disputavam redes de comércio interno e externo à América Portuguesa, bem como negócios que envolviam a arrematação de impostos. Dessa forma, toda uma rede de interesses envolvendo grandes negociantes radicados há muito no centro-sul estaria em formação desde meados do século XVIII, convivendo com grupos de poder mais limitados circunscritos às suas vilas e freguesias.⁵⁹²

⁵⁹² João Fragoso, “Elites econômicas em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América Lusá. Notas de uma pesquisa.”

Agentes estabelecidos na capitania de São Paulo participaram ativamente desse movimento. Embora a maior parte dos estudos tradicionais sobre a economia paulista, anteriormente citados considerem que só no início do século XIX a região passaria a ter alguma expressividade econômica comparável às suas vizinhas Minas Gerais e Rio de Janeiro, há que se considerar que as riquezas acumuladas e a variedade de negócios empreendidos pelos grandes negociantes paulistas de inícios do XIX indicam seu envolvimento anterior em redes de interesse mais amplas, tais como as estudadas para o Rio de Janeiro. Por outro lado, isso não significa que estratos médios ou negociantes de expressividade local não atuassem seguindo os mesmos objetivos e padrões de seus pares mais ricos, tal como foi possível observar pela análise do sistema de arrematação dos dízimos feita em ramos.

Além disso, a instalação da Corte portuguesa na América e a necessidade de modernizar e abastecer a região também criou novas oportunidades de negócios das mais variadas magnitudes. Nesse período, a capitania/província de São Paulo, região tradicionalmente produtora e fornecedora de gado e de gêneros de subsistência, ampliou a exportação de gado, toucinho, milho, entre outros gêneros, tanto para o Rio de Janeiro quanto para as províncias interioranas de Goiás e Mato Grosso.

No período joanino, o comércio em grosso, principalmente aquele negociado na capitania/província do Rio de Janeiro, continuou nas mãos das grandes casas de negócios, muitas vezes mantidas pelos maiores produtores e negociantes radicados na Corte e ligados entre si por laços de parentesco e interesses econômicos; sendo que os membros desse grupo passaram a ser arregimentados para os mais altos escalões da burocracia portuguesa, postos pelos quais competiam com membros da nobreza reinol imigrados com a família real.⁵⁹³ Paralelamente, produtores e negociantes de menores recursos, que muitas vezes serviam de tropeiros no envio dos gêneros que produziam à Corte do Rio de Janeiro, ampliaram seus espaços de atuação nos anos de 1808 a 1820. Segundo Alcir Lenharo, também faria parte da política joanina favorecer camadas médias de comerciantes e produtores envolvidos no comércio de abastecimento, isentando-os do recrutamento, por exemplo. Grupos de negociantes que abasteciam o mercado carioca cresciam econômica e

⁵⁹³ Conferir a obra de Alcir Lenharo, *As tropas da moderação*, especialmente a introdução e o capítulo 1 “O abastecimento da Corte após 1808”.

politicamente em suas províncias de origem, especialmente em Minas Gerais e São Paulo, movimento que teria propiciado tanto seu enriquecimento quanto o estabelecimento de laços de interdependência com a capital e o fortalecimento de seu poder político, permitindo-lhes interferir nos rumos do Império do Brasil anos mais tarde, principalmente depois dos acontecimentos de 1831 que redundaram na abdicação de D. Pedro I.⁵⁹⁴

Dessa forma, desde 1808, D. João teria agido de modo a reforçar velhas práticas herdadas do Antigo Regime, concedendo uma série de privilégios aos fiéis súditos portugueses, traduzidos em mercês de hábitos, concessão de patentes, doações de sesmarias e isenções para o serviço nas tropas. Todavia, nas novas circunstâncias políticas, essas antigas práticas serviram às novas diretrizes administrativas que visavam a garantir as bases de apoio econômico e político que se tornavam essenciais. Tendo em vista esses novos objetivos, a política joanina passava pelo incentivo ao movimento comercial, pela construção de novas estradas ligando mais eficazmente o centro-sul, pela ampliação das rendas públicas obtidas com impostos e tributos e pela reordenação das tropas de primeira e segunda linha, medidas necessárias para garantir a integração regional e estabelecer meios que permitissem ao Estado Português atuar eficazmente em sua nova sede ultramarina.

Sendo assim, a política administrativa estabelecida durante o período joanino foi fundamental para o processo de consolidação das fortunas e dos interesses representados por grupos de produtores e negociantes radicados na província de São Paulo, tanto nas localidades onde atuavam quanto nas redes de comércio americanas e atlânticas. Este movimento, porém, esteve permeado por uma série de tensões decorrentes da acirrada concorrência por mercados e por maior espaço político junto às diversas instâncias de governo. Daí, por exemplo, a atuação da primeira Junta Provisória de Governo paulista, a oposição que sofrera por parte das tropas aquarteladas em Santos e a não observância do decreto real relativo à suspensão da arrematação dos dízimos, revelando que, internamente à província, atuavam diversos grupos de interesse ainda divididos com relação aos rumos políticos e econômicos a tomar. Todavia, esses mesmos grupos mostraram-se bastante interessados em manter esferas de influência e liberdades já alcançadas no plano

⁵⁹⁴ Alcir Lenharo, *As tropas da moderação*, capítulos 2, “Estradas e integração do centro-sul” e 4 “A conexão mercantil sul Minas – Rio de Janeiro”.

econômico, fosse o centro administrativo representado pelas Cortes Constituintes da Nação Portuguesa ou por D. Pedro.

Considerações finais

O estudo do exercício do poder na São Paulo colonial acabou por demonstrar a indissociável relação então estabelecida entre política e negócios, ou dito de outra forma, entre a administração pública e os interesses mercantis de particulares radicados nesta porção do Império luso-brasileiro. Dessa forma, partindo da análise da prática administrativa dos governadores enviados à capitania, relativas ao andamento cotidiano da governança, tais como a construção de obras, a organização de tropas e a arrematação de contratos, foi possível contribuir para a ampliação de um debate historiográfico que questionou os nexos coloniais estabelecidos entre regiões coloniais portuguesas e sua metrópole, em desenvolvimento desde a década de 1990 e no qual São Paulo é pouco citado, apontando o movimento que engendrou o fortalecimento econômico e político de grupos de poder locais desde meados do XVIII em seu relacionamento com as diversas instâncias administrativas, seus reflexos sobre as estruturas imperiais portuguesas e sobre parte das estruturas atuantes no processo de configuração do Império no Brasil, na década de 1820.

Por outro lado, analisando o envolvimento entre interesses públicos representados pelos agentes nomeados pela Coroa e aqueles defendidos por grupos vinculados à produção, criação e negócios empreendidos por “paulistas”, nota-se que governadores e capitães-generais atuavam de forma contraditória, ora apoiando uns ora outros grupos de poder locais, de acordo com as circunstâncias e interesses em jogo. Pode-se dizer que esses generais detinham ampla jurisdição, o que lhes permitia tanto negociar com autoridades de menor envergadura radicados nas regiões que vinham governar quanto manipular e reinterpretar normas baixadas a partir do centro de poder representado pela Metrópole. Entretanto, raramente esses homens extrapolaram os limites estabelecidos pela Coroa e, com frequência, justificaram as medidas tomadas com base em instruções recebidas.

Isto não quer dizer que governadores, ouvidores, bispos, provedores e juizes de fora estiveram imunes às tentativas de cooptação empreendidas por grupos de produtores e negociantes locais; grupos estes formados pelos mesmos homens que escreviam suas queixas ao Conselho Ultramarino, requeriam patentes nas tropas de segunda linha,

auxiliavam financeiramente o Estado português e solicitavam as mercês e privilégios a que julgavam merecedores na qualidade de súditos “fiéis” e “homens bons” de suas localidades.

Neste movimento, a possibilidade de lançar nos contratos das rendas reais e o acesso aos mais altos postos das tropas auxiliares/milicianas e de ordenanças mostraram-se fundamentais. Entre 1765 e 1822, grupos de negociantes paulistas buscaram constantemente ampliar seus interesses econômicos através do envolvimento nessas duas esferas “controladas” pelo poder público. Nem sempre foram bem sucedidos nessa tarefa, mas conseguiram voltar suas atenções para outros ramos de negócios quando o governo restringiu por algum motivo seu campo de ação.

Sabe-se que a arrematação de contratos de rendas reais era um poderoso mecanismo de acumulação utilizado pelos grupos mercantis portugueses atuantes tanto no Reino quanto na América, além de favorecer a obtenção de mercês e privilégios. Em São Paulo, a produção e comércio de gêneros de subsistência e os negócios com o gado, que articulavam esta região ao Rio Grande de São Pedro, ao Rio de Janeiro, às Minas Gerais e à Bahia, foram as bases que possibilitaram a setores enraizados na capitania paulista acumular capitais através da mercantilização da produção local e da arrematação de rendas reais.

Isso não quer dizer que desde 1765 os negociantes paulistas tivessem fortunas acumuladas a ponto de competir com seus pares fluminenses ou lisboetas. Todavia, é possível afirmar que os produtores e negociantes paulistas que arrecadavam contratos, armavam companhias de milícias, doavam somas consideráveis para atender tanto às “urgências” do Estado Português quanto às necessidades de infra-estrutura de São Paulo estavam plenamente integrados às políticas Metropolitanas que lhes permitiram acumular cabedais, ascender às principais instituições locais garantidoras de reconhecimento e prestígio e requerer os privilégios e mercês a que julgavam ter direito pelos serviços prestados, durante décadas, à Coroa. Conforme foi indicado desde a introdução, isso era possível porque a capitania de São Paulo também estava economicamente integrada às redes comerciais imperiais, fossem elas baseadas no comércio atlântico ou de cabotagem, mesmo antes da década de 1790, período consagrado como o de “recuperação” econômica e de verdadeira integração à economia atlântica, dada a ampliação da produção açucareira.

Em sua maioria, sozinhos, os negociantes radicados em São Paulo não conseguiriam concorrer com negociantes de grosso trato das praças de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Exemplo disso foi a perda do contrato dos Dízimos da capitania para Jacinto Fernandes Bandeira entre 1793 e 1804 e as insistências do governo local, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, para que as arrematações fossem feitas em “ramos” menores passíveis de serem arrematados por negociantes e produtores de menor cabedal. Por outro lado, mesmo quando as pretensões desses homens não foram atendidas, puderam concorrer na arrematação de contratos de médio e pequeno porte, tais como o do Registro de Curitiba, do Subsídio Literário, das passagens de Rios e do Cubatão de Santos e de Mogi do Pilar; também souberam redirecionar seus investimentos a outras redes de negócios, ligados ao gado, ao comércio interno ou às novas vias de exportação estabelecidas com o Reino de Portugal.

A cobrança de tributos e taxas devidos ao Estado arrematados a particulares foi fonte constante de tensões entre os arrematadores, que precisavam extrair dos “contribuintes” valores maiores que os destinados ao pagamento dos contratos, o Erário, que tentava garantir a ampliação e o pronto pagamento dos valores arrematados, e os produtores, constantemente constrangidos pelos contratadores que não só tinham o direito legal de estabelecer a forma de cobrança como também controlavam os corpos militares locais.

Estudos citados ao longo deste trabalho também demonstraram que em outras capitanias luso-americanas, tais como o Rio de Janeiro e Minas Gerais, a formação de companhias milicianas, mantidas e comandadas por negociantes e membros de grupos de poder local, implicou em transferir para particulares o poder das armas e o controle sobre a população. Nessas regiões, também a arrematação das rendas reais vinculava-se a redes familiares e de poder, muitas vezes concorrentes, porém sempre interessadas em controlar os recursos do Estado em benefício próprio.

Este movimento é muito semelhante àquele ocorrido em São Paulo, ainda que os negócios e contratos desta província movimentassem montantes menores que os fluminenses e mineiros e que os homens neles interessados não participassem dos mais altos escalões administrativos da Corte até, pelo menos, os anos de 1820.

Ademais, independente de onde fossem feitos, os processos de arrematação envolviam disputas entre redes de negócio e relações políticas e de mercado que se alteraram ao longo do tempo. Nada indica que os “paulistas” que buscavam arrematar os

contratos reais, alcançar altas patentes, privilégios e mercês formassem grupos coesos e agissem de forma coordenada, mesmo porque a competição interna também fazia parte do “negócio”. Por outro lado, não é possível subestimar a capacidade de cooptação desses homens que, várias vezes conseguiram fazer com que os governadores defendessem seus interesses como, por exemplo, nos requerimentos para que as arrematações fossem feitas na cidade de São Paulo, nas indicações para altas patentes e nos pareceres favoráveis quando dos pedidos de mercês. Todavia, o contrário também ocorreu, como pudemos ver, quando por algum motivo nada aparente a Junta da Fazenda deixou de “acreditar” este ou aquele contratador, indícios das tensões que envolviam o relacionamento entre política e negócios, administração central e interesses locais.

A despeito dos constantes recrutamentos e conflitos que a população paulista foi chamada a atender na fronteira sul e que, fatalmente, influenciou os índices de produção e de acumulação por parte dos negociantes aí estabelecidos, é possível afirmar que os grupos de poder e os administradores sediados na capitania de São Paulo tinham consciência de seu lugar no concerto do Império e, independente de comerciar ou não gêneros de exportação, atuaram deliberadamente na busca das riquezas e dos espaços econômicos e políticos que a aliança com o Estado Português lhes proporcionava.

Alguns dos “paulistas” citados nesse trabalho, além de atuarem como produtores, contratadores e negociantes de gado, açúcar e gêneros de subsistência, principais fontes de renda da São Paulo colonial, também agiam, tal como os demais “capitalistas” de sua época, em linhas de crédito e, ao menos a partir da década de 1790, mantinham correspondências com negociantes do Reino e das diversas capitanias americanas.

Acompanhando seus pares lisboetas, fluminenses, mineiros e baianos, perseveraram em seu intuito de enriquecimento, de ascensão e reconhecimento social. Nem todos lograram total êxito em seus empreendimentos. José Vaz de Carvalho, por exemplo, faleceu na década de 1820 devendo altas somas a seus familiares, sócios em seus negócios, sendo que um de seus filhos podia ser considerado um produtor/tropeiro sem grande relevância no ano de 1808.⁵⁹⁵ Outros tantos, entretanto, chegaram a fundar as maiores fortunas paulistas do século XIX e seus herdeiros influiriam decisivamente nos rumos da política imperial

⁵⁹⁵ Ver a este respeito a indicação de Alcir Lenharo, na obra citada, p.94, sobre Joaquim Roberto de Carvalho e Macedo.

brasileira nos anos seguintes, tais como os descendentes do brigadeiro Luís Antônio e de seu irmão Francisco Antônio de Sousa, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Manuel Rodrigues Jordão, por exemplo.

Sendo assim, o estudo de uma região específica do Império Português, qual seja, a capitania/província de São Paulo, num momento de expansão econômica e transformações sociais vinculadas à crise do Antigo Regime português e à expansão de práticas liberais de mercado, permitiu compreender algumas das circunstâncias que marcaram as experiências individuais de agentes da Coroa e de segmentos de proprietários/negociantes que vivenciaram as transformações ocorridas durante o período joanino e a década de 1820 e atuaram no processo de configuração de um Império no Brasil pautados pelas formas como se inscreveram na sociedade paulista entre fins do século XVIII e o início do século XIX.

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo

1) Lata C00231. Capitães gerais, Governo Provisório, Circulares e atos, 1820-1822:

- maço 5, pasta 4. Circular sobre abuso de poder das autoridades da capitania, 13/08/1821.
- maço 5, pasta 5. Circular sobre a cobrança dos Dízimos, 1/10/1821.
- maço 5, pasta 7. Ofício da Junta da Fazenda sobre o Contrato dos Dízimos da Província de São Paulo, 02/01/1822.

2) Lata C00234: Real Fazenda – Procurador da Coroa – Juiz do Fisco e Escrivão da contadoria.

- documento 16-2-21, de 12/12/1806.
- documento 16-2-22, ofício de 27/03/1809.

3) Lata C00242. Ofícios do Provedor da Real Fazenda de Santos.

- documento 15-2-22. Ofício de Antônio da Silva Lisboa, Provedor da Fazenda Real da Capitania de São Felipe de Benguela, sobre a partida para Santos da Corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio, levando escravos, 29/06/1791.

4) Lata C00243. Real Fazenda – Procurador da Coroa – Juiz do fisco e escrivão da contadoria, 1772-1822.

- documento 16-1-80. Ofício do administrador da Renda Doadá, Manoel Rodrigues Jordão, 05/02/1820.
- documento 16-1-87. Ofício dos diretores da Caixa de Descontos de São Paulo, 12/02/1821.
- documento 16-2-16. Listas de donativos voluntários, 1803 e 1804.
- documento 16-2-24. Ofícios relacionados ao Banco do Brasil, datados de dezembro de 1812 e janeiro de 1813.
- documento 16-2-85. Ofício da câmara de Paranaguá, 29/12/1820.

- documento 16-2-86. Representação da câmara de Paranaguá, 29/12/1820.

5) Lata C00244. Real Fazenda, Procurador da Coroa, Juiz do fisco e escrivão da contadoria, 1772-1822.

- documento 16 A-2-36. Provisão do Conselho Ultramarino, 16/11/1794.
- documento 16 A-2-160. Certificado da câmara da Vila Bela da Princesa, 16/08/1810.
- documento 16 A-2-161. Certificado da câmara de São Sebastião, 18/08/1810.

6) Lata C00408. Portarias, Bandos de Gerais, Governo Provisório, Proclamação de Martim Francisco e José Bonifácio.

Livro “Bandos e ofícios – Governo Provisório – 1821-1822”

- fl. 3v. Portaria nomeando o novo governador da Praça de Santos, 01/07/1821.
- fl.7v. Proclamação do governo, sobre os motins de Santos, 02/07/1821.
- fl.12. Proclamação sobre a libertação de Santos, 07/07/1821.
- fl. 14. Portaria para o capitão-mor de Porto Feliz para que impeça os rebelados do 1º. Batalhão de Santos de fugir, 14/07/1821.
- fl.42. Bando a respeito da arrecadação dos Dízimos, 01/08/1821.
- fl.42v. Portaria ao Almojarife da Cidade de São Paulo, 02/10/1821.
- fl.76v-77. Portaria à Junta da Fazenda da Província de São Paulo, 07/07/1822.

Livro “Proclamação de Martim Francisco e José Bonifácio – Bandos e portarias”.
Ofícios dirigidos pelo Governo Provisório instalado a 23 de junho de 1821.

- fl.174v-175. Ofício do Governo Provisório para os Deputados em Cortes pela Província, 20/02/1822.

Arquivo Histórico Ultramarino – Documentação do Projeto Resgate

Catálogo I: *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*, Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP: IMESP, 2000.

Documento 378. AHU_ACL_CU_023, Cx.6, D.378

Documento 465. AHU_ACL_CU_023, Cx.8, D.465

Documento 527. AHU_ACL_CU_023, Cx.11, D.527

Documento 627. AHU_ACL_CU_023, Cx.12, D.627

Documento 705. AHU_ACL_CU_023, Cx.14, D.705

Documento 722. AHU_ACL_CU_023, Cx.15, D.722

Documento 860. AHU_ACL_CU_023, Cx.17, D.860

Documento 980. AHU_ACL_CU_023, Cx.20, D.980

Documento 1265. AHU_ACL_CU_023, Cx.18, D.1265

Documento 1322. AHU_ACL_CU_023, Cx.30, D.1322

Catálogo II. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)* – Mendes Gouveia. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Documento 2116. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.22, D.2116

Documento 2180. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.23, D.2180

Documento 2276. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.24, D.2276

Documento 2445. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.26, D.2445

Documento 2616. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.28, D.2616

Documento 2794. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2794

Documento 2819. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2819

Documento 2823. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2823

Documento 2850. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2850

Documento 2860. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2860

Documento 3009. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.36, D.3009

Documento 3063. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.36, D.3063

Documento 3070. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.36, D.3070

Documento 3080. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.37, D.3080

Documento 3103. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.37, D.3103

Documento 3121. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.38, D.3121

Documento 3136. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.38, D.3136

Documento 3412. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.42, D.3412

Documento 3479. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.43, D.3479

Documento 3487. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.43, D.3487

Documento 3489. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.43, D.3489
Documento 3536. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.45, D.3536
Documento 3548. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.46, D.3548
Documento 3594. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.46, D.3594
Documento 3612. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.46, D.3612
Documento 3638. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.47, D.3638
Documento 3639. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.47, D.3639
Documento 3659. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.47, D.3659
Documento 3669. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.47, D.3669
Documento 3742. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.48, D.3742
Documento 3756. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.48, D.3756
Documento 3773. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.48, D.3773
Documento 4101. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.53, D.4101
Documento 4128. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.54, D.4128
Documento 4158. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.55, D.4158
Documento 4300. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.57, D.4300
Documento 4331. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.57, D.4331
Documento 4332. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.57, D.4332
Documento 4371. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.58, D.4371
Documento 4547. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.60, D.4547
Documento 4565. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.60, D.4565
Documento 4722. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.62, D.4722
Documento 4754. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.62, D.4754
Documento 4819. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.63, D.4819
Documento 4847. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.63, D.4847
Documento 4849. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.63, D.4849
Documento 4850. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.63, D.4850
Documento 4851. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.63, D.4851
Documento 4852. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.63, D.4852
Documento 4853. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.64, D.4853
Documento 4854. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.64, D.4854

Documento 4855. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.64, D.4855

Documento 4857. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.64, D.4857

Documento 4860. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.64, D.4860

Documento 4864. AHU_ACL_CU_023-01, Cx.64, D.4864

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

a) Fundo Provedoria da Fazenda Real de Santos. Provisões e Cartas Régias. Códice 445, v.20, 1763-1769.

1) [fl.15v-16]. Carta Régia a Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, Governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo e Santos. Manda abrir um livro de registro da receita e despesa na Junta da Fazenda. 07/03/1765.

2) [fl.26v] Carta da Secretaria de Estado para o Provedor da Praça de Santos, solicita envio de uma relação exata dos contratos da provedoria, com nome dos arrematantes, valores e prazos. 18/09/1758.

3) [fl.39] Provisão para o Provedor da Fazenda Real da Capitania de São Paulo; manda que suas contas sejam enviadas junto com as ordens nas quais se fundaram. 19/03/1769.

4) [fl.44v-45] Provisão do Real Erário para a Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo; faz saber que recebeu a conta do provedor, de 25 de fevereiro, em que alega não ter cumprido a provisão da Junta do Rio de Janeiro em que mandava dar posse a Bernardo Gomes Costa, arrematante do contrato do Registro de Curitiba e do Viamão. 02/09/1769.

b) Fundo Provedoria da Fazenda Real de Santos. Registro de Cartas e Provisões Régias, Ordens do Real Erário, Cartas do vice-rei, Portarias dos governadores de Santos, Requerimentos, etc, à Provedoria da Fazenda Real da praça de Santos. Códice 456, 1761-1774

1) fl.2. Decreto enviado ao governador da Praça de Santos, Alexandre Luiz de Sousa ordenando o estabelecimento de um cofre de três chaves para a guarda das rendas reais. 24/10/1761.

2) fl.5. Ordem real. Faz saber que recebeu a conta de agosto de 1764, na qual o provedor comunica ter guardado no cofre da Provedoria todo o dinheiro Real Fazenda e os

dinheiros seqüestrados dos bens de José de Godoy Moreira, provedor recém falecido. 1767[?]

c) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Provisões do Real Erário, Códice 446, v.4, 1789-1797

1) [fl.5]. Ordena que a Junta da Fazenda envie ao Real Erário as quitações interinas de todas as contas da Junta, desde sua criação. 20/05/1789.

2) [fl.10]. Exige remessa do balanço do rendimento e despesa da Tesouraria Geral da Capitania de São Paulo do ano de 1786. 18/03/1790.

3) [fl.11-12]. Dá instruções para a organização da arrematação dos contratos da Capitania de São Paulo, que ocorreria em Lisboa. 20/03/1790. Anexo: Relação dos contratos da Capitania de São Paulo.

4) [fl.23]. Avisa o recebimento das contas de 30/07/1789, nas quais se participou a arrematação dos rendimentos dos Novos Impostos e do Subsídio Literário, por 2:251\$000. 19/05/1790.

5) [fl.24]. Ordena que a Junta da Fazenda decida por votação os casos em que o governador presidente da mesma precise fazer gastos extraordinários. 24/07/1790

6) [fl.46-52]. Comunica ao Provedor da Fazenda Real da Praça de Santos a arrematação dos contratos do Cubatão e de Mogi do Pilar. 27/08/1792. Anexo: Aprovação e condições do contrato, arrematado por Manuel Joaquim as Silva Castro. 24/07/1792.

7) [fl.66]. Provisão do Real Erário comunicando a arrematação dos Dízimos da Capitania de São Paulo a Jacinto Fernandes Bandeira e a José Pinheiro Salgado. 19/02/1795.

8) [fl.71-72]. Participa a arrematação do contrato dos Novos Impostos da Capitania e dos Meios Direitos sobre os animais criados em São Pedro, por José Vaz de Carvalho e sócios. 05/10/1795.

9) [fl.72v-74]. Dá instruções sobre a correta arrecadação do Subsídio Literário e a nova forma de sua administração. 17/10/1795.

10) [fl.110v-112]. Ordena que os Corpos Auxiliares recebam a mesma denominação e os mesmos prêmios em todas as capitanias. 24/03/1797.

d) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Provisões do Real Erário. Códice 446, v.5, 1798-1801.

1) [fl.30-31] Procuração de Jacinto Fernandes Bandeira e João Pinheiro Salgado, negociantes da Praça de Lisboa, nomeando como seu bastante procurador o capitão-mor Bento Thomás Viana. Lisboa, 19/04/1799.

2) [fl.75v] Ordena à Junta que a arrematação dos dízimos da Capitania de São Paulo se faça em ramos. 13/07/1801.

e) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Provisões do Real Erário. Códice 446, v.6, 1802-1804

1) fl.30. Manda colocar editais para a nova arrematação dos dízimos da capitania separados em diversos ramos para o contrato com início em julho de 1804. 21/07/1802.

2) fl.43. Aprova a arrematação do contrato dos Meios Direitos e Direitos inteiros sobre o gado que passa pelo Registro de Curitiba a José Vaz de Carvalho e sócios, para o triênio de 1802 a 1804. 28/09/1802.

3) fl. 67. Aprova o levantamento do seqüestro que se fez ao administrador da Casa Doadada D. Pedro Álvares da Costa Corte Real, por ter pago à Real Fazenda a quantia de 37:307\$820 réis devida pelos animais passados pelo registro de Curitiba. 28/05/1803.

4) fl.119. Faz saber que recebeu as contas da Junta da Fazenda sobre os Novos Impostos da Capitania de São Paulo. Ordena que o triênio com início em janeiro de 1805, os Novos Impostos e o Contrato dos Direitos dos Animais que passam pelo Registro de Curitiba sejam arrematados em massa. 27/04/1804.

5) fl.120. Faz saber que o Real Erário arrematou o contrato dos Dízimos da Capitania de São Paulo para o triênio entre julho de 1804 e junho de 1807 a Theotônio José da Silva e seus sócios Bento José Pacheco e Pedro Xavier Ferreira. 28/04/1804.

6) fl.156. Aprova a arrematação dos contratos das passagens dos Rios de Paranaguá e Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino e dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar, para o triênio iniciado em janeiro de 1803.14/08/1804.

f) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Registro de Cartas e Provisões Régias ao Real Erário e ao Conselho da Fazenda dirigidas à Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo. Códice 447, v.2, 1774-1791.

1) [fl.4-5]. Provisão. Faz saber que enviou Sebastião Francisco Bettamio, Escrivão e Deputado da Junta da Fazenda da Bahia, para ocupar o mesmo cargo na de São Paulo. 04/07/1774.

2) [fl.22v] Provisão. Faz saber que nomeou Matias José Ferreira de Abreu e Inácio Antônio Ribeiro para Contadores Gerais da Real Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo. 07/07/1774.

3) [fl.65]. Provisão. Faz saber que recebeu as contas da Junta da Fazenda sobre a arrematação das passagens do Registro de Curitiba e dos Rios de Paranaguá. 07/10/1778.

4) fl.66. Aprova a arrematação dos dízimos a Capitania de São Paulo pelo Capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso. 13/10/1778.

5) fl.78-79. Aprova a arrematação dos Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba, ao Capitão Manoel Antonio de Araújo. 06/07/1779.

6) fl.79. Aprova a arrematação das Passagens do Rio do Registro de Curitiba pelo Capitão Manoel Antonio de Araújo. 1779.

7) fl.87. Aprova a arrematação das passagens dos rios Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguaré feita a Joaquim Duarte do Rego e sócio Joaquim Ferreira. Aprova a arrematação da passagem do rio Jacaré a Antonio Francisco de Sá e sócio Miguel Martins de Siqueira. Aprova a arrematação da passagem do Rio da Piedade a André Borges da Silva e sócio Jerônimo Rodrigues. [?]/08/1779.

8) fl.11[5]v. Aprova a arrematação das passagens do Cubatão Geral de Curitiba, Porto do Pinto e Paranaguá ao guarda-mor Manoel Gonçalves Guimarães. 28/06/1781.

9) fl.132. Aprova a arrematação do Rendimento das Passagens do Rio do Registro de Curitiba ao Capitão Manuel Antonio de Araújo. 19/07/1782.

10) fl.142. Aprova a arrematação do contrato das passagens de Paranaguá ao Guarda-mor Manoel Gonçalves Guimarães. 22/02/1786.

11) fl.142v-143. Aprova a arrematação do contrato dos Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba a Miguel Antonio de Araújo e sócio. 12/05/1786.

12) fl.144. Aprova a arrematação do rendimento das passagens de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga, Jaguari do Ouro Fino, feita a Francisco Pinto Ferraz. 17/05/1786.

13) fl.146. Aprova as condições e arrematação do contrato dos Cubatões de São Paulo e Mogi do Pilar ao coronel Joaquim Manuel da Silva e Castro. 20/05/1786.

14) fl.154v. Aprova a arrematação do contrato das entradas para as minas ao doutor José Vaz de Carvalho e sócios. 06/07/1787.

15) fl.171. Ordena que na falta de lançadores que ofereçam pelos contratos das rendas reais ao menos os valores dos contratos antecedentes, elas sejam administradas pela Real Fazenda. 10/07/1789.

16) fl.178-179. Aprova a arrematação dos contratos na relação anexa: Cubatão de Paranaguá e Rio de São Francisco, passagens da Piedade e do Meira, passagens dos Cubatões de Santos, Dízimos de toda a Capitania, passagens dos rios Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari do Ouro Fino; passagens dos rios Jaguari, Mogi Guaçu, Rio Pardo, Sapucaí, Atibaia e Jaguari Mirim; Meios Direitos de Curitiba dos Quintos dos Animais do novo Registro de São Paulo da Vila de Lagens e das Passagens do Rio de Curitiba. 23/03/1790.

17) fl.182. Faz saber que recebeu a conta da Junta na qual se comunicava que o rendimento dos Novos Impostos e do Subsídio Literário de Ubatuba e São Sebastião foram arrematados para o triênio com fim em dezembro de 1791, ordena que a escrituração desses rendimentos seja feita separadamente. 19/05/1790.

g) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Registro de Cartas e Provisões Régias do Real Erário e do Conselho da Fazenda dirigidas à Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo. Códice 447, v.3, 1769-1822.

1) [fl.16-18]. Provisão do Erário Régio cobrando o envio da sobra do Subsídio Literário. 17/10/1795.

2) [fl.88v-89] Faz saber que se aprovou a arrematação dos dízimos em ramos e se ordenou que se praticasse o mesmo com os demais rendimentos. 21/07/1802.

3) [fl.92v] Aprova a arrematação pelo coronel José Vaz de Carvalho e sócio do contrato dos Meios Direitos e Direitos Inteiros dos animais que passam pelo Registro de Curitiba. 28/09/1802.

4) [fl.99v] Ordena que a Junta da Fazenda faça efetivamente entrar na cobrança dos Dízimos os arrematantes de Lisboa, reprovando a arrematação feita na capitania em ramos. 17/03/1805.

5) [fl.112v-113] Participa a arrematação do contrato dos Meios Direitos e Direitos Inteiros dos Animais que passarem pelo Registro de Curitiba a Joaquim Pereira de Almeida e sócios. [?]/10/1805.

6) [fl.114] Provisão do Real Erário em que participa ter-se recebido o seu ofício de 5 de fevereiro em que expõem os motivos porque fizera proceder à arrematação do Contrato dos Meios Direitos e Direitos Inteiros de todos os Animais que passam pelo Registro de Curitiba ao Coronel José Vaz de Carvalho. [?]/10/1805.

7) fl.118-120. Provisão do Real Erário, relativa à arrematação dos dízimos da Capitania feita a Jacinto Fernandes Bandeira e sócio, José Pacheco Salgado. 05/04/1799.

h) Fundo Junta da Fazenda de São Paulo. Provisões do inspetor e presidente do Real Erário. Códice 448, v.1, 1781-1786

1) [fl.10] Aprova a arrematação do contrato dos Meios Direitos sobre os animais que passam pelo Registro de Curitiba a Manoel Antonio de Araújo e seu irmão Manoel, pelo triênio iniciado em janeiro de 1784. 12/05/1786.

2) [fl.11] Aprova a arrematação das passagens de Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari pelo Alferes Francisco Pinto Ferraz, pelo triênio iniciado em janeiro de 1784. 17/05/1786

3) [fl.12] Aprova a arrematação das passagens do Rio do Registro Curitiba, por Manuel Antonio de Araújo, para o triênio iniciado em janeiro de 1784. 18/05/1786.

i) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Provisões do Inspetor e Presidente do Real Erário (...) à Junta da arrecadação e administração da Real Fazenda da capitania de São Paulo. Códice 448, v.7, 1789-1799.

1) [fl.13] Proíbe à Junta da Fazenda aumentar ordenados sem ordem especial. 10/04/1799.

2) [fl.13v] Ordena que os contratos dos Meios Direitos sobre os Animais criados em São Pedro e dos Direitos sobre os Animais de Serra Acima sejam administrados pela Junta da Fazenda, por não terem recebido lanços. 22/04/1799.

3) fl.16-24. Comunica a ordem pela qual se mandou arrematar o contrato dos Cubatões e de Mogi a João Teixeira de Barros. 29/03/1799. Anexo: Condições do Contrato.

j) Fundo Junta da Fazenda de São Paulo. Registro de avisos e ordens da Junta da Real Fazenda de São Paulo. Códice 469, v.3, 1803-1806.

1) fl.28v. Lista das ordens passadas a diversos administradores de contratos, para que entreguem a administração aos contratadores. Fevereiro de 1803

2) fl.38. Ordem ao doutor ouvidor Joaquim José de Almeida, mandando notificar todas as pessoas que devem para a Real Fazenda e para que envie as relações de devedores anualmente. 30/04/1803. Anexo: Relação dos devedores de Contratos de Passagens, dos Novos Impostos, dos Donativos dos Ofícios, do Subsídio Literário.

3) fl.128f. Ordem para o Administrador do Sal de Santos, Caetano José da Silva. Julho de 1805.

4) fl.98. Aviso da Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo ao general presidente e demais deputados da Junta da Fazenda de Mato Grosso, sobre a cobrança dos 469\$671 réis que o capitão Eleutério da Silva Prado ofereceu para a subscrição voluntária em socorro do Reino, a ele devidos pelo capitão Francisco Gonçalves Bragança, da capitania de Goiás. 01/08/1804.

5) fl.129. Aviso do Contador Geral da capitania para os arrematantes dos ramos dos dízimos da cidade de São Paulo e aldeias anexas, os capitães Salvador Nardi de Vasconcelos e Carlos Mariano de Vasconcelos, para reconhecerem os arrematantes dos dízimos em massa da Capitania de São Paulo que lançaram em Lisboa. 20/07/1805.

6) fl.138v. Ordem ao coronel José Vaz de Carvalho, encarregado da Subscrição do Donativo Voluntário das vilas do Sul da Capitania, para fazer a arrecadação de letras. 10/12/1805.

7) fl. 141. Aviso para o ouvidor de Paranaguá, o doutor Antonio de Carvalho Fontes Henriques Pereira, para fazer reconhecer ao coronel José Vaz de Carvalho e seus sócios os tenentes coronéis Francisco José e Sampaio e Ricardo Carneiro dos Santos como arrematantes do rendimento do Cruzado do Sal da vila de Paranaguá e das Dízimas das Madeiras da dita vila e de Antonina, pelo triênio de 1806 a 1808. 16/12/1805.

8) fl.146v. Ordem para o capitão-mor de Lorena entregar a administração do rendimento do Subsídio Literário aos contratadores, o coronel Antonio José de Macedo e Francisco Álvares do Amaral, pelo triênio que começa no primeiro de janeiro de 1806. 24/01/1806.

9) fl.160. Ordem para o coronel José Vaz de Carvalho, antigo contratador dos Meios Direitos dos Animais, para que mande entregar ao caixa e sócio do dito contrato, o tenente coronel Antonio Francisco de Aguiar, sua administração e seus rendimentos desde janeiro de 1806. 20/05/1806.

1) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Registro de avisos e ordens da Junta da Real Fazenda de São Paulo. Códice 469, v.4, 1807-1809.

1) fl.52v-54. Carta do capitão-general de São Paulo para o vice-rei do Estado. Participa o envio de 447 mulas e 4 cavalos para acudir à chegada da família real, sendo que cem delas foram doadas por José Vaz de Carvalho. 10/03/1808.

2) fl.57. Relação dos Donativos Voluntários a serem enviados ao Rio de Janeiro para acudir ao Príncipe Regente. 1808.

3) fl.103. Ordem ao tenente coronel Antonio Francisco de Aguiar, para que administre a arrecadação dos Meios Direitos dos Animais que passam pelo Registro de Curitiba. 23/02/1809.

4) fl.129v-130. Ordem ao ouvidor de São Paulo, executor da Real Fazenda, Miguel Antonio de Azevedo Veiga, para que faça recolher a Décima Urbana dos prédios dos lugares notáveis do distrito de sua correição. 15/08/1809.

5) fl.130. Provisão para o ouvidor de São Paulo, executor da Real Fazenda, Miguel Antonio de Azevedo Veiga, para que faça recolher os Novos Impostos sobre a carne de vaca, Sisas das casas e escravos e do Papel Selado. 16/08/1809.

6) fl.131. Provisão ao Juiz da Alfândega de Santos, faz saber que, em decorrência do requerido pelo Administrador da Alfândega Bento Tomaz Viana, é este administrador autorizado a substituir o Juiz nos impedimentos deste. 11/08/1809.

7) fl.137. Ofício do Deputado Escrivão da Junta da Fazenda a Luís Antonio de Sousa pelo qual participa a aprovação de sua nomeação para Tesoureiro da Sisa. 25/08/1809.

8) fl.139v. Provisão, incumbe Antonio Carlos Ribeiro de Andrada de receber a Décima Urbana das Vilas de S. Sebastião, Bela da Princesa e Ubatuba, nomeando-o Superintendente da Décima durante o impedimento do Juiz de Fora de Santos. 19/09/1809.

9) fl.140v. Provisão, nomeia Nicolau Pereira de Campos Vergueiro Superintendente responsável pela cobrança da Décima Urbana nas Vilas de Guaratuba, Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luis de Paraitinga, São José, Jacaré e Mogi das Cruzes. 09/09/1809.

10) fl.141. Provisão, nomeia o Doutor Miguel Marcelino Vellozo e Gama para servir de Superintendente da Décima nas vilas de Parnaíba, Jundiá, São Carlos, Mogi Mirim, Nova Bragança e Atibaia. 09/09/1809.

11) fl.141v. Provisão, nomeia o Doutor Antonio Soares Calheiros Gomes para servir de Superintendente da Décima nas vilas de Itu, Porto Feliz, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva da Faxina e Apiaí. 09/09/1809.

12) fl.142. Provisão, nomeia o Doutor José Vaz de Carvalho para servir de Superintendente da Décima nas vilas de São Sebastião, Bela da Princesa e Ubatuba. 13/10/1809.

m) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Relação dos ofícios da Junta da Real Fazenda de São Paulo ao Tribunal do Tesouro e do Erário Régio. Códice 474, vol.2, 1803-1806.

1) fl.4v. Ofício que acompanhou as relações e extratos das diversas dívidas ativas e passivas da Real Fazenda dos anos de 1799 e 1800. 04/03/1803

2) fl.4v-5v. Faz saber que, em observância das ordens do Real Erário, os Dízimos da Capitania de São Paulo foram divididos em ramos para a arrematação pelo triênio iniciado em julho de 1804. 07/03/1803.

3) fl.14v-22. Ofício encaminhando documentos relativos à diligência do sargento-mor da Brigada de Artilharia da Legião de Voluntários Reais, Thomaz da Costa Correa Rebelo e Silva, enviado às fronteiras da Capitania do Mato Grosso e que se demorava em Goiás tratando de negócios particulares. 20/04/1803. Anexo: Votos dos Deputados da Junta da Fazenda.

4) fl.71v. Ofício que acompanhou o balanço da receita e despesa do ano de 1803. 22/03/1804.

5) fl.73. Faz saber que para a arrematação dos Dízimos da Capitania divididos em 48 ramos parciais, para o triênio de julho de 1804 a junho de 1807, nenhum deles excedeu a 10 contos de réis e que se chegou à soma de 138:770\$000 réis. 06/04/1804.

6) fl.85f a 89f. Ofício sobre a arrematação dos dízimos da capitania feita em ramos pela Junta da Fazenda. Anexo: Representação do Procurador da Coroa, Miguel Carlos Ayres de Carvalho, em defesa da ação da Junta. 19/10/1804.

7) fl.110. Faz saber que as passagens do Registro de Curitiba foram arrematadas a José Vaz de Carvalho e sócios. 23/03/1805.

8) fl.104-107. Envia as letras relativas ao Donativo Voluntário dos povos de São Paulo. 23/02/1805. Anexo: “Relação das pessoas que ofertaram Donativo Voluntária a S.A.R. em letras e créditos cujos devedores existem em Lisboa”.

9) fl.110-111v. Faz saber que o contrato dos Novos Impostos da Capitania de São Paulo para o triênio de 1806 a 1808 recebeu lance de 18:000\$000 réis oferecido por Luis Antonio de Sousa. 20/03/1805.

10) fl.111v-112v. Envia o auto de arrematação dos três ramos do Subsídio Literário das Vilas de Santos, São Vicente e São Sebastião. 20/03/1805.

11) fl.112v-114v. Envia os documentos relativos ao Donativo Voluntário oferecido pelo cirurgião mor Manoel Martins dos Santos. 18/04/1805.

12) fl.120. Encaminha as letras entregues a diversos negociantes da capitania de São Paulo, no valor total de 29:000\$000 réis, pertencentes ao Donativo Voluntário. Anexo: “Relação dos Negociantes desta Capitania a quem se entregarão dinheiros pertencentes ao Donativo Voluntário dos povos da mesma Capitania para a compra dos efeitos do Paiz e pagarem no Real Erário as respectivas quantias”. 30/05/1805.

13) fl. 126-127v. Faz saber que o contrato dos Cubatões de Santos e de Mogi do Pilar foi arrematado pelo ano solto de 1806 pela sociedade de José Vaz de Carvalho, Caetano José da Silva e José de Andrade Vasconcellos. 15/06/1805.

14) fl. 152v. Participa a arrematação dos contratos das passagens dos rios. Anexo: “Relação dos contratos das passagens dos rios desta capitania de São Paulo rematados pela Junta da Real Fazenda da mesma capitania pelos triênios abaixo declarados”. 11/04/1806.

n) Fundo Junta da Fazenda da Província de São Paulo. Relação dos ofícios da Junta da Real Fazenda de São Paulo ao Tribunal do Tesouro e do Erário Régio. Códice 474, v.3, 1806-1817.

1) fl.28v-29. Participa a nova arrematação do contrato das passagens de Curitiba, pedindo aprovação. 27/02/1807.

2) fl.34v-35v. Faz saber da remessa de 136 arrobas de açúcar e dezesseis arratéis de anil doados por diversos nacionais como Donativo Voluntário. 28/02/1807. Anexo: Relação dos gêneros doados.

3) fl.64. Faz saber que não houve lançador para o contrato dos Meios Direitos dos Animais que passam pelo Registro de Curitiba, que deve findar em dezembro. Faz saber que, em virtude da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, suspendeu o envio das quantias deste contrato a serem pagas em Lisboa, bem como as do contrato dos Dízimos. 03/09/1808.

4) fl.93v-94. Remete os balanços da receita e despesa dos rendimentos da Caixa da Tesouraria, da Caixa dos Bens Jesuíticos, da Caixa do Subsídio Literário, da Caixa do Correio e da Caixa da Contribuição Literária de 1807. 17/10/1809.

5) fl.96-99v. Faz saber que mandou colocar editais informando sobre a arrematação de vários contratos. Faz saber que não houve lançador para o Contrato dos Dízimos na Junta da Fazenda de São Paulo e que foi arrematado em Lisboa a Manoel de Sousa Freire e Companhia. Faz saber que não houve lances para o contrato dos Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba e para o contrato das passagens dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar. O Rendimento do Subsídio Literário recebeu lance da sociedade do Coronel Francisco Pinto Ferraz, a mesma que lançou no Rendimento dos Novos Impostos de Sorocaba. 10/11/1809. Anexo: Cálculo do Rendimento do Subsídio Literário desta Capitania de São Paulo regulado pelos três anos últimos da sua administração; Cálculo ligeiro do rendimento dos Novos Impostos desta Capitania de São Paulo regulados pelos três anos últimos da sua administração.

6) fl.111-112v. Resposta da provisão de 29 de março que respondeu ao ofício de 10/11, sobre a falta de arrematantes dos contratos das rendas reais. 08/05/1810.

7) fl.127v-131v. Ofício sobre os lances oferecidos pelos contratos dos Cubatões de Santos, dos Novos Impostos, do Subsídio Literário, dos Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba e dos Dízimos em massa da Capitania. 09/10/1810.

8) fl.147v-148v. Faz saber que o contrato dos Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba foi a lance e que houve oferta de duas sociedades de reconhecido crédito para o triênio com início em 1812. 09/07/1811. Anexo: Certidão do porteiro da Câmara para que os interessados pudessem lançar nos contratos reais.

9) fl.149-150v. Ofício sobre a arrematação dos ramos dos Dízimos da Capitania de São Paulo para o ano solto findo em junho de 1811. Anexo: “Relação dos preços dos ramos dos dízimos desta capitania abaixo declarados, regulados por hu ano, e calculados pelo

triênio que findou em julho de 1807, que não se rematarão hum por se offerecer metade do seu preço, outros por não terem lançado algum...”. Certidão de 10/07/1811.

10) fl.151-152. Ofício sobre a arrematação do contrato da Contribuição Literária da Marinha da Capitania de São Paulo para o triênio com princípio em janeiro de 1812. 12/07/1811.

11) fl.155-156. Ofício sobre a arrematação do contrato dos Dízimos da Capitania de São Paulo, do ano entre julho de 1811 e junho de 1812. 28/02/1812. Anexo: “Relação de todos os ramos parciaes dos Dízimos desta Capitania de São Paulo, que se rematarão na Junta da Real Fazenda...”.

12) fl.163-167. Comunica que os Dízimos da Capitania de São Paulo em ramos foram colocados em praça para o triênio com início em julho de 1812. 23/02/1813. Anexo: “Relação dos Dízimos da Capitania de São Paulo [...] que se lançaram em praça em ramos parciais pelo triênio de primeiro de julho de 1812 ao último de junho de 1815...”.

13) fl.171-172. Faz saber o contrato dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar, para o triênio entre janeiro de 1814 e dezembro de 1816, foi arrematado pelo tenente coronel Francisco Álvares Ferreira do Amaral em sociedade com o coronel José Antonio Vieira de Carvalho, com o tenente Bernardino Antonio Vieira Barbosa e com João Baptista Vieira Barbosa. 12/07/1813.

14) fl.178v-179. Faz saber que só os atuais contratadores, coronéis Antonio José de Macedo e Francisco Álvares Ferreira do Amaral, compareceram à arrematação do contrato da Contribuição Literária das Vilas da Marinha para o triênio com princípio em janeiro de 1815. 30/09/1814.

15) fl.179v-180. Faz saber que o contrato do Subsídio Literário em massa foi arrematado para o triênio com início em janeiro de 1815 pelo coronel Francisco Álvares Ferreira do Amaral e seus sócios capitão-mor Cláudio José Machado, capitão Rafael José Machado e tenente Caetano Pinto Homem. Faz saber que os contratos dos Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba e o dos Novos Impostos não receberam lances para o triênio com início em janeiro de 1815. 30/09/1814.

16) fl.191-204v. Encaminha os votos dos vogais da Junta da Fazenda expondo os motivos que os levaram a impedir que o coronel Antonio José de Macedo e seu sócio Francisco Álvares do Amaral lançassem em novos contratos. 28/02/1815.

17) fl.204v-205v. Faz saber que recebeu a provisão ordenando que não se ultimasse a arrematação de contratos antes que o coronel Antonio José de Macedo e sócios pudessem lançar. 08/04/1815.

18) fl.206-209v. Envia relação dos Dízimos arrematados em ramos para o triênio com início em junho de 1815. 10/04/1815

19) fl.221-223. Faz saber que os coronéis Francisco Álvares Ferreira do Amaral e Francisco Pinto Ferraz e filho foram admitidos em sociedade para lançar nos contratos dos Novos Direitos de toda a Capitania. 01/10/1816. Anexos: Requerimento dos lançadores, Certidão do porteiro e Cálculo do Rendimento dos Novos Impostos da Capitania de São Paulo para 1815.

20) fl.223-224. Faz saber que os contratadores das Passagens do Cubatão Geral de Santos, coronel José Antonio Vieira de Carvalho e Francisco Álvares Ferreira do Amaral foram os únicos a lançar no triênio com início em janeiro de 1817. 01/10/1816.

21) fl.225v-226. Ofício pedindo autorização para se entregar os ramos dos Dízimos não arrematados aos antigos contratadores. 21/02/1817. Anexo: Relação dos oito ramos por administrar.

22) fl.233v-239. Remete a lista dos preços oferecidos para o contrato dos Dízimos da Capitania de São Paulo arrematado por ramos para o triênio entre julho de 1818 e junho de 1821. 05/12/1817. Anexos: Relação dos Dízimos da capitania de São Paulo que se puseram a lançar por ramos parciais para o triênio entre julho de 1818 e junho de 1821; Relação dos ramos de Dízimos que não tiveram lança; Certidão do porteiro da Câmara com lanços admitidos; Requerimento da sociedade dos coronéis Francisco Pinto Ferraz e Silva, Antonio José de Macedo, Francisco Álvares Ferreira do Amaral e do sargento-mor Joaquim Duarte do Rego; Requerimento de vários lançadores dos Dízimos queixando-se da necessidade de ultimar as arrematações no Rio de Janeiro.

23) [fl.233] Ofícios para o Real Erário relativos ao tributo para o Banco do Brasil [paginação original fl.13-19, no fim do códice], datados de 04/07/1814, 31/08/1815, 21/05/1819 e 03/07/1819.

o) Fundo Tesouraria da Fazenda da Província de São Paulo. Códice 472, v.1, 1823-1827.

1) fl.38v-39. Provisão ao Desembargador Juiz Executor da Província de São Paulo levantando o seqüestro feito nos bens de Bento José Rolim de Moura e seu sócio Inácio José Rolim, arrematantes dos dízimos de Sorocaba e Itapetininga pelo triênio que findou em junho de 1821. 18/07/1823.

2) fl. 68. Provisão para o Juiz de Fora de Paranaguá. Faz saber que o contrato dos Cubatões de Paranaguá foi arrematado pelo capitão-mor Manoel Antonio Pereira e sócios Antonio José de Araújo, Antonio Ricardo dos Santos, Francisco de Freitas, Manoel Martins e guarda-mor Manoel Álvares Alvim, para o triênio com início em janeiro de 1824. 27/02/1824.

3) fl.70. Provisão para o juiz de fora presidente e oficiais da Câmara de Paranaguá. Faz saber que o contrato da Sisa e da Meia Sisa em massa da capitania foi arrematado pelo capitão Joaquim Floriano de Godói, para o triênio com início em janeiro de 1824. 16/03/1824.

4) fl.72v. Provisão para o coronel Francisco Álvares Ferreira do Amaral e seus sócios, faz saber que a Junta da Fazenda Nacional da Província de São Paulo expediu ordem anulando a arrematação dos Meios Direitos e Direitos Inteiros dos animais que passam pelo Registro de Curitiba, no presente triênio. 10/04/1824.

5) fl.78. Provisão para o Desembargador Juiz de Fora de Santos para que ordene ao arrematador da construção do caminho de terra entre Santos e Cubatão, Venâncio Antonio da Rosa, prestar contas do estado do dito caminho na Junta da Fazenda Nacional da Província de São Paulo. 08/05/1824.

6) fl.78. Provisão para o Juiz de Fora da Vila de São Sebastião, para que ordene ao arrematador da construção do caminho de terra entre São Sebastião e Cubatão, o capitão-mor João José da Silva Costa, prestar contas do estado do dito caminho na Junta da Fazenda Nacional da Província de São Paulo. 08/05/1824.

7) fl.96v-98. Provisão para o ouvidor da Comarca de Itu, pede providências para o pronto envio das rendas reais administradas pelas câmaras das vilas dessa comarca, algumas em débito desde 1807. Anexo: Lista das vilas em débito. 22/10/1824.

p) Fundo Secretaria de Estado do Brasil. Correspondência de São Paulo com o vice-rei do Brasil. Códice 111, 1769 – 1807.

1) fl.208-217v. Ofício do governador Antonio José da Franca e Horta ao vice-rei, Visconde de Anadia, dando parecer contrário ao requerimento de Manoel Rodrigues Jordão no qual solicitou o emprego de Comissário Pagador das Tropas da Capitania. 06/09/1807. Anexo: Requerimento de Manoel Rodrigues Jordão.

q) Série interior, Ministério do Reino. São Paulo. Ofícios dos presidentes. IJJ9 408, 1818-1820.

1) Ofício da Contadoria Geral da Junta da Fazenda, faz saber que arrematou o contrato da Passagem do Porto de Meira ao capitão João Lopes França e ao alferes Manoel José Resende para o triênio de 1819 a 1821. 10/12/1812. s/paginação

2) Conjunto de ofícios relativos à queixa da câmara de Paranaguá sobre a ordem para enviar o dinheiro do cofre dos órfãos dessa comarca à Caixa de Desconto filial do Banco do Brasil estabelecida na cidade de São Paulo. 02/05/1820. s/paginação

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Portugal

a) Carta do vice-rei marquês do Lavradio ao capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha, 01/03/1777. Arquivo da Casa dos Condes de Galveias, maço 12.

b) Habilitações da Ordem de Cristo. Letra B, maço 10, doc.25. Bento Tomás Viana

c) Habilitações da Ordem de Cristo. Letra J, maço 70, doc.56. José Vaz de Carvalho.

d) Habilitações da Ordem de Cristo, Letra M, maço 44, doc.17. Manoel de Oliveira Cardoso.

e) Parecer do Conselho Ultramarino sobre a justificação que Martim Lopes Lobo de Saldanha apresentou das acusações que lhe fizeram, 23/09/1784. Papéis do Brasil, código 6, f.358-359.

f) Registro Geral de Mercês de D. José, liv.16, f.350. Carta patente de capitão-mor da Cidade de São Paulo passada a Manoel de Oliveira Cardoso, 17/10/1761.

g) Registro Geral de Mercês de D. José, liv.20, f.271v., Carta de padrão. Tença de 12\$000 rs como Hábito a Antonio Fernandes do Vale. 22/09/1766.

h) Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv.28, fl.185v. Carta patente passada a Bento Tomás Viana. 26/11/1796.

i) Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv.30, f.33. Carta patente do posto de Coronel de Milícias de S. Paulo passada a José Vaz de Carvalho. 29/11/1798.

Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal

a) Fundo Erário Régio, Livro 4047 “Livro de Registo das representações feitas aos Inspector Geral do Erário Régio, 1772-1789”

1) p. 30-32. Seqüestro dos bens do Provedor da Fazenda José de Godói Moreira, 11/07/1774.

2) p.34-37. Resolução da Contadoria Geral do Rio de Janeiro sobre o contrato das Entradas para as Minas da capitania de São Paulo, 23/07/1790.

b) Fundo Erário Régio, livro 4051, “Livro de Registo das representações feitas ao Inspector Geral do Erário Régio, 1772-1789”

1) p.52-54. Proposta para a arrematação dos Novos Impostos da Capitania de São Paulo, Lisboa, 26/11/1791.

2) p.73-74. Proposta para a arrematação dos Novos Impostos da Capitania de São Paulo, Lisboa, 17/10/1794.

c) Fundo Erário Régio, livro 4061, “Livro de registo das ordens expedidas à Capitania de São Paulo, 1766-1806”

1) pp.50, 52 e 135-138. Indeferimento do requerimento de Bernardo Gomes da Costa, sobre ter arrematado o contrato dos animais dos Registros de Viamão e de Curitiba na Junta da Fazenda do Rio de Janeiro e ordens para que as arrematações dos contratos sejam feitas somente pelas capitanias respectivas.

2) p.208-209. Anulação do contrato dos Dízimos do triênio iniciado em julho de 1774 e findo em junho de 1777, 08/07/1780.

3) p.236-237. Provisão dirigida à Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo, 11/07/1782.

d) Fundo Erário Régio, livro 4064 “Livro da Provedoria da Capitania de São Paulo- 1779-1789”

1) p.1-6. Relação de como principiou a Provedoria da Capitania de São Paulo e do Estado dela.

2) p.18-24. Instituição dos Meios Direitos da Casa Doados dos animais que passam pelo Registro de Curitiba, 12/07/1787.

e) Fundo Erário Régio, Livro 4104 – “Livro de Registo das condições dos Contratos da Repartição da África Oriental, Ásia Portuguesa e Rio de Janeiro, 1756-1777”

1) p.120-123. Contrato que se fez no Conselho Ultramarino com Claro Francisco Nogueira e seus sócios Manoel Gomes de Campos e Faria e Francisco Antonio Rodrigues Feio dos Dízimos Reais do Povoado de Santos e São Paulo, Ilha de Santa Catarina, Rio Grande de S. Pedro, e suas anexas por tempo de três annos q principiarão em o 1º de Agosto de 1764 em preço cada hû delles de Rs 11:600\$000 Livres pª a Fazenda Real.

2) p.386-393. Contrato dos Dízimos da Capitania de São Paulo rematado a Manoel José Gomes na quantia de 24:800\$000 rs por tempo de três annos que teve princípio no 1º de julho de 1771 e há de findar no último de junho de 1774.

3) p.369-375. Contrato dos Meios Direitos dos Animais que passam pelo Registo de Curitiba vindos do Rio Grande de São Pedro do Sul [...] por tempo de um anno que teve princípio no 1º de outubro de 1764 [...], São Paulo, 21/10/1764.

4) p.378-386. Contrato dos Meios Direitos dos Animais que passam pelo Registro de Curitiba [...] por tempo de três annos que tiveram princípio no 1º de janeiro de 1772 [...], São Paulo, 06/12/1771.

f) Fundo Erário Régio, livro 4106, “Livro de registro das condições dos contratos da repartição da África Oriental, Ásia Portuguesa e Rio de Janeiro”

1) p.85-103. Termos de arrematação do Contrato das passagens da Piedade, chamada de Porto do Meira, de 1772 a 1790.

2) p.116-147. Termos de arrematação do contrato das passagens do Cubatão Geral de Santos e de Mogi do Pilar, entre 1778 e 1786.

3) p.153-172. Termos de arrematação do contrato das Entradas para as Minas da Capitania de São Paulo, 1782 a 1787.

4) p.248-256. Contrato da Capitania de São Paulo dos Dízimos reais do 1º de julho de 1780 até 30 de junho de 1783 [...], São Paulo, 30/05/1780.

5) p.265-267. Auto de arrematação do contrato dos dízimos desta capitania [de São Paulo] pelo triênio que há de ter princípio no 1º de julho de 1786 [...], São Paulo, 07/04/1786.

6) p.267-69. Auto de arrematação do contrato dos dízimos desta capitania [de São Paulo] em massa junta [...] pelo triênio de 1789 a 1792, São Paulo, 18/04/1789.

7) p.275-288. Auto de arrematação do contrato dos Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba, feita por seis anos que hão de ter princípio no 1º de janeiro de 1778, São Paulo, 02/12/1777.

8) p.289-291. Auto de arrematação do contrato dos Meios Direitos dos animais que passam pelo Registro de Curitiba por três anos, que tiveram princípio no 1º de janeiro de 1787 [...], São Paulo, 10/04/1786.

9) p.291-293. Auto de arrematação do contrato dos Meios Direitos de Curitiba, das Lagens e da Passagem do rio da dita Vila de Curitiba [...] no triênio que principia em 1º de janeiro de 1790, São Paulo, 17/04/1789.

10) p.294-296. Auto de arrematação do contrato da passagem da Piedade chamada o Porto do Meira, pelo triênio que há de ter princípio no primeiro de janeiro de 1790, São Paulo, 18/04/1789.

11) p.327-339. Termo do Contrato das entradas para as minas desta capitania [de São Paulo] [...] pelo triênio que há de ter princípio no 1º de janeiro de 1788 [...], São Paulo, 19/12/1787.

12) p.353-362. Condições do contrato de arrematação das passagens dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar pelo triênio com princípio em 1º de Janeiro de 1793.

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Documentação da Seção de Manuscritos

1) II-35,24,37: “Representação de Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador e Capitão-general da Província de São Paulo à Rainha D. Maria I, refutando diversas acusações que lhe foram feitas e ao seu governo”. S/l. c.1782. 31pp.

2) I-28,29,9. “Exposição minuciosa feita por Antônio José da Franca e Horta, governador e capitão-general da Capitania de S. Paulo ao seu sucessor, o Marquês de Alegrete, sobre o estado dos Negócios concernentes à administração e governo da mesma capitania de S. Paulo”, outubro de 1811. 26pp.

- 3) I-31,22,6. “Informação do Estado dos Negócios da Capitania de São Paulo dada pelo governo interino presidido pelo bispo D. Mateus de Abreu Pereira”, 24/04/1819.
- 4) C-0264,003. Documentos Biográficos, Bento Tomás Viana. Requerimento encaminhado ao ministério do Império solicitando a mercê da Comenda da Ordem de Cristo, 1813-1827.
- 5) C-0947,007. Documentos Biográficos, Manuel Rodrigues Jordão. Requerimento encaminhado ao ministério do Império solicitando a mercê da Comenda da Ordem de Cristo, 1817-1818.

Biblioteca Nacional - Portugal

- 1) “Carta de D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, a Martim Lopes Lobo de Saldanha.” São Paulo, 23 de junho de 1775. Reservados, Códice 4530, Documentos da Capitania de São Paulo (1711-1795), fl.48-65.
- 2) “Notas às Instruções juntas que me entregou Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, general que foi desta capitania”. São Paulo, 30 de novembro de 1755. Original assinado por Martim Lopes Lobo de Saldanha. Reservados. Códice 4530, Documentos da Capitania de São Paulo (1711-1795), fls.66-71.
- 3) “Carta do Bispo de São Paulo a José Gomes da Costa. São Paulo, 6 de julho de 1775”. Reservados, Códice 4530, Documentos da Capitania de São Paulo (1711-1795), fl.75-76.
- 4) “Traslado dos autos de averiguação que se fez por testemunhos e documentos na Junta da Real Fazenda da Capitania de Sam Paulo sobre a representaçam que fez o doutor ouvidor José Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o contrato dos Dízimos e de se ver ressarcir a Real Fazenda dos Prejuizos que padeceo e dos lucros que se lhe pertencem...”, julho de 1775. Reservados, Códice 4530, Documentos da Capitania de São Paulo (1711-1795), fl.103-120.
- 5) “Academia que o Senado da Câmara desta cidade dedica ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Bernardo José de Lorena, Governador e Capitão-general da Cap.^{nia} de S. Paulo aos 17 de Dezembro de 1791, ao Faustíssimo dia dos anos da Rainha, N.^a Sr.^a em que se concluiu a importantíssima obra do Senado e Nova Cadeia”. Reservados, Coleção Pombalina, Códice

643 “Cartas e vários papéis relativos aos governos da Índia e do Brasil, 1697-1831”, pp.275-335.

6) Cartas de Jacinto Fernandes Bandeira a Bernardo José de Lorena. 1788 a 1797. Reservados. Coleção Pombalina, Códice 643 “Cartas e vários papéis relativos aos governos da Índia e do Brasil, 1697-1831”. pp.218-250, pp.336-339, pp.452-475, p.485-495, p.517, p.542-545.

Fontes impressas

Coleção Alberto Penteado de Leis, Decretos e Alvarás

1) Alvará com força de lei, estabelece salários, assinaturas, próis e percalços dos ouvidores, juízes e mais oficiais dos das comarcas de beira-mar e sertão dos Domínios da América. 10/10/1754. v.801, fl.97.

2) Alvará com força de lei, estabelece salários, assinaturas, próis e percalços dos ouvidores, juízes e mais oficiais dos das comarcas das minas dos Domínios da América. 10/10/1754. v.801, fl.104.

3) Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 31/08/1756, v.801, fls.173-190.

4) Carta de Lei de 10 de novembro de 1772 criando o Subsídio Literário em substituição às diversas coletas lançadas para o pagamento dos mestres das escolas menores, v.807, fl.171-177.

Collecção das Leis do Brazil

1) 1810. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

a) Alvará de 13 de maio, cria o lugar de juiz de fora, cível, crime e órfãos da Cidade de São Paulo.

2) 1811. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890

a) Alvará de 2 de dezembro, cria a nova Comarca de Itu, na Capitania de São Paulo.

3) 1812, s/e, e/d

a) Alvará de 19 de Fevereiro, determina a transferência dos ouvidores de Paranaguá para a vila de Curitiba, que passa a ser a cabeça da Comarca de Paranaguá e Curitiba.

4) 1816. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890

a) Alvará de 28 de novembro, eleva a Freguesia de Areias à categoria de Vila, englobando as freguesias de Bananal e Queluz.

5) 1817. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

a) Alvará de 09 de outubro, manda criar o lugar de Juiz de Fora em cada uma das vilas de Taubaté, Guaratinguetá e São Sebastião, da Comarca de São Paulo.

6) 1821, Parte I. Leis das Cortes Geraes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889

a) Decreto de 24 de abril, declara legítimos os governos estabelecidos ou por estabelecer nos Estados Portugueses do Ultramar que reconhecessem as Cortes.

b) Decreto de 1 de setembro, organiza a Junta de Governo Provisória e o Governo das Armas de Pernambuco.

c) Decreto de 1 de outubro, determina provisoriamente a forma da administração Política e Militar das Províncias do Brasil.

7) 1821, Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

a) Decreto de 16 de abril de 1821, determina que os Dízimos passem a ser cobrados exclusivamente na entrada das vilas e cidades do Brasil, suspendendo os dois métodos anteriores de arrecadação dos dízimos por administradores e arrematantes.

Collecção das Leis do Império do Brazil.

1823, Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Lei de 20 de outubro, dá nova forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho.

Collecção das Decisões do Governo do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s/d.

1) 1809: Decisão nº 3, de 18 de janeiro, que isentou os condutores de gado, agricultores e mineiros dos recrutamentos.

2) 1810: Decisão nº 26, de 4 de setembro, isentou os condutores de gados e mantimentos para a Corte do recrutamento para as tropas.

3) 1817: Decisões nº 20 (16 de julho) e nº 32 (22 de agosto), criando novas freguesias no Bispado de São Paulo.

4) 1822: Decisão nº 18, de 12 de fevereiro, declara livre dos Dízimos os gêneros vindos da Província de São Paulo para o Rio de Janeiro, com as guias de seus respectivos dizimeiros assinadas pelo Juiz de Fora ou Ordinário da vila de onde saíram.

Documentos avulsos de interesse para a História e Costumes de São Paulo

v.4. São Paulo: Secretaria de Educação, 1954. Ofício do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha ao Juiz de Fora José Carlos Pinto de Sousa, mandando repreender o escrivão, 02/04/1776. pp.41-42.

Documentos Históricos

v.II, Provedoria da Fazenda de Santos. Rio de Janeiro: Augusto Porto, 1928.

a) p.132. Contrato feito com Manuel Cordeiro das entradas das cavalgaduras do Rio Grande e direitos de Curitiba. Lisboa, 07/04/1752.

b) p.137-139. Cópia do extracto das tropas que no ano de 751 passaram pelo registro de Curitiba. 21/08/1752.

c) p.143-145. Provisão do Conselho Ultramarino ao Provedor da Fazenda Real da Praça de Santos, José de Godói Moreira, sobre a arrematação da ametade dos direitos dos gados vacum e cavalar que entram pelo Registro de Curitiba, Lisboa, 16/02/1753.

d) p.211. Provisão do Conselho Ultramarino ao Provedor da Fazenda Real da Praça de Santos sobre a arrematação do contrato do rendimento dos direitos que se pagam pelo gado nos registros de Viamão e Curitiba, Lisboa, 08/03/1755.

e) p.286-287. Decreto de Sua Majestade por que foi o dito Senhor servido fazer mercê de juro e herdade ao Exmo. Secretário de estado dos Negócios do Ultramar, dos meios direitos dos animais da campanha cuja mercê principiou em 18 de fevereiro de 1760.

f) p.395-398. Auto de arrematação do contrato dos Dízimos de toda a capitania de São Paulo em que se compreendem as vilas de Parati e Ilha Grande, e Rio de São Francisco..., São Paulo, 05/08/1766.

g) p.410-413. Auto de arrematação do contrato dos Dízimos de toda a capitania de São Paulo em que se compreendem as vilas de Parati e Ilha Grande, e Rio de São Francisco. São Paulo, 05/08/1767.

h) p.425-427. Auto de arrematação do contrato dos Dízimos de toda a capitania de São Paulo em que se compreendem as vilas de Parati e Ilha Grande, e Rio de São Francisco. São Paulo, 19/07/1768.

i) p.449-452. Auto de arrematação do contrato dos Dízimos de toda a capitania de São Paulo em que se compreendem as vilas de Parati e Ilha Grande, e Rio de São Francisco, e bem assim a nova povoação de Lages. São Paulo, 30/06/1769.

j) p.463-466. Auto de arrematação do contrato dos Dízimos de toda a capitania de São Paulo em que se compreendem as vilas de Parati e Ilha Grande, e Rio de São Francisco, e bem assim a nova povoação de Lages. São Paulo, 15/06/1770.

Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo

- v.2. “Actas do Governo Provisório de 1821 a 1822”. 3ª. ed. São Paulo: Typ. Cardozo Filho, 1913.

a) p.3-4: Primeira sessão da Junta Provisória de Governo, 23/06/1821.

b) p.7: Segunda sessão da Junta Provisória de Governo, 25/06/1821.

- v.4. “Diversos”. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1894.

a) p.123. Requerimento do procurador José Vaz de Carvalho para que a freguesia da Lapa seja elevada à condição de vila. 26/02/1806.

- v.15. “Diversos”. São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

a) p.40-51. Termo da Junta da Fazenda que se fez na presença do Ill.mo e Ex.mo sr. General Dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão sobre o dever ir, ou não a Provedoria, cofre e oficiais dela para a cidade de São Paulo [...], 28/01/1766.

b) p.147-153. Relatório do capitão-general Bernardo José de Lorena. c. junho de 1797.

- v.17. “Correspondência do Vice-rei, de Martim Lopes Lobo de Saldanha e outros. 1775-1779.” São Paulo: Typographia Paulista, 1895.

a) p.94-95. Carta do brigadeiro governador de Viamão sobre a recomendação de Antonio Fernandes do Vale para comerciar com tropas, 03/11/1775.

- v.18. “Avisos e Cartas Régias, 1714-1729”. São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

a) p.95-96. Carta Régia declarando que embora os contratos da capitania de São Paulo devem ser rematados em Lisboa, 26/06/1723.

- v.19. “Correspondência do Capitão-general Dom Luís Antonio de Sousa. 1767-1770.” São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896.

a) p.77-79. Ofício do governador ao Conde de Oeiras (10/06/1768) e atestações do Provedor da Fazenda (28 e 29/03/1768) sobre o Contrato da Pesca das Baleias.

b) p.120. Ofício do governador ao capitão Antonio Fernandes do Vale, 29/05/1770.

- v. 23. “Correspondência do Capitão-general Dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão. 1766-1768.” São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

a) p.1-10. Carta do governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão ao Conde de Oeiras, 23/12/1766.

b) p.35-39. Carta do governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão ao Conde de Oeiras sobre povoações na capitania. 24/12/1766.

c) p.270. Ofício do governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão sobre a mudança do cofre real para São Paulo. 05/12/1767.

d) p.271. Cópia da representação do Provedor da Fazenda de São Paulo, José Honório de Valadares Alboim, 04/12/1765.

e) p.273-275. Ofício do governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão sobre a nomeação de sargentos mores e ajudantes, 06/12/1767.

f) p.382-387. Considerações sobre o estado econômico da capitania de São Paulo, do governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão. 02/02/1768.

- v.25. “Diversos (1766-1816)”. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1904.

a) p.3. Carta patente nomeando Bernardo José de Lorena para o governo da Capitania de São Paulo, 19/08/1786.

b) p.67. Ofício do ministro Martinho de Melo e Castro sobre o provimento de postos das tropas do Brasil. 02/02/1788.

c) p.69. Ofício do ministro Martinho de Melo e Castro sobre contrabandos. 03/02/1788.

d) p.96. Carta de Martinho de Melo e Castro para Bernardo José de Lorena sobre o envio de obuses e pólvora. 03/02/1788.

e) p.97. Carta de Martinho de Melo e Castro para Bernardo José de Lorena sobre a carta régia relativa a corpos de auxiliares no Brasil. 09/02/1788.

f) p.100. Carta de Martinho de Melo e Castro para Bernardo José de Lorena, enviando cópia de uma carta enviada ao vice-rei do Estado do Brasil. 14/02/1788.

g) p.104. Carta do ministro e secretário de Estado Martinho de Melo e Castro ao governador Bernardo José de Lorena. 06/06/1790.

- v.28. “Correspondência do Capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha.” São Paulo: Typographia Andrade, Mello e C., 1898.

a) p.265. Ofício participando o óbito de José Gomes Pinto de Moraes, ouvidor da comarca de São Paulo. 22/02/1777.

b) p.348. Ofício para o Ministro e Secretário de Estado da repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos participando a arrematação dos Dízimos da Capitania de São Paulo, 03/06/1777.

- v.29. “Correspondência do capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, 1797-1800.” São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1899.

a) p. 3. Carta do governador e capitão-general de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 11/08/1797.

b) p.130-134. Parecer do governador Antonio Manuel de Castro e Mendonça sobre a representação da Câmara da Vila de São Sebastião, 15/04/1799.

c) p.176-181. Ofício do capitão-general Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 30/01/1800.

- v.30. “Correspondência do capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Parte II. 1800-1802.” São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1899.

a) p.76-80. Ofício do governador Antonio Manoel de Mello ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. 15/06/1801.

- v.31. “Diversos”. São Paulo: Typographia Andrade e Mello, 1901.

a) p.94-95. Ofício do capitão-general Francisco da Cunha Meneses participando a arrematação dos Dízimos da capitania de São Paulo, 07/06/1783.

b) p.137. Ofício do capitão-general Francisco da Cunha Meneses participando a arrematação dos Dízimos da capitania de São Paulo, 15/04/1786.

c) p.138. Ofício do capitão-general Francisco da Cunha Meneses participando a arrematação dos Direitos dos Animais no Registro de Curitiba, 15/04/1786.

d) p.138. Ofício do capitão-general Francisco da Cunha Meneses participando a arrematação dos Direitos sobre os Animais no Registro das Canoas, 13/04/1786.

e) p.140. Ofício do capitão-general Francisco da Cunha Meneses participando a arrematação das passagens do Rio Curitiba, 15/04/1786.

- v.43. “Correspondência do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha. 1774-1781.” São Paulo: Typographia Andrade e Melo, 1906.

a) p.10-13. Carta régia a Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre a formação de uma Junta da Fazenda em São Paulo, 07/06/1774.

b) p.17-23. Instruções que El-Rey manda dar sobre a administração e arrematação da Fazenda Real na Capitania de São Paulo, 07/01/1775.

c) p.27-29. Carta régia sobre a criação da Junta de Justiça de São Paulo, 14/01/1775.

d) p.29-52. Instrução militar a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador da Capitania de São Paulo, 14/01/1775.

e) p.218-220. Ofício do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha em que faz queixas do ouvidor Estevão Gomes Teixeira. 05/01/1779.

f) p.375-377. Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha pedindo sucessor, 09/04/1781.

g) p.385-387. Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre as denúncias que deram o bispo e a câmara de São Paulo, 14/07/1781.

- v.45. “Correspondência recebida e expedida pelo General Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de São Paulo, durante o seu Governo. 1788-1797.” São Paulo: Duprat, 1924.

a) p.8-10. Ofício do general Bernardo José de Lorena ao ministro Martinho de Melo e Castro. 08/07/1788.

b) p.32. Ofício do general Bernardo José de Lorena ao ministro Martinho de Melo e Castro, 31/07/1789.

c) p.34-36. Carta do general Bernardo José de Lorena a Martinho de Melo e Castro. 30/09/1789.

d) p.46. Ofício do general Bernardo José de Lorena ao ministro Martinho de Melo e Castro. 04/02/1790.

e) p.86-93. Ofícios do general Bernardo José de Lorena e representação da Junta da Fazenda de São Paulo sobre cobranças indevidas feitas pela Casa Doadada, 21/05/1785.

f) p.345. Ofício da câmara de Itu ao general Bernardo José de Lorena, 23/04/1791.

g) p.441. Cópia da Carta Régia sobre corpos auxiliares e ordenanças, 02/11/1787.

- v.46. “Ofícios do general Bernardo José de Lorena a diversos funcionários da capitania. 1788-1795”. São Paulo: Duprat e Cia, 1924.

a) p.7. Ofício para o capitão-mor de São Sebastião, 18/07/1788.

b) p.20. Ofício para o sargento mor Francisco José Monteiro. 30/10/1788.

c) p.21. Ofício para o capitão-mor Leandro de Freitas Cabral. 10/11/1788

d) p.22. Ofício para o capitão-mor José Carneiro dos Santos. 10/11/1788.

e) p.67-68. Ofício para os capitães mores das vilas da marinha. 26/02/1790.

f) p.115-118. Alvará dos privilégios dos auxiliares (24/11/1645) e Decreto ao Desembargo do Paço em que S. Majestade ordena se observe inviolavelmente os privilégios dos auxiliares, 22/03/1751.

- v. 55. “Correspondência oficial do capitão-general José da Franca e Horta. 1802 -1804.” São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.

a) p. 51. Ofício do general Horta para a Câmara da Vila de Cunha, 14/03/1803.

- v. 56. “Correspondência oficial do capitão-general José da Franca e Horta. 1804-1806.” São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.

a) p. 245. Ofício para o capitão-mor da Conceição, 18/08/1805.

- v.57. “Correspondência oficial do capitão-general José da Franca e Horta. 1806-1810.” São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.

a) p.10-11. Ofício para o brigadeiro comandante de Santos, sobre negociações para o comércio com Angola, 15/07/1806.

b) p.11-12. Ofício para José Antônio Vieira de Carvalho e Manoel Teotônio Vieira de Carvalho, sobre negociações para o comércio com Angola, 15/07/1806.

c) p.145-146. Ofícios para os comandantes das vilas da Marinha e para o Juiz da Alfândega de Santos, 05/06/1807.

- v.64. “Ofícios do capitão-general D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão aos diversos funcionários da capitania (1772-1775)”. São Paulo: Typographia do Globo, 1939.

a) p. 153. Para o capitão de auxiliares de Sorocaba, Paulino Ayres de Aguirra, 26/10/1773.

- v.65. “Ofícios do capitão-general Dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão aos diversos funcionários da capitania. 1765-1771.” São Paulo: Typographia do Globo, 1940.

a) p.69. Portaria para o capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso assistir com o que for necessário aos soldados doentes. 06/05/1766.

b) p.109. Bando em que se declaram os privilégios de que gozam os auxiliares da capitania. 01/10/1766.

- v.69. “Ofícios do general Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão aos vice-reis e ministros, 1771-1772.” São Paulo: Tip. Globo, 1940.

a) p.155. Termo de obrigação e fiança do capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso. 1769.

b) p.185. Carta do administrador do contrato das entradas ao seu cobrador, 05/02/1772.

- v.70. “Ofícios do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha aos diversos funcionários da capitania (1775-1776)”. São Paulo: Typographia do Globo, 1946.

a) p.26. Ofício para o capitão-mor José de Almeida Leme ou para o capitão Paulino Aires de Aguirra. 03/12/1775.

b) p.52. Ofício para o capitão Paulino Aires de Aguirra. 15/12/1775.

- v.72. “Ofícios do capitão-general Dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, 1765-1766.” São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952.

a) p.8-9: Carta do governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão para o Conde de Oeiras, com suas primeiras impressões sobre a capitania de São Paulo, 22/06/1765.

b) p.9-11: Carta do governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão para o Conde de Oeiras sobre a defesa da capitania, 22/06/1765.

c) p.11-13: Carta do governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão para o Conde de Oeiras sobre as tentativas de usurpação do território por espanhóis. 24/06/1765.

d) p.13-14. Carta do governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão para o Conde de Oeiras, sobre as primeiras providencias que tomará em Santos. 25/06/1765.

- v.74. “Ofícios do general Martim Lopes Lobo de Saldanha às câmaras e comandantes”. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. 1954.

a) p.202. Para o capitão Bonifácio José de Andrada. 09/10/1775.

- v.76. “Ofícios do general Martim Lopes Lobo de Saldanha, 1776-1777.” São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, 1954.

a) p.182. Para o capitão-mor da cidade de São Paulo, Manoel de Oliveira Cardoso. 20/11/1776.

- v.78. “Ofícios do general Martim Lopes Lobo de Saldanha, 1776-1777.” São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, 1954.

a) p.26. Ofício do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha ao capitão-mor da cidade de São Paulo, Manoel de Oliveira Cardoso. 08/04/1777.

b) p.76. Ofício do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha a José Vaz de Carvalho. 06/08/1777.

- v. 81. “Ofícios do general Martim Lopes Lobo de Saldanha (governador da capitania)”. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, 1956.

a) p.18. Ofício para o tenente coronel Paulino Aires de Aguirra. 18/08/1778.

- v.84. “Ofícios do general Martim Lopes Lobo de Saldanha, 1782-1786”. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. 1961.

a) p.110. Para o Dr. José Vaz de Carvalho exercer a ocupação de Auditor da gente de guerra. 07/05/1777.

b) p.177. Ofício para o Dr. José Vaz de Carvalho, administrador do Contrato das Entradas para as Minas desta capitania, fazer assistir aos destacamentos dos registros de Apiaí e Iguape. 29/02/1780.

- v.87. “Ofícios do capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça (governador da capitania). 1797-1801.” São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1963.

a) p.54. Ofício para o capitão-mor de São Vicente, Bento Tomás Viana. 24/01/1798.

b) p.118. Ofícios para o capitão comandante de São Sebastião e para o Juiz de Fora da Vila de Santos, permitindo a exportação de gêneros para quaisquer portos portugueses da América. 28/09/1798.

c) p.130. Ofício para o capitão Fernando Gomes Pereira da Silva, para que deixe embarcar todos os efeitos para quaisquer portos da América. 22/11/1798.

d) p.237-239. Cartas do capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça ao capitão-mor Bento Tomás Viana, sobre a arrematação dos Dízimos em ramos. 23/01/1801.

e) p. 240. Requerimento e despacho sobre a arrematação dos Dízimos da capitania de São Paulo em ramos separados. 27/04/1801.

- v.89. “Correspondência do governador e capitão-general, Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça. 1797 a 1802.” São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1967.

a) p.30-31. Ofício ao governador e capitão-general de São Paulo com a Provisão do Conselho Ultramarino de 24 de março de 1797, pela qual a Rainha mandou reorganizar os Corpos Auxiliares do Estado do Brasil. 20/11/1797.

b) p.105-108. “Provisão do Conselho Ultramarino para S. Ex^a [o governador Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça] informar com o seu parecer sobre a representação da Câmara da Vila de São Sebastião. 27/08/1798.

c) p.258-259. Carta de S.A.R. sobre o provimento dos Postos Milicianos e Ordenanças. 20/07/1802.

d) p.261-262. Provisão do Conselho Ultramarino proibindo aos generais passarem patentes honoríficas. 24/03/1802.

e) p.262-263. Provisão do Conselho Ultramarino para se absterem os generais de multiplicarem patentes militares de Milícias. 04/04/1802.

- v.92 “Ofícios do general D. Luís aos diversos funcionários da capitania.” São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado, 1978.

a) p.120. Ofício do governador ao capitão Antonio Fernandes do Vale, cobrando providências. 29/05/1770.

- v.93 Parte II. “Ofícios de Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça aos funcionários da capitania. 1801-1802” e parte III “Ofícios de Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça dirigidos ao Presidente do Real Erário. 1802.” São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1980.

a) p.106. Ofício para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 12/06/1802.

- v.94 “Ofícios do general Horta aos vice-reis e ministros. 1802-1808.” São Paulo: Editora da UNESP/Edições do Arquivo do Estado, 1990.

a) p.17-19: Ofício do general Horta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre os meios para ampliar a agricultura e o comércio em São Paulo. 19/02/1803.

b) p.19-27: Ofício do general Horta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a administração e arrecadação da Fazenda Real. 21/02/1803.

c) p.32: Ofício do general Horta para o Visconde de Anadia sobre a substituição de dois coronéis milicianos durante o governo de seu antecessor. 28/03/1803.

d) p.42: Carta do general Horta ao Príncipe Regente D. João sobre a arrematação das rendas reais em ramos. 10/05/1803.

e) p.82-85. Ofício do general Horta ao Conselho Ultramarino sobre o requerimento de Antônio José de Macedo. 20/04/1805.

f) p.98-100: Carta do general Horta para a Companhia do Douro e documentos anexos, sobre o estabelecimento do comércio direto entre Santos e a cidade do Porto. 20/12/1804.

g) p.137: Ofício do general Horta ao Visconde de Anadia sobre a arrematação do contrato dos Dízimos. 27/10/1804.

h) p.143: Ofício do general Horta ao Visconde de Anadia pedindo isenção do pagamento de direitos sobre os escravos desembarcados na capitania. 25/02/1805.

i) p.196: Ofício do general Horta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho comunicando o início do comércio entre a cidade do Porto e a vila de Santos. 13/08/1803.

j) p.229: Ofício do general Horta sobre as pessoas que mais se distinguiram nos donativos voluntários. 30/04/1805.

- v.95 “Ofícios do general Horta aos vice-reis e ministros, 1802-1807.” São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

- a) p.25-28: Relação da subscrição voluntária para as obras do Hospital Militar. 26/11/1802.

- b) p.138-140. Documento que acompanhou a carta escrita a S. A. R. em 11 de junho de 1804, sobre o plano dos estudos da capitania. 26/08/1803.

- c) p.311: Relação das pessoas que contribuíram para o Donativo Voluntário. 1804.

- d) p.376-378: Relações das pessoas que ofereceram Donativo Voluntário para S.A.R. em créditos e dívidas cujos devedores existem em Lisboa. 23/02/1805.

Fontes citadas em obras historiográficas

- Arquivo do Estado de São Paulo, Tempo Colonial, Avisos e Cartas Régias, Lata 62, nº 420, Livro 169, *apud*, Heloísa Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial*, p.69-70.

- “Oração que repetio na Casa da Camara (...) o Ex.mo Sr. General no dia de sua posse”. Diário de Governo, BNRJ. *Apud* Heloísa Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial*, p.99.

- Carta régia de 09 de maio de 1748, para Gomes Freire de Andrada, sobre a extinção da Capitania de São Paulo. *Apud* Myriam Ellis, *São Paulo, de capitania a província*, pp.213-214.

- Carta de Gomes Freire de Andrada ao Juiz-de-Fora de Santos sobre a subordinação deste governo ao Rio de Janeiro, de 13 de julho de 1750. *Apud* Myriam Ellis, *São Paulo, de capitania a província*, pp.209-210.

- Carta de Gomes Freire de Andrada ao Governador de Santos sobre a subordinação desta praça e de suas autoridades ao governo do Rio de Janeiro, 14 de julho de 1750. *Apud* Myriam Ellis, *São Paulo, de capitania a província*, p.210.

- “Contrato dos Dízimos Reaes, de Santos, e S. Paulo , Santa Catharina e Rio Grande de São Pedro, e suas annexas, que se fez no Conselho Ultramarino com Pedro Gomes Moreira, por tempo de três annos [...]em preço cada anno de vinte e sete mil cruzados, e vinte mil réis, livres para a Fazenda Real. Lisboa, M.DCC.LIII.”, *Apud* Maria de Lourdes Viana Lyra, *Os Dízimos Reais na capitania de São Paulo*, fac-símile anexo.

- “Termo das condições com que foi arrematado o Contrato dos Dízimos da Capitania de São Paulo, pelos anos que decorrem do primeiro de julho do presente ano de mil oitocentos e sete ao último de junho de mil oitocentos e dez”, *apud* Willian Puntschart, *Negócios e Negociantes Paulistas: 1808-1822*, pp.116-119.

Demais fontes citadas

- CHICHORRO, Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa. “Memória em que se mostra o estado econômico e político da Capitania Geral de São Paulo”. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*, tomo XXXVI, 1ª parte, p. 197-267. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873.

- CLETO, Marcelino Pereira. “Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. Em 25 de outubro de 1782.” IN: *Roteiro e notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*. São Paulo: Governo do Estado, 1977.

- *Constituição Política do Império. 1824*. Brasília: Min. Int/PRND/FR, 1986.

- *As juntas governativas e a Independência*. vol. 3. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográfico, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. 2 vol Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980. (Ed.1876)

- MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e. “Memória econômico política da Capitania de São Paulo”. IN: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: 1961, XV, p. 81-247. (Memória datada de 1800)

- _____. “Memória sobre os objetos mais interessantes da Capitania de São Paulo entregue ao Ilm.º e Exm.º Sr. Antonio José da Franca e Horta do Con.º de S.A.R. Governador e Capitam General da Mesma por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça.” IN. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: 1964, XVIII, p. 227-268. (Memória datada de 1802)

- OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

- RENDON, José Arouche de Toledo. “Oração problemática. Problema: A um governador resulta mais glória em ser aluno de Marte ou de Minerva?”. IN: RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras*, São Paulo: Governo do Estado 1978. (Proferida em 1791)
- _____. “Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo”. IN: RENDON, José Arouche de Toledo. *Obras*, São Paulo: Governo do Estado 1978. (Memória datada de 1788)

Bibliografia

- ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.
- _____. *Contratos Régios e contratadores na capitania de São Paulo (1765-1808)*. Comunicação apresentada nos Seminários Internos Hermes e Clio, no Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração FEA/USP, em 28 de setembro de 2009. Acesso através do sítio www.usp.br/feaecon/nucleos_ex.php?i=9&e=19 (acesso em 28-09-2009). 24p.
- _____. *José Vaz de Carvalho, contratador da capitania de São Paulo*. Comunicação apresentada no Simpósio de Pós-graduação em História Econômica, ocorrido entre 3 e 5 de setembro de 2008, nas dependências da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Acesso através do sítio www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/ (último acesso em 18/02/2009). 12p.
- ARRUDA, José Jobson de A.. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- _____. “Exploração colonial e capital mercantil”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.
- AVELLAR, Hélio Alcântara. *História Administrativa do Brasil. Administração Pombalina*. 2ª ed. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público-FUNCEP/ed. Universidade de Brasília, 1983.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.
- _____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Conselho estadual de artes e ciências humanas, 1979.
- _____. “O Estado Português no Brasil: sistema administrativo e fiscal”. In: SERRÃO, J *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VIII: O Império Luso-Brasileiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, PE: UFPE, 2006.
- BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro.” *Revista Brasileira de História*, v.18, nº 36, p.251-280, 1998.
- _____. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. “Da colônia ao império, um percurso historiográfico”. In: *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p.91-105.
- _____. “Dos ‘Estados Nacionais’ ao ‘sentido da colonização’: história moderna e historiografia do Brasil colonial”. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca e SOIHET, Rachel (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda, FURTADO, Junia Ferreira e SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De Alteza Real a Imperador: O Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2006.

- BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib, HORNËR, Eric e MEDICCI, Ana Paula. “Do ponto à trama, rede de negócios e espaços políticos em São Paulo, 1765-1842”. In: BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib, COSTA, Wilma Peres e OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs). *Soberania e conflito. Configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2010.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681/1721)*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulista.” *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº 36, pp. 281-296, 1998.
- _____. “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial”. *Revista de História*, 142-143 (2000), pp.239-259.
- BORREGO, Maria Aparecida Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial*. Tese de doutorado. FFLCH/USP. São Paulo: 2006.
- BOSCHI, Caio. “Administração e administradores no Brasil Pombalino: os governadores da Capitania de Minas Gerais”. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro: n.13, pp.77-109, jul. 2002.
- CAMPOS, Adriana; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João e JUCÁ, Antônio Carlos (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.
- CANABRAVA, Alice. “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67”. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: 26(4): 95-123, out./dez. 1972.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia Miúda, um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. MGSP Editores, São Paulo, 1992.
- CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalves. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico Português nos séculos XVII e XVIII”. In: CARDIM, CUNHA e MONTEIRO (orgs), *Optima pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

- DAMACENO, Daniel Tarifa. *Os 'facciosos' de São Paulo: considerações acerca da Bernarda de Francisco Inácio (23.5.1822-25.8.1822)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.
- DELATORRE, Aparecida Vanessa. *São Paulo à época da Independência: contribuição para o estudo do chamado movimento "bernardista", 1821/1823*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.
- DIAS, Maria Odila da Silva. "A interiorização da Metrópole". IN: MOTA, Carlos Guilherme Mota. *1822:Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 278: 105-170, jan./mar 1968.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842)*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. "São Paulo na Independência". In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.
- _____. *O Pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005
- ELLYS, Myriam. "São Paulo, de capitania a província". *Revista de História*. V.LII, n.103, ano XXVI, jul.-set. 1975, pp.147-216.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina. Política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. "Pombal e o Brasil" In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: Edusc/São Paulo, SP: UNESP/Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 1996.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2 vols. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- _____. *O problema da descrença no século XVI. A religião de Rabelais* (Introdução geral e Nota preliminar). Lisboa: Editorial Início, 1970

- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Açúcar e Colonização. Da América Portuguesa ao Brasil. Ensaio de Interpretação*. Tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: 2000.
- FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.
- FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____ e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FONSECA, Paulo Miguel M. “João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro”. *XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz*, 2005, Anais. Londrina: Editorial Midia, 2005, v.1.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____ “A noção de economia tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português: 1790-1820.” In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____ “‘Elites econômicas’ em finais do século XVIII: mercado e política na centro-sul da América lusa. Notas de uma pesquisa”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.
- _____ “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FRAGOSO, João Luís Ribeiro e GOUVÊA, Maria de Fátima. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”. In CAMPOS, Adriana; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João e JUCÁ, Antônio Carlos (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, pp.25-72.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed.. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.
- GORENSTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Meneses. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Município/Secretaria da Cultura, Turismo e Esportes, 1993.
- GORENSTEIN, Riva. “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro, 1808-1830”. In: GORENSTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Meneses. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Município/Secretaria da Cultura, Turismo e Esportes, 1993.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro”. In: JANCSÓ, István. *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.
- _____. “Redes de poder na América Portuguesa – o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822.” *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº 36, pp. 297-330, 1998.
- HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal Moderno político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- _____. (org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- _____. “A constituição do Império português. Revisão de alguns envezamentos correntes”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- _____. “Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos”. In: BICALHO, Maria Fernanda, FURTADO, Junia Ferreira e SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “São Paulo”, IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. II, p. 415 a 472. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- _____. “A Herança Colonial, sua desagregação”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. I, p. 9 a 39. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- JANCSÓ, István. “A construção dos Estados Nacionais na América Latina – Apontamentos para o estudo do Império como projeto”. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.
- _____ (org) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003.
- _____ (org) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- _____ e PIMENTA, João Paulo G.. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. 1500-2000. A experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- LARA, Silvia Hunold. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”, IN: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p.21-38.
- LEFORT, Claude. *As formas da História. Ensaio de Antropologia Política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. Acesso por <http://www.buratto.org/paulistana> (último acesso em 14/06/2010).
- LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- LEONZO, Nanci. “As instituições”. In: SERRÃO, J *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VIII: O Império Luso-Brasileiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- _____. *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo. Das origens ao governo do Morgado de Mateus*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.
- _____. *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: As Milícias*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada. Liberalismo e escravidão nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. *Evolução da Sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Dízimos Reais na Capitania de São Paulo. Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: 1970.
- _____. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, c. 1994.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- MARCONDES, Renato e SUPRINYAK, Carlos Eduardo. “Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº40, jul-dez de 2007, p.47-69.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e Herdeiros: interesses da construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*. nº 1, maio de 2005. (Revista eletrônica, www.almanack.usp.br)

- MATTOS, Renato de. *Política, administração e negócios: a economia de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788/1808)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. 4º volume “O Antigo Regime (1620-1807)” e 5º volume “O Liberalismo”. Lisboa: Editorial Estampa, s/d.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal, 1750-1808*. São Paulo-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- MEDICCI, Ana Paula. *Entre a “decadência” e o “florescimento”: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- MENDES, Denise. *A calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral, *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- _____. “O governo da Monarquia e do Império: o provimento de ofícios principais durante o período pombalino”. In: BICALHO, Maria Fernanda, FURTADO, Junia Ferreira e SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp.507-517.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada. Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, 2007.

- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- MOURA, Denise. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1850*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1802)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. “Condições de privacidade na colônia”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil 1. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF-Ícone, 1999.
- OSÓRIO, Helen. “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.20, n.39, pp.115-134. 2000.
- _____. “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.109-137.
- PEDREIRA, Jorge M. “Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação. Os negociantes de Lisboa (1750-1820)”. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro*, n.15, pp.37-69, jul. 2003
- _____. “Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). In: Cunha (coord). *Do Brasil à Metrópole, efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora: 2001. pp.47-72.
- _____. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1820). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em sociologia. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

- _____. *O Barão de Iguape. Um empresário da época da Independência*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.
- PORTA, Paula (org.) *História da Cidade de São Paulo*. Volume I: A Cidade Colonial. São Paulo: Paz e terra, 2004.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense-Publifolha, 2000.
- PUNTSCHART, William. *Negócios e negociantes paulistas (1808-1822)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: 1998.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: INL, 1977.
- _____. *São Paulo*. Madri: Mapfre, 1992.
- RABELLO, Elisabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980.
- RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfidentes. Caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.
- ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico, história da idéia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- RUSSELL-WOOD, A J R. "Governantes e agentes". In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (orgs). *História da expansão portuguesa*, v.3: O Brasil na balança do Império (1767-1808). Lisboa: Círculo de leitores, 1999.
- _____. "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808." *Revista Brasileira de História*, v.18, nº36, p.187-249, 1998.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. "Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII." In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, CLXXXVI: pp.145-174, jan./dez. 1974.
- _____. *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

- SILVA, Rodrigo. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo entre (1772 a 1953)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado. FFLCH/USP, 2006.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Entre trajetórias e impérios: apontamentos de cultura política e historiografia”. In. Revista *Tempo*, vol.14, n. 27, p.35-47.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- TAUNAY, Affonso de E.. “Ensaio de História Econômica e Financeira – Um capitão-general estadista”. IN: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: XV, 1961, p. 41-80.
- _____. *História do café no Brasil*, Volume Primeiro: No Brasil Colonial (1727-1822), Tomo II. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1939.
- TESSITORE, Viviane. *Fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na Província de São Paulo (1832-1892)*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH/USP, em 1995.
- THOMPSON, Edward P.. *Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. *Origem e evolução do Tribunal de contas de Portugal*. Lisboa: 1993.
- WERNET, Augustin. “O processo de independência em São Paulo”. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822:Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Obras de referência

- ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo. Catálogo I (1644-1833)*. Bauru/SP: Edusc; São Paulo: FAPESP: IMESP, 2000.
- _____. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo. Catálogo II (1618-1823) – Mendes Gouveia*. Bauru/SP: Edusc; São Paulo: FAPESP: IMESP, 2002.

- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Primeira edição em 1864)
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil Colonial*. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SANDRONI, Paulo (Consultoria). *Os Economistas. Dicionário de Economia*. São Paulo: Best-Seller, 1987.
- SILVA, Antonio Morais. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2 vols. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense de A. da Silva Lobo, 1889.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.